



PRÊMIO BRASILGOV SUMMIT 2026

ANAIS DO EVENTO
BANCO DE INICIATIVAS

LOCAL:

BRASILGOV SUMMIT
FLORIANÓPOLIS • SC • BRASIL

ORGANIZADO POR:

INSTITUTO BRASIL UP DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



MARÇO DE 2026

SUMÁRIO

INICIATIVAS EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA (INSTITUIÇÃO - SETOR PÚBLICO)	5
Agenda Diamante	6
API Frotista Paraná	10
Aplicativo Joinville Fácil: Inovação ao alcance do cidadão	12
APP Mais Saúde Cidadão	15
BD Tech Hub	21
Bebedouros Públicos Inteligentes: Inovação em Acesso à Água Potável, Saúde Pública e Redução de Plásticos (ODS 3, 6 e 12)	25
Brusque+Digital	28
Cadastro Rural Georreferenciado e Governança de Dados da Suinocultura de Presidente Castello Branco (SC)	31
Carteira da Pessoa Idosa Paranaense	34
Catálogo de Dados com Open Metadata: estruturando a Governança de Dados na SES-GO	37
Cidades Inteligentes - Municípios: Unindo Instituições de Ciência e Tecnologia às Prefeituras para Transformação Digital Municipal com SEI em até 100 dias	41
CLIC - Conhecimento em Licitações e Compras	44
CoIn - Sistema Inteligente de Auditoria e Orientação em Acessibilidade Digital	48
Colmeias Urbanas	52
Compostar, uma forma de reciclar.	60
Conecta Canedo	63
Consulta Prévia Urbanística	66
DC Mais Bonita - Cidade Sustentável	69
Ecossistema Digital Colaborativo da DPE/PR: Integração de Data Lake e Inteligência Artificial para Transformação da Justiça	72
Estratégia de Inteligência Artificial	75
Estratégia e Inteligência de Dados no Porto do Itaquí	78
Floripa Conecta	81
Floripa Mais Tec	85
GeoFert: Sistema de Gestão e Rastreabilidade de distribuição de Biofertilizantes	91
Gestão Orientada a Resultados	94

Hermes - Como resolver problemas de R\$1bi a custo zero	97
Iniciativa Educação Digital e Midiática SJP: Governança Democrática e Estratégia de Gestão para Implementação da Política Nacional de Educação Digital (PNED)	100
Iniciativa Reconhecimento Facial Avançado	103
Interoperabilidade de Exames Laboratoriais na Saúde Pública de Goiás por meio do padrão HL7® FHIR®	106
Laboratório de Inovação de Balneário Camboriú - LaBC	109
Laboratórios de Aprendizagem Criativa: transformação das práticas pedagógicas por meio da inovação educacional na Rede Municipal de Ensino de Ponta Grossa	112
Living Lab 5G	115
Mapeamento Logístico e Custos: Plataforma LOGISBR como Estratégia de Modernização Governamental	124
Motor de Indicadores com Atualização Contínua (CDC)	127
Muralha Digital	130
Muxirum Digital: Conectando Gerações	133
Participa UFPR: orçamento estudantil participativo	138
PES - Programa de Educação em Saneamento do Samae de Blumenau	148
Plano de Logística Sustentável - Construindo Responsabilidade Socioambiental no dia a dia da Administração	153
PMIS - Port Management Information System: Transformação Digital e Gestão Integrada da operação no Porto de Suape	156
Programa "Caxias Mais Segura"	159
Programa Criciúma Sustentável	162
Programa de Residência Técnica (Restec)	165
Programa Formação Avançada (Qualificar ES)	168
Programa Jovem Tech	171
Programa Mondaí do Amanhã	174
Programa Municipal de Proteção de Dados Pessoais de Joinville: Governança de Dados e Inteligência Pública como Política Pública Permanente	177
Programa Nacional de Inovação Aberta da Agropecuária - MAPA Conecta	180
Programa PBH Inova	183
Programa Sementes do Rio Doce	191
Sacolão Verde	194

Sala de Situação da Saúde	197
Sala do Empreendedor	202
São Bento + Fácil - Programa de transformação digital para suporte ao ambiente de negócios	205
Segunda Chance	208
Segunda Via Fácil	210
Sistema Integrado de Previsão e Monitoramento Meteorológico e Oceanográfico para Apoio à Decisão e Mitigação de Riscos em Operações Públicas	213
Sistema PROTEGE: Inteligência de Dados na Prevenção, Monitoramento e Proteção contra Incêndios Florestais no Cerrado Tocantinense	216
SuperApp ANAC: Serviços Públicos Proativos e Personalizados ao Cidadão	221
Tarifa Subsocioal	225
LIDERANÇA PÚBLICA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (PESSOA FÍSICA)	229
Aqui em Casa Tem Água	230
BD Tech Hub	233
Canedo Digital	236
Ecossistema das Defensorias Públicas	238
Estruturação da Agenda de Inovação e Transformação Digital do Porto de Suape por meio de Articulação Estratégica, Inovação Aberta e Governança Institucional	243
Gestão Integrada e Inteligente dos Processos e Projetos ao Planejamento Estratégico	246
IA salvando vidas no SUS: análise de captação de doadores de sangue	249
Inovação Pública Integrada: Ciência, Tecnologia e Educação Profissional	252
Korean Valley	255
Liderança na Transformação Digital como Política Pública Municipal	258
Mapeamento Logístico e Custos: Plataforma LOGISBR como Estratégia de Modernização Governamental	261
Parque Tecnológico São Caetano	264
Tarifa Subsocioal	267
SOLUÇÕES B2G E MERCADO (PESSOA JURÍDICA - SETOR PRIVADO)	273
APDigital - Plataforma Integrada de Serviços Digitais	274
GesConselhos - Gestor de Conselhos	277

GovOne - Plataforma Integrada de Serviços Digitais	280
InfoPolis e GesPlanos: O Ciclo de Políticas Públicas	283
Innovc Edtech	286
Planejar Instrumentos da Rede de Cidades Inteligentes da RIDE-DF	288
Portsync	291
Selo Amapá - Plataforma Digital de Certificação de Origem	294
Social Media Gov	297
Soluções Integradas para a saúde	300
Zing CPSI - Plataforma GovTech para Operacionalização Completa do CPSI em Órgãos Públicos	303

**INICIATIVAS EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
(INSTITUIÇÃO - SETOR PÚBLICO)**



Agenda Diamante

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública

Linha temática: Inovação Social

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura de Brusque

Período de Implementação: 2024-2025

Responsável pelo Projeto: Thomas Jeferson Haag

Contato Institucional: thomas.haag@brusque.sc.gov.br

Resumo

A Agenda Diamante é uma iniciativa estruturante do Município de Brusque (SC), orientada à institucionalização da transparência ativa como política pública permanente e transversal. O projeto enfrenta o problema da fragmentação da transparência no nível municipal, historicamente associada à baixa padronização e à dispersão de responsabilidades institucionais. Como solução, a Agenda Diamante estrutura-se como um framework de governança da transparência, ancorado nos critérios do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP - Atricon) e do Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP - Transparência Internacional) e, apropriados não apenas como instrumento avaliativo externo, mas como referencial técnico-normativo e matriz interna de gestão. Público atendido: cidadãos, servidores e gestores públicos e órgãos de controle, beneficiados pela ampliação da transparência ativa, pela qualificação da governança da informação e pela padronização institucional dos processos de divulgação de dados públicos.

Palavras-chave: Transparência ativa. Gestão pública municipal. PNTTP.

1. Solução implementada

A Agenda Diamante estrutura-se como um modelo de governança destinado a assegurar a continuidade de uma cultura institucional de transparência ativa, evitando seu isolamento em unidades específicas ou a formação de silos organizacionais. A iniciativa integra a transparência aos processos regulares de gestão, promove articulação intersetorial permanente e estabelece responsabilidades compartilhadas, garantindo manutenção contínua, coerência institucional e sustentabilidade ao longo do tempo.

A principal inovação da Agenda Diamante reside na transformação de um instrumento avaliativo externo em framework interno de governança, reposicionando a transparência de

obrigação legal para política pública estruturante. A iniciativa demonstra que excelência em transparência decorre menos de tecnologia e mais de coordenação institucional, padronização de processos e apropriação estratégica de critérios nacionais, sendo replicável em municípios de médio porte.

2. Implementação

Não implicou custos adicionais relevantes ao erário, sendo implementada a partir da reorganização de processos internos e do uso de estruturas institucionais e tecnológicas já existentes. Ao tratar a transparência ativa como política pública estruturante, a iniciativa contribui para a racionalização do gasto público, ao reduzir assimetrias informacionais, prevenir desperdícios e fortalecer o controle social, ampliando a eficiência administrativa e a qualidade das decisões governamentais.

3. Impactos e resultados

Institucionalização da transparência ativa como prática permanente de gestão; reorganização dos fluxos de produção, validação e divulgação da informação pública; fortalecimento da coordenação intersetorial e da governança da informação; elevação do nível de conformidade do Município de Brusque aos critérios do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com alcance do Selo Diamante; tornando-se município mais transparente do Sul do Brasil e 4º do país. Além disso, no Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP - Transparência Internacional) tivemos o maior salto em transparência do país no recorte de cidades acima de 20 mil habitantes.

A Agenda Diamante demonstrou que políticas públicas complexas ganham efetividade quando internalizadas como arranjos institucionais permanentes, e não como ações isoladas. O aprendizado central foi alinhar exigências externas a rotinas decisórias internas, fortalecendo previsibilidade administrativa, cooperação intersetorial e capacidade estatal para sustentar resultados ao longo do tempo. Hoje Brusque é referência nacional por isso.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A Agenda Diamante demonstra, enquanto framework de governança, que a efetividade da transparência pública é menos dependente de modelos tecnológicos ou soluções sistêmicas específicas e mais condicionada à capacidade institucional e coordenação,

padronização de processos, definição clara de responsabilidades e apropriação estratégica de referenciais normativos.

5. Replicabilidade

A Agenda Diamante apresenta elevada escalabilidade e replicabilidade por se estruturar como framework de governança, independente de porte populacional, arranjos tecnológicos específicos ou soluções proprietárias. Sua aplicação baseia-se na apropriação estratégica de critérios nacionais padronizados, na coordenação institucional e na integração da transparência aos processos regulares de gestão, permitindo adaptação a diferentes órgãos, níveis federativos e contextos regionais.

6. Conclusão

No plano prático, o caso de Brusque oferece evidências de que municípios de médio porte podem alcançar elevados níveis de transparência ativa, desde que adotem planejamento orientado por evidências, padronização de processos e mecanismos contínuos de monitoramento. A experiência sugere que o PNTP pode ser utilizado como instrumento de gestão, aprendizado organizacional e coordenação administrativa, ampliando seu impacto para além da lógica de ranqueamento e certificação.

Este estudo apresenta, contudo, algumas limitações. A análise concentrou-se em um único caso, o que restringe a generalização dos resultados. Além disso, não foram mensurados diretamente os efeitos da ampliação da transparência ativa sobre a participação cidadã, o controle social ou a percepção pública de confiança nas instituições, dimensões relevantes para a avaliação mais ampla da efetividade da política.

Como agenda para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos comparativos entre municípios de diferentes portes e regiões, bem como investigações longitudinais que permitam avaliar a sustentabilidade das práticas de transparência ao longo do tempo e em contextos de alternância política. Ademais, pesquisas que integrem métodos quantitativos e qualitativos podem aprofundar a compreensão dos impactos do PNTP sobre a relação entre Estado e sociedade.

Conclui-se que o Programa Nacional de Transparência Pública, quando apropriado estrategicamente pelas administrações locais, possui elevado potencial para contribuir com a

consolidação de uma cultura de transparência ativa, fortalecendo a governança pública e a accountability democrática no nível municipal.

API Frotista Paraná

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Tecnologia Aplicada às Áreas Finalísticas (Saúde, Educação, Segurança Pública)

Órgão/Empresa Responsável: Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR

Período de Implementação: A primeira versão foi implantada em dezembro de 2024. Os resultados acima são de 28/01/26.

Responsável pelo Projeto: Simone de Almeida Virmond

Contato Institucional: sivirmond@celepar.pr.gov.br

Resumo

A aplicação foi desenvolvida com foco no atendimento a empresas frotistas ou CNPJs que possuem um grande volume de veículos. É composta de APIs que se integram a diversos sistemas utilizados pelo Detran/PR, incluindo sistemas de veículos, habilitação e infrações de trânsito. Através dessa aplicação o frotista consegue realizar a integração com sistema próprio para fazer a gestão da frota requisitando serviços do Detran/PR de forma centralizada. Além das APIs para o frotista, possui interface de gestão e controle de transações realizadas.

1. Solução implementada

A Celepar possui uma equipe especializada em serviços de trânsito, arquitetura e micro serviços, que sustenta todo o arcabouço de aplicações. Além disso, contamos com a demanda contínua do cliente por meio de relação contratual. O cliente acaba sendo o maior demandante de melhorias da aplicação.

Principais lições aprendidas/Inovação aplicada: Facilitar o dia a dia das empresas, fomentar o uso de tecnologia, diminuir a utilização de serviços públicos de balcão. Dar segurança ao processo de gestão de veículos, diminuir fraudes entre outros ganhos.

2. Implementação

Foram gastas cerca de 2 mil horas de desenvolvimento para lançar os serviços disponíveis. A Celepar oferece o serviço e cobra a sustentação da aplicação com limites de consumo definidos em contrato.

3. Impactos e resultados

Segundo um dos frotistas que fizeram parte da homologação da solução - a velocidade no serviço de emplacamento diminuiu em 5 dias. Ou seja, o frotista ganhou 5 dias de carro sendo alugado ao sair da fábrica - isso só para o serviço de primeiro emplacamento. São 33 serviços disponíveis até o momento. 211 empresas (CNPJS que possuem frota) estão em uso da aplicação.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A aplicação está em sustentação e evolução. No que tange a serviços o cliente (DetranPR) solicita à Celepar a ampliação dos serviços oferecidos pela API a partir da melhoria dos seus processos de negócio. Existe um backlog de melhorias e novos serviços previstos para serem desenvolvidos ainda em 2026, como por exemplo a indicação de condutor num processo de infração de trânsito.

5. Replicabilidade

A arquitetura da aplicação torna possível agregar quais serviços já disponíveis em formato eletrônico e que necessitam ser consumidas por outras aplicações, desde que atendidos os requisitos de segurança pois a plataforma possui na sua natureza o controle de transações, permissões para garantir rastreabilidade.

6. Conclusão

É possível oferecer serviço público com foco em grandes empresas, que não necessariamente vão consumir serviços em balcão ou tratar suas demandas de forma unitária. O impacto é gigantesco.

Aplicativo Joinville Fácil: Inovação ao alcance do cidadão

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governo Digital e Serviços ao Cidadão

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de Joinville

Período de Implementação: Os resultados foram medidos entre janeiro de 2022 e maio de 2025. Este intervalo é justificado por cobrir desde o estágio inicial de adesão até a maturação da plataforma, permitindo observar o salto de 1,6 mil para 15 mil usuários mensais. O período reflete o impacto real da iniciativa ao capturar picos sazonais (dez/2024) e a consolidação de fluxos complexos, como agendamentos e arrecadação, comprovando a sustentabilidade e a escala da transformação digital em Joinville.

Responsável pelo Projeto: Anna Paula Pinheiro

Contato Institucional: anna.pinheiro@joinville.sc.gov.br

Resumo

Diante da sobrecarga no atendimento presencial e da baixa adesão aos canais digitais causada por sistemas pouco adaptados a celulares, o aplicativo Joinville Fácil surgiu como solução ao unificar os serviços públicos em um - balcão único - digital, permitindo que toda a população de Joinville solicite serviços, envie documentos e acompanhe processos em tempo real, por meio de uma interface intuitiva e sem burocracia, promovendo inclusão digital - especialmente para quem depende do smartphone, possui mobilidade reduzida ou busca mais agilidade - além de mais eficiência, transparência e modernização na gestão pública.

1. Solução implementada

A governança estrutura-se em uma diretoria executiva, 2 gerentes e 3 coordenadores, que lideram uma equipe multidisciplinar: 6 analistas de negócio (TI), 6 desenvolvedores, 1 estagiário e 3 analistas de infraestrutura. O acompanhamento utiliza o desenvolvimento ágil, garantindo entregas contínuas e atualizações de UX. O monitoramento foca na integração de fluxos entre secretarias, assegurando autonomia técnica, redução de custos externos e a manutenção perene da plataforma Joinville Fácil.

A inovação reside no desenvolvimento ágil com foco em UX (experiência do usuário), criando uma jornada "de ponta a ponta" sem dependência externa. O projeto inspirou uma mudança cultural: a gestão garantiu recursos para vencer burocracias, enquanto a capacitação interna gerou autonomia e reduziu custos. Ao reformular fluxos manuais em processos sinérgicos entre secretarias, a solução uniu eficiência fiscal, resiliência urbana e inclusão, transformando o cidadão em um colaborador ativo da gestão.

2. Implementação

A estrutura de custos é baseada na operação interna, utilizando o quadro próprio de servidores, o que otimiza o uso de recursos e elimina custos com licenciamentos e consultorias externas. O financiamento provém do tesouro municipal, e a aplicação está alocada em datacenter gerido pela Prefeitura (PMJ). Essa autonomia técnica garante a viabilidade de manutenção e a expansão contínua com baixo custo marginal, assegurando uma gestão financeira eficiente e sustentável.

3. Impactos e resultados

Resultados Quantitativos: O aplicativo consolidou-se com 148.040 downloads e crescimento contínuo de usuários ativos: de 1.618 (2022) para 15.021 (média até maio/2025), com pico de 38.682 em dez/2024. Centraliza 10 grupos de funcionalidades, abrangendo saúde e infraestrutura. Desde 2024, viabilizou 5.195 agendamentos administrativos e 10.914 para eventos sazonais (Natal). A consulta e o pagamento de débitos via app ampliaram a conveniência fiscal e o potencial de adimplência.

Resultados Qualitativos: A solução modernizou a percepção da gestão, tornando-a mais acessível. O cidadão foi empoderado como colaborador ativo, reportando focos de dengue e problemas de iluminação. Operacionalmente, a integração com sistemas de retaguarda eliminou a redigitação de dados, reduzindo erros. Além disso, o monitoramento por câmeras (Joinville Mais Segura) aumentou a resiliência urbana, auxiliando na segurança e na mobilidade em tempo real durante eventos climáticos.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa é estrutural e permanente, com sustentabilidade garantida pela capacitação da equipe interna, eliminando dependências externas. O aplicativo está em constante



evolução, com um cronograma ativo para a integração de novos serviços e funcionalidades baseadas em metodologias ágeis e UX. A institucionalização do Joinville Fácil como canal oficial de interação assegura que a transformação digital siga em expansão, consolidando-o como o pilar central da gestão pública.

5. Replicabilidade

A replicabilidade baseia-se no modelo de capacitação interna e foco em UX, adaptável a qualquer órgão que busque digitalizar serviços. A solução exige uma equipe técnica focada em negócios, desenvolvimento interno e infraestrutura, priorizando o conceito de "balcão único" para evitar a fragmentação. O sucesso pode ser replicado ao substituir fluxos manuais por processos ágeis e sinérgicos entre secretarias, transformando sistemas legados em interfaces mobile-first centradas no cidadão.

6. Conclusão

Os aprendizados centrais incluem o valor estratégico do respaldo da gestão para superar resistências burocráticas e a importância vital do foco em UX (experiência do usuário) para garantir a adesão popular. Além disso, a integração de processos entre secretarias revelou que a tecnologia só atinge seu potencial pleno quando acompanhada de uma mudança na cultura organizacional, priorizando a sinergia entre as áreas e o atendimento direto às necessidades do cidadão.

APP Mais Saúde Cidadão

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Tecnologia Aplicada às Áreas Finalísticas (Saúde, Educação, Segurança Pública)

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria Municipal de Saúde / Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

Período de Implementação: Apurados de janeiro a dezembro de 2025, contemplando 12 meses consecutivos. Esse intervalo foi escolhido por permitir a mensuração consistente do impacto da solução, com base em indicadores de adesão da população, agendamentos realizados, engajamento contínuo dos usuários, economia de recursos e melhoria na experiência e acesso aos serviços de saúde. A escolha assegura a avaliação dos resultados em um ciclo anual completo, refletindo com fidelidade os ganhos operacionais e sociais da iniciativa.

Responsável pelo Projeto: Anderson Folador

Contato Institucional: anderson.folador@sjp.pr.gov.br

Resumo

A Cidade enfrentava desafios relacionados à alta demanda por serviços de saúde, filas presenciais, dificuldade de acesso às informações do prontuário e sobrecarga das unidades de atendimento. O APP foi criado para resolver essas fragilidades, oferecendo uma solução digital que aproxima a gestão pública da população. A plataforma permite acesso direto ao prontuário eletrônico, agendamento de consultas e exames, acompanhamento de resultados, receituário digital, certificado de vacinação, status da UPA em tempo real, notificações e avaliação do atendimento. Com isso, descentraliza rotinas administrativas, reduz filas, otimiza fluxos internos e promove mais agilidade, transparência e humanização no cuidado com a saúde. O público atendido é toda a população são-joseense usuária do SUS municipal, com destaque para cidadãos que utilizam frequentemente os serviços de saúde, profissionais da rede pública e gestores, beneficiados por uma gestão mais eficiente, integrada e orientada por dados.

1. Solução implementada



O Aplicativo Mais Saúde Cidadão aproxima a gestão pública da população, permitindo o acesso direto ao prontuário eletrônico, agendamento de consultas e exames, acompanhamento de resultados, status da UPA em tempo real, notificações, receituário, vacinação e avaliação do atendimento. A ferramenta descentraliza rotinas da saúde, reduz filas e promove comodidade, agilidade e humanização no atendimento.

A governança do APP Mais Saúde Cidadão é liderada pela Secretaria Municipal de Saúde, com apoio técnico da equipe de TI e inovação. O projeto conta com processos contínuos de acompanhamento por meio de indicadores de desempenho, relatórios analíticos e escuta ativa dos usuários. As atualizações são feitas periodicamente, garantindo a manutenção, evolução tecnológica, usabilidade, segurança e aderência às necessidades reais da população, com uma estrutura clara e institucionalizada.

O APP Mais Saúde Cidadão mostrou que a digitalização dos serviços públicos é viável, eficaz e bem aceita pela população. A principal lição foi que, ao empoderar o cidadão com acesso direto à sua saúde, aumentam a eficiência do sistema e a satisfação do usuário. A inovação está na integração de múltiplos serviços em uma única plataforma acessível, promovendo inclusão digital, autonomia e uma nova cultura de relacionamento entre gestão e sociedade.

Importante destacar que o “APP Mais Saúde Cidadão” está em constante evolução e transformação, sempre pensando nos anseios e necessidades dos usuários da Rede Municipal de Saúde, mapeando em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde novos serviços e informações que a tecnologia possa contribuir para aproximar cada dia mais a prestação do serviço público com a comunidade.

Dos mais variados serviços e informações disponível no aplicativo Mais Saúde Cidadão como: resultados de exames, acompanhamento dos medicamentos prescritos, carteirinha de vacinação, cartão municipal de saúde digital, agendamento de consulta na UBS (Unidade Básica de Saúde), agendamento de Teleatendimento, recebimento de notificação de confirmação de consultas e exames, recebimento da guia de agendamento em PDF, acompanhamento do status da lista de espera (Exames e Especialidades), acompanhamento da UPA em tempo real e avaliação do atendimento da UBS por setor. Destacamos abaixo os serviços inovadores de maior impacto do APP para a população são-joseense:

- Agendamento de Teleatendimento: Um serviço que para muitos já consolidado nos últimos anos, porém ainda pouco explorado na área pública, o município de São José dos

Pinhais novamente na vanguarda da inovação, disponibilizou essa rotina dentro do Aplicativo Mais Saúde Cidadão onde o paciente através do login e senha, vinculado a sua unidade de saúde de referência, consegue acompanhar a vagas disponíveis selecionando o dia e horário da agenda, na sequência o APP gera um comprovante de agendamento do teleatendimento em PDF. O link da vídeo chamada para o teleatendimento será encaminhado via whatsapp minutos antes do horário agendado. Mais agilidade e comodidade para os usuários do SUS do nosso município.

- Acompanhamento dos medicamentos prescritos: Uma novidade do APP é a possibilidade o paciente visualizar a qualquer o momento os medicamentos que o profissional médico prescreveu nas últimas consultas. Um grande auxílio para os pacientes que por ventura perderam a receita médica, que não lembram a posologia indicada e até mesmo o nome do próprio medicamento. O Aplicativo Mais Saúde Cidadão

disponibiliza essa informação de forma automática assim que a prescrição é realizada no sistema de saúde.

- Acompanhamento da UPA em tempo real: Outro serviço de grande relevância disponível no APP é o acompanhamento em tempo real das Unidades de Urgência e Emergência do município (UPAs), o usuário consegue visualizar o andamento do atendimento das UPAs, a quantidade de pacientes aguardando para serem atendidos pelo setor de triagem, quantos pacientes aguardando o atendimento médico, o número de profissionais médicos que estão atendendo, a quantidade de pacientes atendidos no plantão por classificação de risco. Essas informações são importantes para o usuário acompanhar a demanda e o volume de atendimento no dia, para saber o melhor momento para se deslocar até a unidade, qual UPA em determinada região está com o melhor fluxo de atendimento.

2. Implementação

O projeto do “Aplicativo Mais Saúde Cidadão” foi estruturado em quatro etapas: Fase Inicial, Elaboração, Desenvolvimento e Transição/Entrega, visando uma execução organizada, eficiente e técnica.

2.1 FASE INICIAL

- Estabelecimento do escopo do projeto e definição dos serviços de saúde a serem integrados à plataforma digital;

- Participação ativa da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Inovação, Modernização e Transformação Digital e da empresa IDS, parceira tecnológica do município;
- Análise de viabilidade para a sincronização entre o sistema de gestão em saúde já existente e o APP;
- Organização do cronograma de priorização por serviço, permitindo que as funcionalidades fossem desenvolvidas por etapas de forma progressiva e controlada;
- Elaboração de um cronograma com duas fases de entrega, estabelecendo a conclusão em até cinco meses.

2.2 FASE DE ELABORAÇÃO

- Desenvolvimento dos protótipos com base no cronograma de prioridades, divididos da seguinte forma:

FASE 1: login com CPF e senha, respeitando a LGPD; cartão de saúde digital com integração ao número do SUS; resultados de exames laboratoriais; carteirinha de vacinação digital; prescrição médica e acompanhamento do status em listas de espera por exames e especialidades;

FASE 2: agendamento de consultas nas UBSs; agendamento de teleatendimentos; notificações automáticas de confirmação de agendamentos; recebimento da guia de agendamento em PDF; visualização da situação em tempo real das UPAs; e ferramenta de avaliação dos atendimentos por setor da UBS;

- Definição de arquitetura da solução, cores e padronização para garantir usabilidade e navegação intuitiva;
- Parametrização das regras de sincronização automática entre sistema e aplicativo;
- Aprovação da documentação técnica para início da próxima fase.

2.3 FASE DE DESENVOLVIMENTO

- Implementação das funcionalidades conforme as fases previamente estabelecidas;
- Execução de testes técnicos validados por meio de simulações diretas: exemplo da Carteira de Vacinação — onde foi testada a integração entre o módulo de imunização do sistema e a exibição de alertas e histórico vacinal no app, com vacinas aplicadas, atrasadas e próximas a vencer;

- Homologações realizadas em tempo real com dados de testes e verificação cruzada entre plataforma e sistema;
- Testes finais e homologação da Sala de Situação.

2.4 FASE DE TRANSIÇÃO E ENTREGA

- Revisão técnica final com todos os envolvidos antes da liberação oficial;
- Realização de ajustes de performance e correções pontuais;
- Atualização e publicação da versão em ambiente de produção;
- Parametrização final e entrega da solução com apresentação oficial às lideranças;
- Treinamento de profissionais e suporte no pós-implantação.

O APP Mais Saúde Cidadão foi desenvolvido com recursos próprios do município, sem a necessidade de investimentos externos. Utiliza a infraestrutura tecnológica existente e conta com equipe técnica interna para sua manutenção contínua. A solução apresenta alta relação custo-benefício, com impacto direto na eficiência dos serviços prestados e redução de custos operacionais. Sua ampla aceitação e resultados positivos garantem viabilidade para expansão e constante aprimoramento.

3. Impactos e resultados

O APP Mais Saúde Cidadão atingiu mais de 65 mil usuários ativos com login e senha, demonstrando forte adesão da população. Em 12 meses, foram mais de 49.690 consultas agendadas pelo app em áreas como clínica médica, enfermagem, odontologia, ginecologia e teleconsulta, com média de 4 mil agendamentos mensais, o que reduziu significativamente filas presenciais. O acesso digital a resultados de exames, certificados de vacinação e receituários otimizou o atendimento e reduziu a carga administrativa das unidades. A economia de tempo e recursos humanos impactou diretamente na eficiência da rede. Qualitativamente, o app promoveu satisfação, autonomia e engajamento do cidadão, elevando a percepção de qualidade e humanização dos serviços públicos. A ferramenta consolidou uma gestão moderna e centrada no usuário, com impacto social relevante na inclusão digital e na melhoria do acesso à saúde.

O Aplicativo Mais Saúde Cidadão é uma realidade e um caso de sucesso no município de São José dos Pinhais, alcançando números significativos para a Gestão, onde destacamos os mais de 65 mil usuários que realizaram o download e estão com login e senha ativos, as

mais de 49.690 consultas agendadas nos últimos 12 meses nas mais diversas áreas como enfermagem, consulta médica, odontologia, ginecologia, teleconsulta e entre outros, com uma média de mais de 4 mil agendamentos via APP mês.

Além de outros facilitadores que permitiram a descentralização do serviço, como o certificado de vacina, resultados de exames, comprovante da guia de agendamento de consulta e exames, todos sendo gerado em PDF e disponível via APP, possibilitando o encaminhamento via whatsapp, email e demais compartilhamentos.

O Aplicativo Mais Saúde Cidadão consolida uma gestão de saúde moderna que busca constantemente a inovação, onde o cidadão pode acompanhar os resultados e informações do seu prontuário em tempo real e demais serviços, possibilitando interação e uma maior comodidade para a população são-joseense.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa seguirá ativa e em constante evolução, com suporte técnico assegurado pela integração definitiva aos sistemas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde. Já estão previstas expansões com novas funcionalidades, ampliação de serviços, interoperabilidade com outras plataformas e aprimoramento da experiência do usuário, garantindo impacto duradouro, resultados sustentáveis e o fortalecimento do atendimento humanizado em São José dos Pinhais.

5. Replicabilidade

O APP Mais Saúde Cidadão apresenta elevado potencial de replicação, podendo ser facilmente adaptado por outros municípios e órgãos públicos, graças à sua arquitetura modular e compatível com sistemas já existentes. A iniciativa promove eficiência, transparência e melhora na experiência do usuário, sendo escalável tanto em funcionalidades quanto em público atendido, garantindo impacto positivo em diversos contextos administrativos e sociais.

6. Conclusão

A implementação do APP Mais Saúde Cidadão evidenciou que a digitalização centrada no cidadão transforma o acesso à saúde pública. Lições-chave incluem a importância da escuta ativa dos usuários, da interoperabilidade entre sistemas, da gestão orientada por

dados e da melhoria contínua. Esses aprendizados mostram que soluções tecnológicas, quando bem planejadas e executadas, podem ser replicadas com sucesso em diferentes contextos para gerar impacto social duradouro.

BD Tech Hub

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Inovação Social

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Período de Implementação: Os resultados foram apurados continuamente entre 2022 e 2025, período que abrangeu implantação, expansão e consolidação do BD Tech Hub. Nesse ciclo, 6.890 pessoas foram atendidas e 20 novos negócios gerados a partir das iniciativas do hub, demonstrando impacto concreto em inclusão digital, desenvolvimento de competências, estímulo ao empreendedorismo e fortalecimento da articulação institucional e da gestão pública local.

Responsável pelo Projeto: Wallace Campos Rodrigues

Contato Institucional: wallace.campos@pmbd.mg.gov

Resumo

O município de Bom Despacho enfrentava baixa articulação entre poder público, instituições de ensino e setor produtivo, acesso restrito a oportunidades de formação digital e empreendedora e ausência de um modelo institucional capaz de converter demandas em políticas públicas orientadas por resultados e impacto social mensurável. Em 2022, a Prefeitura instituiu o BD Tech Hub, integrado ao PPA 2022-2025, com metodologia padronizada, governança formal, base de dados institucional e monitoramento contínuo. O programa executa uma jornada de inovação social que reúne inclusão digital, capacitação de competências, estímulo ao empreendedorismo e inovação aberta aplicada à gestão pública, com atuação em rede, soluções para desafios reais e gestão baseada em indicadores e evidências. Atende jovens, adultos, idosos, MPEs, startups, lideranças locais e servidores, fortalecendo o ecossistema, ampliando oportunidades e modernizando a gestão.

1. Solução implementada

Em 2019, a Prefeitura Municipal de Bom Despacho identificou o empreendedorismo e a tecnologia como eixos estratégicos para o desenvolvimento social e econômico do município. A partir dessa visão, foi concebida uma iniciativa voltada à articulação de ideias,

talentos e instituições, com o objetivo de fortalecer o ecossistema local de inovação e estimular a criação de novas oportunidades.

Nesse contexto, em 2022, foi instituído o BD Tech Hub como uma iniciativa estratégica dedicada à aceleração da inovação, ao fortalecimento do empreendedorismo e ao avanço da transformação digital em Bom Despacho. O Hub passou a atuar como um ambiente de conexão, experimentação e desenvolvimento de soluções, contribuindo para a modernização e para a consolidação de uma cultura orientada à tecnologia e colaboração.

A governança do BD Tech Hub é intersetorial, coordenada pela Secretaria de Administração, com operação realizada por empresa contratada via licitação e participação do ecossistema local. O acompanhamento é feito por base de dados centralizada, dashboard público e relatórios mensais. Na fase de consolidação, está em estruturação um modelo de transição, com comitê gestor institucionalizado e representatividade dos atores estratégicos, garantindo transparência, responsabilização e melhoria contínua.

Aprendemos que a inovação se sustenta quando é tratada como política pública contínua, orientada por pessoas e evidências. Como primeiro hub governamental do Centro-Oeste Mineiro, o BD Tech Hub estruturou uma jornada que conecta entrada, desenvolvimento e consolidação, adaptando metodologias aos contextos locais. A entrega de valor prático fortaleceu a autonomia, o protagonismo e a capacidade de transformar realidades sociais e a gestão pública.

2. Implementação

O investimento público de R\$ 3.067.618,90 (2022-2025) financiou consultoria especializada, desenvolvimento de metodologias de ponta, capacitações presenciais e remotas, gestão do hub, integração do ecossistema e eventos estratégicos. Parte das ações foi viabilizada por parcerias institucionais e editais. Na transição para consolidação, está sendo estruturado modelo de sustentabilidade com captação de mantenedores, garantindo expansão das trilhas e redução da dependência de recursos públicos.

3. Impactos e resultados

Entre 2022 e 2025, o BD Tech Hub consolidou um modelo público orientado por resultados e pessoas, organizado em funil de desenvolvimento que conecta acesso, capacitação e geração de valor territorial. Foram 128 edições de ações e programas, somando

6.890 participações e 586 conexões institucionais entre governo, ensino e setor produtivo. Na prospecção, primeira etapa do funil, eventos como o FITCOM ampliaram alcance e engajamento, reunindo mais de 1.300 pessoas em 2025. No eixo de desenvolvimento, iniciativas como Tô na Rede, Habilidades para o Futuro, CRIA e OMET promoveram inclusão digital, competências e mentalidade empreendedora, com jovens representando 49% do público. Na consolidação, programas de ideação, pré-aceleração e aceleração geraram 107 ideias, 20 convertidas em projetos ou negócios, com taxa de 18,9%, acima da média nacional, e NPS superior a 80, indicando alta satisfação, impacto prático e contribuição à gestão e à economia local.

4. Sustentabilidade e Continuidade

O BD Tech Hub, iniciado na gestão municipal de 2021-2024 e mantido em 2025, está em fase de renovação por novo ciclo plurianual de cinco anos. Consolidado como política pública integrada ao planejamento da Secretaria Municipal de Administração, avança para um modelo de institucionalização, com a formação de um comitê gestor representativo do ecossistema local, ampliando a governança, diversificando fontes de apoio e fortalecendo a sustentabilidade para além do investimento público.

5. Replicabilidade

A plataforma pública de inovação social estruturou uma jornada completa de desenvolvimento do cidadão, com metodologia documentada, portfólio modular e indicadores públicos, viabilizando replicação em outros municípios. A iniciativa fortalece redes regionais e nacionais de hubs e já inspirou unidades em Congonhas e Itabirito. Casos como Luís Gustavo, hoje no Google, e startups como Luggtrip e Construgame evidenciam impacto prático, inovação aplicada e potencial de escala social e econômica.

6. Conclusão

O principal aprendizado foi que a transformação cultural exige confiança e articulação estratégica. No Centro-Oeste mineiro, a desconfiança inicial da população só foi superada por parcerias com escolas, secretarias municipais e instituições financeiras locais, permitindo o engajamento efetivo. Essa base permitiu ao hub expandir sua atuação para além das parcerias,

consolidando impacto por meio da entrega de valor real e inovação aplicada nos projetos executados, gerando resultados sustentáveis.



Bebedouros Públicos Inteligentes: Inovação em Acesso à Água Potável, Saúde Pública e Redução de Plásticos (ODS 3, 6 e 12)

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Inovação Social

Órgão/Empresa Responsável: Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Período de Implementação: Os resultados foram apurados entre setembro e dezembro de 2025, período em que os primeiros bebedouros foram instalados e já estavam em operação. Essa janela permite avaliar o uso inicial pelos cidadãos e o impacto da iniciativa na hidratação e bem-estar da população durante o aumento das temperaturas.

Responsável pelo Projeto: Alexandre de Vargas

Contato Institucional: alexandredevargas@samae.com.br

Resumo

A iniciativa dos Bebedouros Públicos do SAMAÉ de Blumenau foi criada para enfrentar a falta de acesso gratuito e seguro à água potável em espaços públicos, atendendo pedestres, estudantes, trabalhadores, população em situação de vulnerabilidade e também animais de estimação. A solução consistiu na implantação de bebedouros conectados à rede pública de abastecimento, com água tratada, monitorada e pontos adaptados para consumo humano e para pets. O projeto promove saúde pública, inclusão social, bem-estar animal e sustentabilidade ambiental, ao reduzir o consumo de água engarrafada e o descarte de plásticos. Alinhada aos ODS 3, 6, 10, 11, 12 e 15, a iniciativa fortalece o direito humano à água, incentiva hábitos sustentáveis e qualifica os espaços urbanos, beneficiando toda a população que circula pela cidade e seus animais.

1. Solução implementada

O Samae é responsável pela gestão dos bebedouros, com monitoramento em tempo real via telemetria. Equipes técnicas realizam manutenção preventiva e corretiva, garantindo funcionamento contínuo. A gestão inclui acompanhamento periódico, atualização de equipamentos e integração com políticas de saúde e lazer da cidade, assegurando governança clara e operação sustentável.

A principal inovação da iniciativa está na transformação do acesso à água potável em um serviço público inclusivo, simples e de alto impacto social. Com uso de infraestrutura existente, planejamento territorial e baixo custo, os bebedouros promovem saúde, sustentabilidade e bem-estar animal. A experiência demonstra que soluções acessíveis, integradas aos ODS, podem gerar engajamento social, reduzir resíduos plásticos e qualificar os espaços urbanos de forma contínua e replicável.

2. Implementação

O investimento total foi de R\$ 441.700,00, financiado pelo Fundo Municipal de Saneamento Básico. Os recursos cobrem aquisição, instalação e manutenção dos bebedouros. O uso de telemetria garante eficiência na operação e manutenção, garantindo viabilidade econômica e técnica para a continuidade, expansão e operação sustentável da iniciativa no longo prazo.

3. Impactos e resultados

A implantação dos Bebedouros Públicos do SAMAE resultou na instalação de 25 pontos de acesso gratuito à água potável, distribuídos estrategicamente em diversos bairros de Blumenau, conforme mapeamento georreferenciado. A iniciativa ampliou a eficiência do serviço público ao utilizar infraestrutura existente, com baixo custo operacional e manutenção simplificada.

Do ponto de vista ambiental, contribui para a redução do consumo de água engarrafada e da geração de resíduos plásticos. Qualitativamente, apresentou alta aceitação social, promovendo saúde, inclusão e uso qualificado dos espaços públicos. O diferencial do projeto é o atendimento simultâneo a pessoas e pets, fortalecendo o bem-estar animal e a humanização da cidade. O projeto reforça hábitos sustentáveis, engajamento cidadão e impacto social contínuo, alinhado aos ODS e à inovação em serviços públicos.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa terá continuidade com a instalação dos 25 bebedouros planejados até fevereiro de 2026. Os equipamentos contam com telemetria para manutenção preventiva e corretiva, garantindo operação contínua. A ação será integrada a espaços públicos e áreas de lazer, permitindo expansão futura e resultados duradouros para a população.



5. Replicabilidade

A iniciativa pode ser replicada em outras cidades, praças, parques e terminais de transporte, adaptando a quantidade de equipamentos e integração com políticas locais de saúde e lazer. O modelo de telemetria e manutenção preventiva garante resultados consistentes, permitindo expansão eficiente e sustentável em diferentes contextos urbanos.

6. Conclusão

O modelo pode ser replicado em outras cidades e espaços públicos, combinando inovação, sustentabilidade e bem-estar. A telemetria e a manutenção preventiva garantem operação contínua e resultados consistentes, permitindo expansão eficiente e impacto duradouro na saúde e qualidade de vida da população.

Brusque+Digital

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governo Digital e Serviços ao Cidadão

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de Brusque

Período de Implementação: 2023 a 2025. A escolha garante tempo suficiente para capturar impacto real e mensurável (redução consistente do tempo médio e economia de impressão), além de permitir comparação anual com aumento do volume processado. Esse intervalo reflete maturação do método (padronização + indicadores) e evita leitura pontual de curto prazo.

Responsável pelo Projeto: Leonardo Batistta

Contato Institucional: leonardo.batistta@brusque.sc.gov.br

Resumo

O Brusque+Digital resolve um problema típico do governo digital: digitalizar sem simplificar mantém a burocracia e apenas transfere a fila para o ambiente online. A iniciativa implantou um método municipal de melhoria contínua: mapear processos ponta a ponta (AS-IS), simplificar exigências e etapas sem valor, padronizar o fluxo (TO-BE) com critérios e responsabilidades (RACI) e, só então, aplicar tecnologia (automação, integrações, notificações e trilha de auditoria). O público atendido inclui cidadãos, empreendedores e servidores, com redução de fricção, mais previsibilidade (SLA), rastreabilidade e atendimento mais claro e acessível nos canais digitais e institucionais.

1. Solução implementada

A governança é assegurada pelo Escritório de Processos, núcleo permanente criado em 2025, responsável por padronizar BPMN, manter AS-IS/TO-BE, definir responsabilidades, revisar gargalos, sustentar indicadores e rastreabilidade (trilha de auditoria) e coordenar melhorias com as unidades. As modernizações já vinham ocorrendo e foram normatizadas pelo Decreto nº 10.221/2025, que atualizou a redação do Decreto nº 8.725/2020.

Inovação central: processo primeiro, tecnologia depois, com BPMN como padrão municipal e gestão orientada a indicadores. Ao padronizar dados, critérios e responsabilidades (RACI), o município evitou digitalizar burocracia, reduziu retrabalho e aumentou

previsibilidade (SLA). Lição-chave: governo digital efetivo depende de dono ponta a ponta, padrão e mensuração contínua, não de ferramenta isolada.

2. Implementação

A iniciativa priorizou revisão de fluxos, conteúdo e responsabilidades, reduzindo dependência de novos investimentos. Houve ganhos financeiros diretos com redução de impressões em 2025 (R\$ 123.393,20) e economia estimada adicional superior a R\$ 80 mil na reestruturação de canais, sem custos adicionais relevantes. A manutenção é viável por operar como método institucional contínuo (processos + indicadores), escalável por priorização.

3. Impactos e resultados

Eficiência e agilidade (quantitativos): redução acumulada de 61% no tempo médio de tramitação (2023→2025), com queda de 232,21 dias (2023) para 90,51 dias (2025), mesmo com aumento do volume: 36.871 (2023) → 63.859 (2025). Adoção/alcance do atendimento digital: em 2025, os serviços da Prefeitura registraram mais de 2,3 milhões de acessos, evidenciando uso efetivo pelos cidadãos. Economia: em 2025, 1.246.396 páginas deixaram de ser impressas, com economia estimada de R\$ 123.393,20. Qualidade do fluxo (retrabalho): taxa de reabertura em 2025 foi 2,14%, mesmo com maior escala.

Qualitativos: melhoria da experiência do usuário (cidadão/servidor), redução de “caminhos paralelos” (planilhas/e-mails), mais transparência e rastreabilidade, com evidências para controle e auditoria.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa permanece como política permanente de modernização administrativa, com melhoria contínua baseada em processos padronizados e indicadores. O programa evolui para ampliar canais e acesso: app do munícipe integrado ao Portal de Serviços e uso gradual de IA para autoatendimento e transparência, sempre ancorados em fluxos TO-BE validados, evitando resultados pontuais e garantindo expansão controlada.

5. Replicabilidade

É replicável porque se baseia em método e governança, não em uma tecnologia específica: BPMN como padrão, AS-IS/TO-BE, RACI, padrão de dados, indicadores e SLA.

Pode ser aplicado em qualquer órgão/secretaria para reduzir redundâncias, aumentar rastreabilidade e melhorar atendimento ao cidadão. Requisito essencial: núcleo guardião do padrão (Escritório de Processos) e rotina de mensuração.

6. Conclusão

1) Digitalização sem simplificação mantém a fila. 2) Mapeamento ponta a ponta identifica onde a fila nasce. 3) Padrões (dados/checklists) e RACI reduzem devoluções e retrabalho. 4) Integração e automação só após TO-BE validado. 5) Indicadores contínuos sustentam priorização e transparência. 6) Governança permanente evita “atalhos” e retrocessos.

Cadastro Rural Georreferenciado e Governança de Dados da Suinocultura de Presidente Castello Branco (SC)

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governança de Dados e Inteligência Pública

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco, SC.

Período de Implementação: A parceria entre a Prefeitura de Presidente Castello Branco (SC) e a Embrapa Suínos e Aves teve início durante o Projeto SMART (2019- 2021), voltado ao desenvolvimento de modelos de gestão ambiental para áreas com produção animal intensiva. Nos anos seguintes, a plataforma foi continuamente alimentada, ampliada a partir de 2023 e publicizada em janeiro de 2026 no portal da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Responsável pelo Projeto: Cleiton Frigo

Contato Institucional: cleiton.frigo@hotmail.com

Resumo

A iniciativa surgiu para solucionar a fragmentação de dados rurais, integrando bases dispersas como CAR, IBGE, IMA e SIGSC em uma única geodatabase municipal. Desenvolvido em cooperação técnica com a Embrapa Suínos e Aves de Concórdia (SC), o projeto utilizou ferramentas de acesso livre, como QGIS e Google MyMaps, para estruturar um ecossistema de governança de dados territoriais. A solução oferece ao poder público um “portal de comando” que qualifica o licenciamento ambiental, o planejamento agrícola e a tomada de decisões estratégicas, além de disponibilizar à sociedade uma plataforma transparente de visualização do ambiente rural. Ao aplicar o conceito de tecnologias sociais, o projeto democratiza o uso do geoprocessamento, transforma dados técnicos em informações acessíveis e promove uma gestão territorial inteligente, baseada em evidências e alinhada à soberania digital do município.

1. Solução implementada

A governança é municipal, sob responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com suporte técnico contínuo da Embrapa Suínos e Aves. Servidores capacitados realizam a atualização, manutenção e uso da base de dados. O modelo adota governança colaborativa e descentralizada, permitindo que diferentes setores alimentem a plataforma

conforme novos dados surgem, assegurando evolução contínua, estabilidade institucional e incorporação gradual de novas funcionalidades.

A principal inovação está na adoção da governança rural orientada por dados, que transforma informações estáticas em ferramentas interativas de valor para a comunidade. O projeto comprova que a organização lógica e a cooperação institucional, aliadas ao uso de software livre, superam a dependência de licenças onerosas. Ao aplicar tecnologias sociais, democratizou o geoprocessamento, ampliando o acesso, qualificando a gestão rural e melhorando a experiência de servidores e cidadãos.

2. Implementação

A viabilidade financeira é um pilar do projeto. O custo com software é zero, devido ao uso de SIG livres (QGIS e Google MyMaps) e à infraestrutura já existente no município. O principal investimento concentrou-se em capital humano e horas técnicas para integração das bases. A parceria com a Embrapa reduziu custos e assegurou rigor metodológico, tornando a iniciativa sustentável, resiliente a cortes orçamentários e passível de manutenção e expansão sem impacto relevante no orçamento público.

3. Impactos e resultados

A centralização inédita de bases de dados nacionais e estaduais em nível local facilitou diagnósticos territoriais mais precisos. A utilização de softwares gratuitos eliminou custos de licenciamento, comprovando a eficiência do gasto público e a sustentabilidade financeira do projeto. Já a implementação do portal público resultou em maior transparência e agilidade no acesso à informação pelo cidadão, promovendo engajamento. Para a gestão, a integração de dados permitiu a visualização sobreposta de dados ambientais e produtivos, otimizando o planejamento de políticas públicas agropecuárias e de infraestrutura com maior precisão. Adicionalmente, a iniciativa fortaleceu a cultura de cooperação técnica, elevando o patamar tecnológico da gestão rural e transformando a experiência do usuário (servidor e cidadão) no consumo de dados geográficos, tornando-os mais acessíveis e úteis para decisões.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa está plenamente institucionalizada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, garantindo sua continuidade. O uso de plataformas gratuitas elimina a

dependência de licenças orçamentárias. O protocolo de atualização é simples e permite a manutenção autônoma pelo corpo técnico municipal. A geodatabase vem sendo ampliada com novos módulos, como GeoFert e rastreamento de frota, assegurando atualização permanente e evolução contínua da gestão rural.

5. Replicabilidade

O projeto tem alto potencial de replicação, especialmente em municípios de pequeno e médio porte com restrições orçamentárias e forte base agropecuária. A metodologia, baseada em governança orientada por dados, software livre e parcerias institucionais públicas, é adaptável a diferentes realidades. A iniciativa configura-se como modelo replicável para qualificar a gestão rural, promover sustentabilidade ambiental e ampliar a eficiência administrativa.

6. Conclusão

Os principais aprendizados foram a centralidade da governança de dados para uma gestão rural eficaz; a integração entre tecnologia, especialmente software livre, e política pública para decisões qualificadas; o valor da transparência ativa por meio de portal geográfico para reduzir burocracia e aproximar o cidadão; e a relevância de parcerias com instituições de pesquisa como catalisadoras de inovação. Esses aprendizados promovem decisões mais qualificadas e sustentáveis na gestão pública.

Carteira da Pessoa Idosa Paranaense

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governo Digital e Serviços ao Cidadão

Órgão/Empresa Responsável: Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR

Período de Implementação: O período de apuração foi de Agosto/25 a Janeiro/26, pois compreende a fase de maturação da ferramenta e a massificação do uso após as campanhas de adesão. Os dados refletem um ciclo completo de uso contínuo, demonstrando que a solução se consolidou como o meio preferencial de acesso ao benefício provando a sustentabilidade da mudança cultural.

Responsável pelo Projeto: Simone de Almeida Virmond

Contato Institucional: sivirmond@celepar.pr.gov.br

Resumo

Embora a legislação federal assegure a gratuidade em 2 assentos ou 50% de desconto em 2 assentos por ônibus em passagens intermunicipais no transporte interestadual, o acesso ao transporte intermunicipal no Paraná ainda enfrentava barreiras operacionais. Para solucionar essa lacuna, o Governo do Estado instituiu a Carteira do Idoso Paranaense. Integrada ao ecossistema Piá (Paraná Inteligência Artificial) e à Central de Segurança, a solução Web permite a emissão instantânea do documento digital. Voltado a cidadãos com 65 anos ou mais e renda de até dois salários mínimos, o sistema utiliza validação via QR Code para garantir autenticidade. Mais do que digitalização, a iniciativa entrega cidadania, permitindo que o idoso exerça seu direito de ir e vir com agilidade, dignidade e sem burocracia.

1. Solução implementada

A governança é compartilhada entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), responsável pela regra de negócio e normatização, e a CELEPAR, responsável pela sustentação tecnológica e segurança de dados. Reuniões periódicas de monitoramento avaliam indicadores de uso e feedback dos usuários. O sistema possui rotinas automatizadas de atualização baseadas no CadÚnico federal.

A principal inovação não é apenas tecnológica, mas de Design de Serviço focado na experiência do usuário sênior (UX 60+). A lição central foi que a tecnologia para idosos deve ser intuitiva, com fontes legíveis e fluxos simplificados. Inovamos ao cruzar dados automaticamente com o CadÚnico, eliminando a exigência de prova de vida presencial ou recadastramento constante.

2. Implementação

O projeto apresenta alta eficiência de custos (Low Cost, High Impact). Desenvolvido sobre a arquitetura já existente do Governo Digital, teve custo marginal de implementação reduzido. A manutenção em nuvem garante que o custo por novo usuário seja irrisório. A viabilidade econômica é sustentada pelo ROI social e financeiro: a desoneração da máquina pública (fim do atendimento balcão para emissão) supera os custos operacionais da tecnologia.

3. Impactos e resultados

A estratégia combinou tecnologia com humanização: realizamos mutirões de busca ativa e criamos o protocolo inovador 'Mutirão Sob Demanda', permitindo que qualquer prefeitura solicite ações técnicas, garantindo capilaridade total. O resultado é contundente: 60.000 carteiras emitidas em apenas 9 meses. O número valida a solução e aponta para uma escalabilidade massiva frente ao público elegível de 800 mil idosos. A tecnologia de QR Code não apenas blindou o sistema contra fraudes, mas eliminou a burocracia, devolvendo autonomia imediata ao cidadão. O impacto vai além do usuário: transformamos a gestão pública ao utilizar os dados de uso para mapear fluxos reais de viagem, permitindo ao Estado ajustar a oferta de transporte com precisão inédita. É a inclusão digital na ponta e inteligência de dados na gestão

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa é perene, instituída legalmente e integrada à plataforma de serviços digitais do Estado (Piá). A continuidade é assegurada pela demanda reprimida (público potencial de 800 mil idosos) e pela infraestrutura escalável da CELEPAR. Os planos futuros incluem a criação do "Hub 60+", expandindo a carteira para integrar histórico de saúde,

medicamentos e descontos em cultura, transformando o app em uma identidade digital completa para o idoso.

5. Replicabilidade

A solução é altamente replicável, pois utiliza padrões abertos de identidade digital através da Central de Segurança do estado do Paraná e validação por QR Code. O modelo pode ser adotado por qualquer estado ou município que possua base de dados de beneficiários (CadÚnico ou similar). A lógica de negócio pode ser adaptada para outros grupos vulneráveis (PCDs, estudantes), servindo de blueprint para qualquer política pública que exija identificação e concessão de benefícios baseada em renda.

6. Conclusão

1. Tecnologia é meio, não fim: O sucesso veio de unir o digital com a busca ativa presencial (mutirões).
2. Simplificação Radical: Para incluir idosos digitalmente, a interface deve ser invisível e intuitiva.
3. Segurança Jurídica: A validação digital precisa ter respaldo legal sólido para ser aceita pelos operadores de transporte, exigindo trabalho conjunto entre TI e Jurídico desde o dia um.

Catálogo de Dados com Open Metadata: estruturando a Governança de Dados na SES-GO

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governança de Dados e Inteligência Pública

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria do Estado da Saúde de Goiás

Período de Implementação: Os resultados foram apurados no período de janeiro de 2024 a dezembro de 2025, abrangendo as fases de implantação, consolidação e uso contínuo do catálogo de dados. Esse intervalo permitiu observar não apenas efeitos iniciais, mas também impactos sustentados da iniciativa na rotina das equipes. O período foi escolhido por refletir a maturação do projeto, garantindo que os resultados apresentados correspondem a benefícios reais e recorrentes, e não apenas a ganhos pontuais de curto prazo.

Responsável pelo Projeto: Nathan Pinheiro Sales de Almeida Guedes

Contato Institucional: nathan.guedes@goias.gov.br

Resumo

A Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) iniciou a implementação bem sucedida de uma estratégia abrangente de catalogação de dados utilizando Open Metadata, reduzindo significativamente a descentralização de dados, melhorando a conformidade com LGPD e criando as bases para um ecossistema de dados centralizado e confiável. Este case documenta a jornada de transformação, desafios enfrentados, soluções implementadas e resultados alcançados entre janeiro e dezembro de 2024. O projeto enfrentou a fragmentação das informações, a ausência de padronização conceitual e a baixa rastreabilidade dos dados na SES-GO, que dificultavam o uso seguro e estratégico das informações. A solução foi a implantação de um catálogo corporativo de dados utilizando a plataforma open-source: Open Metadata. Com ela, foi possível integrar múltiplas bases e sistemas de diferentes bancos. Juntamente a essa centralização, foi realizado um trabalho de padronização dos dados com os dicionários de dados, glossários de negócio, classificação de dados e início do mapeamento da linhagem de dados. A iniciativa atende equipes técnicas, analíticas e gestores, promovendo transparência, conformidade com a LGPD e melhoria da tomada de decisão baseada em dados confiáveis.

1. Problema Público

A SES-GO é responsável pela formulação, execução e fiscalização da política estadual de saúde pública no estado de Goiás, gerenciando um complexo ecossistema de dados que alimenta decisões críticas sobre saúde pública, epidemiologia e alocação de recursos. A SUTIS(Superintendência de Tecnologia, Inovação e Saúde Digital) está na vanguarda da inovação na saúde digital, com projetos que abrangem desde a criação de painéis de business intelligence(Inteligência empresarial) até soluções de Inteligência Artificial como a premiada CAREN(Classificação de Atenção ao Recém-Nascido), contudo, problemáticas críticas foram identificadas na gestão dos dados, criando-se a necessidade por um projeto robusto de Governança de Dados.

Desafios Identificados:

- Descentralização crítica de inúmeros bancos de dados espalhados por múltiplos ambientes (Data Warehouses, Data Lakes, Messaging Services, Databases relacionais)
- Desconhecimento do volume de dados gerado e processado pela organização
- Silos de informação dificultando integração entre as coordenações (Data Science, BI, Big Data e FHIR)
- Falta de documentação centralizada de dicionários de dados e metadados
- Conformidade regulatória inadequada com LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)
- Qualidade inconsistente de dados com problemas de duplicação, inconsistência e registros incompletos

2. Solução implementada

A gestão da iniciativa é realizada pela Gerência de Inovação, com papéis definidos de liderança técnica, curadoria e apoio das equipes de dados. O modelo inclui determinar responsáveis por domínios de dados, processos de atualização contínua de metadados, uso de glossários como referência institucional e acompanhamento por métricas de catalogação e uso disponíveis na plataforma. A manutenção ocorre de forma incremental, integrada à rotina das equipes técnicas.

A principal inovação foi demonstrar que ferramentas open source podem estruturar governança de dados em ambientes públicos complexos, com baixo custo e alto impacto. A combinação de automação de metadados, documentação colaborativa e glossários de negócio

reduziu a dependência de conhecimento tácito e aproximou áreas técnicas e de negócio, tornando a governança um processo contínuo e não apenas normativo.

3. Implementação

O projeto possui baixo custo operacional, baseado majoritariamente em software open source e infraestrutura já existente. Os investimentos concentram-se em esforço técnico interno e capacitação, garantindo eficiência no uso dos recursos públicos. A viabilidade de manutenção e expansão é elevada, pois não depende de licenças proprietárias e permite crescimento gradual conforme a maturidade institucional e novas demandas

4. Impactos e resultados

Os resultados encontrados durante esse projeto abrangem desde o aumento significativo da eficiência no acesso e entendimento dos dados institucionais, com centralização das informações em um único catálogo corporativo até a redução de retrabalho na busca por dicionários e estruturas de dados, maior agilidade no atendimento a demandas analíticas e melhoria no controle sobre ativos informacionais. Foram catalogados mais de 100 mil ativos, entre tabelas, schemas, painéis, pipelines e muito mais, com 18% já totalmente documentado e classificado.

A iniciativa ampliou a transparência, fortaleceu o engajamento das equipes técnicas, reduziu a dependência de conhecimento tácito e elevou a confiança no uso dos dados. Esse projeto influenciará em um suporte mais qualificado à tomada de decisão em saúde pública, contribuindo diretamente e indiretamente para políticas e ações mais efetivas.

5. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa seguirá ativa como componente estrutural da Governança de Dados institucional. Estão previstos a ampliação da catalogação, evolução da linhagem de dados, fortalecimento da classificação LGPD e integração com novos sistemas e plataformas analíticas. O catálogo passa a ser referência oficial para uso, compartilhamento e entendimento dos dados, garantindo continuidade, escalabilidade e evolução progressiva da maturidade em dados.

6. Replicabilidade

Catalogação de dados tem um alto potencial de replicação por ser baseada em software open source, arquitetura modular e processos padronizados. O modelo pode ser adaptado a outros órgãos públicos e regiões, independentemente do porte ou maturidade em dados, bastando adequar regras, glossário e integrações às realidades locais. A metodologia contudo, precisa ser feita de forma incremental de implantação, aliada à definição clara de papéis e à documentação centralizada.

7. Conclusão

A importância que uma governança orientada por uso real dos dados possui no processo decisório, o valor que glossários possuem para alinhar a linguagem entre áreas e a necessidade de padronizar. A experiência mostrou que governança de dados é mais efetiva quando combinada com automação, engajamento institucional e foco em valor prático, sendo replicável em outros órgãos públicos, especialmente na área da saúde.

A implementação do Open Metadata na SES-GO representa uma transformação paradigmática na gestão de dados de uma organização de saúde pública. Com 113 mil ativos armazenados, a instituição construiu bases sólidas para Governança de Dados em um ambiente complexo de saúde digital.

Os desafios enfrentados (infraestrutura instável, priorização competitiva, formalização lenta) são típicos de transformações complexas e já estão em roadmap de resolução para 2026.

A SES-GO está posicionada para se tornar modelo de excelência em governança de dados no setor público de saúde, alinhada a regulamentações (LGPD, FHIR) e orientada ao impacto: dados de qualidade, acessíveis com segurança, para decisões que salvam vidas.

Cidades Inteligentes - Municípios: Unindo Instituições de Ciência e Tecnologia às Prefeituras para Transformação Digital Municipal com SEI em até 100 dias

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governo Digital e Serviços ao Cidadão

Órgão/Empresa Responsável: Instituto Federal da Bahia - Campus Irecê

Período de Implementação: Resultados apurados do início de operação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) em Irecê ($\approx$ 3 meses de uso). Esse recorte foi escolhido por corresponder ao pós-go-live, quando a solução já estava em uso real pelos setores, permitindo medir adoção e volume de tramitações/documentos com base no relatório oficial do sistema em anexo.

Responsável pelo Projeto: Leandro Oliveira de Souza

Contato Institucional: leandro.souza@ifba.edu.br

Resumo

A iniciativa enfrenta a dificuldade de municípios de pequeno e médio porte iniciarem a transformação digital: processos administrativos lentos, em papel, pouco padronizados e com baixa rastreabilidade, além de capacidade técnica limitada. A solução é o projeto Cidades Inteligentes - Municípios, do IFBA - Campus Irecê, que apoia a transformação digital com metodologia, capacitação, desenvolvimento de soluções públicas e suporte para estruturar governança, processos, dados e serviços digitais. No projeto, o SEI é a entrega estruturante e - porta de entrada - do governo digital, com mapeamento/padronização de fluxos e governança. O método, replicável, leva até 100 dias, já implantado em 3 municípios e em implantação em mais 4. Em Irecê, em cerca de 3 meses, o SEI registra 388 usuários, evidenciando adoção acelerada e replicabilidade. O público atendido inclui servidores municipais e, indiretamente, cidadãos, pela melhoria da resposta administrativa. <https://cidadesinteligentes.ifba.edu.br>

1. Solução implementada

A governança é compartilhada entre Prefeitura(s) e Instituto/IFBA - Campus Irecê: Comitê Gestor do SEI (patrocínio da alta gestão), Administração do SEI (TI/gestão documental) e pontos focais por secretaria. A implantação e expansão ocorrem em ondas

(priorização de áreas/processos, go-live, estabilização e nova onda). Há monitoramento por indicadores, gestão de acessos, atualização de fluxos, capacitação contínua e suporte.

A inovação está no modelo replicável de transformação digital para municípios pequenos e médios, liderado pelo IFBA - Campus Irecê, no qual a academia reduz a barreira técnica e acelera resultados. O SEI é a entrega estruturante (porta de entrada) combinada a mapeamento e padronização de processos, capacitação e governança. Lição: tecnologia só escala com método, pessoas e gestão da mudança - viabilizando implantação em até 100 dias e rápida adoção.

2. Implementação

Custos concentrados no pagamento de bolsas a pesquisadores e estudantes (Prefeituras) e na gestão da mudança; a infraestrutura do IFBA - apoia o trabalho operacional. Como o SEI é software público, não há custos de licenças. O financiamento combina recursos próprios da prefeitura e parceria institucional, com apoio do Governo do Estado na disponibilização e manutenção da infraestrutura. A manutenção/expansão é viável por implantação em ondas e transferência de capacidade à equipe municipal.

3. Impactos e resultados

Em Irecê, em ~3 meses, o SEI atingiu 388 usuários e movimentou 25.861 documentos recebidos, 8.077 gerados e 3.457 tramitados, demonstrando uso efetivo e escala. Em áreas críticas, registrou 1.994 Despachos de Autorização e 635 Pareceres de Conformidade, além de alto volume em compras/finanças: 3.727 certidões, 2.899 empenhos, 2.141 pedidos de compra e 1.620 notas fiscais recebidas. Eficiência: adotando ganho médio de 10-20 min por tramitação, o estima-se economia de ~1.152 horas no período; com custo-hora R\$60, isso equivale a ~R\$69,1 mil. Insumos: com ~4 páginas evitadas por documento gerado e R\$0,35/página, estima-se ~R\$11,3 mil no período, além de redução de arquivo e deslocamentos. Qualitativos: maior padronização e rastreabilidade, controle de prazos, transparência e redução de retrabalho; engajamento sustentado por capacitação e suporte do IFBA, com impacto social indireto na agilidade e confiabilidade da resposta ao cidadão. Estimativa total anual (projeção): ~R\$321,7 mil/ano.

4. Sustentabilidade e Continuidade



A iniciativa continuará como política permanente de governo digital, com manutenção do SEI, governança (acessos, padronização e indicadores) e capacitação contínua pelo Instituto. O projeto segue em rápida expansão por prefeituras da Bahia, consolidando um consórcio entre municípios e o Instituto. Conta com apoio do Governo do Estado e está em articulação com o MGI para replicação nacional do modelo academia - gestão municipal.

5. Replicabilidade

A iniciativa é replicável porque combina software público (SEI) com um método padronizado de implantação em ondas: diagnóstico, mapeamento/padronização de processos, capacitação, governança e suporte até a autonomia municipal. O modelo academia - gestão (IFBA - Campus Irecê + Prefeituras) reduz a barreira técnica e pode ser adaptado a diferentes portes e realidades, priorizando secretarias/processos críticos e escalando gradualmente. Já foi aplicado em 3 municípios e está em expansão para mais 4.

6. Conclusão

O principal aprendizado é que o sucesso vem da parceria academia - município: o IFBA - Campus Irecê reduz a barreira técnica e acelera a transformação digital com método, capacitação e suporte, enquanto a Prefeitura institucionaliza e opera. Outro aprendizado é implantar em ondas, priorizando processos críticos, com mapeamento/padronização e governança. A transferência de conhecimento e indicadores simples garantem continuidade e replicação.

CLIC - Conhecimento em Licitações e Compras

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governança de Dados e Inteligência Pública

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria de Estado da Administração

Período de Implementação: A licença gratuita da solução permite a visualização dos dados de acesso referentes aos últimos 90 dias. Não há disponibilidade de informações consolidadas relativas a períodos anteriores.

Responsável pelo Projeto: Francieli Alves Correa

Contato Institucional: dglc@sea.sc.gov.br

Resumo

O CLIC - Conhecimento em Licitações e Compras é uma base de conhecimento digital desenvolvida pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos (DGLC), na plataforma GitBook, com o objetivo de centralizar, organizar e disseminar informações estratégicas sobre licitações e contratos administrativos no âmbito do Governo do Estado de Santa Catarina. A plataforma reúne procedimentos, modelos, guias, orientações técnicas e normativos, promovendo padronização, transparência e segurança jurídica nos processos de compras públicas. O CLIC surge no contexto do Programa Compras SC, instituído pela Lei nº 18.806/2023, como instrumento de apoio à governança, capacitação contínua dos agentes públicos e fortalecimento da atuação integrada dos órgãos estaduais. O público atendido compreende servidores e gestores que atuam nas contratações públicas da Administração Estadual Direta, Autárquica e Fundacional. Link para acesso <https://compras-sc.gitbook.io/>

1. Problema Público

As informações de referência sobre compras públicas encontravam-se dispersas em diferentes repositórios governamentais. Essa fragmentação dificultava o acesso rápido e confiável às informações tanto pelos agentes diretamente envolvidos nas contratações quanto pelos gestores dos processos.

Para a Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos (DGLC), esse cenário também gerava dificuldades na manutenção, atualização e padronização dos conteúdos, aumentando o risco de inconsistências e retrabalho.

2. Solução implementada

A plataforma GitBook foi adotada por meio de licença gratuita. Embora essa modalidade apresente algumas limitações de recursos, atende de forma adequada às demandas atuais da base de conhecimento.

As funcionalidades disponíveis são suficientes para a organização, atualização e disseminação dos conteúdos previstos. A solução dispõe de recursos como organização modular de conteúdos, navegação intuitiva, controle de versões e atualização ágil das informações.

A plataforma é operada pela Assessoria de Normatização e Orientação, vinculada à Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos, responsável pela manutenção do conteúdo.

As matérias são elaboradas e disponibilizadas pelas áreas técnicas da DGLC, de acordo com seus respectivos eixos de competência.

A identificação de necessidade de inclusão ou atualização de conteúdos ocorre de forma contínua, assegurando que as informações publicadas permaneçam alinhadas à legislação e procedimentos vigentes.

A adoção da plataforma GitBook, já conhecida no âmbito da Administração Pública Estadual, permitiu solucionar de forma ágil e sem custos adicionais um problema recorrente de gestão do conhecimento que dificultava a rotina dos servidores atuantes em compras públicas. A iniciativa destacou-se por utilizar uma solução simples e acessível para estruturar, centralizar e disseminar informações essenciais, promovendo maior eficiência, padronização e segurança na atuação dos agentes públicos.

3. Implementação

A plataforma GitBook é acessível por meio de plano gratuito, que, embora apresente algumas limitações de recursos, atende de forma adequada às demandas atuais da base de conhecimento.

O principal custo associado à iniciativa refere-se ao tempo dedicado à manutenção. Contudo, uma vez implantada e estruturada, a plataforma demanda baixo nível de esforço contínuo para atualização, que é realizada pela própria equipe da DGLC.

4. Impactos e resultados

O volume médio de acessos semanais, no período entre 1º de novembro e 13 de dezembro, foi de 617 visitantes. Esse número é expressivo quando comparado ao universo estimado de 1.865 servidores atuando diretamente em compras públicas, evidenciando ampla adesão e a relevância da plataforma como instrumento de apoio e disseminação do conhecimento no âmbito do Programa Compras SC.

A implementação do CLIC trouxe benefícios como a redução de demandas diretas por modelos e orientações, maior agilidade na comunicação de alterações em documentos e regulamentos, e a gestão direta e centralizada do conteúdo, contribuindo para maior padronização, eficiência e segurança nos processos de compras públicas.

O monitoramento de acessos nos últimos 90 dias aponta média de 447 visitantes semanais. Ao ajustar a análise para novembro e dezembro, desconsiderando o mês de janeiro, marcado por férias de servidores, a média sobe para 617 visitantes semanais.

O volume é expressivo frente ao universo estimado de 1.865 servidores atuantes em compras públicas, evidenciando ampla adesão e relevância da plataforma como instrumento de apoio e disseminação do conhecimento no Programa Compras SC.

5. Sustentabilidade e Continuidade

Considerando a aderência da solução às necessidades operacionais, a plataforma continuará a ser utilizada como ferramenta para a disponibilização de modelos, manuais e normas de referência, atendendo à demanda permanente por uma base de conhecimento estruturada e atualizada.

6. Replicabilidade

O modelo do CLIC é plenamente replicável por outros órgãos, exigindo apenas a disponibilidade de profissional com conhecimento em ambientes digitais para a estruturação e manutenção da base de conhecimento.

7. Conclusão



Relevância institucional: a solução mostrou-se adequada para áreas de normatização e produção de conteúdos, ao consolidar informações em ambiente único, facilitando a gestão, a atualização contínua e a experiência do usuário.

Organização orientada a processos: a estruturação do conteúdo com base nos processos de trabalho, e não na organização interna, mostrou-se mais eficiente, garantindo acesso rápido e intuitivo à informação.

Mapeamento e navegação: o mapeamento prévio dos conteúdos foi essencial para definir uma navegação clara e acessível.

CoIn - Sistema Inteligente de Auditoria e Orientação em Acessibilidade Digital

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Inovação Social

Órgão/Empresa Responsável: Universidade Federal de Santa Catarina

Período de Implementação: A apuração cobre a trajetória completa de pesquisa e desenvolvimento (2015-2025), desde o protótipo em mestrado, passando pelo modelo de doutorado, contribuições à norma ABNT (2023-2025) e a prototipação do sistema inteligente no pós-doc (2024-2025). Este período abrangente demonstra a maturidade, a validação iterativa e a adaptação do projeto aos novos desafios tecnológicos (IA Generativa).

Responsável pelo Projeto: Renan de Paula Binda

Contato Institucional:

Resumo

O CoIn resolve o desafio da inclusão prática na criação de conteúdos web educacionais. É a evolução de uma pesquisa de mestrado (APP de recomendações) e doutorado (modelo psicossocial de acessibilidade) para uma plataforma inteligente. Ele automatiza a auditoria técnica (WCAG/NBR 17225) e oferece orientação contextual para atuar como um tutor para professores e desenvolvedores da gestão pública. Desenvolvido no LaMID/UFSC, transforma diretrizes complexas em ações práticas e promove equidade digital de forma escalável.

Palavras-chave: Web Agêntica, Sistemas Inteligentes de Mediação, Acessibilidade Digital, IA Agêntica, Gestão do Conhecimento.

1. Problema Público

A operação descentralizada de múltiplos agentes autônomos gera um ambiente digital complexo e potencialmente caótico. Nesse contexto, os SIMs emergem como uma camada de governança e interpretação. Eles atuam intermediando a intenção do usuário, a execução dos agentes autônomos e o extenso repositório de dados da web, com funções de curadoria, validação e contextualização da informação (Floridi, 2014).

Já em ambientes educacionais, um SIM adiciona uma dimensão pedagógica e qualitativa. Ele avalia se o conteúdo recuperado por um agente é adequado ao perfil do aprendiz, verificando sua conformidade com padrões WCAG, se é proveniente de fontes

confiáveis e se está livre de vieses ou alucinações. Ao fazer isso, o SIM media a relação entre a busca por conhecimento e a extensão de dados brutos online para transformar informação em conhecimento estruturado e acionável.

2. Solução implementada

A Plataforma CoIn busca materializar o conceito de SIM com foco na mediação para assegurar acessibilidade digital em contextos educacionais. Inicialmente concebido como um aplicativo de recomendação de boas práticas em acessibilidade (Patente BR512018051857-5/INPI 2018), evoluiu para uma plataforma que utiliza automação cognitiva para identificar problemas de acessibilidade, realizar auditorias técnicas conforme o checklist da ABNT NBR 17225:2025, compreender o contexto específico de cada website e gerar orientações personalizadas para sua adequação à conformidade legal.

A Plataforma opera em ciclos autônomos característicos dos agentes inteligentes: inicia com a percepção, por meio da captura e análise do conteúdo web; avança para o planejamento, decompondo a auditoria em verificações individuais por critério; procede com a execução, aplicando regras de validação e interagindo com serviços externos; e finaliza com a reflexão que sintetiza os resultados em um score, uma classificação e um conjunto de recomendações priorizadas.

Essa operacionalização demonstra como a acessibilidade pode ser transformada de uma etapa de verificação manual e final em um atributo intrínseco, contínuo e automatizável do próprio processo de desenvolvimento digital. Dessa forma, a Plataforma CoIn pode garantir, de forma proativa e escalável, que os ambientes educacionais digitais sejam inclusivos por padrão dentro do ecossistema emergente da Web Agêntica.

Governança Acadêmica: Liderada pelo proponente (pesquisador pós-doc) e pela Profa. Dra. Vania Ulbricht (UFSC), no âmbito do LaMID. Manutenção Técnica: Realizada pela equipe do laboratório, com versões estáveis disponibilizadas publicamente. Tomada de Decisão: Prioridades de desenvolvimento alinhadas com as necessidades de pesquisa do grupo e o feedback de usuários piloto (professores e desenvolvedores).

A inovação está na evolução contínua do CoIn: de um app para um sistema inteligente que integra verificação técnica, modelo psicossocial de acessibilidade e mediação por IA. Aprendemos que a inclusão efetiva exige ferramentas que ensinem o "porquê" (baseado na

NBR 17225) ao invés de apenas apontar erros. A fusão dessas três camadas (técnica, humana, inteligente) é o diferencial do projeto.

3. Implementação

O desenvolvimento até o protótipo funcional foi viabilizado por financiamento e bolsas de pesquisa (CAPES, CNPq). A viabilidade da próxima fase (sistema inteligente) está atualmente em avaliação no edital CGI.br. O custo de manutenção da versão estável é baixo (hospedagem cloud), com perspectivas de financiamento via editais de extensão universitária ou parcerias com órgãos públicos interessados na ferramenta.

4. Impactos e resultados

Qualitativos: (1) Prototipação validada: Aplicativo de recomendações utilizado por professores na produção de material acessível. (2) Impacto normativo: Contribuições diretas do proponente à ABNT NBR 17225, incorporando a dimensão experiência do usuário. (3) Inovação: Projeto submetido e em avaliação no edital nacional do CGI.br para IA na Web.

Quantitativos: (1) Eficiência: Protótipo funcional atual audita 100% dos critérios WCAG 2.1/2.2 de forma automatizada. (2) Cobertura: Agrega mais de 300 recomendações práticas, indo além da verificação técnica. (3) Tração: Base de conhecimento consolidada em 8+ anos de pesquisa (mestrado, doutorado, pós-doc).

5. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa é um projeto de pesquisa em desenvolvimento contínuo na UFSC. Sua continuidade está garantida pelo cronograma de pós-doutorado no LaMID e pela submissão a editais de fomento (CGI.br). A estratégia é consolidá-lo como uma ferramenta de serviço da universidade para a sociedade, com sua evolução vinculada a novos projetos de pesquisa, dissertações e teses.

6. Replicabilidade

Totalmente replicável. A plataforma pode ser implantada como módulo de acessibilidade em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (ex.: Moodle de universidades públicas) ou integrada a portais governamentais. Seu núcleo de conhecimento (WCAG +

NBR 17225) é universal. A maior oportunidade é sua adoção por secretarias de educação para capacitação em massa e garantia de acessibilidade nos recursos digitais educacionais.

7. Conclusão

- 1). A dimensão humana (psicossocial) da acessibilidade é tão crítica quanto a técnica.
- 2). Ferramentas devem educar e empoderar o criador de conteúdo.
- 3). A participação na elaboração de normas técnicas (ABNT) é necessário para alinhar pesquisa e prática.
- 4). A evolução iterativa (de app a sistema inteligente) é o caminho para soluções eficientes e eficazes.
- 5). A IA generativa pode ser uma aliada para traduzir normas técnicas em orientação prática.

Colmeias Urbanas

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Inovação Social

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria Municipal do Meio Ambiente / Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

Período de Implementação: Os resultados foram apurados entre setembro de 2023 e setembro de 2025, período que contempla a implementação efetiva do projeto nas 71 unidades educacionais participantes. Esse intervalo permitiu mensurar o engajamento das escolas, a adesão dos alunos, a distribuição das cartilhas e a consolidação das atividades de educação ambiental, evidenciando o impacto real da iniciativa no ambiente escolar e na conscientização sobre biodiversidade urbana.

Responsável pelo Projeto: Anderson Folador

Contato Institucional: anderson.folador@sjp.pr.gov.br

Resumo

O projeto Colmeias Urbanas surgiu como resposta à urgente necessidade de preservação dos polinizadores nas cidades, diante do avanço da urbanização e da consequente perda de biodiversidade. A proposta consiste na instalação de colmeias de abelhas nativas sem ferrão em espaços públicos e unidades educacionais de São José dos Pinhais, aliando conservação ambiental, educação e sustentabilidade. Através de ações pedagógicas, distribuição de cartilhas, oficinas e acompanhamento técnico, o projeto promove a conscientização ambiental desde a infância, estimulando a curiosidade científica, o respeito à natureza e o protagonismo estudantil. Mais de 70 unidades da rede municipal de ensino participam ativamente, envolvendo professores, alunos e suas famílias. A iniciativa fortalece a conexão entre sociedade e meio ambiente, gerando impacto positivo na qualidade de vida urbana e servindo como modelo replicável de cidade sustentável e educativa.

1. Problema Público

O Programa Colmeias Urbanas se destaca pelo forte envolvimento com o ecossistema de inovação e sustentabilidade, estabelecendo parcerias estratégicas e promovendo uma rede

de colaboração entre diversos setores. A iniciativa não apenas integra o setor público e a comunidade escolar, mas também envolve universidades e público em geral.

O projeto conta com o apoio técnico de especialistas em meliponicultura, que auxiliam no manejo adequado das colmeias e na capacitação de professores e gestores escolares. Além disso, foram realizadas parcerias com universidades para o desenvolvimento de pesquisas sobre identificação de espécies nativas sem ferrão de ocorrência da região, doenças que afetam essas abelhas no meio urbano e o impacto da polinização das abelhas sem ferrão na biodiversidade local.

Além disso as ações realizadas no Meliponário Parque São José incentivam a participação ativa de famílias e visitantes, promovendo a conscientização ambiental de forma acessível a toda a população. O projeto também dialoga com políticas públicas voltadas à sustentabilidade e preservação ambiental, alinhando-se a iniciativas estaduais e nacionais voltadas à conservação da biodiversidade.

Dessa forma, o Programa Colmeias Urbanas não é apenas uma ação isolada, mas parte de um movimento mais amplo de inovação e sustentabilidade, conectando diferentes atores do ecossistema e criando um impacto duradouro no município e na região.

2. Solução implementada

O Programa Colmeias Urbanas é inovador no setor público ao integrar educação ambiental, conservação da biodiversidade e engajamento comunitário. Enquanto a maioria das abordagens educacionais sobre sustentabilidade são teóricas, este projeto proporciona vivência prática, permitindo que estudantes compreendam o papel essencial das abelhas para o equilíbrio ecológico.

Seu diferencial está na instalação de colmeias de abelhas nativas sem ferrão em escolas e espaços públicos, como o Parque São José, tornando o aprendizado mais acessível e envolvente. As abelhas nativas, fundamentais para a polinização, estão ameaçadas pelo desmatamento, uso de pesticidas e mudanças climáticas. O projeto não apenas conscientiza sobre esses desafios, mas propõe ações concretas para sua mitigação.

Além da abordagem educacional, a iniciativa utiliza metodologias inovadoras e técnicas sustentáveis de meliponicultura. Professores e gestores são capacitados para o manejo das colmeias, criando uma rede de multiplicadores do conhecimento. Esse diferencial

amplia o impacto do programa para além da sala de aula, fortalecendo a cultura da sustentabilidade nas comunidades.

Outro aspecto inovador é a interatividade. Os estudantes aprendem sobre a organização das colmeias, o papel das abelhas na polinização e sua relação com a produção de alimentos, não apenas em teoria, mas vivenciando esse conhecimento. A iniciativa também estimula pesquisas escolares sobre sustentabilidade, promovendo pensamento crítico e engajamento ativo.

A expansão do programa para espaços públicos aumenta a conscientização da população. As colméias instaladas no Meliponário Parque São José, permitem que visitantes e moradores conheçam a importância das abelhas, incentivando-os a adotar práticas ambientais responsáveis. Além disso, o projeto tem potencial para ser replicado em outros municípios, servindo como referência na implementação de políticas públicas sustentáveis.

Assim, o Programa Colmeias Urbanas vai além da educação ambiental tradicional ao unir ciência, sustentabilidade e participação social, criando uma solução inovadora e eficaz para o setor público.

A gestão é conduzida pela Sec. de Meio Ambiente, em articulação permanente com a Secretaria Municipal de Educação e parceiros técnicos especializados. Cada colmeia possui responsáveis técnicos definidos, com rotinas de monitoramento, manutenção periódica e acompanhamento pedagógico. Conta ainda com registros sistemáticos, relatórios de impacto e avaliação contínua, garantindo governança clara, transparência, aprendizado permanente e a sustentabilidade das ações ao longo do tempo.

O projeto mostrou que a inovação no setor público pode nascer da integração entre educação, meio ambiente e participação comunitária. A principal lição aprendida é que ações práticas, vivenciadas no cotidiano escolar, geram maior engajamento e mudança de comportamento. A iniciativa é inovadora por levar a biodiversidade para dentro das escolas, conectando alunos às colmeias, promovendo conscientização ambiental, ciência aplicada e cuidado com a cidade de forma acessível, educativa e replicável.

3. Implementação

O projeto é financiado, em parte, com recursos provenientes de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), o que elimina custos diretos ao orçamento municipal. Sua infraestrutura é simples, de baixo custo e fácil manutenção. A articulação entre secretarias,

apoio técnico especializado e parcerias com instituições locais garantem sua sustentabilidade operacional e financeira. Essa estrutura robusta viabiliza a expansão gradual e planejada do programa para novas áreas da cidade.

4. Impactos e resultados

O projeto Colmeias Urbanas já alcança 71 unidades educacionais da rede municipal de São José dos Pinhais, envolvendo diretamente mais de 20 mil estudantes e centenas de educadores. A iniciativa resultou em maior engajamento da comunidade escolar com temas ambientais, promovendo a integração entre educação e sustentabilidade. Qualitativamente, destaca-se o aumento da conscientização sobre a importância das abelhas para a biodiversidade e o meio ambiente urbano. Os alunos têm acesso a conteúdo educativo, oficinas e visitas técnicas, o que despertou o interesse por ciência e preservação ambiental. Quantitativamente, houve redução de resíduos nas escolas participantes por meio de práticas sustentáveis e reutilização de materiais nas oficinas. O projeto também promove a arborização urbana com distribuição de mudas nativas, contribuindo para a melhora da qualidade ambiental e o fortalecimento do vínculo entre escola, comunidade e natureza.

O Programa Colmeias Urbanas é uma iniciativa que visa promover a educação ambiental em escolas e outros espaços públicos por meio da instalação de colmeias de abelhas sem ferrão. O programa tem gerado resultados significativos, que podem ser destacados a seguir:

1. Adesão das Unidades Educacionais: mais de 50% das unidades públicas educacionais do município de São José dos Pinhais – PR aderiram ao programa, beneficiando cerca de 18 mil estudantes do ensino fundamental I (alunos do 1º ao 5º ano) e aproximadamente 7 mil crianças entre 0 a 5 anos dos Centros Municipais de Educação Infantil;
2. Assessoria Técnica: o programa conta com assessoria técnica, onde são realizadas visitas anuais em cada uma das unidades participantes do Programa Colmeias Urbanas. Durante a visita é feita uma inspeção para verificar a saúde da colmeia e o manejo necessário. As visitas são acompanhadas pela direção ou responsável de cada unidade;
3. Meliponário: foi construído um meliponário no Parque São José, um espaço dedicado à promoção da educação ambiental, utilizando as abelhas sem ferrão como

uma ferramenta didática. O meliponário recebe grupos de crianças, jovens e adultos de diversas idades, que aprendem sobre a importância das abelhas para a manutenção dos ecossistemas. Além disso, o espaço também serve para a recuperação de colmeias identificadas como fracas, instaladas em outros espaços;

4. Capacitação de Profissionais: desde o início do programa, foram oferecidas 5 formações, capacitando cerca de 200 profissionais de Escolas, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e SENAC. As formações incluem atividades teóricas e práticas para o manejo básico das colmeias;

5. Produção de Material Didático: o programa também resultou na produção e impressão de 15.300 cartilhas, que serão distribuídas aos estudantes, aos profissionais responsáveis das unidades participantes do programa, aos meliponicultores, comunidade em geral que deseja conhecer mais sobre as abelhas sem ferrão, entre outros. O Programa Colmeias Urbanas, portanto, não apenas promove a educação ambiental, mas também fortalece a conscientização sobre a importância das abelhas, manutenção da biodiversidade e preservação dos ecossistemas.

O Programa Colmeias Urbanas gerou um impacto socioambiental significativo ao promover a educação ambiental por meio da instalação de colmeias de abelhas nativas sem ferrão em escolas e espaços públicos. A iniciativa fortalece o aprendizado sobre biodiversidade e desenvolve a conscientização da comunidade sobre a importância dos polinizadores para o equilíbrio dos ecossistemas.

O programa sensibiliza estudantes e professores, permitindo que vivenciem o papel das abelhas na natureza. Ao contrário de métodos tradicionais, que abordam temas ambientais de forma abstrata, o projeto oferece experiências reais, tornando a aprendizagem mais significativa. Isso desenvolve o pensamento crítico e a responsabilidade ambiental, formando uma geração mais consciente para lidar com desafios ecológicos. Além da educação ambiental, o projeto está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, impactando os seguintes:

- ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: as abelhas desempenham papel essencial na polinização de culturas agrícolas, impactando diretamente a produção de alimentos. O projeto contribui para a segurança alimentar ao preservar polinizadores essenciais.

- ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis: ao conscientizar sobre a importância da biodiversidade e dos polinizadores, o programa incentiva práticas sustentáveis, como o consumo responsável e a redução do uso de pesticidas e inseticidas.
- ODS 15 – Vida Terrestre: ao preservar as abelhas nativas, o projeto contribui para a proteção de ecossistemas e garante um ambiente mais equilibrado.

O impacto vai além da educação e preservação ambiental. O programa integra diferentes atores, como professores, alunos e famílias, multiplicando o conhecimento. A instalação de colmeias em locais públicos, como o Parque São José, fortalece a interação entre cidadãos e o meio ambiente, incentivando hábitos mais sustentáveis.

Além dos benefícios educacionais e ambientais, o programa também gera impactos socioeconômicos, incentivando a meliponicultura sustentável, que pode gerar uma alternativa de renda para famílias interessadas em preservar as abelhas nativas.

Com esses resultados, o Programa Colmeias Urbanas demonstra que a integração entre educação, sustentabilidade e preservação ambiental pode transformar realidades, promovendo benefícios duradouros para a sociedade e para o meio ambiente.

5. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa continuará em 2026 com a ampliação do número de colmeias em áreas públicas e escolas, integrando ações da SEMMA e SEMED. A manutenção está garantida por equipe técnica especializada, com apoio de parcerias institucionais e recursos vinculados à política ambiental do município. O modelo é financeiramente viável, com baixo custo operacional e forte engajamento comunitário, assegurando sua sustentabilidade e replicabilidade.

O "Programa Colmeias Urbanas" apresenta uma viabilidade e escalabilidade notáveis, com um grande potencial para inspirar e ser replicado em diversas localidades. Sua abordagem integrada, que combina educação ambiental, conservação da biodiversidade e envolvimento comunitário, é um modelo eficaz que pode ser adaptado a diferentes contextos, especialmente devido ao seu baixo custo de implantação.

O sucesso em sensibilizar a comunidade sobre a importância das abelhas para a manutenção da biodiversidade serve como um exemplo motivador. A participação ativa das unidades municipais e o engajamento da comunidade demonstram que a educação pode ser uma poderosa ferramenta para promover a sustentabilidade. Além disso, a possibilidade de

expandir o programa, incentivando práticas de agricultura sustentável e turismo, evidencia que iniciativas ambientais podem gerar benefícios econômicos significativos.

O "Programa Colmeias Urbanas" é sustentável e está alinhado com os princípios de ESG (Ambiental, Social e Governança). Ele promove a conservação de abelhas nativas, contribuindo para a biodiversidade e a saúde dos ecossistemas locais. A preservação das abelhas, essenciais para a polinização, impacta diretamente a agricultura sustentável e a manutenção da flora local.

No aspecto social, o projeto fortalece a educação ambiental e a conscientização da comunidade, envolvendo escolas e o público em geral. Isso promove a responsabilidade social e educa as gerações presentes e futuras sobre a importância da conservação ambiental e da coexistência harmoniosa com a natureza.

Considerando o custo/benefício, o programa se destaca, pois todos os recursos investidos até o momento têm contribuído efetivamente para alcançar os objetivos propostos. A instalação de colmeias, a elaboração de materiais educativos, a realização de oficinas e a construção do meliponário são exemplos de ações que promovem a educação ambiental e a reintrodução de polinizadores nativos, além de sensibilizar a população sobre a importância das abelhas nativas sem ferrão.

Em resumo, o "Programa Colmeias Urbanas" é um modelo inspirador e replicável que pode ser adotado por outras cidades e comunidades interessadas em promover práticas sustentáveis e de conscientização ambiental.

6. Replicabilidade

O projeto Colmeias Urbanas possui alto potencial de replicação em diferentes contextos municipais, especialmente aqueles com áreas verdes urbanas e rede educacional ativa. Sua metodologia é acessível, de baixo custo e baseada em parcerias intersetoriais, o que facilita sua adaptação e implementação. Ao promover educação ambiental e conservação da biodiversidade, mantém seus impactos positivos ao ser escalado para outras regiões.

7. Conclusão

A iniciativa evidenciou que integrar educação ambiental, preservação da biodiversidade e engajamento comunitário gera impactos duradouros. A articulação entre secretarias, especialistas e escolas foi essencial, demonstrando que projetos intersetoriais

fortalecem políticas públicas sustentáveis e replicáveis. O aprendizado central foi que ações educativas e práticas, quando bem coordenadas, despertam consciência ambiental e transformam realidades locais.



Compostar, uma forma de reciclar.

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Cidades Inteligentes

Órgão/Empresa Responsável: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE Blumenau

Período de Implementação: O período de apuração dos resultados compreende novembro de 2019 a novembro de 2024, intervalo que permite avaliar de forma consistente a implementação, consolidação e maturidade da iniciativa. Esse período inclui a entrega gradual das composteiras e culmina com a disponibilização do equipamento para todos os educandários municipais, em evento institucional. A escolha garante que os dados apresentados reflitam impactos reais, contínuos e sustentáveis do projeto ao longo do tempo.

Responsável pelo Projeto: Jair Cidral

Contato Institucional: jaircidral@samae.com.br

Resumo

O projeto de compostagem do SAMAE Blumenau integra educação ambiental e gestão inteligente de resíduos, promovendo a doação de kits de compostagem para escolas e CEI's, aliada à capacitação de professores. A iniciativa incentiva a separação e o tratamento de resíduos orgânicos na origem, transformando-os em adubo e disseminando, de forma prática, os conceitos de economia circular e consumo consciente. Ao reduzir o volume de resíduos encaminhados à coleta e aos aterros, o projeto contribui para a diminuição de custos operacionais, impactos ambientais e emissões de gases de efeito estufa. A escola torna-se um espaço multiplicador, alcançando estudantes, famílias e a comunidade. Inserido no contexto de Cidades Inteligentes, o projeto se destaca por unir política pública, engajamento social e sustentabilidade, demonstrando que soluções educativas, replicáveis e de baixo custo são fundamentais para uma gestão urbana mais eficiente, resiliente e alinhada às metas ambientais e climáticas.

1. Solução implementada

A governança da iniciativa é conduzida pelo SAMAE Blumenau, por meio do PES (Programa de Educação em Saneamento), em articulação com a Secretaria Municipal de Educação. A

gestão inclui planejamento, capacitação, distribuição e manutenção das composteiras. O acompanhamento ocorre por meio de visitas técnicas, ações formativas e monitoramento contínuo das unidades. O modelo garante atualização das práticas, suporte aos educandários e manutenção permanente do projeto.

A principal lição aprendida é que a inovação em gestão pública não depende apenas de tecnologia, mas de educação, engajamento e mudança de comportamento. A iniciativa é inovadora ao descentralizar a gestão de resíduos, tratar o orgânico na origem e transformar escolas e CEIs em núcleos ativos de economia circular. O projeto inspira por ser replicável, de baixo custo, com impacto ambiental, social e educativo duradouro, integrando políticas públicas, comunidade escolar e sustentabilidade urbana.

2. Implementação

A iniciativa apresenta baixo custo operacional, concentrado na aquisição das composteiras, materiais educativos e capacitação técnica, financiados com recursos próprios do SAMAE. A eficiência no uso dos recursos é evidenciada pela redução de resíduos orgânicos encaminhados à coleta e pelos benefícios educacionais e ambientais gerados. A simplicidade do modelo, aliada à estrutura institucional existente, garante viabilidade de manutenção contínua e potencial de expansão para outras comunidades.

3. Impactos e resultados

O projeto apresentou resultados expressivos, quantitativos e qualitativos. Foram entregues mais de 200 composteiras para escolas e CEIs do município, ampliando a capacidade de tratamento de resíduos orgânicos na origem. Além disso, mais de 940 profissionais da educação foram capacitados, garantindo eficiência e continuidade das práticas ao longo do tempo.

A redução do volume de resíduos orgânicos destinados à coleta convencional gera economia ao sistema público e maior eficiência na gestão de resíduos. Alguns CEIs passaram a gerar renda com a venda de biofertilizantes e adubo, reforçando o conceito de economia circular.

O projeto promoveu alto nível de engajamento da comunidade escolar, satisfação dos educadores e fortalecimento da educação ambiental prática. Os impactos sociais incluem mudança de comportamento, maior consciência ambiental, envolvimento das famílias e

valorização da sustentabilidade como parte do cotidiano escolar, além dos demais benefícios da compostagem.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa terá continuidade de forma permanente, integrada às ações institucionais de educação ambiental e gestão de resíduos do município. Estão previstos a manutenção das composteiras, a capacitação contínua de educadores, o acompanhamento técnico das unidades e a reposição de equipamentos quando necessário. O projeto seguirá como política pública estruturante, com possibilidade de expansão para novas comunidades, garantindo que os resultados sejam duradouros e não pontuais.

5. Replicabilidade

A iniciativa possui alto potencial de replicabilidade por adotar metodologia simples, de baixo custo e baseada em capacitação e engajamento local. Pode ser adaptada por outros municípios, órgãos públicos ou redes de ensino, utilizando estruturas já existentes. A combinação de doação de composteiras, formação de educadores e acompanhamento técnico permite manter os benefícios ambientais, sociais e educacionais em diferentes contextos e realidades regionais.

6. Conclusão

Os principais aprendizados demonstram que o sucesso da iniciativa está na atuação na origem do problema, aliando educação ambiental à prática cotidiana. A formação contínua de educadores garante perenidade dos resultados, enquanto o engajamento da comunidade escolar potencializa o impacto. Projetos simples, bem estruturados e integrados à política pública mostram-se mais eficazes, sustentáveis e facilmente replicáveis do que ações pontuais ou isoladas.

Conecta Canedo

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governo Digital e Serviços ao Cidadão

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria Municipal de Inovação Tecnológica de Senador Canedo

Período de Implementação: Resultados apurados entre janeiro de 2024 e dezembro de 2025 — biênio que captura a fase inicial e a consolidação operacional do projeto. Esse período permite observar a evolução exponencial dos atendimentos (de 46.656 para 414.693) após a implantação, demonstrando não apenas crescimento, mas também sustentabilidade e maturidade do sistema.

Responsável pelo Projeto: Lucas Paulo Garcia Rodovalho

Contato Institucional: sitec@senadorcanedo.go.gov.br

Resumo

O Conecta Canedo resolveu a fragmentação do atendimento público em Senador Canedo (GO), marcada por comunicação descentralizada entre setores, informações inconsistentes e excessiva dependência do presencial — limitando o acesso a direitos, especialmente de pessoas com mobilidade reduzida ou barreiras territoriais. A solução foi uma plataforma única que integra telefone, WhatsApp, chat e redes sociais, com chatbot baseado na Carta de Serviços Municipal, PABX digital com URA para triagem e sistema de rastreabilidade das demandas. Os atendimentos saltaram de 46.656 (2024) para 414.693 (2025), com média mensal de 34.557. Beneficia diretamente os ~109 mil moradores do município, garantindo direito à informação clara, atendimento tempestivo e transparência - previstos na Lei nº 13.460/2017 - por meio de canais acessíveis e padronizados, promovendo inclusão digital sem exclusão social.

1. Solução implementada

Conecta Canedo é política pública permanente da Prefeitura, institucionalizada na estrutura municipal e alinhada à Lei nº 13.460/2017. Sua continuidade é assegurada por tecnologias de baixo custo (WhatsApp, chatbot), economias comprovadas (R\$ 20 mi) e alta demanda (414.693 atendimentos em 2025). Sem dependência de recursos extraordinários ou

prazos definidos, opera de forma contínua com melhorias baseadas em indicadores - garantindo transformação estrutural e duradoura na relação cidadão-Estado.

Inova ao unificar atendimento público em canais já usados pela população (WhatsApp, redes sociais), sem exigir apps ou portais complexos. Baseia-se na Carta de Serviços para padronizar respostas e garantir transparência. Transforma fragmentação em experiência única, rastreável e inclusiva - provando que transformação digital eficaz não depende de alta tecnologia, mas de integração inteligente, foco no usuário e respeito às realidades locais. Modelo replicável para municípios de qualquer porte.

2. Implementação

Financiado com recursos ordinários municipais, o Conecta Canedo utiliza tecnologias de baixo custo (WhatsApp, chatbot, PABX) e gera economia superior a R\$ 20 milhões ao reduzir atendimento presencial e retrabalho. Com 414.693 atendimentos em 2025, sua alta demanda justifica custos mínimos de manutenção. Integrado à estrutura administrativa e sem dependência de verbas externas, é economicamente sustentável e replicável para municípios de qualquer porte.

3. Impactos e resultados

Atendimentos digitais cresceram 789% em um ano: de 46.656 (2024) para 414.693 (2025). O WhatsApp é o canal predominante, seguido por Instagram e telefone. Serviços mais demandados: agendamento de consultas e exames SUS e benefícios da Assistência Social. A redução do atendimento presencial gerou economia superior a R\$ 20 milhões ao município (política Papel Zero), além de otimizar tempo dos servidores e eliminar retrabalho administrativo. Qualitativamente, o projeto ampliou o acesso a direitos de pessoas com mobilidade reduzida, idosos e moradores de áreas periféricas, que antes enfrentavam barreiras territoriais e burocráticas. A padronização das respostas pela Carta de Serviços assegurou transparência e previsibilidade. A adesão espontânea da população — com divulgação orgânica via "boca a boca" - evidencia alto engajamento e satisfação. O sistema de rastreabilidade permite monitoramento integral das demandas, consolidando o Conecta Canedo como política efetiva de cidadania digital.

4. Sustentabilidade e Continuidade

Conecta Canedo é política pública permanente, institucionalizada na estrutura municipal e alinhada à Lei nº 13.460/2017. Sustentável por tecnologias de baixo custo (WhatsApp, chatbot), economia comprovada (R\$ 20 mi com "Papel Zero") e alta demanda (414.693 atendimentos em 2025). Sem dependência de recursos extraordinários, opera continuamente com melhorias baseadas em indicadores — garantindo transformação estrutural e duradoura na relação cidadão-Estado.

5. Replicabilidade

Modelo facilmente replicável: usa canais populares (WhatsApp, redes sociais), sem apps complexos nem alto custo. Baseia-se na Carta de Serviços — obrigatória por lei federal — facilitando adaptação em qualquer município. Requer apenas vontade política, equipe técnica básica e integração com processos existentes. Prova que transformação digital eficaz depende mais de organização do que de investimento milionário.

6. Conclusão

Priorize canais já usados pela população (WhatsApp) em vez de apps complexos. Baseie o sistema na Carta de Serviços - obrigatória por lei - para padronizar respostas. Integração inteligente e foco no usuário valem mais que tecnologia cara. Baixo custo operacional + alta adesão garantem sustentabilidade. Monitoramento por indicadores permite melhorias contínuas. Transformação digital eficaz depende de organização, não de investimento milionário - modelo replicável para qualquer município.

Consulta Prévia Urbanística

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governo Digital e Serviços ao Cidadão

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Salvador

Período de Implementação: Os resultados vêm sendo apurados desde a implantação da Consulta Prévia Urbanística, considerando o período inicial de operação do sistema até o momento atual. Esse intervalo foi escolhido por refletir a fase de adoção efetiva da solução, permitindo observar mudanças de comportamento dos usuários, redução da demanda por AOP em torno 25% e ganhos de eficiência administrativa, assegurando que os dados reflitam o impacto real da iniciativa.

Responsável pelo Projeto: Neilia Maria Fernandes Souza

Contato Institucional: neilia.fernandes@salvador.ba.gov.br

Resumo

A iniciativa Consulta Prévia Urbanística foi criada para enfrentar um gargalo histórico da gestão urbana municipal: a dificuldade de acesso antecipado, claro e confiável às regras de uso e ocupação do solo antes da aquisição ou locação de imóveis. Antes do projeto, essa verificação dependia de análises técnicas pagas, com prazos elevados e atendimento presencial, gerando insegurança jurídica, prejuízos financeiros e retrabalho administrativo. Como solução, a Prefeitura de Salvador implantou um serviço digital, público, gratuito e expresso que permite a consulta imediata da viabilidade urbanística de imóveis, com base no PDDU e na LOUOS. A iniciativa redesenhou o processo tradicional, antecipando informações estratégicas, reduzindo barreiras ao empreendedorismo e ampliando a transparência. O público atendido inclui empreendedores, cidadãos, profissionais técnicos e a própria administração pública, que passou a operar com maior eficiência, padronização e segurança jurídica.

1. Solução implementada

A governança da iniciativa é exercida pela SEDUR, com gestão técnica da Diretoria de Desenvolvimento Urbano e participação das áreas de Licenciamento Urbanístico e Cadastro Técnico. A manutenção e atualização do sistema ocorrem de forma contínua, com

monitoramento por indicadores operacionais, relatórios gerenciais e rotinas de validação normativa, assegurando aderência legal, confiabilidade das informações e evolução permanente da solução.

A principal lição aprendida foi que inovação na gestão pública exige redesenho de processos a partir do usuário. A iniciativa mostrou que antecipar informações regulatórias, integrar dados urbanísticos e simplificar fluxos decisórios gera eficiência, segurança jurídica e impacto econômico. Ao substituir um modelo reativo por uma solução digital orientada a dados, o Poder Público atua como facilitador do desenvolvimento, tornando a experiência inspiradora e replicável.

2. Implementação

A iniciativa teve custo total de R\$ 1.500.000,00, sendo 90% financiado pelo BNDES, por meio do contrato do PMAT, e 10% com recursos próprios da Prefeitura. O projeto utilizou de forma eficiente a infraestrutura tecnológica e a equipe existente, garantindo viabilidade de manutenção. Está prevista sua integração ao sistema de licenciamento digital, com uso da metodologia BIM, viabilizando expansão futura sem custos recorrentes relevantes.

3. Impactos e resultados

Iniciativa já apresenta resultados relevantes em eficiência e transformação digital. Do ponto de vista quantitativo, houve ganho significativo de agilidade no acesso à informação urbanística, com resposta imediata ao usuário e redução da demanda por processos presenciais de AOP, liberando capacidade da equipe técnica e reduzindo custos administrativos. O redesenho do processo substituiu fluxos manuais por lógica digital orientada a dados, diminuindo retrabalho e aumentando a produtividade institucional.

Sob o aspecto qualitativo, a Consulta Prévia melhorou a experiência do usuário ao oferecer informações padronizadas, transparentes e acessíveis, fortalecendo a confiança na gestão pública. A solução ampliou o engajamento de empreendedores e promoveu maior segurança jurídica e impacto social positivo.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa possui viabilidade e sustentabilidade asseguradas por estar integrada aos processos permanentes da gestão urbana municipal. A Consulta Prévia Urbanística continuará

em operação como serviço institucional, com manutenção pelas equipes técnicas da SEDUR. Está prevista sua integração ao sistema de licenciamento digital, com uso da metodologia BIM, ampliando interoperabilidade, precisão das análises e evolução contínua, garantindo resultados estruturais e duradouros.

5. Replicabilidade

A iniciativa possui alto potencial de replicação, pois se baseia no redesenho de processos, uso de dados normativos e arquitetura digital modular. Pode ser adaptada por outros municípios ou órgãos, respeitando suas legislações urbanísticas e bases territoriais. A lógica de antecipação da informação e padronização de regras mantém os benefícios de eficiência, transparência e segurança jurídica em diferentes contextos.

6. Conclusão

O principal aprendizado foi que resultados consistentes surgem quando a inovação parte do redesenho de processos orientados ao usuário, e não apenas da tecnologia. A iniciativa mostrou a importância da integração de dados, da simplificação regulatória e da governança clara para gerar eficiência, segurança jurídica e impacto econômico, lições aplicáveis a outros projetos e contextos da administração pública.

DC Mais Bonita - Cidade Sustentável

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Cidades Inteligentes

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura de Dionísio Cerqueira

Período de Implementação: Os resultados da iniciativa foram monitorados ao longo de um período aproximado de 10 meses, abrangendo as fases de mobilização, arrecadação, execução e instalação dos painéis sustentáveis. Esse intervalo permitiu a coleta de dados consistentes sobre volume de resíduos reaproveitados, engajamento da comunidade e impacto urbano, garantindo que as informações apresentadas representem resultados efetivos, mensuráveis e consolidados da iniciativa.

Responsável pelo Projeto: Bianca Moreira Maran Bertamoni

Contato Institucional: gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

Resumo

O projeto nasce da compreensão de que a sustentabilidade se constrói com pequenas atitudes capazes de gerar grandes transformações. Em Dionísio Cerqueira, o desafio era reduzir o descarte inadequado de resíduos plásticos e, ao mesmo tempo, tornar a cidade mais bonita, consciente e participativa. A Fundação Mariana Maran, em parceria com a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, transformou esse desafio em um movimento coletivo. Por meio de mobilização em redes sociais, escolas, comércio local e na comunidade em geral, a população participa da arrecadação de tampinhas plásticas e também da execução dos painéis sustentáveis. O material coletado é reaproveitado em estruturas instaladas em espaços públicos, unindo educação ambiental, economia circular e embelezamento urbano. Mais do que uma ação ambiental, o projeto fortalece o sentimento de pertencimento e demonstra que a transformação da cidade acontece quando poder público e comunidade caminham juntos.

1. Solução implementada

Um projeto encabeçado pela arquiteta Mariana Maran, responsável pela Fundação Mariana Maran, que lidera o planejamento, a execução e o acompanhamento dos painéis sustentáveis. A Prefeitura de Dionísio Cerqueira, através da Prefeita Bianca Maran atua como parceira institucional, responsável pelo custeio das colas específicas, apoio logístico e

mobilização da comunidade para a arrecadação das tampinhas. Resultando governança clara, divisão de responsabilidades e manutenção contínua do projeto.

A iniciativa mostrou que grandes transformações podem nascer de ações simples quando há engajamento coletivo. Ao transformar resíduos em arte urbana, o projeto uniu sustentabilidade, educação ambiental e pertencimento. A participação ativa da comunidade em todas as etapas fortaleceu o cuidado com a cidade e revelou um modelo de baixo custo, alto impacto visual e fácil replicação, capaz de inspirar outros municípios a promoverem economia circular com protagonismo cidadão.

2. Implementação

Apresenta baixo custo de execução, com investimento aproximado de R\$ 10.000,00, destinado à aquisição de colas específicas e materiais, custeados de forma compartilhada pela Fundação Mariana Maran e pela Prefeitura de Dionísio Cerqueira. A mão de obra foi realizada de forma voluntária pela comunidade, fortalecendo o engajamento social e otimizando recursos. O modelo demonstra alta viabilidade de manutenção e expansão, com custos reduzidos e possibilidade de ampliação contínua.

3. Impactos e resultados

Foram arrecadadas aproximadamente 270 mil tampinhas plásticas, destinadas corretamente e reaproveitadas na confecção de 02 painéis sustentáveis instalados em espaços públicos, reduzindo o descarte inadequado de resíduos e fortalecendo a prática da economia circular. A utilização desse material como matéria-prima possibilitou a execução das estruturas com baixo custo, promovendo economia de recursos públicos e eficiência na aplicação da iniciativa.

Do ponto de vista qualitativo, o projeto alcançou alto nível de engajamento social aproximando-se de mais de 2.000 colaboradores, impulsionado por mobilizações em redes sociais, escolas, comércio local e comunidade em geral.

A participação ativa da população na arrecadação e na execução dos painéis fortaleceu o sentimento de pertencimento, ampliou a conscientização ambiental e gerou impacto visual positivo, contribuindo para a valorização urbana e para o fortalecimento da relação entre poder público e comunidade.

4. Sustentabilidade e Continuidade

Haverá continuidade após a fase atual, com a manutenção das ações de coleta, mobilização comunitária e execução de novos painéis sustentáveis. O projeto está integrado às políticas de sustentabilidade e embelezamento urbano do município, prevendo a ampliação gradual para outros espaços públicos. Dessa forma, garante-se que os resultados sejam contínuos, com impacto ambiental, social e visual duradouro.

5. Replicabilidade

Por utilizar metodologia simples, baixo custo e forte engajamento comunitário, a iniciativa apresenta alto potencial de replicação. O modelo pode ser facilmente adaptado a diferentes contextos municipais, independentemente do porte ou localização, por meio de parcerias institucionais e mobilização social. A utilização de resíduos como matéria-prima e a participação cidadã garantem manutenção dos benefícios ambientais, sociais e urbanos, permitindo expansão contínua e sustentável.

6. Conclusão

A iniciativa evidenciou que projetos sustentáveis alcançam maior impacto quando a comunidade participa ativamente de todas as etapas. Demonstrou-se que soluções de baixo custo, quando bem articuladas entre poder público e parceiros, podem gerar resultados ambientais, sociais e urbanos relevantes. O projeto reforçou a importância da mobilização social, da comunicação contínua e da economia circular como ferramentas eficazes para promover engajamento, pertencimento e transformação duradoura.

Ecossistema Digital Colaborativo da DPE/PR: Integração de Data Lake e Inteligência Artificial para Transformação da Justiça

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governança de Dados e Inteligência Pública

Órgão/Empresa Responsável: Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR

Período de Implementação: Os resultados foram medidos entre Janeiro de 2025 e Agosto de 2025. Este período abrange a estruturação do Data Lake e a recente implementação das ferramentas de IA, garantindo que os dados de economia de horas e atendimentos reflitam o impacto real e atual da transformação digital em curso.

Responsável pelo Projeto: Simone de Almeida Virmond

Contato Institucional: sivirmond@celepar.pr.gov.br

Resumo

A DPE/PR enfrentava a fragmentação de dados em silos (sistemas SOLAR, LUNA, SEI e planilhas), gerando ineficiência operacional, dificuldade na análise estratégica e barreiras para a inovação com IA. Solução: Implementação do Ecossistema Digital Colaborativo (parceria DPE/PR, CELEPAR e Google Cloud). A solução integra o SmartGov DataHub (Data Lake as a Service) para centralização e governança de dados, e o SmartGov Lab (Sandbox de IA) para inovação segura. O Data Lake ingere dados de múltiplos sistemas e fontes externas, alimentando Dashboards de BI e modelos de IA. Público: Defensores (agilidade jurídica), Servidores (automação administrativa) e Cidadãos (melhoria no atendimento via App LUNA e CRC).

1. Solução implementada

A governança é suportada pelo Dataplex (Google Cloud) para catalogação e gestão do ciclo de vida dos dados. A gestão envolve uma parceria estratégica entre a DPE/PR (Coordenação de Análise de Dados) e a CELEPAR, utilizando pipelines automatizados (Dataflow/Datastream) que garantem atualização contínua sem intervenção manual. O ambiente de Sandbox permite experimentação controlada (MLOps) antes da produção.

A iniciativa é inovadora por implementar o primeiro Data Lake operacional em uma Defensoria Pública no Brasil. O diferencial é a sinergia estratégica: o Data Lake não é apenas um repositório, mas a fonte curada para o Sandbox de IA, permitindo treinar modelos com dados reais e seguros. Além disso, a capacidade de desenvolver soluções próprias (como a transcrição) demonstra inovação endógena e não dependência de soluções de prateleira.

2. Implementação

Os produtos são contratados pela DPE junto à CELEPAR, com investimento mensal de R\$ 108.000,00 (SmartGov DataHub) e R\$ 50.000,00 (SmartGov Lab). A iniciativa utiliza serviços gerenciados (SaaS/PaaS) da Google Cloud, otimizando a infraestrutura. A viabilidade financeira é comprovada pelo alto retorno em eficiência operacional: economia de milhares de horas de servidores (7.920h admin + 5.000h jurídica) supera os custos de operação, liberando capital humano para atividades de maior valor agregado

3. Impactos e resultados

Resultados e Inovação: DPE (Jan-Ago 2025)

Eficiência e Produtividade:

- Jurídica: +5.000 horas economizadas via IA na transcrição de +600 depoimentos.
- Administrativa: Economia estimada de 7.920 horas/ano com automação de rotinas (Google Apps Script) em RH e gestão.
- Gestão: Dashboards de BI em tempo real (SEI/CRC) para decisões baseadas em evidências.

Pioneirismo Tecnológico Implementação do primeiro Data Lake estruturado em uma Defensoria no Brasil. A arquitetura inédita integra DataHub (governança) e Lab (Sandbox), permitindo o desenvolvimento interno de IAs com dados curados e eliminando a dependência de fornecedores externos.

Impacto Social e Expansão A automação reverte o esforço burocrático em atendimento direto ao cidadão vulnerável. O projeto Consulta Nacional centraliza dados de 6 estados (PR, ES, BA, AC, CE, PA), garantindo a continuidade do serviço e democratizando o acesso à justiça.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A continuidade é garantida pela arquitetura escalável na Google Cloud. O projeto prevê a expansão da ""Consulta Nacional"" para mais estados, consolidando a DPE/PR como hub de dados. No front de IA, novos modelos estão em desenvolvimento, como a classificação automática de temas jurídicos para agilizar a distribuição processual. A governança estruturada assegura a manutenção do ciclo de vida dos dados

5. Replicabilidade

Com altíssimo potencial de replicação, a solução usa o sistema SOLAR, base de 20+ Defensorias no Brasil. Isso torna a expansão técnica rápida e simples para os estados. A arquitetura permite que desenvolvimentos da DPE/PR no SmartGov Lab (IAs e automações) sejam reutilizados por outras Defensorias na mesma estrutura, criando uma rede colaborativa de inovação sem retrabalho.

6. Conclusão

Integração antes da IA: O sucesso da IA depende de uma base de dados unificada e governada (Data Lake); dados em silos impedem a inovação.

Desenvolvimento Híbrido: A combinação de ferramentas ""Low-code"" (Apps Script) para processos simples com IA avançada (Vertex AI) para problemas complexos gera valor rápido.

Parceria Estratégica: A união entre órgão público, empresa de TI (Celepar) e provedor de nuvem viabiliza saltos tecnológicos.

Estratégia de Inteligência Artificial

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governança de Dados e Inteligência Pública

Órgão/Empresa Responsável: Agência Nacional da Aviação Civil

Período de Implementação: Desde 2025, a Estratégia de IA da ANAC apresenta resultados concretos. Hoje, 58% dos servidores utilizam IA semanalmente e mais de 200 pessoas foram capacitadas no uso e desenvolvimento de agentes de IA. Além disso, 30 servidores foram certificados nos Grupos de Desenvolvimento de Aplicações de IA (GDAI). Destaca-se a ferramenta Voe 135, que utiliza IA para agilizar e padronizar a certificação de operadores, além de avanços iniciais em Safety Intelligence com automação de reportes de segurança.

Responsável pelo Projeto: Milton Pereira de Souza

Contato Institucional: milton.souza@anac.gov.br

Resumo

A ANAC estruturou sua Política e Estratégia de Inteligência Artificial (IA) para enfrentar um problema recorrente no setor público: o uso crescente de IA de forma fragmentada, sem critérios comuns, com riscos à segurança, à proteção de dados e à coerência regulatória. A iniciativa institui um marco organizacional para o uso responsável da IA, definindo princípios, diretrizes, papéis de governança e um plano estratégico de ações. A solução transforma a IA em capacidade institucional, orientando sua aplicação em processos administrativos, regulatórios e em serviços digitais. O público diretamente atendido inclui servidores e áreas finalísticas da ANAC; indiretamente, agentes regulados e cidadãos, ao fortalecer a padronização, previsibilidade e qualidade da atuação regulatória e da entrega de serviços digitais.

1. Solução implementada

O modelo de governança está formalizado na Política e Estratégia de IA da ANAC, com gestão orientada por OKRs de adoção, capacitação e entrega. O acompanhamento inclui priorização de iniciativas, controle do shadow AI e avaliação contínua de riscos. A matriz SWOT, aplicada à GESD, identificou escassez orçamentária (50%) e uso seguro de IA como principal oportunidade (57,1%), subsidiando decisões de manutenção e evolução controlada.

A principal inovação foi estruturar a IA como política institucional integrada à estratégia, à governança de dados e à segurança da informação. O diagnóstico estratégico, a definição de arquitetura adequada e um modelo operativo claro permitiram controlar o shadow AI e avançar com segurança. A experiência mostrou que comunicação, capacitação contínua e fortalecimento do GDAI são fatores críticos para escalar soluções e consolidar a IA como programa institucional.

2. Implementação

Os custos da iniciativa concentraram-se na infraestrutura de TIC já existente, como o data lake e o contrato de nuvem Azure, sem necessidade de investimentos adicionais relevantes. Houve custos de capacitação, combinando uma etapa conduzida por servidores da própria ANAC, sem ônus, e outra realizada por meio de capacitação vinculada ao contrato do data lake. A Estratégia de IA, por meio do OE-5, assegura controle de custos, uso eficiente da infraestrutura e viabilidade de expansão sustentável.

3. Impactos e resultados

Desde 2025, a Estratégia de IA da ANAC apresenta resultados mensuráveis. Hoje, 58% dos servidores utilizam IA ao menos semanalmente, conforme monitoramento dos OKRs institucionais. Mais de 200 pessoas foram capacitadas para construção e uso de agentes de IA, fortalecendo a adoção segura e alinhada às diretrizes da Agência. Foram certificados 30 servidores no Grupo de Desenvolvimento de Aplicações de IA (GDAI), ampliando a capacidade interna e reduzindo iniciativas isoladas. Como evidência prática, destaca-se a ferramenta digital Voe 135, que incorpora automações e IA para apoiar a certificação de operadores de táxi aéreo, promovendo padronização, agilidade e suporte à análise técnica. No âmbito da Safety Intelligence, foi desenvolvida a automação do tratamento inicial dos reportes de segurança operacional, com nova fase em planejamento para geração de insights ao setor. Observa-se maior engajamento das equipes e fortalecimento da cultura de uso responsável de dados e inteligência.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A continuidade da iniciativa é assegurada por sua integração à Estratégia de IA 2025-2026, que possui 8 iniciativas mapeadas, sendo 5 em andamento (capacitação, GDAI,



arquitetura, segurança e diretrizes). O acompanhamento por OKRs e a consolidação de 30 GDAs ativos garantem evolução contínua. A abordagem incremental permite expansão compatível com a capacidade institucional, evitando dependência de ações pontuais ou projetos isolados.

5. Replicabilidade

A iniciativa é replicável por se basear em elementos estruturais mensuráveis: diagnóstico estratégico, governança formal, OKRs monitorados, capacitação em escala (200+ pessoas) e comunidades internas (30 GDAs). O uso de instrumentos como planejamento estratégico e matriz SWOT permite adaptação a diferentes órgãos públicos, especialmente reguladores e instituições intensivas em dados.

6. Conclusão

Os principais aprendizados da iniciativa foram a importância de alinhar a inovação ao planejamento estratégico e de definir um modelo operativo claro antes de escalar soluções. A experiência demonstrou que estruturas bem disseminadas, como o GDAI, adotadas por todas as áreas da Agência, fortalecem a colaboração, reduzem riscos e aceleram entregas. Esse modelo pode ser aplicado a outros projetos e contextos de transformação institucional no setor público.

Estratégia e Inteligência de Dados no Porto do Itaqui

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governança de TI, Sistemas e Infraestrutura

Órgão/Empresa Responsável: Porto do Itaqui

Período de Implementação: O período de Janeiro de 2024 a Dezembro de 2025 foi selecionado por representar a fase de consolidação e escala da transformação digital. Após a estruturação inicial, este intervalo concentra a entrega de 26 soluções de alto impacto e a maturação do Data Lake. É neste recorte que se materializam os ganhos expressivos de R\$ 4,5 milhões em economia e a redução drástica de ciclos operacionais, refletindo a plena eficácia da estratégia adotada.

Responsável pelo Projeto: José Airton Neiva Alves da Silva Brasil

Contato Institucional: airton.brasil@emap.ma.gov.br

Resumo

A iniciativa impulsiona a transformação digital da EMAP, solucionando a fragmentação de dados através de um Data Lake robusto e Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas de alto nível através do programa de residência portuária em inovação. Ao elevar o porto ao nível de "Porto Conectado", o projeto viabiliza a futura implantação do PCS (Port Community System), integrando toda a comunidade portuária. O diferencial estratégico é a autonomia tecnológica: desenvolvemos soluções personalizadas in-house, superando a rigidez e os altos custos de softwares de mercado. Já foram entregues 26 soluções, incluindo 7 com Inteligência Artificial Generativa e Preditiva (como Mar-IA, Maré Certa e Alísios), otimizando a tomada de decisão. Com uma economia direta gerada de R\$ 4.558.696,02, a iniciativa reduziu ciclos operacionais e erros humanos, consolidando o Itaqui como um porto inteligente, guiado por dados e inovação.

1. Solução implementada

A governança opera em modelo colaborativo. A Gerência de Tecnologia assegura a infraestrutura crítica (Data Lake, Redes), liderada pelo Gerente de TI e coordenadores técnicos. A Gerência de Inovação conduz a fronteira tecnológica (IA, sistemas satélites), gerida pelo Gerente de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Heads de Dados e

Desenvolvimento. O alinhamento estratégico ocorre no Comitê, garantindo monitoramento contínuo, segurança na base e agilidade na evolução das soluções.

Aprendemos que a soberania tecnológica é vital: desenvolver soluções internamente garante agilidade e aderência real às dores operacionais, superando softwares genéricos. Validamos que o sucesso de novas tecnologias depende de uma estrutura de dados robusta; sem o Data Lake, a IA não tem valor. Essa base técnica transformou a rotina de trabalho: ao automatizar o operacional, liberamos as pessoas para o estratégico, consolidando uma genuína mentalidade Data-Driven em todos os níveis.

2. Implementação

O investimento de R\$ 2.311.000,00 custeou bolsas e treinamentos do programa de residência, somado a R\$ 320.000,00 para o Data Lake, via recursos próprios da EMAP. A estratégia de desenvolvimento in-house garantiu alta eficiência, gerando economia direta de R\$ 4,5 milhões, já considerando os gastos investidos em inovação, e eliminando licenças recorrentes de softwares de mercado. A viabilidade futura é sustentada pelo baixo custo de manutenção da arquitetura interna e pelo alto ROI operacional.

3. Impactos e resultados

Para comprovar a eficácia do modelo adotado, destacamos os marcos estruturantes e indicadores de desempenho:

1. Data Lake e Infraestrutura

- Unificação de dados estruturados e não estruturados, eliminando silos para uma "visão única" da operação.
- Infraestrutura robusta que transforma dados brutos em decisões estratégicas em tempo real.
- Fundação estabelecida para o Port Community System (PCS) e Gêmeos Digitais, integrando toda a cadeia logística.

2. Eficiência e Projetos (2024-2025): Com 26 soluções entregues pela equipe interna em 2 anos, geramos uma economia acumulada de R\$ 4.558.696,02.

3. Exemplos em soluções:

- O Maré Certa zerou paradas de navios por maré, e o Alísios zerou acidentes com ferry-boats, ajustando rotas via previsão oceanográfica.
- Comunicação de paradas reduzida de 1 semana para 2 segundos; solicitação de materiais de 28h para 6h.
- Adoção de comunicação stateless acelerou processamentos, reduzindo o tempo de pesagem nas balanças em 50% (de 180s para 90s).

4. Sustentabilidade e Continuidade

A continuidade é assegurada pela institucionalização do Comitê de Inteligência e Estratégia de Dados, um grupo multisetorial, que garante a governança e evolução do Data Lake. A iniciativa integra o Plano Estratégico 2035, com foco nos eixos de "Operação Inteligente" e "Partilha de Dados". A expansão prevê a evolução para Gêmeos Digitais e a consolidação do PCS (Port Community System), elevando o Itaqui ao nível de Porto Hiperconectado.

5. Replicabilidade

A estratégia é altamente replicável por focar em fundamentos universais: soberania tecnológica e centralização de dados. O modelo de residência em inovação e o desenvolvimento interno podem ser adaptados por qualquer complexo logístico ou órgão público para reduzir a dependência de fornecedores externos. A arquitetura de dados stateless e o uso de IA Preditiva servem de exemplo para modernizar operações portuárias globais.

6. Conclusão

Aprendemos que a soberania tecnológica é vital: desenvolver soluções internamente garante agilidade e aderência real às dores operacionais, superando softwares genéricos. Validamos que o sucesso de novas tecnologias depende de uma estrutura de dados robusta; sem o Data Lake, a IA não tem valor. Essa base técnica transformou a rotina de trabalho: ao automatizar o operacional, liberamos as pessoas para o estratégico, consolidando uma genuína mentalidade Data-Driven em todos os níveis.

Floripa Conecta

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Cidades Inteligentes

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de Florianópolis

Período de Implementação: Os resultados referem-se à 4ª edição do movimento. O ciclo de planejamento e governança iniciou-se no primeiro semestre de 2024. A execução concentrou-se nos 31 dias de agosto de 2024. A mensuração de impacto econômico e pesquisa de satisfação foi realizada pelo Observatório de Negócios do SEBRAE durante o evento e consolidada em setembro de 2024. As métricas de legado (App e Editais) estendem-se até novembro de 2024.

Responsável pelo Projeto: José Fernando Nobre

Contato Institucional: jose.fernando.nobre@gmail.com

Resumo

O Floripa Conecta (Flo.Co) é uma política pública baseada em um modelo de "Ecossistema de Convergência" que une Tecnologia, Turismo e Economia Criativa. Criado para solucionar a severa sazonalidade econômica de agosto ("o pior mês do ano"), o movimento atua como um hub integrador entre Prefeitura, ACATE, SEBRAE, ACIF e CDL. A iniciativa transforma a cidade em uma plataforma viva de inovação, conectando mais de 120 eventos em 31 dias. Diferente de um calendário tradicional, o Flo.Co utiliza a vocação tecnológica de Florianópolis ("Capital Nacional das Startups") como âncora para atrair turismo de negócios ("Venture Tourism"), substituindo a dependência de "sol e praia". O projeto utiliza ferramentas digitais (App Flo.Co) e governança colaborativa para orquestrar o ecossistema, gerando desenvolvimento econômico e posicionando a cidade como Capital da Economia Criativa.

1. Problema Público

Historicamente, o mês de agosto carregava o fardo de ser o "pior mês do ano" para a economia de Florianópolis, devido à forte sazonalidade do turismo de "sol e praia". O desafio não era apenas climático, era estrutural. O FLOCO nasceu como uma resposta direta a essa dor.

Em vez de lamentar o inverno, a cidade uniu a força da Tecnologia (ACATE), do Comércio (ACIF/CDL), do Fomento (Sebrae) e do Poder Público para criar um "Ecossistema de Convergência". Inspirado por benchmarks globais como Austin e Lisboa, o movimento posicionou o turismo de eventos, inovação e cultura como o novo ímã da cidade.

2. Solução implementada

Adota-se uma Governança Compartilhada horizontal. O Comitê Estratégico é formado pela Prefeitura (facilitadora/chancela), ACATE (tecnologia), SEBRAE (métricas/capacitação), ACIF e CDL (comércio). Esta estrutura Quádrupla Hélice garante que as decisões sejam técnicas e de mercado. A manutenção é descentralizada: a Prefeitura provê infraestrutura, enquanto as entidades privadas executam a curadoria e captação, garantindo agilidade.

A principal inovação foi a implementação da Governança Colaborativa Multissetorial, rompendo os silos entre Poder Público, Tecnologia (ACATE) e Comércio. Aprendemos que a tecnologia é uma transversal que alavanca o turismo. A aplicação do conceito de "Venture Tourism" inovou ao atrair visitantes pelo capital intelectual e de inovação, não apenas lazer, transformando a vulnerabilidade climática (inverno) em oportunidade de negócios de alto valor agregado.

3. Implementação

A viabilidade financeira é garantida por um modelo de investimento compartilhado totalizando R\$ 800.000,00, aportado por Prefeitura, ACATE, ACIF, CDL e SEBRAE (via programa Cidade Empreendedora). Esse fundo seed catalisa a execução, que se alavanca com bilheteria dos eventos âncoras e parcerias privadas. O ROI é expressivo: o movimento gerou mais de R\$ 100 milhões em impacto econômico e R\$ 500 mil em mídia espontânea, comprovando o alto efeito multiplicador dos recursos aplicados.

4. Impactos e resultados

Em 2024, o Flo.Co reverteu historicamente a curva econômica de agosto. O impacto econômico direto superou R\$ 100 milhões. A taxa de ocupação hoteleira atingiu o recorde de 58,4% (aumento de 10,6% sobre a edição anterior), vencendo a sazonalidade. O movimento mobilizou mais de 100 mil pessoas em 120 eventos. Qualitativamente, consolidou o "Venture Tourism": 89,1% do público possui ensino superior e 37,5% são empreendedores ou

empresários, com ticket médio diário de R\$ 650,00, injetando capital qualificado na cidade. O evento âncora Startup Summit atraiu cerca de 10 mil participantes. Além disso, houve retorno de mídia espontânea superior a R\$ 500 mil e alcance digital de 5 milhões de pessoas. A satisfação geral foi de 97,1%, comprovando a eficácia do modelo de atração de capital intelectual e financeiro.

Os resultados do Floripa Conecta 2024 demonstram o sucesso dessa estratégia, provando o valor do projeto para a categoria de Turismo e Identidade Territorial.

1. Quebra do Paradigma da Sazonalidade (Turismo): O objetivo funcional de aquecer o turismo no inverno foi totalmente alcançado. Agosto de 2024 teve a maior taxa de ocupação hoteleira da história do mês: 58,4%. O mês de agosto não detém mais o título de "pior mês do ano".

2. Injeção de Capital Qualificado: O movimento injetou mais de R\$ 100 milhões diretamente na economia local, impulsionando o comércio, a hospedagem e a alimentação. O público é de alto valor agregado, com 89,1% tendo ensino superior e 37,5% sendo empreendedores/empresários. Com um gasto diário médio de R\$ 650,00 por visitante, o FLOCO pratica o que chamamos de "Venture Tourism", atraindo não apenas consumo imediato, mas capital humano e potencial de investimento de longo prazo.

3. Consolidação da Identidade Territorial: O FLOCO transformou o mês de agosto em 31 dias de agenda criativa, com mais de 120 eventos espalhados pela cidade, valorizando a expressão cultural e a identidade da cidade. Ao atrair eventos âncora de renome internacional como o Startup Summit (9,4 mil participantes de 12 delegações internacionais), Maratona de Florianópolis com 16 mil inscritos, com atletas representando os 5 continentes, orquestra de baterias, com mais de 400 bateristas inscritos e um público total de mais de 10 mil pessoas, o movimento consolidou Florianópolis como a Capital Brasileira da Economia Criativa e a Capital Nacional das Startups.

5. Sustentabilidade e Continuidade

A sustentabilidade é garantida pela institucionalização do movimento que transcende a gestão municipal. O lançamento do Podcast Flo.Cast assegura conexões perenes. A continuidade é fomentada pelo Edital CocreationLab Flo.Co, que incuba novos projetos

criativos para as próximas edições, e pela capacitação contínua de produtores locais. O modelo de financiamento híbrido (público-privado) garante resiliência a longo prazo.

A característica que mais diferencia o Floripa Conecta é sua perenidade. Os organizadores investiram na institucionalização para garantir que o sucesso não seja cíclico.

- **Sustentabilidade:** A agenda continua após agosto com o lançamento do App FLOCO para manter as conexões ativas.
- **Fomento:** A criação do Edital CocreationLab FLOCO garante o fomento e o desenvolvimento de novos eventos e produtos criativos, assegurando a renovação da economia criativa local.
- **Capacitação:** A capacitação de produtores de eventos através de cursos gratuitos eleva o nível de profissionalismo do setor na cidade.

O Floripa Conecta merece vencer o Prêmio Sebrae porque é a prova viva de que a colaboração público-privada e o investimento em Economia Criativa podem ser a solução definitiva para problemas estruturais, transformando o inverno de uma capital turística em um dos períodos de maior prosperidade econômica e efervescência cultural do Brasil. É um modelo replicável de como o turismo de eventos e a inovação geram valor perene para o território.

6. Replicabilidade

O modelo é altamente replicável em cidades que buscam nova vocação econômica. A metodologia consiste em: 1) Mapear vocações latentes (tecnologia/criatividade); 2) Unir entidades desconexas em um Comitê Gestor Unificado; 3) Criar um calendário sob uma marca guarda-chuva. O Flo.Co adapta benchmarks globais (como SXSW em Austin e Lisboa) à realidade brasileira, servindo de "blueprint" para municípios integrarem turismo e inovação.

7. Conclusão

A união institucional é vital: isolados, Tecnologia e Turismo não resolveriam a sazonalidade. 2) Conteúdo qualificado atrai turismo de alto ticket: focar em inovação trouxe visitantes que gastam mais (R\$ 650/dia). 3) A cidade deve ser o palco: descentralizar eventos ativa microeconomias locais. 4) A mensuração de dados (Observatório Sebrae) é crucial para validar a política pública e garantir a continuidade do investimento.

Floripa Mais Tec

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Desenvolvimento de Talentos e Capacitação em TI Pública

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de Florianópolis

Período de Implementação: Os resultados abrangem dois ciclos. O 1º, regido pelo Contrato nº 669/SME/2022, foi assinado em 05/08/2022 com vigência de 16 meses. O 2º ciclo, sustentado pelo Contrato nº 882/SME/2023, iniciou em 24/11/2023 com vigência de 17 meses. A análise considera dados consolidados de inscritos, engajamento em eventos e conclusões de cursos apurados desde agosto de 2022 até a presente execução do contrato vigente em 2024/2025.

Responsável pelo Projeto: Marlon Goulart Marian

Contato Institucional: mgm.visa@pmf.sc.gov.br

Resumo

O Floripa Mais Tec é uma política pública de formação tecnológica da Prefeitura de Florianópolis, operacionalizada via contratos sucessivos com o SENAI/SC (669/2022 e 882/2023) e parceria com SEBRAE e ACATE. Visa democratizar o acesso à tecnologia e suprir o déficit de mão de obra. O programa gratuito atua em duas frentes: Jornada Teen (8º/9º ano), integrando gamificação (app Hellow), LabTec e Hackathon ao currículo; e Jornada Adulto, focada em empregabilidade. Esta inicia com nivelamento (TrilhaDEV) e direciona os alunos, via análise de dados, para cursos profissionalizantes adequados ao perfil (DEVstart, FuturoDEV, FullStack) ou Inclusão Digital. A iniciativa une inclusão social e desenvolvimento econômico, garantindo letramento digital e inserção qualificada no mercado de TI.

1. Problema Público

A trajetória de desenvolvimento econômico de Florianópolis nas últimas três décadas representa um dos casos mais singulares de transformação de matriz produtiva no cenário urbano brasileiro. Historicamente associada ao funcionalismo público e ao turismo de

veraneio, a cidade operou uma transição deliberada para a economia do conhecimento. Este movimento, orquestrado pela tríplice hélice — governo, academia e iniciativa privada —, culminou na consolidação do município como a "Ilha do Silício" brasileira, ostentando a maior densidade de startups por habitante do país.

No entanto, este sucesso macroeconômico trouxe consigo externalidades complexas. O crescimento exponencial do setor de tecnologia da informação (TI) gerou um "apagão de talentos": uma demanda voraz por capital humano especializado, descolada da capacidade de oferta das instituições tradicionais. Paralelamente, Florianópolis convive com o paradoxo urbano contemporâneo: a coexistência de um setor tecnológico de vanguarda global com comunidades onde jovens e adultos muitas vezes não vislumbram acesso a essas oportunidades.

É neste cenário que se insere o Programa Floripa Mais Tec. Mais do que um curso de capacitação, trata-se de uma política pública de Estado, desenhada como mecanismo de engenharia social e desenvolvimento econômico. A iniciativa constrói uma ponte sólida entre a população e o mercado de trabalho tecnológico, operacionalizada através de contratos robustos e continuados com o setor produtivo e educacional.

Este memorial dissecar a arquitetura, a execução e os impactos do Floripa Mais Tec, demonstrando como a iniciativa atua na redução das assimetrias de renda em uma capital que busca ser, acima de tudo, uma Cidade Humana e Inteligente.

Para compreender a relevância do Floripa Mais Tec, é imperativo analisar o terreno onde ele foi edificado.

1.1 O HIATO DE TALENTOS

Florianópolis abriga um dos polos tecnológicos mais maduros da América Latina. O setor de tecnologia representa uma fatia significativa do PIB da capital e é responsável pela geração de empregos de alta qualidade. Entretanto, projeções indicam um déficit massivo de profissionais. As empresas não buscam apenas "mão de obra", mas talento qualificado em linguagens modernas e arquiteturas complexas. A disputa por talentos inflaciona salários e gera uma rotatividade prejudicial à estabilidade dos projetos locais.

1.2 A BARREIRA DA EXCLUSÃO DIGITAL

Enquanto as empresas na "Rodovia da Inovação" (SC-401) buscam profissionais globais, uma parcela da população permanece à margem. Cursos de tecnologia de ponta (bootcamps) são onerosos e exigem infraestrutura que não é universal. O Floripa Mais Tec foi desenhado para ser o elo perdido: qualificação de excelência, gratuita e alinhada com a demanda real.

2. Solução implementada

A governança é estruturada com fiscalização da Secretaria de Educação (SME). O SENAI responde técnica e administrativamente. No 1º ciclo (2022), a governança foi complexa, rateando custos entre Turismo, Administração, Defesa do Cidadão, Assistência Social e Cultura. No 2º ciclo (2023), centralizou-se a gestão financeira na Educação (95%) e Governo (5%) para agilidade. Reuniões periódicas e indicadores (ex: ranking Hellow) balizam a gestão.

A metodologia rejeita a abordagem "tamanho único", oferecendo um ecossistema de trilhas formativas.

2.1 JORNADA TEEN (BASE DA PIRÂMIDE)

Intervenção precoce no 8º e 9º ano da rede municipal. Utiliza gamificação (aplicativo Hellow), palestras inspiracionais e cursos de introdução à lógica (LabTec) para moldar aspirações vocacionais. Em 2023, impactou mais de 4.000 estudantes e premiou os melhores desempenhos com drones, engajando a comunidade escolar.

2.2 INICIAÇÃO DIGITAL (CIDADANIA)

Inovação do segundo ciclo, focada em jovens e adultos sem fluência digital básica. Ensina operação de computadores e ferramentas de produtividade, garantindo inclusão democrática para quem ainda não está pronto para a programação complexa.

2.3 PROFISSIONALIZAÇÃO (O FUNIL MERITOCRÁTICO)

Para a carreira técnica, o programa utiliza um sistema de funil:

1. Sensibilização: Grandes eventos (Summit) para massificar inscrições.
2. TrilhaDEV (Diagnóstico): Curso introdutório que testa a aptidão lógica e disciplina.

Funciona como nivelamento e seleção, reduzindo a evasão nas fases seguintes.

3. Formação Densa: Os aprovados acessam cursos de longa duração (FuturoDEV, FullStack, DEVstart), aprendendo Front-end, Back-end e Banco de Dados com metodologia "mão na massa".

4. Trilha de Vendas (SalesHunter): Formação específica para SDRs (pré-vendas), democratizando o acesso ao setor tech para perfis comunicativos e comerciais.

A robustez do Floripa Mais Tec reside em seu modelo de governança de Quádrupla Hélice, onde cada ator contribui com ativos estratégicos insubstituíveis:

- Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF): Financiadora e reguladora. A administração transformou o projeto em política pública contínua, investindo mais de R\$ 8 milhões em dois ciclos. O primeiro ciclo (Contrato 669/SME/2022) aportou R\$ 3.226.115,00, com uma engenharia financeira inovadora que envolveu cinco secretarias (Educação, Turismo, Administração, Defesa do Cidadão e Assistência Social), provando a transversalidade do tema. O segundo ciclo (Contrato 882/SME/2023) ampliou o investimento para R\$ 4.845.917,93, centralizando a gestão na Secretaria de Educação para maior eficiência.
- SENAI/SC (Fiesc): Executor pedagógico. Através da edtech LAB 365, aporta metodologia de ensino baseada em projetos e plataforma EAD de ponta, garantindo escala e qualidade técnica.
- ACATE (Associação Catarinense de Tecnologia): Validadora de mercado. Garante que o currículo ensinado seja exatamente o que as empresas precisam contratar, reduzindo o gap entre academia e indústria.
- Sebrae/SC: Fomento ao empreendedorismo. Insere a dimensão de soft skills e comportamento empreendedor, formando profissionais proativos.

Principais lições aprendidas/Inovação aplicada:

A inovação central é a personalização via dados, superando o curso único. Para jovens, aplicou-se gamificação no ensino fundamental. Para adultos, a TrilhaDEV atua como diagnóstico, direcionando o aluno para a formação (do básico MundoTech ao avançado FullStack) compatível com sua lógica. Outra lição foi a articulação intersetorial: o financiamento do 1º ciclo envolveu seis pastas (incluindo Turismo, Assistência Social e Defesa do Cidadão), provando que a tecnologia é transversal.

3. Implementação

O investimento total supera R\$ 8 milhões. O 1º ciclo (Contrato 669/2022) custou R\$ 3.226.115,00, com aporte transversal: Turismo (3%), Administração (2%), Defesa do Cidadão (2%), Assistência Social (2%) e Cultura (2%). O 2º ciclo (Contrato 882/2023) investiu R\$ 4.845.917,93. A contratação via Dispensa de Licitação com o SENAI otimiza recursos públicos ao usar expertise instalada, garantindo gratuidade total ao cidadão.

4. Impactos e resultados

O impacto é expressivo e crescente. A 1ª edição (15 meses) registrou 10.000 adultos inscritos, 2.400 direcionamentos para cursos e 3.700 participantes no "Aulão do Futuro". A 2ª edição superou metas: mais de 13.000 adultos inscritos e 2.500 presentes no Summit. Na rede municipal, 4.000 alunos foram impactados por palestras e 1.596 engajaram-se na temporada do game Hellow, com premiação de drones para os melhores colocados e smartwatches para professores. O programa gerou transição de carreira real, comprovada por ex-alunos hoje atuando como cientistas de dados e desenvolvedores em empresas locais, consolidando a política de qualificação profissional.

A escala do Floripa Mais Tec diferencia-o de iniciativas pontuais. É uma política de massa com resultados auditáveis:

- Alcance: Mais de 30.000 pessoas impactadas entre sensibilização e cursos.
- Adesão: A 1ª edição registrou 10.000 inscritos adultos. A 2ª edição superou a marca, com mais de 13.000 inscritos.
- Engajamento: Eventos como o "Aulão do Futuro" e o "Summit" reuniram mais de 6.000 participantes presenciais somados.
- Formação: Centenas de profissionais certificados em FullStack e Vendas, prontos para contratação imediata.

O programa atua como alavanca de mobilidade social. Enquanto o setor de serviços tradicionais oferece salários próximos ao mínimo, posições iniciais em tecnologia e vendas técnicas partem frequentemente de R\$ 2.500,00 a R\$ 3.500,00. A capacitação gratuita (que custaria até R\$ 20.000 no mercado privado) transfere riqueza diretamente ao cidadão na forma de ativo intelectual.

A eficácia mede-se pela carteira assinada. O programa promove eventos de matchmaking exclusivos, conectando formandos a recrutadores da rede ACATE. A integração com plataformas como o "Emprega Já" garante visibilidade estadual aos currículos.

O sucesso do modelo de governança de Florianópolis validou uma metodologia que já está sendo exportada. O programa inspirou diretamente o Joinville Mais Tec (Joinville/SC) e o SCTEC (Governo do Estado de Santa Catarina), consolidando a capital não apenas como polo econômico, mas como laboratório de políticas públicas de inovação.

5. Sustentabilidade e Continuidade

A sustentabilidade é comprovada pela renovação contratual e ampliação de escopo. A transição do Contrato 669/2022 para o 882/2023 demonstra que o projeto é uma política de Estado. O modelo de quádrupla hélice (Prefeitura, SENAI, SEBRAE, ACATE) fortalece a perenidade: a Prefeitura financia, o SENAI executa com expertise técnica e plataforma EAD, e o setor produtivo (ACATE) valida a demanda, garantindo que a formação permaneça alinhada ao mercado de trabalho.

6. Replicabilidade

O modelo validado em Florianópolis provou alta replicabilidade. Inspirou diretamente o Joinville Mais Tec, replicado pela Prefeitura de Joinville, Içara mais Tec, replicado pela prefeitura de Içara, e o SCTEC, programa estadual do Governo de Santa Catarina, entre outros. A estrutura modular (jornadas por idade, trilhas online e parcerias com Sistema S) permite fácil adaptação por outros entes federativos que busquem fomentar inovação, emprego e renda através da tecnologia.

7. Conclusão

O Floripa Mais Tec consolidou-se, nos ciclos de 2022 a 2024, como uma das iniciativas mais assertivas da administração municipal. Ao alinhar a vocação econômica da cidade (tecnologia) com a urgência social (emprego e renda), o programa criou um círculo virtuoso.

Para o cidadão, é a democratização do "sonho de Florianópolis": participar ativamente da economia vibrante da cidade. Para a gestão pública, é a materialização do conceito de

Cidade Inteligente e Humana, provando que, com a governança correta, é possível transformar o "apagão de mão de obra" em uma oportunidade histórica de inclusão social e prosperidade econômica.

Aprendemos que a inclusão exige mais que acesso técnico. A criação da "Iniciação Digital" na 2ª edição sanou a lacuna de letramento básico do 1º ciclo. A gestão financeira fragmentada em 6 secretarias no início ensinou a importância de centralizar recursos na Educação para maior eficiência administrativa. Outro aprendizado foi integrar Soft Skills nas trilhas técnicas, essencial para a empregabilidade dos alunos.

GeoFert: Sistema de Gestão e Rastreabilidade de distribuição de Biofertilizantes

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Tecnologia Aplicada às Áreas Finalísticas (Saúde, Educação, Segurança Pública)

Órgão/Empresa Responsável: Embrapa Suínos e Aves

Período de Implementação: A parceria entre Embrapa, Ekodata e a prefeitura de Presidente Castello Branco foi iniciada em agosto de 2025, período durante o qual o sistema foi implantado, os usuários foram treinados e a operação foi iniciada.

Responsável pelo Projeto: Claudio Rocha de Miranda

Contato Institucional: claudio.miranda@embrapa.br

Resumo

A suinocultura intensiva enfrenta importantes desafios na gestão de grandes volumes de dejetos produzidos, onde a falta de rastreabilidade na sua destinação gera riscos de contaminação ambiental. Além disso, o modelo atual vigente em Santa Catarina, que utiliza recursos públicos para destinação desse material, necessita de maior controle para garantir seu uso eficiente. Buscando uma solução para estes problemas, a Embrapa Suínos e Aves desenvolveu o GeoFert, uma plataforma digital que integra georreferenciamento com dados agrônômicos e de custos operacionais. Ela permite monitorar o caminho percorrido pelos dejetos, desde a granja até a lavoura, transformando-os em biofertilizantes rastreáveis.

Implementado em escala piloto no município de Presidente Castello Branco (SC), em parceria com a empresa Ekodata, a solução beneficia produtores rurais, gestores e órgãos ambientais, conferindo transparência na alocação de horas-máquina subsidiadas e conformidade com as normativas ambientais.

1. Solução implementada

A governança baseia-se em um modelo de cooperação técnica: a Embrapa provê a coordenação técnica e científica, bem como o desenvolvimento do software; a EkoData responde pela implantação e suporte ao usuário; e o parceiro executor (Prefeitura) valida a solução em campo e fornece os dados para a geodatabase municipal. A exploração comercial da solução pressupõe o licenciamento do software para o parceiro privado.

A lição central é que a digitalização da agricultura familiar e da administração pública, quando apoiada por parcerias público-privadas (Embrapa, EkoData e Prefeituras), viabiliza a governança ambiental e fiscal, que antes era manual e falha, tornando o dejetos um insumo de valor econômico e ambiental. Além disso, que é possível melhorar a gestão dos recursos públicos com o uso da tecnologia por meio da integração de variáveis logísticas (GPS), agronômicas e ambientais em uma única plataforma.

2. Implementação

O projeto teve um custo de R\$ 12.200,00, provenientes dos parceiros, que poderão explorar comercialmente e utilizar a solução. Esta, foi estruturada para ser economicamente viável ao otimizar o uso de subsídios públicos, ou seja, a eficiência logística gerada pelo sistema reduz custos operacionais da frota, tornando o software auto-sustentável ao gerar economia superior ao seu custo de manutenção. Os recursos provenientes da exploração comercial permitirão a continuidade e evolução da solução.

3. Impactos e resultados

Os resultados obtidos durante a realização do piloto em Presidente Castello Branco (SC) são: gestão dos serviços de distribuição de dejetos em 256 propriedades rurais, que produzem mais de 100.000 m³ de dejetos anuais, cuja destinação representa aproximadamente 23.900 horas-máquina. 14 veículos gerenciados e 10 usuários treinados. Qualitativamente, percebeu-se aumento na transparência do uso do subsídio municipal (de aproximadamente R\$

1.300/agricultor), reduzindo riscos fiscais e operacionais. Para os produtores, notou-se maior agilidade no atendimento e a segurança jurídica (comprovação digital de manejo correto) elevaram a satisfação e o engajamento com as políticas ambientais. O impacto social reflete-se na distribuição mais equitativa de serviços públicos e na proteção dos recursos hídricos locais através do controle rigoroso da aplicação de nutrientes no solo.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa possui continuidade garantida pela parceria estratégica entre Embrapa e parceiros privados para manutenção e exploração comercial do software. O plano de expansão prevê a incorporação de novas funcionalidades para outras operações agrícolas (plantio e colheita) e a adoção do modelo por outros municípios da região Sul com perfis econômicos similares. A exploração comercial da solução pelo parceiro privado fornecerá os recursos necessários para a continuidade.

5. Replicabilidade

O design modular permite que a solução seja replicada em qualquer município com agricultura familiar e produção animal intensiva. A tecnologia é adaptável para o controle de todas as operações agrícolas motorizadas, transcendendo o uso apenas para biofertilizantes. A parceria com empresa privada, por meio do licenciamento para exploração comercial da solução, permitirá alcançar potenciais usuários que a Embrapa não conseguiria se atuasse sozinha.

6. Conclusão

A gestão da aplicação de recursos públicos pode ser melhorada e se tornar mais transparente por meio da adoção criativa da tecnologia. 2. Da mesma forma, a qualidade dos serviços públicos prestados pode ser aumentada com o uso de ferramentas digitais. 3. A integração de bases de dados georreferenciadas é essencial para o compliance ambiental. 4. A transparência baseada em dados reais é a melhor ferramenta para mitigar riscos de mau uso de recursos públicos.



Gestão Orientada a Resultados

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governança de Dados e Inteligência Pública

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de Brusque

Período de Implementação: Os resultados foram apurados ao longo do ciclo 2023-2024, período escolhido por corresponder à implantação integral do modelo de Gestão Orientada a Resultados, desde a formalização dos contratos de gestão até a consolidação das rotinas de governança e monitoramento. Esse intervalo permite avaliar impactos reais e mensuráveis, pois contempla um ciclo completo de planejamento, execução, acompanhamento e validação das entregas vinculadas ao Plano de Governo.

Responsável pelo Projeto: Matheus de Oliveira

Contato Institucional: matheus.oliveira@brusque.sc.gov.br

Resumo

O projeto Gestão Orientada a Resultados (GEOR) foi desenvolvido para enfrentar a fragmentação da gestão pública municipal, caracterizada pela baixa integração entre secretarias, ausência de padronização, dificuldade de monitorar resultados e risco de descontinuidade administrativa. A solução adotada foi a implantação de um modelo permanente de governança baseado em desempenho, no qual o Plano de Governo foi estruturado e transformado em uma carteira de projetos, cada um com metas e indicadores. O modelo foi operacionalizado por meio de contratos de gestão e ciclos de acompanhamento em três níveis (operacional, tático e estratégico). No ciclo 2023-2024, mais de 100 projetos estratégicos foram monitorados, e no ciclo 2025-2026 o modelo foi ampliado para 237 projetos e 192 indicadores integrados a um sistema digital. O público atendido inclui a administração municipal e a população de Brusque, beneficiada por serviços públicos mais eficientes, transparentes e orientados a resultados.

1. Solução implementada

A iniciativa é mantida por modelo de governança permanente conduzido pelo Escritório de Projetos de Brusque, vinculado à Secretaria de Fazenda e Gestão Estratégica. O acompanhamento ocorre em três níveis, operacional com pontos focais, tático com secretários

e estratégico com Prefeito e Vice-Prefeito. Os processos incluem monitoramento contínuo de projetos e indicadores, reuniões periódicas, contratos de gestão, uso de sistema digital integrado e revisões formais de desempenho.

A principal lição aprendida foi que a gestão pública só se sustenta quando planejamento, execução e monitoramento caminham juntos. A inovação esteve na transformação do Plano de Governo em projetos com indicadores, contratos de gestão e governança em três níveis, alinhada às boas práticas do PMBOK. O modelo mostrou que clareza de responsabilidades, ciclos regulares de acompanhamento e foco em resultados geram engajamento, previsibilidade e entregas reais à sociedade.

2. Implementação

A iniciativa foi implementada com custos reduzidos, absorvidos pela estrutura interna da Prefeitura, sem necessidade de investimentos elevados ou ampliação de quadro. Utilizou contratação de sistema em modelo SaaS e recursos já existentes, como equipes técnicas e infraestrutura administrativa. A eficiência no uso dos recursos garantiu alta relação custo-benefício e torna plenamente viável a manutenção e expansão do modelo para novos ciclos de gestão.

3. Impactos e resultados

O projeto Gestão Orientada a Resultados gerou avanços expressivos em eficiência, agilidade e impacto institucional. No ciclo 2023-2024, mais de 100 projetos estratégicos foram monitorados, alcançando 83,3% de execução dos projetos, 85,8% de atingimento dos indicadores e 83,7% de cumprimento do Plano de Governo, sem necessidade de orçamento adicional relevante, utilizando estrutura interna. Houve ganho de eficiência administrativa com redução de retrabalho, maior previsibilidade das entregas e decisões mais ágeis a partir de indicadores e reuniões periódicas. Qualitativamente, o projeto fortaleceu o engajamento dos gestores e equipes, consolidou a cultura de planejamento e responsabilização, aumentou a transparência das ações governamentais e ampliou a confiança da população na gestão pública. O impacto social se reflete na melhoria da coordenação dos serviços públicos e na entrega mais consistente de políticas e projetos à sociedade.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa possui continuidade garantida como política permanente de gestão. No novo ciclo 2025 a 2026, o modelo foi ampliado e integrado ao Sistema de Gestão de Projetos, Indicadores e Tarefas, reforçando sua institucionalização. Está em fase final de consolidação a Avaliação Parcial dos resultados do ciclo atual, com publicação prevista para dezembro de 2025, assegurando monitoramento contínuo, aprendizado institucional e evolução permanente da Gestão Orientada a Resultados.

5. Replicabilidade

A iniciativa é altamente replicável, pois se baseia em governança estruturada, contratos de gestão, indicadores e monitoramento alinhados a boas práticas como o PMBOK. Pode ser aplicada em outros municípios a partir da transformação do planejamento em projetos mensuráveis, independentemente do porte institucional. Como evidência desse potencial, Brusque já foi procurada por mais de cinco municípios interessados em conhecer o modelo e realizar benchmarking.

6. Conclusão

Os principais aprendizados foram que a transformação do Plano de Governo em projetos com indicadores aumenta foco e disciplina; a governança em três níveis garante ritmo e correção tempestiva de desvios; contratos de gestão fortalecem accountability; e o engajamento cresce quando o sistema apoia a rotina das equipes. Liderança ativa e monitoramento contínuo foram decisivos para resultados sustentáveis.

Hermes - Como resolver problemas de R\$1bi a custo zero

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governança de Dados e Inteligência Pública

Órgão/Empresa Responsável: Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

Período de Implementação: O período de apuração compreende o primeiro ano de operação do sistema, de 06/01/2025 a 31/12/2025. Este intervalo é essencial para consolidar a confiabilidade da ferramenta após superar o vácuo informacional de sistemas anteriores. No ciclo, o Hermes processou 50 mil linhas de transações, gerenciou R\$ 1 bilhão em orçamento e alcançou um índice de precisão de 99,99%, refletindo o impacto real na eficiência e transparência da Embratur.

Responsável pelo Projeto: João Vitor Ribeiro dos Santos Barros

Contato Institucional: joao.barros@embratur.com.br

Resumo

O Sistema Hermes marca a transformação digital da Embratur, superando vácuos sistêmicos com uma solução in-house desenvolvida em Low-Code (Google AppSheet). Com equipe enxuta, o projeto otimizou processos críticos, tornando-se case global do Google Workspace. Impacto e Eficiência: Economicidade: Economia direta de R\$ 729 mil ao evitar softwares de prateleira, operando a custo marginal zero. Escalabilidade: Gestão de orçamento anual de R\$ 1 bilhão e processamento de 50 mil linhas de transações em 2025. Precisão: Índice de erro de apenas 0,000155%, garantindo integridade e governança. Legado Estratégico: O Hermes vincula o planejamento à execução, auditando, em 2025, 511 ações e 1.001 revisões para decisões data-driven. Validado no Google Cloud Summit e CLAD, o projeto evolui em 2026 para a fronteira da IA com o agente Mercúrio, consolidando uma política mais inteligente e transparente.

1. Solução implementada

Para 2026, processos de governança incluem Termos de uso e responsabilidade dos usuários; Tratamento e classificação em tabelas de temporalidade dos dados armazenados,

para cumprimento da LGPD; Rotina de atualizações e manutenção constante a custo zero (desenvolvimento in-house).

Responsáveis: Gerência de Transformação Digital (João Barros) e Gerência de Orçamento (Gabriel de Jesus).

Ademais, toda a estrutura de validação é resultado dos normativos e demais legislações aplicáveis.

A principal lição aprendida foi que a transformação digital precede o desenvolvimento tecnológico: estudamos, revisamos e redesenhamos processos antes de automatizá-los. Utilizando Low-Code para criar uma solução sob medida com custo marginal zero. Provamos que equipes enxutas podem gerir orçamentos e desafios da escala de R\$ 1 bi com alta precisão, transformando um vácuo sistêmico em um legado de governança data-driven reconhecido globalmente.

2. Implementação

A iniciativa opera com custo marginal zero, utilizando licenças pré-existentes do Google Workspace e força de trabalho interna, sem gastos com consultorias. Gerou economia direta de R\$ 729.000,00 ao dispensar softwares de mercado para gerir um orçamento de R\$ 1 bilhão. A viabilidade futura é garantida pelo baixo custo de manutenção e possibilidade de desenvolvimento de novos produtos, como Mercúrio (Agente de IA do Hermes) e integrações futuras.

3. Impactos e resultados

O Sistema Hermes é o motor da transformação digital da Embratur, utilizando Low-Code (Google AppSheet) para gerir um orçamento de R\$ 1 bilhão (2025) com custo marginal zero e economia direta de R\$ 729 mil.

Performance e Escalabilidade (Dados 2025):

Volume: Processamento massivo de 50 mil transações e 2.698 liquidações analíticas (com mais de 300 categorias de dados cada).

Agilidade: Automatização de 855 ordens de serviço e 2.815 solicitações de pagamentos; dashboards em tempo real extinguiram processos manuais que levavam semanas.

Qualidade: Índice de erro de apenas 0,000155% e rastreabilidade total de 511 ações e 1.001 revisões por 209 usuários ativos.

Reconhecimento: Case oficial do Google Workspace e destaque no Google Cloud Summit 2025.

Selecionado para o Agile Trends Gov 2026 e Conexão Inovação Pública 2026, posicionando-se como referência nacional em inovação pública ágil e governança data-driven.

4. Sustentabilidade e Continuidade

Desenhado para ser um gerenciador de planejamento e orçamento, o Hermes, em 2025, auxiliou processos de contabilidade, finanças e RH. Dado que para o ano de 2026, soluções específicas serão contratadas, o Hermes será a interface que integra todas as ferramentas.

A iniciativa transcende resultados pontuais, consolidando um legado de dados estruturados para transparência e pesquisa perene. Em 2026, a posição estratégica se confirma com a participação confirmada no Agile Trends Gov e Conexão Inova.

5. Replicabilidade

O Hermes possui alto potencial de replicação por utilizar tecnologia Low-Code, eliminando barreiras orçamentárias e técnicas em qualquer órgão público. Sua arquitetura baseada em microsserviços permite adaptar os diferentes módulos a diferentes realidades institucionais, mantendo a governança de dados. Como case global do Google, o modelo prova que é possível gerir orçamentos bilionários com agilidade, sendo replicável para instituições que buscam transparência e economicidade real.

6. Conclusão

O principal aprendizado é que a agilidade e a eficiência de projetos é fruto do aprofundar-se nos processos, garantindo 100% de aderência às necessidades do negócio. O uso de Low-Code provou ser possível gerir R\$ 1 bilhão com precisão de 99,99% e custo marginal zero, quebrando a dependência de ERPs rígidos. A iniciativa ensina que a transição para uma cultura data-driven permite transformar dados brutos em insights estratégicos replicáveis em qualquer esfera pública.

Iniciativa Educação Digital e Midiática SJP: Governança Democrática e Estratégia de Gestão para Implementação da Política Nacional de Educação Digital (PNED)

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Tecnologia Aplicada às Áreas Finalísticas (Saúde, Educação, Segurança Pública)

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

Período de Implementação: De janeiro de 2023 a dezembro de 2025. Este período justifica-se por abranger desde a promulgação da PNED e o início da escrita do referencial até a validação final por rubricas, aprovação normativa pelo CME e a formação dos primeiros 240 docentes. Escolher este intervalo garante que os dados de diagnóstico de infraestrutura e competências docentes reflitam o impacto real da preparação sistêmica para 2026.

Responsável pelo Projeto: Anderson Folador

Contato Institucional: anderson.folador@sjp.pr.gov.br

Resumo

A iniciativa resolve o desafio de adequar o sistema municipal às exigências da PNED. A solução instituiu um componente curricular específico, garantindo o pioneirismo de São José dos Pinhais na Região Metropolitana de Curitiba ao ser o primeiro município a formalizar essa transição curricular. A solução inovadora abandonou o modelo exclusivamente transversal para instituir um componente curricular específico (1h20 semanal) para turmas do 1º ao 5º ano, fundamentado na Teoria da Complexidade. A governança foi estruturada via Comissão Edig, uma instância multissetorial com 19 membros que coordenou a revisão do Referencial Curricular (RCSJP), incluindo um inovador 4º eixo: Educação Midiática, antecipando diretrizes globais de combate à desinformação. O projeto atende 1.500 profissionais da educação e milhares de estudantes, transformando o uso da tecnologia de mera ferramenta em objeto de conhecimento crítico, garantindo letramento digital e cidadania desde a infância.

1. Solução implementada

Governança exercida pela Comissão Interna de Integração Curricular (Portaria 117/2025) e pelo Núcleo de Educação Digital (EDIG). O modelo responde diretamente ao Gabinete, articulando-se com os departamentos Infantil, Fundamental e Especial. A manutenção pedagógica utiliza rubricas nacionais da UNDIME para autoavaliação periódica, enquanto a manutenção técnica é coordenada entre a SEMED e a Secretaria de Inovação (SIMOT).

A principal inovação é a governança democrática via Comissão Edig (Portaria 117/2025), que rompeu a visão do currículo como algo "despido de política", integrando vozes pedagógicas, legislativas e administrativas. Aprendemos que o diálogo entre o saber técnico e o pedagógico é o único caminho para evitar a subutilização de recursos. A inclusão do eixo Educação Midiática torna o projeto referência nacional em proteção infantil contra riscos digitais.

2. Implementação

Os custos são otimizados pelo uso de recursos federais (PIEC/Educação Conectada) e infraestrutura própria do NTED (Núcleo Tecnológico). A viabilidade financeira é reforçada pela manutenção do VAAR/Fundeb, condicionada a este currículo. O uso de estratégias desplugadas e materiais de baixo custo (Edig Play) garante a execução em 100% das unidades, independente da infraestrutura elétrica momentânea, maximizando o ROI educacional.

3. Impactos e resultados

Realização de autodiagnóstico de competências digitais com 907 profissionais (60% da rede), gerando uma base de dados precisa para o Plano de Formação Docente. Formação inicial deferida para 240 professores no segundo semestre de 2025, visando a implementação plena em 2026. Garantia de conformidade legal para a habilitação do município à complementação VAAR do Fundeb em 2026, assegurando recursos federais diretos. Qualitativos: Aprovação por unanimidade do novo currículo e do Núcleo de Educação Digital pelo Conselho Municipal de Educação (CME). Elevado engajamento docente, com expectativas positivas focadas em segurança online e inovação pedagógica. Aplicação de uma

Rubrica de Currículo (UNDIME) que permitiu mapear e sanar 100% das fragilidades técnicas antes da chegada do componente às salas de aula, elevando a eficiência da gestão escolar.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa possui sustentabilidade garantida por estar institucionalizada no Referencial Curricular Municipal (RCSJP) e blindada por resoluções do Conselho Municipal. A continuidade prevê o Ciclo Formativo bimestral de 40h em 2026 e a expansão para a Educação Infantil e Especial no biênio 2027-2028. A integração ao SIMEC assegura que o projeto seja uma política de Estado, com monitoramento técnico contínuo e independente de trocas de gestão.

5. Replicabilidade

O modelo é totalmente replicável por utilizar instrumentos universais (BNCC e Rubricas UNDIME). A metodologia de criação de uma comissão multissetorial e o escalonamento da formação (do diagnóstico por dados à prática em sala) servem como um "Guia de Implementação Municipal da PNED" para qualquer prefeitura que busque conformidade legal e ganho pedagógico célere. Para facilitar a replicabilidade, a equipe do NTED, também recebe visitas de outras cidades para repassar o modelo aplicado.

6. Conclusão

A formação continuada deve ser sistêmica (teoria&prática) para gerar segurança docente; 2. O diagnóstico prévio de infraestrutura (Relatório 02/2025) é vital para evitar desperdício de recursos; 3. O letramento digital crítico (Educação Midiática) é a ferramenta mais eficiente para a proteção de crianças e adolescentes em rede, tornando o projeto uma referência inspiradora de cidadania digital ativa para a gestão pública brasileira.

Iniciativa Reconhecimento Facial Avançado

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governo Digital e Serviços ao Cidadão

Órgão/Empresa Responsável: Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR

Período de Implementação: Desde a implantação (início de 2025) até 23/01/2026. Este período abrange desde o lançamento do piloto no Detran-PR (com 4,6 mil atualizações iniciais) até a consolidação da plataforma em larga escala. O recorte temporal comprova a estabilidade da solução ao processar mais de 930 mil transações biométricas acumuladas (soma de Match e Validation), demonstrando a capacidade de atender a demanda contínua do estado.

Responsável pelo Projeto: Simone de Almeida Virmond

Contato Institucional: sivirmond@celepar.pr.gov.br

Resumo

A verificação manual de identidade e a desatualização das bases de dados, agravadas pela pandemia, geravam filas e insegurança nos serviços do Detran-PR,. Para solucionar isso, a CELEPAR desenvolveu uma plataforma de Reconhecimento Facial SaaS (pay-per-use) baseada em IA e orquestração de contêineres (Kubernetes/SUSE Rancher) com aceleração por GPU. Integrada ao app ""Detran Inteligente"", a solução habilita a autobiometria: o cidadão atualiza a foto da CNH remotamente via selfie. O sistema realiza o reconhecimento facial e a validação de conformidade com padrões ICAO/Senatran, garantindo segurança antifraude e eliminando o deslocamento físico. O público-alvo abrange os 6 milhões de condutores do Paraná, modernizando a renovação da CNH e a prova de vida digital. A plataforma facial foi desenvolvida para permitir que qualquer sistema, web ou app de celular, possa se integrar facilmente e aumentar sua segurança sem a necessidade de grandes alterações ou complicações no código.

1. Solução implementada

A governança é centralizada na CELEPAR (Data Center Nível III), que gerencia o ciclo de vida da aplicação via SUSE Rancher Prime. Isso garante monitoramento proativo e

deploy ágil de atualizações. A manutenção conta com suporte enterprise 24/7 para todo o stack (OS, Kubernetes e Rancher), assegurando a continuidade de um serviço de missão crítica que opera ininterruptamente. Toda a gestão e implementação da solução própria garante confiabilidade e uma maior governança.

A inovação reside no modelo SaaS pay-per-use de reconhecimento e validação facial para o setor público, atendendo a padrões ICAO via microsserviços com GPUs NVIDIA. Diferente de soluções "caixa-preta", a CELEPAR desenvolveu modelos sobre stacks open-source, garantindo soberania de dados, alta acurácia e domínio tecnológico. Essa abordagem assegura segurança superior e otimização de custos de hardware, unindo eficiência técnica à autonomia estratégica no tratamento de dados sensíveis.

2. Implementação

A viabilidade financeira é garantida pelo modelo SaaS pay-per-use. O uso da tecnologia NVIDIA permite dividir uma GPU física em várias instâncias isoladas, maximizando o uso do hardware adquirido. Isso reduz custo por inferência e permite que a CELEPAR ofereça o serviço a múltiplos órgãos cobrando apenas o consumo efetivo, garantindo eficiência no uso de recursos públicos. Não há impacto para clientes que utilizem menos ou mais recursos, pois toda a estrutura é planejada pelo custo por requisição.

3. Impactos e resultados

Quantitativos: A solução atingiu escala massiva e alta performance. Desde a implantação até 23/01/2026, a plataforma processou um total de 705.997 operações de Reconhecimento Facial (Facial Match) e 224.403 operações de Validação Facial (Facial Validation). Qualitativos: A tecnologia eliminou a intervenção humana na atualização de fotos, garantindo a entrega instantânea da CNH digital e reduzindo filas nas agências. O modelo automatizado aumentou a segurança jurídica contra fraudes de identidade e permitiu que servidores focassem em atendimentos complexos. A robustez do sistema, que suporta picos de demanda, consolidou a confiança do cidadão no serviço digital, oferecendo conforto e agilidade no acesso a documentos oficiais. Evita assim deslocamentos desnecessários do cidadão e aumento tanto da segurança como da auditoria do processo.

4. Sustentabilidade e Continuidade



A iniciativa é permanente. Com a base de dados sendo atualizada organicamente, o Detran-PR expandirá o serviço a todos os condutores. Outros órgãos também podem aderir ao uso da solução de forma simplificada e custo reduzido pagando somente pelo uso no modelo SaaS assim a CELEPAR mantém um roadmap evolutivo que prevê a adoção de distribuições Kubernetes focadas em segurança e treinamento contínuo de novos modelos de IA para manter a acurácia elevada frente a novas tentativas de fraude.

5. Replicabilidade

A arquitetura em APIs RESTful é agnóstica e pronta para replicação. Órgãos de Educação, Saúde ou Segurança podem integrar-se para prova de vida, controle de acesso ou validação cadastral, aproveitando a base biométrica e a infraestrutura escalável. A implementação fica a critério do cliente, aumentando a segurança em trocas de senhas, operações críticas e cadastros de diversas naturezas, garantindo versatilidade e proteção em diferentes ramos de atuação do setor público.

6. Conclusão

A principal lição é a eficácia do modelo SaaS (pay-per-use) no setor público, que permite escala e redução de custos via compartilhamento de infraestrutura. O uso de IA proprietária sobre stacks open-source provou ser superior a soluções ""caixa-preta"", garantindo soberania de dados e domínio tecnológico. Além disso, a arquitetura em microsserviços com GPUs fatiadas demonstrou que é possível conciliar alta performance biométrica com eficiência fiscal.

Interoperabilidade de Exames Laboratoriais na Saúde Pública de Goiás por meio do padrão HL7® FHIR®

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Tecnologia Aplicada às Áreas Finalísticas (Saúde, Educação, Segurança Pública)

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - SES/GO

Período de Implementação: Os resultados foram apurados entre 2024 e 2025, período em que a prova de conceito foi desenvolvida, implantada, estabilizada e operou de forma contínua no recebimento de hemogramas do laboratório credenciado, com disponibilização dos exames no Meu PEP para os cidadãos. Esse intervalo permitiu avaliar o funcionamento técnico da arquitetura, sua adoção progressiva, a regularidade no envio dos exames e os ajustes necessários para futura operação em produção.

Responsável pelo Projeto: Livia Moraes Vilela

Contato Institucional: livia.vilela@goias.gov.br

Resumo

A fragmentação dos resultados de exames laboratoriais dificulta o acesso às informações clínicas nos sistemas de saúde da rede pública, privada e suplementar, comprometendo a continuidade do cuidado, a tomada de decisão clínica e o acesso do cidadão aos seus próprios dados. Para enfrentar esse problema, a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás SES/GO, em parceria com a Universidade Federal de Goiás UFG, implementou uma prova de conceito de arquitetura de interoperabilidade de dados em saúde, baseada no padrão internacional HL7® FHIR®, com foco inicial na integração de hemogramas. A solução permite o envio padronizado e seguro dos dados por laboratórios credenciados, com mecanismos de autenticação, autorização, validação das informações e armazenamento em data lake institucional. Os exames integrados passam a ficar disponíveis ao cidadão por meio do Meu PEP - Prontuário Eletrônico no Portal Expresso, atendendo profissionais de saúde, gestores públicos e cidadãos usuários do SUS em Goiás.

1. Solução implementada

A governança do projeto é conduzida pela SES-GO, por meio das áreas técnicas de Saúde Digital e Interoperabilidade, com apoio acadêmico da UFG. O modelo contempla credenciamento de laboratórios, monitoramento das integrações, auditoria, controle de segurança e gestão contínua da arquitetura. Há definição clara de responsabilidades, fluxos de acompanhamento e mecanismos de atualização tecnológica, alinhados à Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028.

A principal inovação está na adoção estratégica do padrão HL7® FHIR® pela SES-GO, viabilizando uma arquitetura interoperável, segura e semanticamente padronizada para o compartilhamento de dados de saúde com atores públicos e privados. Essa abordagem amplia as possibilidades de inovação tecnológica, ao permitir o uso de dados clínicos estruturados em soluções de inteligência artificial, análise preditiva e apoio à gestão em saúde, com foco no cuidado centrado no cidadão.

2. Implementação

A iniciativa utilizou majoritariamente infraestrutura tecnológica já existente na SES-GO, com uso eficiente dos recursos públicos. A adoção de padrões abertos, como o HL7® FHIR®, reduziu custos de desenvolvimento e integração, favorecendo a sustentabilidade da solução. O modelo é financeiramente viável para manutenção e expansão, pois evita licenças proprietárias, facilita a adesão de novos parceiros e reduz custos operacionais decorrentes da fragmentação de dados.

3. Impactos e resultados

Em termos quantitativos, a solução possibilita a integração de aproximadamente 5.000 hemogramas por mês, com capacidade projetada para escalar até 65.000 exames diários. Esse avanço contribui para a redução da repetição desnecessária de exames, otimiza o uso dos recursos assistenciais e amplia a eficiência no acesso às informações clínicas.

Em termos qualitativos, a iniciativa fortalece a continuidade do cuidado, amplia a segurança da informação e melhora a experiência do cidadão, que passa a acessar seus resultados de exames de forma digital, segura e longitudinal. Para os profissionais de saúde, proporciona maior agilidade e confiabilidade na tomada de decisão clínica. Do ponto de vista

da gestão pública, o projeto reforça a governança de dados em saúde e consolida uma base estruturada e padronizada para análises assistenciais, epidemiológicas e estratégicas.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa continuará de forma permanente, por estar integrada à infraestrutura institucional da SES-GO. Estão previstos a expansão para outros tipos de exames laboratoriais e a adesão de novos laboratórios da rede pública e privada. O uso de padrões abertos e de uma arquitetura modular garante sustentabilidade técnica e institucional, alinhamento às políticas públicas de Saúde Digital e evita soluções pontuais ou dependentes de fornecedores específicos.

5. Replicabilidade

Essa prova de conceito é altamente escalável e replicável, podendo ser adotada por outros estados, municípios ou órgãos públicos e privados. A arquitetura baseada no padrão HL7® FHIR® permite uso em âmbito nacional e internacional, garantindo segurança, padronização semântica e adaptação a diferentes contextos institucionais. O modelo pode ser expandido para outros exames laboratoriais e de imagem e integrado a diversos sistemas de saúde, mantendo seus benefícios assistenciais e de gestão.

6. Conclusão

Entre os principais aprendizados destacam-se: a importância da padronização semântica para a interoperabilidade de dados em saúde; a necessidade de governança clara desde o início do projeto; o valor da cooperação entre governo e academia; e o impacto positivo de soluções centradas no cidadão. Esses aprendizados podem ser aplicados em outros projetos de transformação digital na saúde e em diferentes áreas da gestão pública.

Laboratório de Inovação de Balneário Camboriú - LaBC

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Desenvolvimento de Talentos e Capacitação em TI Pública

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

Período de Implementação: O período de jul/2025 a jan/2026 reflete o marco de formalização estratégica e estruturação do modelo operacional. Esta janela demonstra a transição do planejamento para a execução prática, na consolidação da rede e pipeline de entregas. A escolha justifica-se pela validação da viabilidade do modelo itinerante/digital antes da escala prevista para o ciclo anual de 2026, garantindo que os dados apresentados sustentem a maturidade e o impacto real da iniciativa.

Responsável pelo Projeto: Murilo Allan Sodré de Souza

Contato Institucional: murilo.sodre@bc.sc.gov.br

Resumo

O Laboratório de Inovação de Balneário Camboriú atua na modernização administrativa frente a dois desafios críticos: processos fragmentados e baixa digitalização de serviços públicos. Institucionalmente vinculado à Administração Municipal, o LaBC implementa um ecossistema de experimentação controlada e metodologias ágeis (Design Thinking e Lean Government) para otimizar fluxos e mitigar riscos. A solução estrutura uma Carta de Serviços Digital centrada no usuário, implementando um portal único de acesso desburocratizado. O impacto é bifocal: (a) empoderamento de servidores via comunidades de prática e trilhas de capacitação, convertendo-os em agentes de inovação; e (b) entrega de serviços públicos resolutivos, transparentes e eficientes para o cidadão. Mais que digitalizar processos, o LaBC redesenha a cultura organizacional, promovendo uma gestão orientada a resultados e foco na experiência do cidadão, promovendo a inovação como um ativo permanente da administração municipal.

1. Solução implementada

Governança vinculada à Administração Municipal, com comitê de inovação, e alinhamento político e técnico sustentado pela direção e parceiros. Monitoramento contínuo,

processos de acompanhamento, metas trimestrais e KPIs de produtividade. Parcerias externas ampliam capacidade, mitigam riscos e garantem accountability e atualização permanente.

A inovação aplicada reside na institucionalização do 'aprender fazendo'. O LaBC rompe com projetos isolados ao integrar inovação à rotina pública via cocriação intersetorial e ciclos rápidos de experimentação de baixo risco. O diferencial estratégico é a conversão de capacitação passiva em entregas de valor real (protótipos e pilotos), conectando a inteligência da academia e hubs à gestão pública. Ao documentar sistematicamente cada ciclo, o modelo gera autonomia e memória técnica replicável.

2. Implementação

Custos/viabilidade: custo incremental baixo, pois o principal ativo são os servidores e infraestrutura já existente, com operação itinerante/digital. Os recursos concentram-se em horas de facilitação, materiais de oficinas e apoio tecnológico para repositório e Carta de Serviços Digital, além de parcerias (Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e hubs) para capacitação e mentorias. Manutenção é viável por integração institucional e por ciclos curtos que evitam projetos longos e caros.

3. Impactos e resultados

Resultados iniciais consolidam a base estratégica apresentando diferentes ganhos, como: diagnóstico do ecossistema, governança estruturada e formação de uma rede ativa de laboratoristas. A articulação com academia (Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC) e hubs (HuBC, Elume, ACATE) fortalece o capital intelectual do projeto. Para 2026 as métricas de desempenho incluem: retenção de 80% da rede de inovadores; engajamento de novos servidores e condução de ciclos completos de redesenho de processos com entregas tangíveis. Qualitativamente, observa-se a quebra de silos departamentais e o aumento do engajamento intersetorial. O impacto social projeta a universalização do acesso via Carta de Serviços Digital, reduzindo o tempo médio de atendimento e o retrabalho operacional. A iniciativa assegura eficiência fiscal ao otimizar recursos existentes e promove a transparência ativa, elevando o índice de satisfação do cidadão e a confiança na prestação dos serviços públicos municipais.

4. Sustentabilidade e Continuidade

Sustentabilidade é garantida pela arquitetura itinerante digital, que independe de altos custos de sede para operar. A iniciativa está em processo de institucionalização via ato normativo integrando-se à estrutura administrativa. O plano prevê expansão das trilhas formativas em 2026 e a consolidação de repositório digital de métodos, garantindo que o conhecimento permaneça no órgão. Em 2027, a estratégia foca em escalar o modelo para novas turmas de formação, a fim de consolidar o espaço físico.

5. Replicabilidade

O LaBC apresenta replicabilidade assegurada pelo design modular adaptável a qualquer órgão. A metodologia é flexível e foca em cinco caminhos: (1) Comunidades de prática (engajamento); (2) Diagnóstico de gargalos críticos (impacto direto); (3) Ciclos ágeis de prototipação (baixo custo/risco); (4) Repositório de conhecimento aberto (autonomia); (5) Expansão em rede. O formato híbrido (itinerante/digital) reduz fricções de implementação e custos fixos, permitindo escala rápida e sustentável.

6. Conclusão

- a) Equipe regras claras, não prédio - garantiram continuidade e possibilidade de escala;
- b) Foco em problema real - aumentou adesão, entregas e utilidade ao serviço;
- c) Ciclos curtos com protótipo documentado - geraram confiança e decisões rápidas;
- d) Mentoria entre pares - reduziu desistência e fortaleceu rede de prática.
- e) Parceria com UDESC/ecossistema - ampliou capacitação, credibilidade e replicação;
- f) Indicadores simples + relatório anual - mantêm controle, transparência e continuidade

Laboratórios de Aprendizagem Criativa: transformação das práticas pedagógicas por meio da inovação educacional na Rede Municipal de Ensino de Ponta Grossa

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Tecnologia Aplicada às Áreas Finalísticas (Saúde, Educação, Segurança Pública)

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria de Educação e Agência de Inovação e Desenvolvimento / Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

Período de Implementação: Os resultados referem-se ao período de 2022 a 2025, abrangendo a implantação inicial do projeto, sua expansão e consolidação em 2023, e o acompanhamento contínuo até 2025. Esse intervalo foi definido por contemplar todas as etapas do processo, incluindo implementação, formação docente e avaliação dos impactos educacionais, assegurando que os dados apresentados representem de forma fiel e consistente os efeitos reais da iniciativa.

Responsável pelo Projeto: Tônia Mansani

Contato Institucional: toniamansani@hotmail.com

Resumo

O Laboratório de Aprendizagem Criativa (LAC) nasceu para enfrentar desigualdades sociais, culturais e digitais presentes na Rede Municipal de Ensino de Ponta Grossa, evidenciadas pelo uso limitado, pouco crítico e predominantemente passivo das tecnologias digitais por estudantes e professores. Esse cenário restringia a produção de conhecimento, a criatividade e a capacidade de resolução de problemas. Como resposta, a iniciativa implantou ambientes educacionais inovadores, integrando robótica educacional, cultura maker, pensamento computacional e tecnologias digitais a metodologias ativas e à formação continuada de professores. O LAC atende estudantes da Educação Infantil IV e V e do Ensino Fundamental I, promovendo protagonismo estudantil, inovação pedagógica e equidade no acesso às oportunidades educacionais, gerando impactos estruturantes e duradouros na qualidade da educação pública municipal, aplicando tecnologias educacionais inovadoras diretamente na política pública de Educação.

1. Solução implementada

A gestão do LAC é coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, com participação integrada dos Departamentos Administrativo, Pedagógico e de Tecnologia da Informação, em articulação com as equipes gestoras das escolas. A governança envolve definição de responsabilidades, acompanhamento sistemático por meio de formações continuadas, visitas técnicas, relatórios pedagógicos e avaliações periódicas, assegurando monitoramento, atualização metodológica e manutenção contínua dos laboratórios.

A inovação do LAC está na integração entre cultura maker, robótica educacional, pensamento computacional e metodologias ativas, articulada à formação continuada de professores e ao trabalho intersetorial na Secretaria Municipal de Educação. A experiência demonstra que a inovação educacional ocorre quando há planejamento sistêmico, valorização docente e protagonismo estudantil, gerando aprendizagem significativa e impactos duradouros.

2. Implementação

Custos do LAC abrangem aquisição de equipamentos tecnológicos, mobiliário pedagógico, insumos para robótica e cultura maker, formação continuada de professores e adequação de espaços físicos. O investimento médio é R\$ 114.649,15 por sala, totalizando aproximadamente R\$ 6.191.054,00 para a implantação das 54 unidades. A iniciativa demonstra alta eficiência no uso dos recursos, impacto educacional escalável, custos de manutenção reduzidos e viabilidade comprovada para expansão progressiva da rede.

3. Impactos e resultados

Os resultados alcançados refletem uma transformação concreta e contínua na educação. Até 2023, o projeto já havia chegado a 15 escolas, impactando cerca de 4.500 estudantes e 192 professores, despertando novos olhares sobre ensinar e aprender. Na sequência, iniciou-se a segunda etapa de implantação em mais 19 escolas com espaço físico disponível, expandindo de forma consistente o alcance da iniciativa.

Em 2024 outras 16 escolas foram contempladas e em 2025 mais 2 unidades integraram o projeto, totalizando 52 escolas atendidas de 88, o que representa aproximadamente 15 mil estudantes vivenciando experiências inovadoras, criativas e significativas.

Qualitativamente houve mudança nas práticas pedagógicas, fortalecimento do protagonismo estudantil, maior engajamento em atividades de inovação e aprendizagem criativa, além do entusiasmo renovado dos educadores. Trajetória reconhecida com 1º lugar no Prêmio Gestor Público do Paraná categoria Educação (2023) reafirmando o impacto da iniciativa.

4. Sustentabilidade e Continuidade

O LAC está estruturado como política pública educacional permanente, integrado ao Programa Sinapses Criativas e ao planejamento da Secretaria Municipal de Educação. Sua continuidade é garantida pela institucionalização do projeto, pela formação continuada de professores e por investimentos em infraestrutura, permitindo expansão progressiva e assegurando que os resultados sejam duradouros e não pontuais.

5. Replicabilidade

O modelo do LAC possui alto potencial de replicação por articular metodologia pedagógica estruturada, formação continuada de professores, infraestrutura modular e alinhamento à BNCC. A iniciativa pode ser adaptada a diferentes municípios e contextos educacionais, respeitando realidades locais, mantendo seus princípios, benefícios e impactos na aprendizagem, no engajamento estudantil e na inovação pedagógica.

6. Conclusão

A iniciativa evidenciou que a inovação educacional depende principalmente da formação e do engajamento dos professores, mais do que apenas de equipamentos. Demonstrou também que metodologias ativas fortalecem o protagonismo e o envolvimento dos estudantes. Por fim, reforçou que projetos educacionais alcançam maior impacto e sustentabilidade quando institucionalizados como política pública.

Living Lab 5G

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Tecnologia Aplicada às Áreas Finalísticas (Saúde, Educação, Segurança Pública)

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de Florianópolis

Período de Implementação: Os resultados foram apurados entre junho de 2024 e maio de 2025, período de execução dos testes de campo (pilotos) das soluções selecionadas via CPSI. Este intervalo foi escolhido por compreender o ciclo completo de validação tecnológica em ambiente real, permitindo a coleta de métricas de desempenho (antes vs. depois) e a avaliação da maturidade das soluções para eventual contratação em escala, garantindo que os dados reflitam o impacto operacional consolidado.

Responsável pelo Projeto: Ana Paula Pacheco

Contato Institucional: anapacheco.pacheco@gmail.com

Resumo

O Living Lab 5G de Florianópolis resolve a dificuldade histórica do setor público em contratar inovações tecnológicas devido à rigidez da Lei de Licitações. O projeto implementou um ambiente de experimentação real (Living Lab) utilizando o Contrato Público de Solução Inovadora (CPSI) do Marco Legal das Startups. Em parceria com a UFSC, TIM e ACATE, a Prefeitura lançou desafios públicos para testar soluções de IoT e 5G em saneamento, resíduos e segurança. A solução permite validar tecnologias em ambiente urbano antes da contratação definitiva, mitigando riscos e garantindo eficiência. O público atendido engloba a gestão municipal (que ganha ferramentas validadas) e os cidadãos, beneficiados por serviços urbanos mais ágeis e econômicos.

1. Solução implementada

O Living Lab Florianópolis 5G constituiu-se em um ambiente de inovação aberta onde novas tecnologias e soluções são testadas e desenvolvidas em um contexto real, aproveitando todo o potencial da rede 5G. O Living Lab 5G teve como proposta transformar a cidade de Florianópolis em um ambiente de teste e demonstração de produtos e serviços inovadores que contribuam para a vida dos cidadãos e visitantes.



O Living Lab foi uma iniciativa da Prefeitura de Florianópolis, por meio da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, com metodologia desenvolvida pelo grupo VIA Estação Conhecimento da UFSC.

O Grupo VIA Estação Conhecimento é vinculado ao Departamento de Engenharia do Conhecimento da UFSC. É o único grupo de pesquisa brasileiro especializado em habitats de inovação e empreendedorismo, conforme dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O edital foi publicado por meio da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Parcerias responsável por gerenciar e supervisionar processos de licitação, contratos administrativos e parcerias da administração pública municipal.

O programa permitiu que empresas de tecnologia implantassem suas soluções em um ambiente real urbano com o objetivo de testá-las e validá-las junto aos seus potenciais clientes e usuários.

A governança segue o modelo Tríplice Hélice. A Prefeitura (SMDTI) lidera a estratégia; a UFSC (Grupo VIA/UFSC) aplica a metodologia de testes e métricas; e o Conselho Municipal de Inovação (CMI) aprova os editais e resultados, garantindo transparência. Um Comitê Técnico acompanha cada piloto quinzenalmente. A manutenção é assegurada pelo corpo técnico efetivo da Prefeitura em conjunto com o ecossistema de inovação (Rede de Inovação de Florianópolis), blindando o projeto de discontinuidades.

2. Implementação

No contexto geral do EDITAL N° 102/SMLCP/SULIC/2024 foi realizado um procedimento de licitação especial para seleção de propostas de Soluções Inovadoras com emprego de tecnologia 5G.

Este foi o 1º programa de Living Lab do Brasil acoplado com Compra Pública Inovadora (CPSI). O EDITAL N° 102/SMLCP/SULIC/2024 seguiu a forma de licitação especial, nos termos da Lei Complementar nº 182/2021 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador) e subsidiariamente, da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis, de acordo com as condições estabelecidas no Edital.

O valor global máximo estabelecido para os contratos de fornecimento foi de R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). Nesta etapa de seleção e testes, não houve dispêndio de valores. Os valores futuros, na eventualidade de formalização de contrato de

fornecimento, serão de responsabilidade de cada pasta municipal, caso este opte pela contratação da solução.

Para participar da seleção, as Soluções Inovadoras deveriam estar em estado de produto já desenvolvido ou como protótipo funcional, aptas a testes, não sendo consideradas ideias, planos, projetos ou estudos.

Nesta edição, outra novidade foi a utilização da rede 5G, em parceria com a TIM - após chamamento aberto para as demais operadoras - e a possibilidade de celebração do Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI), um mecanismo que permite ao governo buscar e investir em soluções inovadoras para desafios públicos.

O Living Lab traz para o CPSI uma base sólida de pesquisa e inovação, fornecendo os recursos necessários para a realização de experimentos e estudos em condições de vida reais. Além disso, facilita a transferência de conhecimento entre os atores do ecossistema de inovação local, promovendo a criação de soluções inovadoras que atendem às necessidades da sociedade.

2.1 ETAPAS DO PROGRAMA

Sua operação se deu basicamente em sete etapas e as atividades desenvolvidas e realizadas foram:

1. Alinhamento de definições iniciais: foram realizados os alinhamentos iniciais, a definição do escopo do living lab, o envolvimento do quadro funcional e o entendimento sobre o problema a ser apresentado em edital público. Além disso, foram definidas as bases legais do habitat de inovação, ancoradas por uma licitação especial com objetivos de estabelecer um Contrato Público de Solução Inovadora - CPSI e de fornecimento, na forma da Lei Complementar nº 182/2021 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador) e subsidiariamente, da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis de acordo com as condições estabelecidas no edital.
2. Definição da identidade visual e canais de comunicação: foram definidos os canais de comunicação do living lab, como site, e-mail e formulário. Estes corresponderam aos meios utilizados para a inscrição das empresas candidatas no programa e também foram a forma e a identidade visual de divulgação do mesmo.

3. Mapeamento de stakeholders: foram identificados parceiros internos e externos ao governo, os quais apresentaram protagonismos em vários momentos do living lab, especialmente na seleção e no acompanhamento das soluções. Ainda, com eles, foi possível ganhar escala de divulgação, ter inserção em ambientes de Santa Catarina, ter apoio na condução dos testes, ter atalhos para o conhecimento especializado que vem da academia e das demais organizações do ecossistema e ter uma infraestrutura robusta em termos de otimização de recursos.
4. Processo de seleção: foi realizado o processo de seleção por meio de um edital público, no qual as empresas que se alinhavam com a temática proposta realizaram a sua inscrição e apresentaram as soluções a ser testadas e avaliadas dentro de um ambiente real.
5. Implantação das soluções: as empresas que se inscreveram no edital público, que apresentaram a documentação solicitada, que passaram pela entrevista realizada pela banca avaliadora e que estavam de acordo com o planejamento proposto para começar os testes, buscando solucionar as dores apresentadas no edital, tiveram suas soluções implantadas.
6. Acompanhamento dos testes: após a seleção das empresas, por meio do edital público de licitação especial, estas começaram a testar suas soluções no ambiente real. Nessa fase, as empresas foram acompanhadas por especialistas que avaliaram o seu desempenho e o cumprimento do objetivo proposto no documento de planejamento, visando atender ao que o programa estava propondo solucionar.
7. Qualificação: ao final dos testes, empresas que comprovaram solucionar os problemas lançados, atendendo às dores propostas no edital público, tiveram suas soluções validadas.
8. Contratação: Encerrado o CPSI, foi facultado à Prefeitura Municipal de Florianópolis celebrar com a mesma contratada, sem nova licitação, nos termos da LC nº 182/2021, contrato para o fornecimento do produto, do processo ou da solução resultante do CPSI ou, se for o caso, para integração da solução à infraestrutura tecnológica ou ao processo de trabalho da Administração Pública

2.2 DESAFIOS DO LIVING LAB FLORIANÓPOLIS 5G

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, conveniente do Termo de Convênio 008/2023 que teve como objetivo a execução do Living Lab 5G, mapeou junto às Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Planejamento e Inteligência Urbana e de Segurança e Ordem Pública, uma série de problemas/desafios a serem superados pelas secretarias.

Esses problemas/desafios foram mapeados seguindo a metodologia proposta pela UFSC em etapa prevista no Termo de Convênio mencionado (planejamento - documento de desafios), chegando-se à identificação de alguns dos principais desafios da municipalidade nas áreas do Meio Ambiente, Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Sustentabilidade, Governança, Gestão de Processos e Segurança Pública que potencialmente poderão ser superados pela adoção de soluções inovadoras de base tecnológica.

O 5G oferece latências extremamente baixas, garantindo uma resposta quase em tempo real, o que é fundamental para aplicações críticas em áreas como segurança pública e mobilidade urbana. Além disso, sua alta capacidade de transmissão de dados, combinada com uma robusta confiabilidade de conexão, torna-o ideal para apoiar sistemas avançados de monitoramento ambiental, gestão de processos, segurança e planejamento urbano, garantindo que as soluções operem com máxima eficiência e sem interrupções. Dessa forma, foram seis (06) áreas, sendo do Meio Ambiente, Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Sustentabilidade, Governança, Gestão de Processos e Segurança Pública para resolução de 17 (dezessete) problemas apresentando possíveis soluções.

- Para área do Meio Ambiente foram quatro (04) problemas levantados para a apresentação de soluções:

- i) Coleta de resíduos localizados dentro de Pontos de Entrega Voluntária: atualmente a coleta nos PEVs é feita de forma periódica, porém muitas vezes estes se encontram com pouco resíduo, o que leva a um desperdício de tempo e dinheiro, já que o deslocamento até o local poderia ser postergado.
- ii) Falta de integração de dados entre órgãos governamentais: muitas vezes, as diferentes secretarias da prefeitura operam com sistemas de informações isolados uns dos outros. Isso cria uma série de problemas, como redundância de dados, morosidade na obtenção de informações aos técnicos, gestores e munícipes, ineficiência operacional, redução da

transparência e desperdício de recursos.

iii) Morosidade na análise de licenciamento ambiental: o licenciamento ambiental é um processo fundamental para garantir que projetos de desenvolvimento e infraestrutura não causem impactos negativos irreparáveis ao meio ambiente. No entanto, esse processo muitas vezes enfrenta desafios

iv) Problemas de poluição da água, inundações e esgotamento sanitário, pois não há monitoramento das condições dos rios, canais de drenagem e demais corpos hídricos, causando incidentes, especialmente durante os períodos de chuvas intensas, impactando o turismo, a economia e a qualidade de vida.

- Para área de Mobilidade e Planejamento urbano, quatro (04) problemas levantados para a apresentação de soluções:

i) Dificuldade na gestão de trânsito: falta de monitoramento em tempo real das condições do trânsito, gerando acúmulo de tráfego em diversos pontos da cidade. A infraestrutura existente está sobrecarregada e não possui muitas possibilidades de ampliação por questões geográficas, além do alto percentual de carros per capita da cidade de Florianópolis, um dos maiores do país.

ii) Transporte público pouco atraente: há poucos usuários no transporte público da cidade devido à falta de atratividade deste, tanto por questões de custo da passagem, quanto pelo tempo de deslocamento, levando o cidadão a utilizar o transporte individual - automóvel ou moto.

iii) Dificuldade em mapear a infraestrutura existente da mobilidade da cidade para uma melhor gestão e planejamento do sistema de mobilidade, causando problemas como desconexão e má qualidade da malha viária, ciclovária e de calçadas.

iv) Gestão e controle da logística: falta conhecimento da dinâmica e dados do setor para a previsão e tomada de decisão inteligente para o bom funcionamento e criação de estratégias de gestão.

- Para área de Sustentabilidade, um (01) problema levantado para a apresentação de solução:

i) Problemas para fazer a medição, análise e gestão de indicadores relevantes de sustentabilidade. A carência de dados e gestão dificulta a criação de políticas públicas focadas na sustentabilidade.

- Para área de Desenvolvimento Urbano, dois (02) problemas levantados para a apresentação de soluções:

- i) Dificuldade na gestão e monitoramento do crescimento da cidade e obtenção de indicadores para políticas públicas na área de desenvolvimento urbano.

- ii) Dificuldade de gestão de uso dos postes e controle da implantação de fiação aérea, gerando impacto na paisagem e risco para a população.

- Para área de Governança e gestão de processos, também dois (02) problemas levantados para a apresentação de soluções:

- i) Inexistência de meios de consultar a opinião pública sobre planos e projetos de forma mais eficiente e transparente.

- ii) Falta de instrumentos satisfatórios para a gestão de processos internos como Estudos de Impacto de Vizinhança, Guias de Diretrizes Urbanísticas, tanto nos focos de tramitação e controle, quanto na obtenção de dados produzidos por estes.

- Para área de Segurança Pública, foram (04) problemas levantados para a apresentação de soluções:

- i) Alto índice de ocorrência de furto de fios elétricos: dificuldade na prevenção e combate a estas ações em razão da capilaridade e dispersão das redes de distribuição, da facilidade de acesso aos fios e realização dos furtos, falta de detecção e alerta para ações de furto em andamento, alto valor de venda dos fios furtados, dificuldade de identificar e rastrear os fios furtados, responsabilização de autores de furto e receptadores de fios furtados.

- ii) Alto índice de ocorrências por perturbação, som alto e dificuldade de fiscalização: reclamações por perturbação do trabalho e sossego alheio com som alto lideram as estatísticas de reclamações das agências policiais no final de semana e feriados. Dificuldade no atendimento e fiscalização, pois normalmente a infração não é detectada, dependendo de denúncia. Além disso, é comum as pessoas interromperem a fonte de

som com a aproximação da fiscalização. A fiscalização é subjetiva, pois os equipamentos de medição são caros e as rotinas complexas e não há meios de monitorar e documentar os abusos, mesmo aqueles em locais e horários recorrentes. As vizinhanças são muito vulneráveis, pois as edificações não têm tecnologias de proteção contra som alto.

iii) Falta de controle de concentração e movimentação de pessoas: dificuldade de acompanhar a localização das pessoas, como estão se movendo, de compreender quais os padrões e antever ou identificar quebras de padrão para a gestão da cidade principalmente em destinos turísticos, locais de acesso restrito, locais de presença proibida ou restrita.

iv) Vandalismo ao ambiente urbano: dificuldade para flagrar e evitar os atos de vandalismo urbano, como o grafite ilegal por exemplo, em superfícies públicas ou privadas, sem autorização e provocando danos e prejuízos simbólicos ou estéticos (sujeira, poluição visual), culturais ou históricos (quando danificam equipamentos ou superfícies de prédios históricos, monumentos, obras de arte, patrimônios naturais), morais (com conteúdo ofensivo) e finalmente econômicos (redução de atratividade econômica dos locais, custo de limpeza, custo de prevenção).

A principal inovação é jurídica e metodológica: o uso pioneiro do CPSI (Marco Legal das Startups) em nível municipal, combinado com a metodologia científica de Living Lab da UFSC. Isso inverte a lógica tradicional de compras: em vez de especificar uma solução rígida, o município apresenta um problema e testa diversas soluções. A lição central é que a segurança jurídica aliada à validação acadêmica permite ao gestor público errar rápido, corrigir e contratar apenas o que funciona.

3. Impactos e resultados

O projeto teve orçamento de R\$ 1,6 milhão, financiado pelo Fundo Municipal de Inovação (FMI), que recebe 1% da receita própria do município (Lei 432/2012). O modelo é altamente viável pois o CPSI permite testar com baixo custo antes de escalar contratos milionários, evitando desperdício com tecnologias inadequadas. A sustentabilidade financeira é garantida por lei municipal, independente de trocas de gestão, assegurando recursos para novos ciclos de inovação.

A iniciativa gerou impactos quantitativos e qualitativos expressivos. Na gestão de resíduos (ZeroWasteX), a roteirização inteligente reduziu em 31% o tempo de coleta e gerou economia de 17% nos custos operacionais, além de reduzir em 3,03% as emissões de CO2. No saneamento (Sanapp), o uso de realidade aumentada e 5G diminuiu em 40% o tempo de trabalho das equipes de campo na gestão de ativos. Na segurança (Macnica), a IA detectou mais de 450 eventos anômalos em um único dia, agilizando a resposta da Guarda Municipal.

Qualitativamente, o projeto posicionou Florianópolis como referência em GovTech, sendo premiado internacionalmente (BID-FEMSA), e aumentou a satisfação do cidadão com serviços mais rápidos e precisos.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa é perene, ancorada na Lei Complementar 432/2012, que destina verba fixa ao Fundo Municipal de Inovação. As soluções validadas com êxito no Living Lab podem ser contratadas por até 24 meses sem nova licitação (conforme CPSI), garantindo a continuidade dos serviços. Há planos de expansão para novas verticais (Educação e Saúde) e integração dos dados gerados aos sistemas de gestão da cidade, transformando pilotos isolados em políticas públicas permanentes.

5. Replicabilidade

O modelo é 100% replicável. Baseia-se na Lei Federal 182/2021 (Marco Legal das Startups), aplicável a qualquer município. Florianópolis criou o "caminho das pedras" jurídico (editais, minutas de contrato) e metodológico (parceria com universidades), que pode ser adotado por outras cidades. A escalabilidade ocorre pela facilidade de lançar novos desafios para diferentes problemas urbanos usando a mesma estrutura administrativa e legal já consolidada.

6. Conclusão

Aprendemos que a inovação no setor público depende mais de engenharia jurídica do que tecnológica. O apoio da procuradoria e a validação externa (universidade) dão segurança ao gestor para testar o novo. Outro aprendizado é definir problemas claros, não soluções, permitindo que o mercado traga respostas criativas. O erro controlado durante o teste é um ativo, pois evita falhas caras na implementação em larga escala.

Mapeamento Logístico e Custos: Plataforma LOGISBR como Estratégia de Modernização Governamental

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governança de Dados e Inteligência Pública

Órgão/Empresa Responsável: SECEL MT Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso

Período de Implementação: Entre agosto e novembro de 2025, a Plataforma LOGISBR realizou inventário e testes de digitalização de códigos de barras, transformando dados em planilhas para análise. O período foi escolhido por concentrar coleta, organização e validação das informações, permitindo mensurar ganhos reais de eficiência, economia e transparência. Os resultados refletem impacto direto na gestão patrimonial e na movimentação de bens e materiais.

Responsável pelo Projeto: Davi Rosenberg Zachariadhes da Cruz

Contato Institucional: davizacha@hotmail.com

Resumo

A Plataforma LOGISBR é uma estratégia de modernização governamental voltada ao mapeamento logístico e ao controle de custos na administração pública. Criada no Acelera Gov MT e posteriormente fortalecida em iniciativas nacionais como o CONSAD, ampliou sua relevância e demonstrou aplicabilidade em diferentes órgãos. Seu objetivo central é integrar processos logísticos, otimizar recursos e fortalecer a transparência das operações. Ao consolidar informações de transporte, armazenagem e distribuição, gera eficiência, economia e maior rastreabilidade, facilitando auditorias e prevenindo desperdícios. A experiência prática na SECEL já demonstrou resultados positivos na gestão patrimonial e na movimentação de bens e materiais. Assim, a LOGISBR se consolida como um instrumento de inovação governamental, escalável e adaptável, capaz de contribuir para uma gestão pública mais moderna, econômica e transparente.

1. Solução implementada

A gestão da Plataforma LOGISBR é estruturada com responsáveis definidos em cada órgão participante, assegurando governança clara. Há coordenação central para padronizar

processos e equipes locais para execução. O acompanhamento ocorre por meio de relatórios periódicos e indicadores de desempenho, enquanto o monitoramento utiliza sistemas digitais para rastrear resultados. A atualização é contínua, com revisões técnicas e integração institucional.

As lições da Plataforma LOGISBR mostram que modernizar a gestão pública exige integração, pessoas e visão estratégica. Processos logísticos integrados reduzem redundâncias e aumentam eficiência, enquanto ferramentas digitais fortalecem transparência e controle. O sucesso depende da capacitação das equipes e gestão orientada a resultados. Programas como Acelera Gov MT, CONSAD e ENAP reforçam inovação, sustentabilidade e replicabilidade, com impacto social direto.

2. Implementação

As parcerias público-privadas (PPPs) e os editais de fomento em gestão pública fortalecem a sustentabilidade da Plataforma LOGISBR. As PPPs permitem compartilhar recursos e expertise, acelerando a adoção de soluções tecnológicas e ampliando a eficiência. Já os editais, promovidos por instituições como ENAP, CONSAD e programas estaduais como o Acelera Gov MT.

3. Impactos e resultados

Os resultados da Plataforma LOGISBR evidenciam avanços relevantes na gestão pública. No campo quantitativo, destacam-se a economia, com redução de custos e melhor uso dos recursos; a eficiência, por meio de processos mais organizados e integrados, diminuindo falhas e retrabalho; e a agilidade, que acelerou a execução das atividades logísticas e o controle patrimonial. Já no aspecto qualitativo, houve aumento da satisfação de servidores e gestores, que passaram a contar com ferramentas mais claras e acessíveis; maior engajamento das equipes, fortalecendo a cultura de inovação e modernização; e um expressivo impacto social, refletido na melhoria da prestação de serviços públicos, beneficiando diretamente a sociedade com uma gestão mais transparente e eficiente. Em síntese, a LOGISBR gera ganhos mensuráveis em custos e desempenho e promove mudanças positivas na experiência interna e na relação do governo com a população.

4. Sustentabilidade e Continuidade



A iniciativa da Plataforma LOGISBR continuará após a fase atual, com planos de manutenção contínua para assegurar a confiabilidade dos dados e a atualização tecnológica. Está prevista a integração institucional com outros órgãos, ampliando o alcance e fortalecendo a gestão pública. Além disso, há intenção de expansão para novas secretarias, garantindo que os resultados não sejam pontuais, mas sustentáveis e replicáveis em diferentes contextos administrativos.

5. Replicabilidade

A Plataforma LOGISBR pode ser replicada em outros órgãos e regiões por sua estrutura flexível e escalável. A integração de processos logísticos, digitalização de inventários e uso de ferramentas simples, como códigos de barras e planilhas, permitem adaptação a diferentes contextos. Com capacitação das equipes, governança clara e indicadores de desempenho, mantém benefícios de eficiência, economia e transparência, garantindo impacto duradouro na gestão pública

6. Conclusão

A prática de inventário com o uso do LogisBR e leitor de código de barras resultou em uma economia operacional estimada de R\$ 300.000,00, representando uma redução de aproximadamente 60% nos custos totais de execução do inventário. Além da economia financeira, a prática trouxe ganhos em agilidade, precisão e transparência, fortalecendo a gestão patrimonial pública.

Os principais aprendizados da Plataforma LOGISBR incluem a importância da padronização de processos, que facilita replicação em diferentes órgãos; o uso de tecnologia simples e acessível, como códigos de barras e planilhas digitais, para aumentar eficiência e transparência; e o engajamento das equipes, garantido por capacitação contínua. Esses fatores asseguram resultados sustentáveis e podem ser aplicados em outros projetos de gestão pública.

Motor de Indicadores com Atualização Contínua (CDC)

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governança de Dados e Inteligência Pública

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás

Período de Implementação: Os dados foram medidos desde a entrada da aplicação em produção, pois o impacto cresce de forma gradual à medida que novos indicadores são incorporados. Quanto maior o número de indicadores, mais ferramentas podem ser atendidas pelo Motor de Indicadores e, consequentemente, mais usuários são alcançados. Assim, os dados foram coletados na data de escrita (26/01/2026) e representam o acumulado histórico desde a implementação da ferramenta (01/2025).

Responsável pelo Projeto: Carlos Augusto Gonçalves Tibiriçá

Contato Institucional: carlos.tibirica@goias.gov.br

Resumo

Na Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, são acompanhados diversos indicadores relevantes para tomadores de decisão e qualquer cidadão. Para isso, existem múltiplos processos de integração de dados, painéis, rotinas de relatórios e outros artefatos, resultando em uma grande quantidade de arquivos e códigos que demandam manutenção contínua. Há constante preocupação com a atualização, a corretude e a integridade dos dados. Diante desse cenário, foi criada uma arquitetura que permite o cadastro de praticamente qualquer indicador, bem como diferentes visões associadas a cada um deles. O sistema também contempla atualizações periódicas e, adicionalmente, possibilita atualizações em tempo quase real. Trata-se de uma arquitetura agnóstica aos dados, totalmente open source, voltada à criação de rotinas de Captura de Alterações de Dados (Change Data Capture - CDC), permitindo que modificações nos dados sejam refletidas diretamente na interface do usuário final em tempo real.

1. Solução implementada

A iniciativa foi desenvolvida internamente pela Gerência de Inovação/SUTIS da SESGO. A equipe é composta por dois desenvolvedores e uma Product Owner, responsável

pelo acompanhamento e atualização da ferramenta. O cadastro dos indicadores é realizado por uma equipe de Business Intelligence da mesma gerência, com apoio de especialista em governança de dados. Todos os indicadores passam por processo de homologação pelas áreas de negócio em ambiente restrito, garantindo a corretude dos dados.

A ferramenta é inovadora por adotar uma arquitetura agnóstica aos dados, open source e orientada a indicadores, permitindo o cadastro flexível de praticamente qualquer métrica e múltiplas visões associadas. Centraliza a governança dos dados, garantindo corretude, integridade e unicidade da informação em todas as soluções consumidoras. Além disso, a implementação de rotinas de CDC possibilita atualização contínua, refletindo alterações nos dados quase em tempo real na interface do usuário final.

2. Implementação

Considerando que a aplicação é totalmente open source e desenvolvida internamente, os custos se restringem às horas de trabalho da equipe e à manutenção da infraestrutura utilizada. Não há necessidade de investimentos em licenças ou softwares proprietários.

3. Impactos e resultados

Desde a implementação da ferramenta, já foram cadastrados 190 indicadores, dos quais 106 encontram-se em produção e 84 estão em processo de homologação, totalizando mais de 800 visões, sendo 465 atualmente em produção. Esses indicadores alimentam uma ferramenta estadual de alto impacto para visualização de gráficos, que reúne indicadores de diversos temas e conta, atualmente, com 615 usuários ativos. Além dessa ferramenta, o motor de indicadores também abastece outros 9 painéis em produção. Independentemente do impacto quantitativo, a adoção de uma ferramenta única garante a corretude e a integridade dos dados, evitando incongruências causadas pela diversidade de fontes possíveis dentro dos dados do SUS, uma vez que, estando o cadastro correto, todas as soluções que consomem essa aplicação apresentarão exatamente os mesmos valores. A implementação das rotinas de CDC acrescenta ainda o benefício de impedir a defasagem dos dados, assegurando maior satisfação dos usuários finais.

4. Sustentabilidade e Continuidade

Atualmente está prevista a inclusão de controle de acesso em nível de indicador, permitindo a disponibilização de indicadores com dados sensíveis que não podem ser públicos. Também há o planejamento de migração gradual dos painéis legados para a arquitetura proposta. Além disso, os novos painéis já serão desenvolvidos utilizando a ferramenta como motor de dados. Dessa forma, seu acervo e impacto continuarão a crescer no intuito de se tornar repositório central de indicadores.

5. Replicabilidade

Como a arquitetura é agnóstica aos dados e open source, é totalmente replicável, permitindo a substituição de componentes por alternativas open source ou proprietárias. Dito isso, esses dois fatores viabilizam sua implementação: a existência de um datalake estruturado com os dados brutos e uma equipe com conhecimento técnico para operar a arquitetura.

6. Conclusão

A iniciativa evidenciou que centralizar indicadores em uma arquitetura agnóstica e open source, com rotinas de CDC, aumenta a corretude, integridade e unicidade dos dados, ou seja, é o fim dos "dados imbatíveis" pois todos estão observando o mesmo indicador. Atualizações Near Real Time aceleram a tomada de decisão, aumentam a satisfação dos usuários e permitem replicação eficiente em outros projetos ou contextos, reduzindo defasagem e retrabalho.

Muralha Digital

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Tecnologia Aplicada às Áreas Finalísticas (Saúde, Educação, Segurança Pública)

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social/ Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

Período de Implementação: Os resultados foram apurados no período de janeiro de 2023 a dezembro de 2024, intervalo que compreende a implantação, consolidação e operação plena da Muralha Digital. Esse período foi escolhido por permitir a comparação consistente dos indicadores criminais antes e após a adoção da solução, assegurando que os dados refletem impactos reais, contínuos e mensuráveis da iniciativa.

Responsável pelo Projeto: Anderson Folador

Contato Institucional: anderson.folador@sjp.pr.gov.br

Resumo

A Muralha Digital é uma iniciativa de gestão de risco urbano orientada por dados, implementada para aprimorar a segurança pública e a eficiência operacional da Guarda Municipal. A solução integra videomonitoramento inteligente, tecnologia OCR para leitura automática de placas, reconhecimento facial com validação humana, análise de dados e mapas de calor, apoiando ações preventivas, operacionais e investigativas. A implantação ocorreu de forma faseada: na segunda fase com mais de 1.000 câmeras integradas; na terceira fase, foi instituído o compartilhamento voluntário de câmeras por cidadãos e empresas, mediante critérios técnicos e termo de adesão, ampliando a cobertura e o território monitorado; a quarta fase encontra-se em estudo para ampliação contratual e expansão da cobertura territorial. O modelo inclui integração operacional com municípios da região metropolitana e articulação com outras forças de segurança pública, por meio do compartilhamento de informações e apoio às ações.

1. Solução implementada

A governança da Muralha Digital é conduzida pela Guarda Municipal, por meio da Central de Monitoramento, com apoio técnico da Secretaria de Inovação, Modernização e

Transformação Digital. O modelo inclui protocolos para análise e validação de alertas, despacho de viaturas e pós-análise, controle de acesso por perfil, trilhas de auditoria e finalidade pública definida. O acompanhamento ocorre por indicadores operacionais e revisões periódicas, garantindo manutenção e evolução contínua.

Uma solução inicialmente concebida para a segurança pública pode gerar valor transversal quando estruturada como plataforma de dados. Passando a subsidiar ações em áreas como meio ambiente e educação, apoiando a identificação de crimes ambientais e a proteção de unidades educacionais fora do horário de funcionamento. Portanto, tecnologias públicas, quando dotadas de governança, validação humana e integração institucional, ampliam seu impacto e fortalecem políticas públicas de forma integrada.

2. Implementação

A iniciativa foi viabilizada com investimentos planejados em infraestrutura tecnológica, priorizando eficiência no uso dos recursos públicos. Recursos próprios (FMS e ISS-TI) financiaram infraestrutura de fibra, câmeras e central; convênios estaduais cederam banco de mandados; emendas federais custearam capacitações. Realocaram-se 32 servidores para a CICC, evitando novas contratações e gerando economia anual de R\$ 1,2 mi.

3. Impactos e resultados

Entre 2023 e 2024, registraram-se reduções consistentes nos indicadores criminais: furtos (-14,33%), roubos (-29,10%), furto de veículos (-26,02%) e roubo de veículos (-35,56%). Houve aumento na apreensão de armas (+20,62%) e, em 2024, apoio à recuperação de 239 veículos. Operacionalmente, a Muralha Digital permitiu a identificação de eventos em tempo real, com registro de flagrantes e despacho de viaturas durante a ocorrência. Destaca-se a identificação automática de veículos furtados e roubados por tecnologia OCR, com cruzamento de dados e integração com municípios da região metropolitana, possibilitando interceptação durante a circulação. Em crimes ambientais e tentativas de furto em mais de 110 unidades educacionais passaram a contar com monitoramento inteligente fora do horário de funcionamento, a detecção automática de movimento viabilizou intervenção imediata, interrompendo o delito em curso e reduzindo o tempo de resposta por meio de decisões orientadas por dados.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A Muralha Digital é uma política pública permanente, integrada à estrutura institucional da Guarda Municipal e ao planejamento estratégico do município. O projeto possui contratos de manutenção, atualização tecnológica contínua e previsão de expansão para novas áreas e funcionalidades, garantindo que os resultados não sejam pontuais, mas sustentáveis ao longo do tempo.

5. Replicabilidade

O modelo da Muralha Digital é replicável por sua estrutura modular e implantação faseada. A experiência com identificação automatizada por OCR, integração operacional com municípios da região metropolitana e cooperação com a sociedade demonstra capacidade de atuação além do território municipal. A solução pode ser adaptada conforme porte, orçamento e maturidade institucional de outros entes, mantendo seus benefícios com implantação progressiva.

6. Conclusão

Os principais aprendizados foram a importância da antecipação ao invés da reação, da integração de dados entre territórios e da governança como condição para o uso responsável da tecnologia. A iniciativa demonstrou que resultados relevantes podem ser alcançados sem ampliação proporcional de recursos, desde que haja processos claros, validação humana e decisões orientadas por dados em tempo real.

Muxirum Digital: Conectando Gerações

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Inovação Social

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso.

Período de Implementação: O projeto foi executado conforme o Plano de Trabalho da Cooperação Técnica SECITECI-FAPEMAT nº 0298/2024, com vigência formal de 03 de outubro de 2024 a 31 de outubro de 2025 e aditivado por mais 04 meses. As principais etapas de implementação incluíram: capacitação da equipe executora (março de 2025); período de matrículas (abril a julho de 2025) e aulas (abril a novembro 2025); consolidação dos resultados, certificação dos participantes e ações de comunicação institucional ao longo de 2025.

Responsável pelo Projeto: Cleiton Marino Santana

Contato Institucional: cleitonsantana@secitec.mt.gov.br

Resumo

O Projeto Muxirum Digital promoveu inclusão, autonomia e segurança digital para adultos e idosos em situação de vulnerabilidade socioeconômica em Mato Grosso, certificando 159 cidadãos e ampliando seu acesso seguro a serviços públicos digitais, comunicação e informação. A iniciativa, executada pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso (SECITECI), estruturou um curso prático de letramento digital, utilizando o smartphone como ferramenta central de política pública, com foco em comunicação, uso de serviços governamentais digitais (Gov.br, Meu INSS) e prevenção de golpes e fraudes virtuais, uma das principais vulnerabilidades desse público. Ao tratar a exclusão digital como um problema de cidadania e proteção social, o Muxirum Digital demonstrou que o uso estratégico da tecnologia, aliado a uma metodologia pedagógica acessível e orientada à prática, gera impacto concreto na vida dos participantes e potencial de replicação para outros entes federativos.

1. Problema Público

Dentro de um estado que tem como objetivo macro tornar-se um estado digital, por meio de um processo bastante arrojado e necessário de Transformação Digital, o projeto de alfabetização digital proposto pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECITECI) visa atender um público, em um primeiro momento piloto, de aproximadamente 450 alunos, com o objetivo de suprir uma lacuna significativa na formação tecnológica da população mais vulnerável do Estado. Dessa forma a necessidade de inclusão digital é premente, especialmente em uma sociedade cada vez mais interconectado e dependente da tecnologia para um conjunto muito grande de atividades diárias e profissionais.

A alfabetização digital, dessa forma, torna-se essencial para promover a inclusão social e econômica, possibilitando aos indivíduos o acesso a oportunidades de emprego a educação e os serviços públicos online. Assim este projeto, ao capacitar os participantes com conhecimentos básicos de informática, uso de smartphones e tablets, e navegação na internet, contribui diretamente para a redução das desigualdades sociais e digitais. O público prioritário, mas não exclusivo, são os egressos do Programa Muxirum, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), reforçando o compromisso com a educação continuada e a formação de cidadãos mais preparados para os desafios do século XXI.

O avanço tecnológico rápido e a transformação digital das sociedades destacam a urgência deste projeto. Muitos cidadãos, especialmente em comunidades carentes, ainda enfrentam barreiras significativas para acessar e utilizar tecnologias digitais. Sem habilidades básicas em informática e acesso à internet, esses indivíduos estão em desvantagem, incapazes de competir em condições de equidade no mercado de trabalho ou, pelo menos, usufruir plenamente dos benefícios da era digital.

2. Solução implementada

A implementação deste projeto de alfabetização digital pode ser considerado um marco para a promoção da inclusão digital e social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. No entanto, para realizar a capacitação de, aproximadamente, 450 alunos com habilidades tecnológicas básicas, e reafirmar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população do Estado, a SECITECI, precisa de recursos humanos que, de forma prioritária, conheçam a realidade dos educandos.

A governança do projeto foi estruturada por meio de parceria formal entre a SECITECI (órgão executor) e a FAPEMAT (órgão financiador), regida por Plano de Trabalho específico.

A execução contou com equipe dedicada, composta por coordenação, supervisão e bolsistas, previamente capacitados para atuar com o público-alvo, assegurando padronização metodológica, acompanhamento pedagógico e gestão eficiente das atividades.

A principal inovação do Muxirum Digital foi reposicionar o smartphone como ferramenta de política pública, promovendo inclusão a partir da utilidade, da proteção e da cidadania. A metodologia prática evidenciou que adultos e idosos se engajam quando o conteúdo atende necessidades reais, como evitar golpes, comunicar-se e acessar serviços públicos. A lição central foi priorizar simplicidade, paciência pedagógica, segurança digital e aplicação imediata.

3. Implementação

O projeto foi viabilizado por um investimento total de R\$ 390.000,00, destinado à concessão de bolsas, desenvolvimento de material didático, capacitação da equipe, logística e operação.

Considerando o número de participantes certificados, o projeto demonstrou boa relação custo-benefício, evidenciando que políticas públicas de inclusão digital podem gerar alto impacto social com uso racional de recursos públicos, sobretudo quando baseadas em tecnologias já disponíveis no cotidiano da população.

4. Impactos e resultados

Quantitativos: 240 matrículas realizadas, com 159 alunos certificados, correspondendo a uma taxa de conclusão de aproximadamente 66%;

Execução em 3 municípios (Cuiabá, Chapada dos Guimarães e Santo Antônio do Leverger);

Formação de 6 turmas, atendendo públicos em diferentes contextos sociais e territoriais.

Qualitativos: Os participantes passaram a executar, de forma autônoma e segura, tarefas essenciais do cotidiano digital, como:

uso de aplicativos de comunicação (mensagens, áudios e chamadas);

acesso a serviços públicos digitais (Gov.br, Meu INSS);
configuração básica de segurança do smartphone;
identificação de tentativas de golpes, links suspeitos e práticas de fraude digital.

Esses resultados refletiram em maior autonomia, autoestima e segurança, reduzindo a vulnerabilidade social e ampliando o exercício da cidadania digital, especialmente entre idosos e adultos não nativos digitais.

5. Sustentabilidade e Continuidade

A continuidade do Muxirum Digital é viável e planejada, sustentada pela parceria institucional entre SECITECI e FAPEMAT. Os próximos passos incluem:

- monitoramento dos egressos em médio prazo;
- avaliação de impacto longitudinal da iniciativa;
- planejamento de novas edições, com ampliação territorial.

A experiência consolidou um modelo de política pública replicável, com potencial de incorporação permanente às ações de inclusão digital do Estado.

6. Replicabilidade

O Muxirum Digital apresenta alto potencial de replicação, pois utiliza:

- tecnologia amplamente disseminada (smartphone);
- metodologia documentada;
- material didático estruturado;
- modelo de governança baseado em parceria interinstitucional.

A iniciativa já foi reconhecida em âmbito nacional, tendo sido apresentada no Workshop - Práticas que Conectam -, promovido pela Anatel e UNESCO, em setembro de 2025, reforçando sua capacidade de adaptação por outros governos estaduais e municipais.

7. Conclusão

Os principais aprendizados institucionais foram:

a importância de parcerias interinstitucionais sólidas para garantir viabilidade financeira e operacional;

a necessidade de capacitação específica das equipes para atuação com públicos adultos e idosos;

a centralidade da segurança digital como fator de adesão, permanência e sucesso em programas de inclusão digital.

Esses aprendizados reforçam o Muxirum Digital como modelo eficiente de inovação social aplicada à gestão pública.

Participa UFPR: orçamento estudantil participativo

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Tecnologia Aplicada às Áreas Finalísticas (Saúde, Educação, Segurança Pública)

Órgão/Empresa Responsável: Universidade Federal do Paraná

Período de Implementação: As três primeiras etapas - submissão de propostas, verificação de viabilidade e votação pela comunidade - foram apurados entre junho e setembro de 2025. A partir de então deu-se início a etapa de execução das propostas, sendo que até o final de 2025, 67% delas já haviam sido executadas, as demais estão em andamento.

Responsável pelo Projeto: Carla Rizzotto

Contato Institucional: carlarizzotto84@gmail.com

Resumo

A iniciativa implantou, na UFPR, um modelo institucional de Orçamento Estudantil Participativo por meio da plataforma digital Participa UFPR, baseada em software livre (Decidim). O problema enfrentado era a baixa participação estruturada dos estudantes nas decisões orçamentárias, associada à ausência de mecanismos digitais transparentes, auditáveis e escaláveis de deliberação pública. A solução estruturou um fluxo padronizado e rastreável de submissão de propostas, avaliação técnica, votação eletrônica e acompanhamento público da execução. Foram destinados aproximadamente R\$ 1,04 milhão do orçamento discricionário para projetos priorizados diretamente pelos estudantes, com monitoramento público contínuo. O público atendido é a comunidade discente, com efeitos diretos sobre eficiência administrativa, transparência decisória e qualidade do planejamento. A iniciativa evidencia uso estratégico da tecnologia para ampliar capacidade institucional e legitimidade da decisão pública.

Palavras-chave: Participação política; Deliberação; Orçamento participativo; Orçamento estudantil participativo.

1. Problema Público

Hoje, as democracias convencionais enfrentam inúmeros problemas, sobretudo uma crise de representação e a descrença nas administrações públicas. Com origens diversas que

variam em cada país ou instituição, eles têm em comum o distanciamento dos cidadãos de seus representantes e dos processos de tomada de decisão. Sendo assim, é crucial que as instituições públicas busquem ferramentas e estratégias alternativas para se reaproximar dos cidadãos e melhorar a qualidade da democracia.

Cohen & Fung (2007) propõem como possibilidade os arranjos participativo-deliberativos. Pateman (1992), ao analisar as obras de Rousseau e John Stuart Mill, destaca as funções educativa, de aceitação e integração propostas pelos autores ao abordarem a participação. A primeira delas diz respeito ao processo didático que a participação exerce sobre os cidadãos, pois é através da participação efetiva que os cidadãos desenvolvem um senso de democracia e pertencimento: “O indivíduo aprende que a palavra ‘cada’ aplica-se a ele mesmo; o que vale dizer que ele tem que levar em consideração assuntos bem mais abrangentes que os seus próprios e imediatos interesses privados, caso queira cooperação dos outros” (Pateman, 1992, p. 38).

Ainda sobre a função educativa, agora sob a ótica de Mill, Pateman (1992) afirma que quando o indivíduo se ocupa somente dos seus próprios interesses privados e não participa das questões de interesse público, sua “auto-estima” é afetada e suas capacidades para uma ação pública responsável não se desenvolvem. Outro aspecto destacado por Mill é a importância da participação a nível local – para ele, é neste nível que acontece a educação para participação, pois é onde se “aprende democracia”. Ao praticar o governo popular em pequena escala, o indivíduo tem a possibilidade de aprender a exercitá-lo em uma escala maior, nacionalmente.

A segunda função, que aqui chamamos de aceitação, diz respeito a como os cidadãos enxergam as decisões tomadas através dos processos de participação. Ao participar do processo, entender o papel que cada um exerce e sentir que possui algum controle sobre a decisão a ser tomada, o indivíduo tende a aceitar mais facilmente as decisões coletivas. Já a terceira função, de integração, diz respeito à sensação de pertencimento de cada cidadão “isolado” em relação à sua comunidade, uma vez que ele passa a ter contato com outras pessoas, realidades e problemas, o que talvez não fosse possível em outro contexto.

Essas três funções são essenciais para a ideia de auto-sustentação dos sistemas participativos. Ao colaborar em processos de participação o indivíduo desenvolve e estimula as habilidades necessárias para que o sistema funcione, e então, uma vez estabelecido, ele pode se auto-sustentar.

Um exemplo desses arranjos é o orçamento participativo (OP), cujo modelo mais simbólico no Brasil foi desenvolvido pela administração de Porto Alegre entre 1989 e 1990. Essa experiência surgiu em um contexto de fortalecimento das associações civis no período pós-redemocratização, marcadas pela demanda por maior participação nas decisões públicas (Avritzer, 2003). Nos anos seguintes à sua criação, o OP porto-alegrense foi premiado internacionalmente e se tornou inspiração para diversos municípios, dentro e fora do Brasil.

O Participa UFPR nasce na Universidade Federal do Paraná como uma ferramenta digital voltada à promoção da participação social e democrática, com o objetivo de ampliar a integração da comunidade universitária (estudantes, professores e técnicos) nas decisões institucionais. A primeira consulta foi lançada em 22 de abril de 2025, mas as movimentações para a criação da plataforma tiveram início em 2024, durante a campanha da chapa Movimento UFPR para a gestão 2025-2028 da Reitoria da Universidade e, posteriormente, em fevereiro do ano seguinte, com a criação da Coordenadoria de Projetos Estratégicos, ligada Gabinete da Vice-Reitoria.

2. Solução implementada

A operação ocorre em infraestrutura própria, garantindo controle, segurança e disponibilidade. A plataforma foi adaptada e implementada pela AGTIC, os fluxos e estratégias de comunicação foram desenhados pela equipe da Coordenadoria de Projetos Estratégicos, do gabinete da vice-reitoria e a execução orçamentária foi realizada pelo Pró-reitoria de Orçamento e Administração (PROAD). O acompanhamento e manutenção é realizado pelas unidades citadas, colaborativamente

A inovação está na institucionalização de um processo participativo digital com governança, rastreabilidade e dados para gestão. O uso de software livre fortalece a soberania digital, reduz dependência tecnológica e permite evolução contínua. A tecnologia atua como infraestrutura pública estratégica, integrando deliberação, avaliação técnica e monitoramento, elevando qualidade decisória e legitimidade.

3. Implementação

Os custos concentram-se em infraestrutura interna e equipes existentes, sem licenças proprietárias. O baixo custo marginal de expansão assegura economicidade, sustentabilidade financeira e viabilidade de escala.

4. Impactos e resultados

O Orçamento Estudantil Participativo teve início em 2 de junho de 2025 e a etapa de votação encerrou em 31 de agosto. A partir de 1º de setembro teve início a fase de implementação e execução, que será explicada mais à frente. A página da consulta (Anexo 2) foi composta por: descrição longa e detalhada sobre o orçamento estudantil participativo; documentos relacionados (regulamento, normas para criação de novos espaços e manutenção, e relatórios parciais); uma subpágina com perguntas frequentes e tutoriais (sobre o processo na íntegra e específico sobre a etapa de votação); as métricas da consulta (com número de participantes, seguidores, comentários, propostas, apoios e resultados); e uma seção com as etapas já realizadas.

O fluxo do orçamento estudantil participativo foi composto por 4 fases: submissão de propostas, avaliação técnica, votação e execução dos projetos. No momento do lançamento, tornamos pública a consulta e preparamos meios para divulgá-la amplamente entre a comunidade discente, principal interessada no orçamento estudantil. Desta forma, foram produzidos e-mails (de disparo em massa), publicações nas redes sociais (Anexo 4) e uma matéria para o site institucional da UFPR.

No dia 2 de junho foi realizada uma assembleia presencial, com transmissão online via plataforma Microsoft Teams, na qual explicamos o que é a Plataforma Participa UFPR, a origem dos recursos disponíveis para o OEP e as regras de utilização, e como aconteceria a consulta. Nessa oportunidade, os estudantes presentes puderam sanar suas dúvidas. Além disso, a gravação da reunião ficou disponível para posterior acesso e para aqueles que não puderam acompanhar ao vivo.

A fase de submissão de propostas teve início na mesma ocasião e durou 30 dias, encerrando em 2 de julho. Seguindo as regras de submissão, estudantes puderam enviar propostas detalhadas e viáveis, que contemplassem os seguintes itens: objetivos, número aproximado de estudantes beneficiados, impactos esperados e custo aproximado. Ao todo, recebemos 183 propostas, porém, apenas 179 foram contabilizadas (as demais foram descartadas por serem propostas repetidas ou retiradas pelos autores).

A segunda fase, de avaliação de propostas, realizada entre 3 de julho e 4 de agosto, foi executada por uma Comissão de Viabilidade Técnica e Financeira, cuja função foi verificar se o que foi proposto poderia ser realizado (de acordo com a estrutura da universidade); se, em

termos de execução financeira, estaria de acordo com as prerrogativas de uma instituição pública; e por fim, se estaria alinhado aos objetivos institucionais da UFPR. A comissão foi formada pela Coordenadoria de Projetos Estratégicos, representantes da Pró-Reitoria de Pertencimento e Políticas de Permanência Estudantil (P4E), do Plano Diretor ligado à Pró-Reitoria de Planejamento e Dados (PROPLAD) e da Pró-Reitoria de Orçamento e Administração (PROAD), e um representante estudantil.

Após análise técnica, chegamos a 107 propostas aptas para a próxima etapa. É importante destacar que algumas dessas submissões eram parecidas e foram aglutinadas em uma só proposta; nesses casos específicos, a proposta final que foi à votação mencionava as propostas originais e seus respectivos autores. Por isso, ao fim da avaliação, 94 propostas foram consideradas elegíveis. Um dado interessante se refere ao valor monetário de todas as submissões consideradas aptas para a fase de votação, que chegou a R\$3.3 milhões de reais.

A terceira fase, de votação de propostas, teve início em 5 de agosto e foi finalizada em 31 de agosto. Nesse momento, os estudantes puderam montar o seu “carrinho de compras” de propostas, escolhendo aquelas que julgaram mais interessantes ou relevantes para a comunidade acadêmica e que deveriam ser implementadas via Participa UFPR. Cada estudante poderia escolher quantas propostas desejasse, desde que dentro do limite orçamentário proposto: no mínimo R\$700 mil reais e no máximo R\$1 milhão de reais. As mais votadas pela comunidade discente passam para a última fase, de implementação.

Ao total, contamos com 1.382 votações únicas; ainda, o sistema registrou 720 votações pendentes, ou seja, o estudante iniciou a escolha das propostas que gostaria de ver implementadas, porém não concluiu o processo de montar o carrinho e finalizar a votação. Após fechar o sistema, chegamos a 34 propostas mais votadas pela comunidade discente, que alcançaram o valor total de R\$1.038.702 reais, um pouco maior do que foi definido inicialmente, mas considerado viável uma vez que o valor das propostas poderia variar durante a última fase.

Em 12 de setembro de 2025, realizamos uma segunda assembleia para apresentar as propostas aprovadas e conversar com os proponentes e toda a comunidade discente. A reunião presencial, que também contou com transmissão online, aconteceu na Sala de Reunião dos Conselho Superiores com a presença do reitor Prof. Dr. Marcos Sunyê e da vice-reitora Prof.^a Dr.^a Camila Fachin, em um momento muito simbólico: ao colocar os estudantes no espaço onde os Conselheiros tomam decisões que impactam a vida de estudantes de graduação e

pós-graduação, foi possível mostrar que a universidade está construindo as condições para a participação política e democrática do maior grupo que compõe a UFPR.

No dia 1º de setembro, foi iniciada a última fase do OEP, de implementação e acompanhamento. Agora, as propostas mais votadas são executadas, é feito o acompanhamento periódico de sua execução e também a prestação de contas sobre o uso de recursos. O acompanhamento (Anexo 6) pode ser conferido na própria plataforma, em página exclusiva que apresenta em porcentagem o estado de execução global, o estado de execução por categoria e o estado de execução de cada proposta aprovada. Foram definidos estados de execução, que são atualizados manualmente no sistema pela equipe Participa UFPR, à medida que os projetos saem do papel.

A execução das propostas foi classificada em três tipos: execução pela administração, criação ou manutenção de novos espaços e auxílio para eventos e entidades estudantis. Nas propostas executadas pela administração, a Pró-reitoria de Orçamento e Administração (PROAD) realizou a contratação e compra dos itens solicitados de acordo com a Lei nº 14.133/2021, conhecida como a nova Lei de Licitações. Ela determina que a administração pública só pode realizar compras após pesquisa prévia de preços e, sempre que possível, aproveitando contratos e registros já existentes, como os chamados pregões. Como exemplos do primeiro tipo de propostas estão a disponibilização de itens de higiene menstrual e a aquisição de materiais esportivos para o Ginásio UFPR Litoral.

Nos casos de criação ou manutenção de novos espaços, as propostas passaram pela seguinte tramitação: a Comissão do Orçamento Estudantil entrou em contato com os diretores de setor dos campi para os quais tais propostas foram eleitas e fez apresentação resumida do teor da sugestão e da(o) estudante proponente; no caso de novos espaços foi repassada às diretorias de setor a demanda pela identificação de um espaço disponível para a acomodação do uso pretendido pela proposta, que deve ter anuência do Plano Diretor; em conjunto, comissão, direção de setores e/ou unidades e estudantes proponentes definiram os itens a serem adquiridos, bem como intervenções técnicas necessárias; nos casos em que houve necessidade de intervenção técnica (como instalações elétricas e hidráulicas, por exemplo), a demanda foi repassada à Superintendência de Logística (SULOG) da Universidade; os itens a serem adquiridos foram repassados à PROAD que, por sua vez, seguiu os mesmos procedimentos de compras das propostas executadas pela administração, citados anteriormente. Como exemplos de propostas do 2º tipo temos: instalação de isolamento

acústico em salas da biblioteca do Campus Reitoria e criação de um espaço de convivência e apoio para estudantes Imigrantes e refugiados.

Em relação às propostas relacionadas a eventos, para o repasse de recursos, dividimos os contemplados em dois grupos: a) propostas específicas sugeridas por estudantes e seus projetos de extensão, grupos de pesquisas, coletivos e organizações correlatas; b) propostas genéricas que solicitaram verba para uma totalidade de entidades, sem especificação (Apoio à realização das Semanas Acadêmicas pelos CAs, Apoio financeiro às Atléticas e Apoio financeiro às Baterias). Nos dois casos disponibilizamos um formulário para manifestação de interesse, no qual os proponentes (no caso das propostas específicas) ou representantes das entidades (no caso das propostas genéricas) deveriam informar dados bancários e institucionais (como número de matrícula e e-mail) do responsável pelo recebimento dos recursos e prestação de contas. Com essas informações, elaboramos os contratos e os encaminhamos à coordenação da Pró-Reitoria de Pertencimento e Políticas de Permanência Estudantil (P4E), a qual tem sólida relação com estudantes e representações estudantis.

Esses contratos afirmavam a responsabilidade dos representantes em receber os valores referentes a cada proposta aprovada e prestar contas, além de regulamentar como e em que itens, serviços ou atividades eles poderiam ser utilizados. A P4E ficou, então, encarregada de disponibilizar aos estudantes os contratos para assinatura por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Após a assinatura, os documentos foram enviados à PROAD para a efetivação da transferência dos valores. É importante ressaltar que no caso das propostas genéricas, as entidades estudantis (atléticas, baterias e CAs) deveriam estar com a situação regularizada na P4E.

Ainda quanto a este tipo de proposta, o repasse de recursos foi realizado diretamente aos responsáveis pela sua gestão e prestação de contas, os quais devem realizar os eventos propostos até 31 de dezembro de 2025 e prestar contas em janeiro de 2026. A única exceção se refere às semanas acadêmicas, que poderão ser realizadas pelos CAs até junho de 2026, de acordo com o calendário acadêmico de cada curso contemplado, com prestação de contas até julho de 2026. Como exemplo do terceiro tipo de propostas podemos citar o apoio ao I SiBio - Simpósio Integrado em Biodiversidade e o apoio à participação de Projetos Estudantis em Competições de Engenharia e Robótica.

Resultados quantitativos verificáveis: 183 propostas submetidas, 94 propostas elegíveis após avaliação técnica, 1.382 votações válidas, 34 projetos aprovados e

aproximadamente R\$ 1,04 milhão executado ou em execução, com acompanhamento público do status de cada projeto. O processo ampliou significativamente o engajamento estudantil e estruturou uma base de dados institucional sobre demandas e prioridades da comunidade discente.

Resultados qualitativos: fortalecimento da confiança nos processos decisórios, aumento da transparência, melhoria da coordenação intersetorial e aprendizado prático por parte dos discentes sobre orçamento, licitações e gestão pública. A iniciativa revelou demandas antes não capturadas pelos fluxos tradicionais, qualificando o planejamento e a alocação de recursos.

5. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa integra o plano de gestão da reitoria (2025-2028), com garantia de ciclos anuais de participação e expansão orçamentária. A plataforma compõe infraestrutura digital permanente, assegurando continuidade operacional, maturidade tecnológica e incorporação progressiva ao planejamento.

A experiência de implementação do Orçamento Estudantil Participativo (OEP) na Universidade Federal do Paraná, por meio da plataforma Participa UFPR, demonstra a viabilidade de arranjos participativo-deliberativos no âmbito da gestão universitária.

O processo, que destinou mais de R\$1 milhão para propostas elaboradas e escolhidas pela comunidade discente, materializa as funções educativa, de aceitação e integração propostas por Pateman (1992). A elevada adesão, considerando que se trata de 1ª edição – com 183 propostas submetidas e 1.382 votações únicas – evidencia que o exercício da participação em escala local fomenta o desenvolvimento de um senso de responsabilidade coletiva e pertencimento institucional, conforme previsto no arcabouço teórico apresentado. A função educativa, em especial, manifestou-se não apenas na familiarização com os mecanismos de alocação orçamentária, mas também no aprendizado sobre a complexidade da gestão pública, uma vez que as propostas foram submetidas a uma criteriosa avaliação de viabilidade técnica e financeira antes que pudessem ser, de fato, implementadas pela administração ou pelos próprios estudantes.

A estrutura do OEP, inspirada na experiência da Universidade de Bordeaux e operacionalizada pela plataforma Decidim, permitiu a transposição de princípios da democracia participativa para o ambiente digital. A escolha por um software livre e de código

aberto reforça o compromisso com a transparência e a apropriação tecnológica pela comunidade, alinhando-se aos fundamentos de governança aberta que orientam projetos como o Decidim e também a atual gestão da UFPR. A plataforma garante acessibilidade e segurança, enquanto a personalização de fluxos para diferentes tipos de consulta (desde a construção coletiva de documentos até o orçamento participativo, mais robusta e complexa) demonstrou a flexibilidade da ferramenta para acomodar distintas modalidades de participação.

Os dados quantitativos e qualitativos coletados ao longo do processo permitem observar a correlação entre participação e fortalecimento do vínculo comunitário. A diversidade temática das 34 propostas aprovadas, que abrangem desde cuidados com saúde e lazer até apoio a eventos estudantis e criação de espaços de convivência, reflete a capacidade do mecanismo em capturar demandas multifacetadas e distribuídas geograficamente pelos diversos campi. Esse fenômeno ecoa a função integrativa destacada por Pateman, na medida em que estudantes de diferentes áreas e localidades puderam identificar e apoiar iniciativas de interesse comum, transcendendo seus interesses imediatos. Além disso, a experiência permitiu que a gestão da Reitoria olhasse para questões importantes para os discentes, mas não percebidas anteriormente, e que poderão ser implementadas fora do âmbito do OEP (seja por pró-reitorias, setores e departamentos).

Contudo, a experiência também revela os limites inerentes a tais arranjos, sobretudo no que concerne à transição entre a deliberação e a implementação material das propostas. A tramitação burocrática, incluindo a necessidade de aderir à legislação de licitações e o fluxo de trabalho de outros setores, como a PROAD, P4E e a SULOG, introduz também um hiato temporal e procedural entre a decisão dos estudantes e a concretização das melhorias, o que pode afetar a percepção de eficácia do processo.

Por fim, ainda que com tempo de execução curto – foram apenas 7 meses entre a primeira consulta e o início da fase de implementação do OEP –, destacamos que o Participa UFPR pode se consolidar como um laboratório de inovação democrática no ensino superior, articulando teoria e prática. Em especial, a ênfase na prestação de contas e no acompanhamento público da execução, por meio de uma página dedicada, busca assegurar a credibilidade e a sustentabilidade do modelo. Além disso, a realização de assembleias presenciais, em paralelo ao uso da plataforma digital, reforça o caráter híbrido da iniciativa, evitando a substituição pura e simples do espaço físico de debate, que é uma das bases da

construção do pensamento crítico dentro do ambiente universitário. Dessa forma, o projeto não apenas amplia os canais de participação, mas também contribui para a formação política dos estudantes, preparando-os para atuação em esferas deliberativas mais amplas, e para a tradição da democracia participativa.

6. Replicabilidade

A iniciativa apresenta alto potencial de replicabilidade em diferentes órgãos, esferas administrativas e regiões. Sua estrutura flexível permite adaptações às especificidades institucionais, legais e territoriais, sem comprometer seus princípios e resultados. O uso de tecnologias abertas reduz custos de implementação e manutenção, garante independência e favorece a cooperação entre instituições, além de possibilitar rápida adequação a marcos normativos locais e à evolução das políticas públicas.

7. Conclusão

A iniciativa demonstra a importância do uso de dados abertos e da garantia de devolutivas públicas, que fortalecem a confiança social. Tem potencial educativo e integrativo no que diz respeito à participação política (Carole Pateman). Ao tratar a tecnologia como infraestrutura estratégica, e não apenas como ferramenta, potencializam-se a eficiência institucional, a transparência dos processos e a qualidade das decisões públicas, aprendizados replicáveis em diferentes projetos e contextos.

PES - Programa de Educação em Saneamento do Samae de Blumenau

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Tecnologia Aplicada às Áreas Finalísticas (Saúde, Educação, Segurança Pública)

Órgão/Empresa Responsável: SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Período de Implementação: Os resultados foram apurados entre 2019 e 2025, período que contempla a implantação, consolidação, escalabilidade e inovação contínua do PES. A escolha desse intervalo permite mensurar impactos estruturantes e sustentáveis, considerando diferentes cenários operacionais, a ampliação do público atendido e a incorporação de novas metodologias, assegurando a fidedignidade e a maturidade dos resultados apresentados.

Responsável pelo Projeto: Leila Maria Menestrina

Contato Institucional: leilamenestrina@samae.com.br

Resumo

O Programa de Educação em Saneamento (PES) do SAMAE de Blumenau é uma política pública institucionalizada que enfrenta o desafio da baixa conscientização sobre saneamento básico, saúde pública e sustentabilidade ambiental. A iniciativa se destaca como inovação na gestão pública ao integrar educação ambiental ao currículo escolar, com metodologia prática, intersetorial e baseada em experiências reais. O programa atende alunos do 4º ano do ensino fundamental, com sete encontros que incluem oficinas, visitas às estações de tratamento e atividades sobre água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana. Alinhado aos ODS 4, 6, 11, 12 e 13, o PES gera impacto social mensurável, promovendo mudança de comportamento, engajamento comunitário e fortalecimento da governança pública (ESG). Instituído por lei municipal, possui continuidade, baixo custo operacional, parcerias estratégicas e alto potencial de replicabilidade para outros municípios. Já impactou mais de 12 mil pessoas, formando cidadãos conscientes e multiplicadores de boas práticas ambientais.

Palavras-chave: Programa; Educação e Saneamento.

1. Solução implementada

O PES adota modelo de governança colaborativa e institucionalizada, liderado pelo SAMAE, com atuação integrada à Secretaria Municipal de Educação e parceiros estratégicos.

A gestão é orientada por planejamento anual, metas, indicadores de desempenho e monitoramento contínuo dos resultados. O programa passa por avaliação e atualização periódica, assegurando transparência, accountability, geração de valor público e sustentabilidade a longo prazo.

O PES demonstra que políticas públicas educativas, quando integradas, contínuas e baseadas em experiências práticas, geram alto valor público. A iniciativa inova ao articular educação formal, saneamento e participação social, formando alunos como agentes multiplicadores. Com governança intersetorial, baixo custo e alto impacto social, o programa é escalável, replicável e alinhado aos ODS e à agenda ESG.

2. Implementação

O PES é financiado com recursos próprios do SAMAE, previstos em orçamento institucional, com apoio de parcerias intersetoriais que otimizam custos operacionais. O uso de estrutura existente, equipe técnica própria e logística integrada garante eficiência no uso dos recursos públicos. O modelo apresenta alta viabilidade de manutenção e expansão, com baixo custo incremental e possibilidade de replicação por outros municípios.

3. Impactos e resultados

Desde sua implantação, o PES apresenta resultados expressivos em eficiência, alcance e impacto social. Até 2024, o programa formou 3.355 - Amigos da Água - e atendeu mais de 12 mil pessoas. Em 2025, ampliou significativamente seu impacto, formando mais 665 alunos e capacitando 946 profissionais da educação infantil, com foco em compostagem — prática capaz de reduzir até 50% dos resíduos orgânicos, gerando húmus e biofertilizante. No mesmo ano, 1.329 pessoas adicionais foram atendidas por meio de palestras e visitas técnicas a empresas, ONGs, conselhos de saúde, grupos de idosos e clubes de mães. Como ação estruturante, foram doados 12 ecopontos a escolas, fortalecendo a educação ambiental prática, a coleta seletiva e a geração de renda institucional. Os resultados evidenciam alta adesão, engajamento comunitário, eficiência no uso de recursos públicos e contribuição direta aos ODS e à agenda ESG.

Desde o seu início, o Programa de Educação em Saneamento (PES) tem alcançado resultados expressivos e transformadores, promovendo uma conscientização ambiental efetiva

e uma maior participação da comunidade na preservação dos recursos naturais e no cuidado com o meio ambiente.

Em 2019, o PES iniciou suas atividades atendendo 4 escolas públicas, sendo três municipais e uma estadual, formando 226 "Amigos da Água" até o final do ano. Este foi o primeiro passo em um longo processo de construção de conhecimento sobre o uso adequado dos recursos hídricos e a importância do saneamento básico.

Em 2020, o programa expandiu sua atuação para 11 escolas, com 19 turmas e aproximadamente 570 alunos. Contudo, o cenário desafiador da pandemia de COVID-19 exigiu adaptações, e as palestras foram realizadas de forma on-line. Mesmo diante das dificuldades, o programa conseguiu atender cerca de 1.000 pessoas.

Em 2021, o PES continuou com a metodologia híbrida, atendendo a mais de 1.500 pessoas e garantindo que, mesmo em tempos de distanciamento social, o aprendizado sobre a preservação ambiental fosse acessível. No ano de 2022, o programa continuou sua expansão, atendendo 742 alunos, que se formaram como "Amigos da Água".

Além disso, mais 618 pessoas, incluindo funcionários de empresas, alunos de escolas estaduais, particulares, e membros de organizações como rotários e ONGs, participaram de visitas às estações de tratamento de água e esgoto, ampliando os horizontes do programa para um público mais diversos.

Em 2023, o PES alcançou um número impressionante, formando 719 novos "Amigos da Água". Esses alunos, além de entenderem melhor os conceitos de preservação ambiental e uso responsável da água, se tornaram multiplicadores desses conhecimentos, levando adiante as práticas aprendidas para suas comunidades.

Já em 2024, o programa teve um crescimento significativo, formando 1.202 "Amigos da Água", totalizando 2.890 até o momento. O programa também expandiu suas atividades com a implementação do PES AVANÇADO, direcionado para os alunos do 6º ano, com o objetivo de avaliar o avanço dos estudantes após dois anos de participação no PES. Além disso, tanto no 4º quanto no 6º ano, as escolas passaram a incluir o tema "Água e Saneamento" como parte da grade curricular.

O programa também consolidou importantes parcerias. Além da Secretaria Municipal de Educação, a FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau, contribuiu com atividades interativas sobre drenagem e tipos de solo. O Hotel SESC, que realiza a compostagem de 100% de seus resíduos orgânicos por meio de leiras, ensina as crianças a

criar e cuidar de composteiras. O Consórcio CIMVI, responsável por uma estação de reciclagem, oferece visitas para que as crianças acompanhem a triagem de resíduos recicláveis e reutilizáveis. A empresa Veolia também se uniu ao programa, apoiando ações e iniciativas focadas na educação e conscientização ambiental.

Em 2024, o PES doou 127 composteiras para todas as unidades escolares municipais de Blumenau, incluindo os Centros de Educação Infantil (CEIs), ampliando a adesão à compostagem na cidade.

Até o momento, o PES formou 3.355 "Amigos da Água" e atendeu mais de 12.000 pessoas, por meio de atividades do programa, que tem duração de 4 meses e inclui 7 encontros, além de palestras sobre os 4 pilares do saneamento básico.

4. Sustentabilidade e Continuidade

O PES é uma política pública institucionalizada por lei municipal, com execução contínua desde 2019 e integração permanente ao planejamento do SAMAE e da Secretaria Municipal de Educação. A iniciativa conta com equipe técnica própria, orçamento previsto e parcerias interinstitucionais, garantindo sua manutenção e expansão. O programa segue em aprimoramento contínuo, com ampliação de públicos, metodologias e alcance territorial, assegurando resultados estruturais e duradouros.

5. Replicabilidade

O PES é plenamente alinhado ao Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020), ao fortalecer a educação sanitária como suporte à universalização dos serviços. Sua metodologia estruturada, materiais padronizados e governança institucional permitem replicação em outros municípios, com adaptação à realidade local, uso de infraestrutura existente e manutenção de eficiência, impacto social e resultados mensuráveis.

6. Conclusão

Em Blumenau, é possível observar, no cotidiano, exemplos de atitudes e práticas que visam a sustentabilidade e a preservação ambiental. São ações que, além de serem louváveis, merecem ser amplamente divulgadas, pois funcionam como fontes de inspiração para que cada cidadão, ao seu alcance, contribua com a melhoria da qualidade de vida local e global.

Essas mudanças não são apenas possíveis, mas também urgentes, visto que a preservação do meio ambiente é um desafio coletivo e contínuo.

A conscientização de que existe um problema e que podemos trabalhar para solucioná-lo, passo a passo, é uma jornada longa. Contudo, acreditamos que a educação é o caminho fundamental para alcançar essa mudança. Ao trabalharmos de forma sincronizada em todas as escolas do município e envolvermos a comunidade escolar, formaremos cidadãos preparados para defender o desenvolvimento sustentável da nossa região e do planeta. Essas crianças e jovens de hoje não só garantirão um futuro melhor, como também serão capazes de influenciar os hábitos de seus pais e familiares.

A citação de Ignacy Sachs nos faz refletir sobre o verdadeiro sentido de qualidade de vida: “A humanidade precisa evitar guerras, tiranias, pobreza, assim como degradação da biosfera e destruição da diversidade biológica e ecológica. Trata-se de obter qualidade de vida para o homem e para a biosfera que não seja conseguida principalmente à custa do futuro.” Portanto, a educação ambiental não só se trata de proteger a natureza, mas de garantir que a busca pelo desenvolvimento seja feita de maneira responsável, equilibrada e com respeito à vida em todas as suas formas.

Por isso, é essencial que a transformação pela educação ambiental aconteça em todos os âmbitos da sociedade, para que possamos, juntos, construir um futuro mais sustentável, com respeito ao meio ambiente e com qualidade de vida para todas as gerações.

A iniciativa demonstrou que a educação ambiental integrada ao currículo escolar potencializa mudanças de comportamento e amplia o impacto social. A aprendizagem prática, aliada à vivência em equipamentos públicos, fortalece o engajamento. A articulação intersetorial, o uso de indicadores e a formação de multiplicadores são fatores decisivos para sustentabilidade, eficiência e replicabilidade de políticas públicas.

Plano de Logística Sustentável - Construindo Responsabilidade Socioambiental no dia a dia da Administração

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Cidades Inteligentes

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Período de Implementação: O PLS se consolidou em 2023, após a assinatura do termo de adesão, por parte do Município, à Agenda Ambiental na Administração Pública, a A3P, em 2022. Desde então a planilha de indicadores vem sendo aplicada, trimestralmente, medindo os aspectos socioambientais de cada órgão. A medida que houve o amadurecimento socioambiental das equipes, passamos a ter entrega anual do Plano de Ação Socioambiental, o PAS. Os resultados destes dados encontram-se disponíveis em sítio público.

Responsável pelo Projeto: Fabiane Lemos Cidade

Contato Institucional: fabiane.cidade@portoalegre.rs.gov.br

Resumo

Um instrumento de Gestão e Planejamento, por meio do qual são estabelecidas as práticas socioambientais necessárias para o desenvolvimento da cultura de responsabilidade socioambiental a ser adotada em todas as áreas do executivo municipal. Práticas estas estendidas aos 16mil servidores ativos, possíveis multiplicadores destas em todo o território municipal. Para isso promove a sustentabilidade nos seus aspectos social, ambiental e econômico; incentiva a diminuição constante e gradativa dos impactos ambientais causados pelas atividades da administração pública, gerando melhor eficiência do gasto público, melhoria da acessibilidade e ampliação da inclusão e igualdade.

1. Solução implementada

O PLS é coordenado pelo Comitê Gestor de Logística Sustentável - CGLS, composto por 1 presidente, o secretário Geral de Governo, 1 Vice-Presidente, indicado pelo Presidente, 1 secretário-executivo e representantes, titulares e suplentes de algumas secretarias municipais. Planilhas de medição trimestrais que são monitoradas desde o cumprimento de prazo, passando pelo conteúdo e a homologação do titular da pasta, garantindo a execução das ações.

As cidades inteligentes colocam as pessoas no centro das decisões. A integração entre dados, planejamento e a participação dos servidores transforma a administração em um ambiente mais humano, sustentável e conectado. Com a aplicação da planilha trimestral de indicadores socioambientais, conseguimos acompanhar a evolução socioambiental de cada órgão e identificar os gaps a serem resolvidos, gerando maior eficiência do gasto público, melhoria da acessibilidade e ampliar a inclusão e igualdade.

2. Implementação

Projeto inicialmente de custo zero, monitoramento feito pelos servidores como parte da rotina de trabalho. As ações propostas pelas secretarias podem ter custo ou não, devendo ser indicados, no PAS, os valores previstos para execução. Ano a ano ocorre uma expansão do projeto, seja nos aspectos monitorados ou na ampliação das edificações acompanhadas e medidas.

3. Impactos e resultados

Foram mais de 700 servidores capacitados em seminários internos, onde debateram sobre qualidade de vida no ambiente de trabalho, reformas e obras sustentáveis crise climática e os impactos no setor de saúde entre outros assuntos. Em 3 edições do Fórum de Logística Sustentável capacitamos mais de 600 pessoas sobre os temas pertinentes a responsabilidade socioambiental. Entregamos kits de coletores de resíduos nas 99 escolas municipais. Apoiamos a Semana Lixo Zero/24, em parceria com o DMLU, capacitando mais de 200 servidores sobre gerência de resíduos sólidos. Estamos implementando ilhas com recipientes para resíduos recicláveis e resíduos orgânicos/rejeitos em todas as secretarias, eliminando as lixeiras individuais, reduzindo o consumo de sacos plásticos e melhorando a condição de trabalho da equipe de limpeza. Todos os órgãos da administração realizam a entrega trimestral da planilha de indicadores socioambientais, além da entrega anual do Plano de Ação Socioambiental.

4. Sustentabilidade e Continuidade

O PLS está previsto como ação 8, no eixo de baixo carbono, no Plano de Ação Climática do Município. Com isso garantimos sua manutenção até 2050, buscando a melhoria dos dados coletados, mas principalmente cultivando a cultura da responsabilidade



socioambiental de nossos servidores. Além disso buscamos a transformação do Decreto Municipal que criou o PLS em Lei Municipal, o que garantirá a continuidade do Projeto independente do gestor.

5. Replicabilidade

O Plano de Logística Sustentável pode e deve ser replicado nos demais executivos municipais do país. Por ser um instrumento de planejamento e gestão que promove a sustentabilidade nos seus aspectos social, ambiental e econômico, incentivando a diminuição constante e gradativa dos impactos ambientais causados pelas atividades da administração pública, gerando melhor eficiência do gasto público, melhoria da acessibilidade e ampliação da inclusão e igualdade.

6. Conclusão

Um das ações geradas a partir dos gaps identificados nas planilhas de indicadores, foi a ordem de serviço 09/24, onde os titulares dos órgãos são responsabilizados e devem designar equipe própria para verificação e eliminação continuada dos possíveis focos de criadouros de mosquitos transmissores de doenças. Outra ação importante foi a elaboração de vídeos curtos para qualidade de vida do servidor, disponibilizado de forma gratuita em plataforma de acesso universal.

PMIS - Port Management Information System: Transformação Digital e Gestão

Integrada da operação no Porto de Suape

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governança de TI, Sistemas e Infraestrutura

Órgão/Empresa Responsável: Complexo Industrial Portuário de SUAPE

Período de Implementação: Entre 2023 e 2024, período que corresponde ao primeiro ano de operação plena do sistema. A comparação com o cenário anterior (2022/início de 2023) permitindo mensurar concretamente os ganhos de eficiência operacional, a redução de erros de faturamento e os impactos ambientais após a estabilização do sistema e a descontinuação dos controles manuais anteriores. Estima-se que os ganhos desse sistema para todo o ecossistema seja ordem de grandeza maior ao que foi possível contabilizar

Responsável pelo Projeto: Anna Cardoso

Contato Institucional: annab.couto@gmail.com

Resumo

O Porto de Suape enfrentava ineficiência devido à descentralização de dados, controle analógico e processos manuais baseados em planilhas, o que gerava retrabalho e falta de visibilidade da operação. A solução aplicada foi o PMIS (Port Management Information System), um sistema desenvolvido em parceria com o CESAR para a gestão digital e integrada do ciclo do navio. O PMIS centraliza dados desde a programação, atracação e operação de carga/descarga até o faturamento, garantindo conformidade com a ANTAQ e Receita Federal. A plataforma atende à Autoridade Portuária, agentes marítimos, operadores e órgãos anuentes, automatizando tarefas críticas e servindo como habilitador para um futuro Port Community System (PCS).

1. Solução implementada

A governança estrutura-se em três níveis de suporte: Nível 1 (Suape - atendimento direto ao usuário), Níveis 2 e 3 (CESAR - suporte especializado, correções e melhorias). O acompanhamento é feito através de reuniões periódicas (Executiva mensal, Técnica quinzenal) e gestão de tickets via HelpDesk com SLAs definidos. Existe a figura do "Key

User" em Suape para priorização de demandas, garantindo que a evolução do software esteja alinhada às necessidades operacionais e regulatórias.

A inovação consistiu no desenvolvimento de um produto próprio no setor público, com uso de metodologias de design e Lean Inception, em vez da aquisição de software de prateleira. A abordagem permitiu construir solução mais aderente às necessidades do Porto, que inicialmente avaliava um TOS. Destaca-se o pioneirismo na integração via APIs com o Porto Sem Papel e na integração de dados de múltiplos atores, evidenciando que a digitalização via PMIS é etapa essencial para um PCS eficaz.

2. Implementação

O investimento no desenvolvimento foi de aproximadamente R\$ 7 milhões. A viabilidade é sustentada pela economia anual gerada de R\$ 1,2 milhão (eficiência e redução de custos) e pela eliminação de pagamentos de licenças de sistemas legados. Além da eficiência interna, o modelo de parceria prevê retorno financeiro para Suape através do licenciamento da tecnologia, tornando a iniciativa financeiramente superavitária a médio prazo.

3. Impactos e resultados

O sistema gerou uma economia financeira anual de R\$ 1,2 milhão para o porto e uma redução média de 50% no tempo das atividades operacionais. Houve queda de 63% no número de notas fiscais com erro (de 24 para 9/mês). Ambientalmente, estima-se uma redução de 2.650 toneladas/ano na emissão de poluentes (CO₂, NO_x) devido à otimização do tempo de espera/fundeio. O projeto apresenta um ROI de 118,7% e VPL de R\$ 2,1 milhões. Qualitativos: A iniciativa eliminou a redundância de dados e o uso excessivo de papel, promovendo transparência e controle em tempo real através de dashboards. Houve aumento na confiabilidade dos dados para a ANTAQ e integração pioneira com APIs do Porto Sem Papel. A satisfação com a execução do contrato atingiu nota 9,5 (NPS).

4. Sustentabilidade e Continuidade

É comprovada por indicadores robustos (Payback em 7,3 anos). A continuidade é assegurada por contratos de manutenção evolutiva e suporte técnico (24/7 e 8/5), além de um roadmap que prevê a evolução contínua do PMIS, bem como sua capacidade de ser um

habilitador para um Port Community System (PCS). O modelo de negócio inclui o compartilhamento de propriedade intelectual, permitindo que Suape receba royalties da comercialização da solução para outros portos, garantindo reinvestimento contínuo.

5. Replicabilidade

O PMIS foi arquitetado como um produto SaaS modular e agnóstico, permitindo fácil adaptação para outras Autoridades Portuárias e alguns Terminais de Uso Privado (TUPs) no Brasil. A solução já possui autorização para comercialização e está em negociação com outros complexos portuários (incluindo Santos, Portos RS, CODEBA, Itaqui e terminais privados), demonstrando que a tecnologia desenvolvida para Suape resolve dores comuns a todo o setor portuário, com alta capacidade de replicação.

6. Conclusão

- A transformação digital exige revisão de processos antes da automação para evitar digitalizar a burocracia.
- A integração direta com sistemas governamentais (Porto Sem Papel, Antaq e Receita Federal) via API é crítica para a celeridade e redução de retrabalho.
- A parceria entre entes públicos e centros de inovação gera soluções mais aderentes e flexíveis que softwares fechados.
- A automação da operação e faturamento reduz drasticamente passivos e erros, recuperando receitas rapidamente.

Programa "Caxias Mais Segura"

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Tecnologia Aplicada às Áreas Finalísticas (Saúde, Educação, Segurança Pública)

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria Municipal de Segurança Pública de Caxias do Sul

Período de Implementação: Os resultados abrangem de outubro de 2023 a janeiro de 2026. Este período foi selecionado por demonstrar a evolução da curva de aprendizado da IA e a consolidação da integração das forças de segurança, permitindo comparar o ano de 2025 (pico de maturidade do CIOp) com o cenário desafiador de 2024, comprovando a sustentabilidade da redução nos índices criminais.

Responsável pelo Projeto: Paulo Roberto Rosa da Silva

Contato Institucional: prsilva@caxias.rs.gov.br

Resumo

O CIOp, inaugurado em outubro de 2023, consolidou Caxias do Sul como referência em segurança inteligente. A iniciativa integra fisicamente a Guarda Municipal, Brigada Militar e Polícia Civil em um ambiente de monitoramento compartilhado com 15 estações de trabalho 24h. A infraestrutura conta com 275 câmeras de alta performance equipadas com Inteligência Artificial para reconhecimento de placas (LPR) e analíticos comportamentais. O projeto soluciona a falta de coordenação entre forças e a necessidade de vigilância proativa em áreas críticas, como as Estações de Integração (EPIs), onde foram instaladas torres de monitoramento com botões de pânico. Atende a toda a população urbana (aprox. 460 mil habitantes), garantindo pronta resposta e cercamento eletrônico eficiente contra delitos patrimoniais e violentos.

1. Solução implementada

A governança é exercida pela Secretaria Municipal de Segurança Pública (SMSP), por meio de um Comitê Gestor Integrado. Este comitê reúne mensalmente lideranças da Guarda Municipal, Brigada Militar e Polícia Civil para o acompanhamento de KPIs criminais e ajuste de estratégias operacionais baseadas em dados. O monitoramento técnico é 24h, com 60

agentes em 15 estações, garantindo auditoria constante e atualização dos protocolos de resposta imediata.

A inovação transcende a tecnologia de câmeras: reside na interoperabilidade plena entre órgãos municipais e estaduais no mesmo ambiente. O uso de IA para cercamento eletrônico automatiza a detecção de veículos furtados ou em situação irregular sem depender exclusivamente do olho humano, enquanto os totens com botão de pânico democratizam o acesso à segurança direta no transporte público, transformando o conceito de vigilância passiva em segurança preditiva e colaborativa.

2. Implementação

O investimento total foi de cerca de R\$ 20 milhões. A viabilidade foi assegurada por um modelo de locação e prestação de serviços (R\$ 16,6 milhões por 48 meses), financiado por recursos próprios e parcerias, garantindo a atualização constante do parque tecnológico e manutenção preventiva sem custos imprevistos. A eficiência é comprovada pela redução de danos patrimoniais e otimização do efetivo humano, permitindo que a tecnologia atue como multiplicadora de força.

3. Impactos e resultados

A implementação do CIOp gerou resultados históricos em 2025. Os dados do primeiro quadrimestre mostram uma redução de 66% nos homicídios (de 44 para 15 casos no período). Houve uma queda de 40% nos roubos de veículos e redução expressiva em crimes contra pedestres e comércios. A eficácia da integração permitiu que a Brigada Militar aumentasse em 389% a apreensão de drogas em relação ao ano anterior, atacando diretamente a capitalização de facções criminosas. O projeto também apresentou impacto social positivo com a diminuição de feminicídios, registrando apenas um caso em 2025, na contramão das estatísticas estaduais. Qualitativamente, a integração física otimizou o setor de inteligência, permitindo uma orientação operacional focada em dados reais e resposta imediata via botões de pânico nas EPIs.

4. Sustentabilidade e Continuidade

O CIOp é o pilar central do programa estratégico "Caxias Segura", integrando o Plano Diretor de Cidades Inteligentes do município. A continuidade é garantida por dotação

orçamentária própria e contratos de serviço plurianuais que asseguram suporte técnico e evolução tecnológica. O plano de expansão prevê a integração de câmeras da iniciativa privada e a implementação de reconhecimento facial, consolidando o centro como uma unidade institucional permanente e escalável.

5. Replicabilidade

A iniciativa é altamente replicável por utilizar uma arquitetura de "software como serviço" e integração via protocolos padrão (ONVIF/API). O modelo de CIOp pode ser adaptado por outros municípios ao adotar a integração física de forças policiais e o cercamento eletrônico modular. A escalabilidade já é realidade em Caxias, com a expansão planejada para reconhecimento facial e integração de câmeras de entidades privadas à central pública, ampliando o cinturão de proteção.

6. Conclusão

O principal aprendizado é que a integração física das forças de segurança é tão vital quanto a tecnologia em si; a comunicação direta entre agentes reduz o tempo de resposta. Outro ponto chave é a transição da vigilância passiva para a segurança preditiva via IA, que permitiu quedas históricas de até 66% em homicídios e 40% em roubos de veículos. A lição é focar na "inteligência de dados" para orientar o patrulhamento preventivo e otimizar recursos escassos.

Programa Criciúma Sustentável

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Cidades Inteligentes

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de Criciúma

Período de Implementação: Os resultados foram acompanhados entre 2023 e 2025, período correspondente à implantação gradual das ações do programa. Esse intervalo foi necessário para que as soluções entrassem em plena operação, permitindo comparar os custos anteriores com os novos padrões de consumo e observar a evolução dos impactos financeiros, ambientais e sociais. Dessa forma, os dados apresentados representam efeitos consistentes e duradouros, e não apenas resultados imediatos ou pontuais.

Responsável pelo Projeto: Tiago Ferro Pavan

Contato Institucional: governanca@criciuma.sc.gov.br

Resumo

O Programa Criciúma Sustentável nasceu para enfrentar desafios estruturais, tais como alto custo energético, dependência de combustíveis fósseis, baixa eficiência operacional e a necessidade de modernização ambientalmente responsável. Inspirado no passado minerador da cidade, que impulsionou o desenvolvimento, mas deixou passivos ambientais, o programa nasce como uma política pública de inovação voltada à transição energética e ao uso estratégico de tecnologias limpas. A iniciativa integra tecnologia, planejamento e sustentabilidade em três frentes: modernização da iluminação pública com LED, eletrificação da frota municipal (hoje a maior frota elétrica de veículos leves do Brasil) e implantação de uma usina fotovoltaica construída sobre área de rejeitos de mineração. O programa impacta diretamente em serviços urbanos, mobilidade, educação e segurança, ao mesmo tempo em que reduz custos e amplia a eficiência, consolidando a sustentabilidade como fator estruturante na gestão pública.

1. Solução implementada

O Município possui formalmente estruturada uma Secretaria de Governança, a qual possui uma Diretoria de Planejamento e Estratégia, e nesta, insere-se o Escritório de Projetos, o qual é responsável por monitorar e controlar os projetos da administração municipal. A

gestão prioriza a melhoria contínua das soluções implantadas, garantindo que o programa se mantenha atualizado, eficiente e alinhado às políticas públicas do município.

A inovação do programa está na integração das 3 ações uma como política pública permanente, associada a um forte impacto social e educativo. A implantação da usina fotovoltaica com o Memorial Nikola Tesla em anexo transformou o projeto em espaço de aprendizado e visitação técnica, recebendo delegações de prefeituras de outros municípios. A iniciativa demonstra que sustentabilidade pode gerar economia, engajamento social e se tornar referência replicável para a gestão pública.

2. Implementação

A iniciativa demandou cerca de R\$40 milhões, distribuídos entre frota elétrica (R\$12,6 mi), iluminação LED (R\$19,7 mi) e usina solar (R\$7,1 mi), com recursos próprios e parcerias institucionais. Os investimentos geram redução expressiva de custos operacionais (combustível, energia e manutenção), garantindo eficiência no uso dos recursos públicos e viabilidade financeira para manutenção, ampliação da frota, expansão da iluminação de LED e replicação do modelo energético no futuro.

3. Impactos e resultados

A iniciativa já apresenta resultados expressivos. Em termos quantitativos, a frota elétrica gerou economia aproximada de R\$1 milhão em um ano, com redução de cerca de 200 mil litros de combustíveis e custo operacional médio de R\$0,10/km. A iluminação pública em LED alcançou cerca de 43% de execução (mais de 15 mil pontos) e atualmente gera em torno de R\$690 mil mensais de economia, com uma expectativa de redução total nos custos de 40% quando houver 100% de cobertura. A usina solar de 1,2 MW atende toda a rede municipal de ensino, com economia mensal estimada em R\$100 mil. Qualitativamente, houve um bom índice de satisfação e engajamento pela sociedade, com um impacto que foi amplamente noticiado. O programa consolidou Criciúma como referência em sustentabilidade e inovação na gestão pública, fortalecendo a imagem institucional do município, ampliando a segurança e qualidade da iluminação urbana, reduzindo emissões, promovendo educação ambiental e gerando impacto social positivo.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A solução foi concebida para permanecer como diretriz permanente da gestão municipal. As ações implantadas seguem em operação e contam com planejamento de manutenção e expansão. A PPP de Cidade Inteligente viabilizará a conclusão de 100% da iluminação pública em LED com sistema de telegestão e a construção de uma nova usina fotovoltaica. Além disso, projetos como a usina de resíduos sólidos e a gestão documental digitalizada, passarão a integrar o programa, ampliando seus impactos ambientais.

5. Replicabilidade

A experiência demonstra que soluções como iluminação em LED, frota elétrica e geração de energia solar podem ser implementadas de forma gradual e adaptada à realidade de cada município. O diferencial está no modelo adotado, que combina planejamento, governança e acompanhamento de resultados. Esse formato permite que cidades de diferentes portes repliquem a iniciativa conforme sua capacidade financeira e estrutural, preservando os benefícios econômicos, ambientais e operacionais.

6. Conclusão

O programa evidencia que sustentabilidade exige planejamento e integração às políticas públicas, e que a inovação só se consolida quando gera valor público mensurável, com indicadores claros e gestão contínua. A experiência também reforça a importância da capacitação dos servidores e das parcerias técnicas para acelerar a implementação. Esses aprendizados podem ser aplicados em outros projetos de modernização, tanto na área ambiental quanto na transformação digital do setor público.

Programa de Residência Técnica (Restec)

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Desenvolvimento de Talentos e Capacitação em TI Pública

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (Seti)

Período de Implementação: O período para aferição de resultados é de 2013 até o presente, abrangendo toda a trajetória do programa desde a implementação. Esta escolha se justifica por capturar o impacto cumulativo e a maturidade da iniciativa, permitindo avaliar a consolidação do modelo, a escala alcançada (com mais de 1.600 residentes) e os efeitos duradouros na qualificação de profissionais e no fortalecimento técnico do Estado. Os dados refletem o impacto real e consolidado de mais de uma década de execução contínua.

Responsável pelo Projeto: Cristiano Teixeira de Sousa

Contato Institucional: cristiano.sousa@seti.pr.gov.br

Resumo

O Programa de Residência Técnica (Restec) promove capacitação no Poder Executivo Estadual do Paraná, fortalecendo os serviços públicos com conhecimentos especializados e atualizados. A solução integra pós-graduação e imersão prática em setores estratégicos. Profissionais recém-formados em diferentes áreas são selecionados como bolsistas para um ciclo de dois anos, que combina um curso de especialização em universidades estaduais com atividades práticas em órgãos do governo. Sob a supervisão de servidores experientes, os residentes atuam em áreas como gestão pública; engenharia e gestão ambiental; economia rural; desenvolvimento sustentável; inovação e transformação digital; políticas produtivas; obras públicas; saúde; cultura; turismo; entre outras. O programa beneficia a administração pública, que recebe contribuição técnica para aprimorar projetos e políticas públicas, e os profissionais em início de carreira, que finalizam a especialização com formação direcionada ao setor público.

1. Solução implementada

A governança é liderada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), que coordena a parceria com as universidades estaduais e os órgãos onde os

residentes atuam. Uma equipe técnica gerencia todo o ciclo: edital, seleção, alocação e tutoria. O acompanhamento contínuo é realizado por meio de relatórios de atividades, avaliações periódicas e reuniões de alinhamento, assegurando qualidade e impacto. A estrutura é revisada anualmente para otimização e atualização do programa.

A inovação está num modelo integrado de formação, que combina pós-graduação em nível de especialização com atuação prática no setor público. A conexão entre universidade e administração pública produz conhecimento aplicado de alto impacto. Essa metodologia é a mais eficaz para modernizar a gestão pública, pois forma profissionais com experiência prática e fortalece a capacidade técnica da administração estadual. O resultado é um ciclo sustentável de renovação e excelência nos serviços públicos.

2. Implementação

O custo individual é uma bolsa mensal de R\$ 3.304 (R\$ 3.040 + auxílio-transporte), por até 24 meses. O programa é integralmente financiado pelo orçamento do Estado do Paraná. O modelo demonstra alta eficiência de recursos, pois o investimento forma profissionais qualificados e ao mesmo tempo fortalece a capacidade técnica de órgãos públicos com um único recurso. A viabilidade de manutenção e expansão é sólida, dada a institucionalização do programa e comprovado retorno para o Estado.

3. Impactos e resultados

Quantitativamente, o programa consolida uma força técnica de 1.602 residentes ativos, distribuídos em 11 programas especializados. Essa escala promove eficiência e agilidade na execução de projetos estratégicos, otimizando recursos e acelerando a entrega de serviços públicos à população. Qualitativamente, a residência técnica estabeleceu o Paraná como referência nacional em formação técnica e inovação no serviço público. O modelo gera alto engajamento dos bolsistas, que aplicam conhecimento acadêmico avançado em desafios reais do Estado. A satisfação é elevada tanto nos órgãos estaduais, que renovam sua capacidade técnica e inovadora, quanto nos jovens profissionais, que adquirem formação prática única e experiência qualificada no setor público. O impacto social é direto, com políticas públicas sendo desenvolvidas com maior excelência técnica, resultando em melhorias concretas em infraestrutura, saúde, meio ambiente e cultura para a sociedade paranaense.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa tem continuidade garantida por ser uma política de Estado institucionalizada, com previsão orçamentária regular e respaldo legal. O programa é mantido e expandido anualmente via editais públicos, integrando-se ao planejamento estratégico das secretarias e órgãos estaduais. Planos futuros preveem ampliação de vagas e novos programas em áreas emergentes, assegurando que a capacitação técnica e a inovação permaneçam como pilares duradouros da Administração Pública do Estado do Paraná.

5. Replicabilidade

O programa de Residência Técnica (Restec) é altamente replicável, pois combina parceria com instituições de ensino, demanda por capacitação técnica no setor público e um formato de bolsa com supervisão. A iniciativa pode ser adaptada a estados, municípios e órgãos federais, ajustando as áreas de especialização. A governança centralizada com gestão compartilhada garante eficácia, tornando o modelo viável e estratégico para fortalecer a capacidade técnica em qualquer esfera da gestão pública.

6. Conclusão

O principal aprendizado é a integração entre teoria e prática em um só programa, acelerando a inovação no setor público. Outro ponto-chave é a supervisão por servidores experientes, o que assegura a transferência de conhecimento e a qualidade técnica. A estrutura de governança compartilhada entre órgão gestor, universidades e secretarias demonstrou-se essencial para o alinhamento estratégico. Por fim, a institucionalização via política de Estado é o fator que assegura continuidade e escala.

Programa Formação Avançada (Qualificar ES)

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Tecnologia Aplicada às Áreas Finalísticas (Saúde, Educação, Segurança Pública)

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI) - Governo do Espírito Santo

Período de Implementação: De 2022 (início como Qualificar ES - Formação Avançada) até o início de 2025. A escolha deste período abrange a criação da estrutura, a consolidação da base de alunos e a coleta de dados da Pesquisa de Impacto realizada em 2024 e 2025. Inclui também o início da nova fase focada em empreendedorismo e Inteligência Artificial, demonstrando a evolução contínua da iniciativa e a maturidade dos dados de engajamento e certificação apresentados.

Responsável pelo Projeto: Jamyly Andreia Teixeira Caran Gonçalves

Contato Institucional: jamyly.caran@secti.es.gov.br

Resumo

O Governo do Espírito Santo identificou a necessidade de qualificar servidores e fomentar o lifelong learning na população frente à transformação digital. A solução foi o programa Formação Avançada, criado em 2022 pela SECTI em parceria com a plataforma global Coursera. A iniciativa oferece cursos gratuitos de instituições renomadas mundialmente, estruturados em eixos temáticos (como IA e Sustentabilidade) através de um portal próprio que atua como funil de engajamento. O projeto atende dois públicos principais: servidores públicos (com trilhas específicas, como tecnologia para professores) e a população capixaba em geral, visando empregabilidade e inovação.

1. Solução implementada

A governança é liderada pela SECTI, envolvendo o Secretário de Estado, Subsecretários e uma equipe técnica dedicada à coordenação e monitoria. A manutenção baseia-se na análise contínua de dados: cada etapa da jornada do aluno é monitorada por dashboards de engajamento. O apoio direto do Governador e parcerias com outras secretarias (ex: Educação) fortalecem a estrutura institucional e garantem o alinhamento estratégico.

A principal inovação é a integração de uma plataforma global (Coursera) a uma estratégia local de curadoria e monitoramento de dados. O programa não apenas oferta cursos, mas estrutura jornadas baseadas em três pilares inovadores: "Comunicação para encantar", "Análise de dados para motivação" e "Operação para engajar". O uso de dashboards para acompanhar a jornada do aluno em tempo real permite intervenções ágeis, garantindo maior retenção e sucesso no aprendizado.

2. Implementação

O programa é financiado pelo Governo do Estado, sendo gratuito para o usuário final, eliminando barreiras financeiras para cursos de ponta. A viabilidade técnica é sustentada pela contratação da plataforma Coursera (modelo SaaS) e desenvolvimento de portal próprio de curadoria. O modelo é eficiente pois aproveita uma infraestrutura de conteúdo educacional já existente e robusta (mais de 18 mil cursos), focando os recursos públicos na curadoria, gestão e engajamento.

3. Impactos e resultados

O portal registrou mais de 533 mil usuários únicos, convertidos em mais de 86 mil inscrições. Foram contabilizadas mais de 226 mil horas de aprendizagem e emitidos mais de 13.485 certificados via Coursera. Campanhas de mídia impactaram 32 milhões de pessoas. A pesquisa de impacto de 2024 revela alta satisfação e resultados práticos: cidadãos relataram obtenção de novos empregos e promoções; servidores da educação incorporaram tecnologias em sala de aula. O programa democratizou o acesso a certificações internacionais de alto custo, gerando valorização profissional e oportunidades de empreendedorismo para a população.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa possui continuidade garantida e evolutiva. Iniciada em 2022, entrou em uma nova fase em 2025 com a "Formação em Inteligência Artificial", estruturada em níveis (básico até avançado) para servidores. A integração com eventos anuais do estado, como a "Jornada Capixaba de Ciência e Inovação". Recentemente, no mês de novembro de 2025 esse programa foi aberto para o cidadão capixaba, ampliando o seu alcance.

5. Replicabilidade

A iniciativa é altamente replicável em outros estados ou municípios. O modelo baseia-se na contratação de plataformas de MOOC (como a Coursera) combinada a um portal local de curadoria e engajamento. A metodologia de organização por "eixos temáticos" (ex: Inovação, IA) e a criação de trilhas personalizadas para demandas específicas (como formação de professores) podem ser adaptadas facilmente a diferentes realidades administrativas sem necessidade de desenvolvimento complexo de software

6. Conclusão

1. Curadoria é essencial: Não basta disponibilizar cursos; é preciso criar trilhas (eixos temáticos) que tenham convergência com necessidades reais (ex: IA na gestão).
2. Dados guiam o engajamento: Monitorar o aluno e atuar nos gargalos aumenta a conversão.
3. Parcerias Institucionais: Envolver outras secretarias e eventos estratégicos amplia o alcance e a aplicabilidade prática do conhecimento.
4. Comunicação: Uma estratégia de "encantamento" é vital para a captação.

Programa Jovem Tech

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Inovação Social

Órgão/Empresa Responsável: Empresa Maranhense de Administração Portuária

Período de Implementação: A apuração abrange dois ciclos completos de execução: 1ª Edição (Jan-Jun/2024) e 2ª Edição (Maio-Out/2025). O monitoramento foi contínuo e longitudinal, avaliando desde a aquisição de hard/soft skills durante o bootcamp até a empregabilidade e escolaridade pós-programa. Esta janela temporal permitiu validar a sustentabilidade do impacto a médio prazo, comprovando que a inserção no mercado não foi pontual, mas gerou carreiras ativas e ingresso contínuo no ensino superior.

Responsável pelo Projeto: Gabriel Fernando Mateucci Cassia

Contato Institucional: gabriel.cassia@emap.ma.gov.br

Resumo

O Jovem Tech é uma iniciativa de inovação social liderada pelo Porto do Itaqui, Governo do MA e grandes players logísticos (Grupo Mateus, Suzano, VLI). O programa mitiga dois gargalos: a escassez de talentos em TI e o desemprego juvenil em áreas vulneráveis. Focado em egressos da rede pública (18-24 anos), oferece um bootcamp de 6 meses (30h/semana) com bolsa de R\$ 1.500,00. A formação vai dos fundamentos a trilhas em Backend, Frontend e Data Science, integrando metodologias ágeis e soft skills. Seu diferencial inovador é a imersão total no ecossistema portuário: o aprendizado é guiado por desafios reais das parceiras, aplicados desde o processo seletivo (com etapas baseadas em demandas logísticas) até a conclusão das trilhas, garantindo alinhamento direto com o mercado.

1. Solução implementada

A governança é colaborativa. A FAPEMA operacionaliza os editais. O direcionamento estratégico e mentorias são liderados por EMAP e Grupo Mateus. A aplicabilidade prática é garantida por Suzano, Tegram e COPI, que fornecem desafios reais do porto para os alunos resolverem. A execução pedagógica possui alta especialização: a Alura conduz a trilha técnica (Hard Skills) e a Nouhau o desenvolvimento comportamental (Soft Skills), assegurando formação integral.

A inovação reside na transição do modelo tradicional de capacitação para uma 'Residência Tecnológica em Coalizão'. O Estado orchestra um ecossistema (Porto, FAPEMA e Grandes Empresas) onde a formação é guiada por demandas reais (Market-Pull), não teóricas. É inspirador por sincronizar política pública e metas ESG corporativas: o parceiro privado ajuda a formar e absorver o talento, garantindo a sustentabilidade financeira do programa e a efetiva mobilidade social na região do Itaqui.

2. Implementação

O programa apresenta alta eficiência e previsibilidade (Plano de Trabalho de 28 meses/4 editais). O modelo é de cofinanciamento: o Estado investe R\$ 1,33 milhão/ano diretamente em bolsas e formação, enquanto o setor privado custeia integralmente a infraestrutura (espaço físico, computadores e manutenção). Essa estrutura desonera o governo de custos fixos com equipamentos e garante sustentabilidade, compartilhando a responsabilidade financeira com as empresas que absorvem a mão de obra.

3. Impactos e resultados

O Jovem Tech gerou impacto imediato na redução do déficit de profissionais de TI e na mobilidade social no Maranhão. Desde a 1ª edição (60 bolsistas), alcançamos >65% de empregabilidade e >90% de ingresso no ensino superior, validando a metodologia de imersão corporativa. Esse desempenho manteve-se consistente na 2ª edição, com empregabilidade acima de 60%.

Além da competência técnica, a iniciativa fomentou a equidade de gênero com >25% de participação feminina, superando a média de mercado. O programa alcançou reconhecimento internacional ao ser premiado em 2025 pela AAPA Latam (Desenvolvimento do Capital Humano).

A sustentabilidade foi assegurada pelo êxito do piloto, garantindo a ampliação em 2025 (Edital 04/2025) com novos investidores (Suzano, Telegram, COPI, VLI) e oferta de 65 vagas. O programa capacita jovens vulneráveis em Python e Scrum, rompendo ciclos de desigualdade e entregando profissionais prontos ao mercado nacional.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A continuidade é assegurada por um planejamento plurianual de 4 ciclos (editais). A sustentabilidade financeira foi blindada na 2ª edição pela entrada de capital privado (Suzano/Tegram/COPI), validando o modelo de cofinanciamento. A iniciativa consolidou-se como política de Estado com o lançamento do 3º edital no 1º semestre de 2026. A expansão para o Estaleiro Escola garante a permanência da formação tecnológica na comunidade Itaqui-Bacanga.

5. Replicabilidade

A replicabilidade e escalabilidade são comprovadas, registrando cerca de sete mil inscritos nas duas edições. O modelo é modular e une "Bolsas Públicas + Infraestrutura Privada + Desafios Reais". A prova de conceito ocorreu na expansão do hub Black Swan para o Estaleiro Escola (Itaqui-Bacanga), adaptando-se a um novo perfil demográfico. O formato é replicável em setores como Saúde ou Agro, bastando substituir a empresa parceira e o desafio técnico, mantendo a governança colaborativa.

6. Conclusão

O principal aprendizado é que a eficácia da política pública depende da Hélice Tríplice (Governo/EMAP/Setor privado). Validamos que a Segurança Econômica (bolsa) é estrutural para reter talentos vulneráveis, enquanto a imersão em Problemas Reais (Suzano/Tegram) gera maturidade profissional superior ao ensino teórico. O modelo é replicável em outros setores: o segredo está em alinhar o incentivo estatal à demanda privada latente, garantindo alta empregabilidade e sustentabilidade.

Programa Mondaí do Amanhã

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Cidades Inteligentes

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de Mondaí

Período de Implementação: Os resultados foram apurados ao longo de 2025, considerando projetos iniciados no início do ano e outros lançados ao longo de 2025 e após o lançamento oficial do programa em dezembro. Mesmo com fases distintas, já é possível observar impactos reais, como a implantação das hortas escolares, avanços na digitalização para transparência e melhorias operacionais nas secretarias.

Responsável pelo Projeto: Marcelo Fernandes

Contato Institucional: smartnovaconsultoria@gmail.com

Resumo

O Mondaí do Amanhã é um programa estruturante que transforma Mondaí em referência regional em sustentabilidade, inovação e participação cidadã. Criado para enfrentar desafios como falta de integração entre secretarias, baixa digitalização, custos crescentes de energia e demanda por serviços públicos mais modernos, o programa promove uma mudança cultural na gestão. Entre as soluções implementadas estão: usina solar para abastecimento de prédios públicos, frota municipal elétrica, sensores IoT para monitoramento ambiental e segurança, plataformas digitais de gestão e serviços (Zero Papel e +Vagas), modernização educacional e fortalecimento da segurança escolar. O programa envolve ativamente a população por meio de oficinas, envolvimento das escolas, concursos, escutas comunitárias e cocriação de projetos. Atende toda a população de Mondaí, ampliando eficiência, reduzindo custos, fortalecendo sustentabilidade ambiental e consolidando uma cultura contínua de inovação pública.

1. Solução implementada

A iniciativa possui governança estruturada pela coordenação central do Mondaí do Amanhã, integrada às secretarias municipais por meio de comitês temáticos. O acompanhamento é contínuo, com reuniões periódicas, monitoramento de indicadores, atualização de metas e suporte técnico para cada projeto. Esse modelo garante gestão clara, decisões ágeis e manutenção permanente das ações.

O Mondaí do Amanhã mostrou que inovação só gera impacto quando envolve pessoas, dados e sustentabilidade de forma integrada. A principal lição foi a força da participação cidadã aliada à tecnologia: envolver escolas, servidores e comunidade acelerou a adoção das soluções. A iniciativa é inovadora por unir energia limpa, digitalização, IoT e gestão colaborativa em um modelo replicável para pequenos municípios.

2. Implementação

A iniciativa combina investimentos municipais planejados, otimização de recursos existentes e parcerias com instituições públicas e privadas. Projetos como energia solar, digitalização e frota elétrica geram economia contínua, garantindo sustentabilidade financeira. A eficiência no uso dos recursos e os ganhos operacionais asseguram a viabilidade de manutenção e expansão das ações nos próximos anos.

3. Impactos e resultados

Embora oficialmente lançado em dezembro de 2025, o Mondaí do Amanhã já apresentava avanços significativos em diversas frentes. A implantação inicial dos projetos permitiu ganhos mensuráveis em eficiência administrativa, redução de custos e modernização dos serviços públicos. Entre os resultados preliminares destacam-se: redução de processos em papel e aumento da agilidade nos fluxos internos, início da migração energética para fontes solares com projeção de economia anual relevante, expansão do uso de tecnologias IoT para monitoramento urbano e fortalecimento da segurança escolar. Qualitativamente, o programa gerou alto engajamento comunitário - com participação ativa das escolas, servidores e cidadãos - e despertou uma cultura de inovação na gestão pública. Em 2026, os projetos continuam em execução, com impacto crescente em sustentabilidade, qualidade de vida e eficiência operacional.

4. Sustentabilidade e Continuidade

O Mondaí do Amanhã possui continuidade garantida, pois foi estruturado como programa permanente da gestão municipal. Os projetos iniciados em 2025 seguem em 2026 com expansão planejada, integração entre secretarias, capacitação contínua dos servidores e manutenção dos sistemas digitais, garantindo sustentabilidade financeira, operacional e evolução constante das ações.

5. Replicabilidade

É um modelo de gestão baseado em inovação e sustentabilidade, estruturado em módulos que podem ser adotados de forma independente - como energia solar, digitalização, IoT e participação cidadã. Sua arquitetura simples, processos padronizados e indicadores claros permitem replicação em municípios de qualquer porte, mantendo resultados e impacto.

6. Conclusão

Aprendemos que inovação efetiva exige integração entre áreas, participação ativa da comunidade e foco contínuo em sustentabilidade. Projetos ganham escala quando começam simples, com entregas rápidas e monitoramento constante. A combinação de tecnologia, educação, engajamento social e gestão baseada em dados mostrou ser um modelo replicável para outras cidades alcançarem resultados similares.

Programa Municipal de Proteção de Dados Pessoais de Joinville: Governança de Dados e Inteligência Pública como Política Pública Permanente

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governança de Dados e Inteligência Pública

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de Joinville

Período de Implementação: Os resultados foram apurados entre 2022 e 2025, período que contempla a implantação da governança de dados, capacitação institucional, mapeamento de processos, elaboração de Relatórios de Impacto e consolidação da estrutura permanente de proteção de dados, refletindo impactos reais e duradouros.

Responsável pelo Projeto: Sahmara Liz Botemberger

Contato Institucional: sahmara.botemberger@joinville.sc.gov.br

Resumo

O Programa Municipal de Proteção de Dados Pessoais de Joinville, instituído pelo Decreto nº 44.844/2021, estruturou a governança de dados como política pública permanente, integrando proteção de dados, inteligência pública e gestão administrativa no âmbito municipal. A iniciativa estruturou a governança de dados pessoais no Município de Joinville de forma sistêmica, sustentável e orientada a resultados, consolidando a proteção de dados como política pública permanente. Diante da ausência de diretrizes unificadas e da complexidade de mais de 150 pontos de tratamento de dados, foi criada uma estrutura institucional própria, com comitê intersetorial, área técnica dedicada e exclusiva e metodologias ágeis. A solução integrou governança de dados, uso estratégico de tecnologias acessíveis e capacitação massiva de servidores, promovendo segurança da informação, padronização de processos, transparência e atendimento efetivo aos direitos dos titulares.

1. Solução implementada

A governança é exercida pelo Comitê Municipal de Proteção de Dados e pela Área Técnica dedicada, vinculada à Secretaria de Administração e Planejamento. O modelo prevê monitoramento contínuo, registro formal no SEI, integração com a área de tecnologia e atualização periódica dos instrumentos normativos.

A principal inovação foi demonstrar que a governança de dados pode ser estruturada no setor público com alto impacto e baixo custo, quando integrada à estratégia institucional. A formação interna de servidores, o uso de tecnologias acessíveis e a coleta descentralizada de informações mostraram-se mais eficazes e sustentáveis do que modelos terceirizados.

2. Implementação

A iniciativa utilizou exclusivamente recursos internos: equipe técnica própria, estagiários e ferramentas gratuitas ou já contratadas pelo Município. Não houve custo adicional ao orçamento público, assegurando alta viabilidade de manutenção, expansão e replicação.

3. Impactos e resultados

A iniciativa capacitou mais de 13 mil servidores públicos em proteção de dados e segurança da informação, abrangendo 100% dos órgãos municipais. Gerou economia estimada superior a R\$1,5 milhão com a não contratação de consultorias externas. Foram estruturados processos de governança de dados, implementado canal específico para atendimento aos titulares via Ouvidoria, padronizados Relatórios de Impacto registrados no SEI e incorporadas cláusulas LGPD e termos de sigilo aos fluxos administrativos e contratuais. Os resultados incluem redução de riscos jurídicos e operacionais, aumento da eficiência administrativa, fortalecimento da transparência e maior confiança do cidadão na gestão pública.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa possui caráter permanente e integra a estrutura organizacional do Município. A Área de Proteção de Dados segue responsável pela capacitação contínua, revisão normativa, análise de riscos e monitoramento dos tratamentos de dados, garantindo evolução constante da governança de dados e da segurança da informação.

5. Replicabilidade

O modelo é altamente replicável por outros municípios e órgãos públicos, pois utiliza tecnologias acessíveis, metodologias simples e estrutura organizacional compatível com a realidade do setor público, podendo ser adaptado conforme porte e maturidade institucional.



6. Conclusão

Governança de dados exige visão estratégica, engajamento institucional e capacitação contínua. A proteção de dados deve ser tratada como política pública transversal, integrada à gestão e não apenas como obrigação legal.

Programa Nacional de Inovação Aberta da Agropecuária - MAPA Conecta

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governo Digital e Serviços ao Cidadão

Órgão/Empresa Responsável: Ministério da Agricultura e Pecuária

Período de Implementação: O período de apuração dos resultados compreende agosto de 2024 a dezembro de 2025, correspondente à fase de atuação efetiva dos consultores, iniciada com a consolidação de sua alocação nos estados. As contratações ocorreram ao longo dos seis primeiros meses de atividade. O projeto possui vigência até fevereiro de 2027, quando se esperam impactos adicionais e de maior maturidade. Já a plataforma eletrônica MAPA Conecta foi lançada em outubro de 2025.

Responsável pelo Projeto: Cesar Simas Teles

Contato Institucional: cesar.teles@agro.gov.br

Resumo

O MAPA Conecta é o Programa Nacional de Inovação Aberta na Agropecuária, criado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária-MAPA para fortalecer a inovação, a competitividade e o desenvolvimento sustentável no setor. Por meio da articulação dos ecossistemas estaduais de inovação, atua integrando governo, setor privado, CT&I, startups, investidores e ambientes de inovação. Além disso, conta com a Plataforma MAPA Conecta, desenvolvida em parceria com o SERPRO, que promove integração e difusão de tecnologias. O programa mobiliza os atores dos Ecossistemas Estaduais de Inovação Aberta por meio de Comitês Gestores, responsáveis pelo estabelecimento da governança, pela elaboração do diagnóstico e pela definição do plano de ação. Presente em 16 estados (RS, SC, PR, SP, RJ, MG, ES, MT, MS, GO, TO, BA, PE, RN, PA e CE) e DF, utiliza metodologia padronizada, garantindo adaptação regional e escalabilidade, consolidando-se como referência em gestão pública inovadora e colaborativa.

1. Solução implementada

O Departamento de Inovação Agropecuária-DIAGRO define diretrizes, articula parcerias, difunde resultados, e seleciona os consultores, que são contratados via CNPq.

A gestão operacional, dividida em níveis nacional e regional, monitora e dá suporte técnico aos estados e DF. Os consultores integram-se às Divisões de Desenvolvimento Rural do MAPA, inserindo a temática da inovação.

A plataforma MAPA Conecta, é gerida pelo MAPA e SERPRO, recebendo valiosas contribuições dos estados.

A implementação de uma governança colaborativa e descentralizada mostrou-se adequada a ambientes inovadores. A atuação de 17 consultores nas capitais ampliou o alcance do projeto, mobilizando atores locais e fortalecendo ecossistemas estaduais. Organizados em rede nacional, os consultores apoiaram Comitês Gestores, diagnósticos e planos de ação. A descentralização de ações acelerou a mobilização dos atores, já a Plataforma MAPA Conecta, da visibilidade as iniciativas locais em âmbito nacional

2. Implementação

O programa é financiado por recursos transferidos do MAPA ao CNPq, via TED, destinados à concessão de bolsas a especialistas visitantes. Entre agosto de 2024 e dezembro de 2025, foram executados R\$ 1,894 milhão, com previsão adicional de R\$ 1,9 milhão até fevereiro de 2027.

Para assegurar a continuidade do projeto, é necessária a ampliação do orçamento, uma vez que o projeto se encerra na elaboração dos Planos de Ação Estaduais, sem contemplar recursos para sua implementação.

3. Impactos e resultados

A execução do programa resultou em avanços na consolidação dos ecossistemas estaduais de inovação agropecuária.

Foram formalizados 15 Protocolos de Intenções entre o MAPA e Secretarias Estaduais, prevendo a criação de Comitês Gestores com participação do poder público, setor privado, academia, instituições de pesquisa, Agtechs e empresas inovadoras. Atualmente, 6 Comitês estão implementados e 9 em formalização, reunindo 111 instituições de pesquisa, 97 parceiros privados, 98 ambientes de inovação e 114 instituições governamentais.

Como estratégia de mobilização, realizaram-se 1.290 reuniões, com participação em 404 eventos e 102 palestras sobre o programa. Destacam-se ainda a captação de R\$ 6 milhões

no Espírito Santo e R\$ 1,5 milhão no Mato Grosso, o atendimento a 287 negócios, em parceria com a Fundação Wadhwani.

A Plataforma MAPA Conecta, lançada em outubro de 2025, possui 177 perfis cadastrados, ampliando a integração e a geração de negócios inovadores em âmbito nacional.

4. Sustentabilidade e Continuidade

Os Protocolos de Intenções firmados com os estados possuem vigência de cinco anos, com renovação dos instrumentos vincendos. A continuidade das iniciativas é garantida pelos Plano de Ação e Comitês Gestores Estaduais, que possuem autonomia para definir prioridades. Paralelamente, a Plataforma MAPA Conecta será mantida e aprimorada pelo MAPA e SERPRO, o foco é fortalecer a inovação, impulsionar startups e ampliar a competitividade e a sustentabilidade econômica e ambiental do setor agropecuário.

5. Replicabilidade

A iniciativa adota um modelo escalável, implementado em 16 estados e no Distrito Federal, com potencial de expansão nacional. Baseia-se na atuação de consultores locais, assegurando adaptação regional, combinada a diretrizes metodológicas que garantem padronização, comparabilidade e replicação.

O arranjo implementado fortalece redes colaborativas e consolida ecossistemas de inovação. O modelo institucional e a plataforma digital são replicáveis em outros órgãos, regiões e verticais da economia.

6. Conclusão

A inovação pública é otimizada pela colaboração, governança em rede e atuação territorial. O modelo utiliza consultores locais orientados por diretrizes nacionais para adaptar políticas às realidades regionais e reduzir assimetrias.

Conectar ecossistemas estaduais acelera resultados e amplia a partilha de experiências. Com suporte de plataformas digitais, o arranjo garante escalabilidade, engajamento de stakeholders e pode ser aplicado a outros setores, unindo descentralização e coordenação.

Programa PBH Inova

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governo Digital e Serviços ao Cidadão

Órgão/Empresa Responsável: PBH Ativos

Período de Implementação: Os Contratos Públicos de Solução Inovadora (CPSIs) foram celebrados em março de 2025. Desde então, as startups estão trabalhando no desenvolvimento e teste das soluções junto às secretarias municipais para integrar as soluções e gerar o impacto direto no serviço prestado. Esta fase tem previsão de conclusão no fim de março de 2026, mas já apresenta resultados mensuráveis e evidenciados.

Responsável pelo Projeto: Marcus Vinícius de Freitas T. Leite

Contato Institucional: marcus.v.freitas@pbhativos.com.br

Resumo

O PBH Inova é um conjunto de iniciativas para resolver 5 desafios públicos que exijam o desenvolvimento de soluções inovadoras com emprego de tecnologia. No caso, a PBH Ativos mapeou 5 desafios junto ao Município de BH, para lançar ao mercado de inovação em busca de soluções. Os desafios envolvem atendimento ao consumidor, gestão financeira do Município de Belo Horizonte, contagem de público em grandes eventos, demandas de parcelamento do solo na política urbana do Município e gestão de postos de trabalho e quadro de pessoal na área da saúde. Tratam-se de desafios que impactam diretamente a vida do cidadão e também processos internos do Município, com impacto direto na gestão e indireto na sociedade. Com isso, a PBH Ativos selecionou startups para desenvolverem as soluções, após a celebração de Contrato Público de Solução Inovadora (CPSI). Atualmente, os desafios estão em fase final de teste das soluções, mas já com impactos claramente mapeados na prestação de serviços ao cidadão.

1. Solução implementada

O PBH Inova é conduzido pela PBH Ativos, com apoio da consultoria IEBT, em atuação conjunta com as secretarias titulares dos desafios. Para análise do desempenho das startups durante a prova de conceito, foi instituída uma Comissão Avaliadora, de caráter interdisciplinar e multisetorial, para analisar o teste das soluções inovadoras.

Por fim, foi instituído o Comitê Gestor do BHLab, responsável pela coordenação e consecução dos princípios e instrumentos da política de inovação aberta em BH. O PBH Inova é um conjunto de iniciativas para resolver 5 desafios públicos que exijam o desenvolvimento de soluções inovadoras com emprego de tecnologia. No caso, a PBH Ativos mapeou 5 desafios junto ao Município de Belo Horizonte, para lançar ao mercado de inovação em busca de soluções.

O programa PBH Inova é um projeto executado no âmbito do BHLab, o Laboratório de Inovação Aberta do Município de Belo Horizonte, formalizado pelo Decreto Municipal nº 18.342/2023, que dispõe sobre a Política de Inovação Aberta do Município e tem como objetivo a execução de esforços coordenados para promover e incorporar inovações na gestão pública, em especial a que envolva a participação de startups por meio de ciclos de inovação. A execução do PBH Inova conta com o apoio da consultoria IEBT, contratada pela PBH Ativos para apoiar a estruturação e a execução do programa.

De início, a PBH Ativos realizou um workshop para identificar possíveis desafios junto ao Município de Belo Horizonte. Nesse contexto, foram mapeados cinco desafios:

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico/PROCON: Como podemos reduzir o tempo e o acúmulo dos processos de direito do consumidor a serem respondidos pelo Procon BH para garantir o serviço mais eficiente para os consumidores da cidade?
- Subsecretaria do Tesouro Municipal: Como podemos modernizar a gestão do serviço da dívida fundada, bem como otimizar as aplicações financeiras do Município, para que o Tesouro possa viabilizar mais recursos para a implementação de políticas públicas estabelecidas pelo governo?
- Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção/Centro de Operações: Como podemos realizar a contagem de público de grandes eventos para que as instituições envolvidas na gestão desses eventos possam aperfeiçoar o seu planejamento operacional?
- Secretaria Municipal de Política Urbana: Como podemos atender de maneira ágil e eficiente às demandas de parcelamento do solo dos cidadãos e garantir exatidão, eficiência e economia aos seus processos internos?
- Secretaria Municipal de Saúde: Como podemos visualizar os postos de trabalho e o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde para assertividade no processo de

trabalho de recursos humanos e tomada de decisão qualificada da alta gestão, garantindo credibilidade e segurança?

Durante a fase de seleção das soluções inovadoras propostas, as startups foram convocadas a participar de uma reunião conjunta com duração de até uma hora e trinta minutos, na qual puderam se aprofundar de maneira geral nas necessidades do órgão. Posteriormente, foram disponibilizados horários individualizados para que cada startup possa esclarecer dúvidas pertinentes ao seu projeto de forma que não precisem compartilhar ideias de negócio e diferenciais competitivos com outros concorrentes. A sessão de esclarecimentos foi uma etapa fundamental para garantir que as startups pudessem compreender adequadamente as dores de cada desafio.

Em seguida, foram realizadas as apresentações orais das soluções, permitindo que as startups apresentassem de maneira detalhada suas soluções e possibilitando aos avaliadores questionarem os pontos que entendessem necessários. É importante destacar que a comissão de licitação contou com especialistas em inovação, representantes do órgão e da PBH Ativos, além de um professor de instituição pública de educação superior na área relacionada ao tema da contratação, nos termos da Lei Complementar nº 182/2021 – Marco Legal das Startups, que impõe a participação de um docente.

A partir desse processo, foram selecionadas até 2 (duas) startups por desafio para celebrarem o Contrato Público de Solução Inovadora (CPSI). Ambas startups receberiam até R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para executarem a Prova de Conceito (PoC) e aquela cuja solução melhor performar poderia seguir para a segunda fase do CPSI, denominada Rollout – Desenvolvimento e implementação da solução inovadora.

Assim, o programa foi construído de modo a permitir que duas startups celebrassem o CPSI para resolver um mesmo desafio, fomentando a competição entre elas e permitindo que a Administração Pública escolha, com base em critérios objetivos, aquela que melhor desempenhou durante a fase de PoC e melhor demonstrou potencial de resolução do problema.

Tratam-se de desafios que impactam diretamente a vida do cidadão e também processos internos do Município, com impacto direto na gestão e indireto na sociedade.

2. Implementação

Um dos maiores diferenciais do PBH Inova é aliar o desenvolvimento de soluções inovadoras e o fomento à inovação por meio de investimento, algo raro na gestão pública.

Além disso, o PBH Inova buscou detalhar muito bem os desafios e oportunizar momentos de troca das startups proponentes com os órgãos, o que gerou uma seleção altamente qualificada de startups.

Cada desafio contou com até 2 Provas de conceito, de até 75 mil reais cada, e um Rollout de até 150 mil reais. Assim, o orçamento para cada desafio foi de R\$ 300 mil reais. Entende-se que, pelo nível das soluções desenvolvidas e pelo teto legal de R\$ 1,6 milhão para cada CPSI, a alocação de recursos se deu de forma extremamente eficiente.

Inicialmente, as startups executaram a PoC no prazo de 3 (três) meses. Durante essa etapa, as startups tiveram a oportunidade de adaptar sua solução às necessidades do órgão e realizar a prova de conceito, demonstrando, assim, a viabilidade de funcionamento da solução e garantindo que o órgão consiga se adaptar à sua utilização. Para tanto, a startup contou com o suporte tanto do órgão, quanto de especialistas em inovação aberta que auxiliarão as startups e órgãos a entenderem as necessidades e capacidades mútuas.

As startups foram avaliadas durante a PoC com base em três critérios previamente definidos em edital, quais sejam: i) Alinhamento da visão de solução e capacidade de materialização da mesma; ii) Usabilidade e amplitude de problemas solucionados; e iii) Problemas e Suporte Técnico.

A partir de então, apenas uma startup por desafio foi selecionada para seguir adiante no projeto e executar o Rollout, com duração de 9 (nove) meses e constituído por três etapas:

Etapa 1 - Plano de Implementação e Integração (PII) – Desenvolvimento de um plano contendo indicadores pré-definidos (KPI), juntamente com a estruturação de mentorias, programas de ação de visibilidade, networking para a prospecção de oportunidades comerciais, de novos investimentos e de parcerias estratégicas.

Etapa 2 - Desenvolvimento e Monitoramento - Nessa etapa, as startups puderam executar o PII sendo monitoradas e constantemente avaliadas, com base nos KPIs definidos na etapa anterior.

Etapa 3 - Entrega das Soluções Inovadoras - Ao final da segunda fase, deverá ser feita a entrega definitiva das soluções inovadoras que atendam as demandas públicas prioritárias, encerrando o PII.

Atualmente, os desafios estão em fase final do Rollout, mas já com impactos claramente mapeados na prestação de serviços ao cidadão, que serão demonstrados a seguir exemplificativamente.

2.1 DESAFIO DO PROCON (ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR)

Neste caso, a solução foi testada a partir de um treinamento com dados reais de 200 tickets fornecidos pelo Procon, utilizando uma análise de Pareto para priorizar os cenários mais recorrentes. O modelo aprendeu a classificar as demandas em níveis, determinando se são de competência do Procon e, em caso afirmativo, em qual categoria se enquadram (ex: Produtos, Saúde, Serviços Financeiros) ou em caso negativo, qual órgão competente poderá ajudar o consumidor com as demandas que fogem à competência do Procon.

A solução conta com diferentes ferramentas e interfaces, envolvendo extração de padrões, validação do consumidor, validação do endereço, dentre outros. Assim, o modelo de inteligência artificial faz a triagem e a classificação das demandas, valida documentos e realiza uma geração assistida de sugestão de texto para a Carta de Investigação Preliminar (CIP), já com os dados do consumidor, do fornecedor e com os fundamentos jurídicos aplicáveis do Código de Defesa do Consumidor.

3. Impactos e resultados

Até o momento, os projetos geraram ganhos expressivos em eficiência, agilidade e qualidade dos serviços públicos. Em termos quantitativos, destacam-se reduções significativas de tempo nos processos: elaboração de quadros de vagas passou de semanas para execução instantânea (anteriormente, o prazo era de 3 semanas); análises administrativas foram reduzidas de até 25 dias para 5 dias. No atendimento ao consumidor no PROCON, o tempo de resposta inicial caiu de 45 dias para cerca de 28 segundos e o tempo médio de análise de 30 minutos para 11,5 minutos, com alta acurácia em modelos de IA. Houve ainda digitalização integral de processos, validação de fluxos únicos, autonomia operacional e assertividade superior a 80% em monitoramento de eventos urbanos.

Qualitativamente, os projetos promoveram padronização de procedimentos, maior confiabilidade das informações, melhoria na experiência do usuário interno e do cidadão, aumento da transparência, rastreabilidade e apoio à tomada de decisão.

Nesse contexto, alguns resultados se destacam:



Resultados Quantitativos:

- Acurácia do Modelo de IA para triagem Procon/Não Procon: Nos testes oficiais, da startup e do Procon, atingiu-se, respectivamente, uma acurácia de 86% e 88% na classificação automática de reclamações competentes ou não ao Procon, superando a meta inicial e demonstrando a alta confiabilidade da solução, que ao analisar com 95% de confiança, podemos projetar verdadeira acurácia do modelo está entre 83.85% e 90.02%.
- Acurácia do Modelo de Orientação ao Consumidor: Nos testes oficiais do Procon, atingiu-se, uma acurácia 72% na orientação para o consumidor final.
- Acurácia do Modelo de Leitura de Documentos: Nos testes oficiais do Procon, atingiu-se, uma acurácia 74% na leitura dos documentos disponibilizados pelo consumidor.
- Redução no Tempo de Resposta Inicial: Nos cenários de testes automatizados, o “TEMPO ATÉ A 1ª RESPOSTA / DEVOLUTIVA” ao consumidor (seja de inadequação ou confirmação) foi drasticamente reduzido, apresentando uma média de 28 segundos nos testes do Procon.

Resultados qualitativos:

- Padronização e Qualidade: A solução garante uma aplicação consistente das regras de admissibilidade de solicitações através da aplicação sistemática de regras de validação, garantindo uma tratativa isonômica a todos os consumidores.
- Padronização da comunicação: A comunicação inicial com o consumidor e a fundamentação jurídica das CIPs foi padronizada de modo.
- Eficiência para o Analista: Os analistas podem focar seu tempo em atividades complexas, como a mediação de conflitos, em vez de tarefas repetitivas. A geração assistida de CIP foi um dos recursos mais bem avaliados nesse quesito.
- Melhora na Experiência do Consumidor: O cidadão recebe um feedback quase imediato sobre sua solicitação, com orientações claras sobre os próximos passos ou sobre como corrigir sua demanda, aumentando a transparência e a eficiência do serviço.

4. Sustentabilidade e Continuidade



Os resultados apresentados, embora já contem com significativas evidências, ainda não estão concluídos, considerando que a fase de Rollout encerra-se no fim de março de 2026. Contudo, a viabilidade das soluções tem ficado nítida com a execução do CPSI.

Nesse sentido, ao final do CPSI, os órgãos poderão celebrar com as startups contrato de fornecimento, sem nova licitação, “para integração da solução à infraestrutura tecnológica ou ao processo de trabalho da administração pública”, nos termos do art. 15 da Lei Complementar nº 182/2021 – Marco Legal das Startups. Essa hipótese é expressamente prevista no edital do programa, de modo que as boas soluções poderão se tornar ferramenta de uso contínuo da Administração Pública, otimizando os serviços prestados à sociedade.

Ao longo do workshop realizado pela PBH Ativos para mapear os desafios públicos junto ao Município de Belo Horizonte, um dos critérios centrais para definição dos desafios era sua escalabilidade. Isso se deve ao fato de que a PBH Ativos ter concebido o programa com uma dupla função: resolver os desafios e fomentar, enquanto investidor, as startups que performarem bem no programa. Essa previsão editalícia foi concebida para que as soluções eventualmente desenvolvidas possam ser escaladas por meio do investimento da PBH Ativos. Em outras palavras, o Município de Belo Horizonte e a PBH Ativos oportunizaram às startups o desenvolvimento de soluções com alto grau de replicabilidade e escalabilidade na gestão pública brasileira e podem fomentar a escala dessas soluções por meio de investimento da PBH Ativos na celebração do Contrato de Opção de Compras com as startups.

Com a conclusão do CPSI no fim de março, os órgãos poderão celebrar Contrato de Fornecimento com as startups, nos termos do Marco Legal das Startups, sem nova licitação. Assim, caso as soluções inovadoras confirmem-se viáveis e as secretarias possuam disponibilidade orçamentária, as soluções seguirão nos próximos anos, com resultado direto na prestação de serviços.

Pelos resultados alcançados até o momento, as soluções têm se mostrado com alto grau de viabilidade para continuidade.

5. Replicabilidade

Entende-se que os problemas elencados no programa possuem alto potencial de replicabilidade. Por exemplo, BH é apenas uma das cidades que possuem PROCON. De acordo com dados de 2021, existem mais de 600 unidades de PROCON espalhadas pelo país, de modo que a solução aqui desenvolvida pode ser aplicada em outros casos.

Por isso, a PBH Ativos tem a possibilidade de investir nas startups que desenvolveram soluções para esses problemas em BH, a fim de replicar em outros municípios e estados.

Dessa forma, entende-se que os problemas elencados no programa possuem alto potencial de replicabilidade. Por exemplo, Belo Horizonte é apenas uma das cidades que possuem PROCON. De acordo com dados de 2021, existem mais de 600 unidades de PROCON espalhadas pelo país, de modo que a solução aqui desenvolvida pode ser aplicada em outros casos.

Da mesma forma, a alocação de profissionais da saúde em Unidades Básicas de Saúde do SUS é um problema existente em todo país. O mesmo pode ser dito sobre parcelamento do solo, gestão financeira e contagem de público em grandes eventos.

Por isso, a PBH Ativos tem a possibilidade de investir nas startups que desenvolveram soluções para esses problemas em BH, a fim de replicar em outros municípios e estados.

Por fim, destaca-se que cada PoC teve valor máximo de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) e cada Rollout tem sido executado com o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Assim, entende-se que o CPSI de R\$ 225 mil conseguiu alcançar resultados muito relevantes para a gestão pública, com valores bem abaixo do teto disposto no Marco Legal das Startups (R\$ 1,6 milhão), mostrando a eficiência do programa para o desenvolvimento de soluções inovadoras.

Por todos os fatores elencados, acreditamos que o Programa PBH Inova é um marco para a inovação na gestão pública, a fim de resolver demandas complexas existentes há anos na prestação de serviços ao cidadão, bem como fomentar o ecossistema de inovação no Brasil.

6. Conclusão

Os maiores aprendizados envolvem o forte trabalho de sensibilização dos gestores públicos, no intuito de mostrar que a exposição das dores vividas não significa que o trabalho desenvolvido é ruim ou mal feito, mas que é necessário abraçar essas dores para gerar soluções inovadoras que verdadeiramente possam resolver os problemas.

Programa Sementes do Rio Doce

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Inovação Social

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional do Espírito Santo - SECTI

Período de Implementação: Os resultados apresentados foram apurados ao longo do ciclo de execução do Programa Sementes, entre 2025 e 2026 (12 meses), período que contempla a seleção das startups, fase de aceleração, acompanhamento técnico, mentorias, eventos e ações de difusão. Esse intervalo foi representa o ciclo completo da iniciativa, permitindo mensurar impactos reais, evolução das startups e efeitos diretos nos territórios atendidos.

Responsável pelo Projeto: Jamyly Andreia Teixeira Caran Gonçalves

Contato Institucional: jamyly.caran@secti.es.gov.br

Resumo

Criado para enfrentar desafios socioeconômicos e ambientais na Bacia do Rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão, o Programa Sementes reconhece a inovação como instrumento estratégico de desenvolvimento territorial. A tragédia evidenciou a necessidade de soluções voltadas à recuperação sustentável, geração de renda e fortalecimento produtivo no interior do Estado. Como política pública, o programa acelerou 50 startups ao longo de 6 meses, selecionadas entre 372 inscrições de 12 estados e 51 municípios, com aporte de R\$ 100 mil por projeto, além de capacitações, mentorias e eventos. O público inclui empreendedores, comunidades locais e instituições do ecossistema de inovação. A atuação ocorreu em 9 municípios capixabas, com impacto em mais de 14 mil pessoas em 36 municípios por meio de ações de difusão que levaram inovação, tecnologia e conhecimento aos territórios.

1. Solução implementada

A governança do Programa Sementes é composta pela SECTI e FAPES, com execução técnica por aceleradora especializada. Na primeira edição, a execução foi realizada pela IEBT Innovation. O modelo inclui gestão compartilhada, reuniões de acompanhamento, monitoramento por indicadores, relatórios técnicos, dashboards e prestação de contas. As

startups são acompanhadas por agentes de aceleração, assegurando atualização contínua, controle de resultados e transparência na execução.

A principal inovação do Sementes está na combinação entre política pública, aceleração de startups e inovação social territorializada. O programa demonstrou que investir em metodologias estruturadas, acompanhamento contínuo e articulação entre governo, startups e ecossistema gera impactos reais e mensuráveis. A lição central foi que inovação social se fortalece quando há escuta ativa do território, apoio técnico qualificado e governança clara, permitindo soluções escaláveis e sustentáveis.

2. Implementação

O programa contou com investimento total de R\$ 7,6 milhões, destinados à subvenção econômica das startups e à execução metodológica da aceleração. Os recursos foram aplicados de forma eficiente, com controle rigoroso, monitoramento contínuo e foco em impacto social e territorial. O modelo demonstra alta viabilidade financeira e operacional, sendo sustentável e escalável para novas edições ou replicações em outros contextos.

3. Impactos e resultados

O Programa acelerou 50 startups, com investimento público estruturado de R\$ 7,6 milhões em 9 municípios estratégicos da Bacia do Rio Doce. A chamada pública recebeu mais de 370 propostas de diversos estados, evidenciando sua relevância nacional. Ao longo da aceleração, foram realizadas capacitações, mentorias e checkpoints, promovendo validação de modelos de negócio, desenvolvimento de MVPs, execução de pilotos, vendas iniciais e parcerias institucionais. As startups realizaram mais de 600 horas de ações de difusão, impactando diretamente mais de 14 mil pessoas em 36 municípios por meio de formações, eventos e compartilhamento de conhecimento. Também conquistaram premiações e destaque em eventos nacionais, ampliando conexões com investidores e parceiros estratégicos. Entre os resultados estão mais de R\$ 2 milhões em faturamento, fortalecimento de soluções de impacto social, ambiental e territorial, aumento da maturidade empreendedora e consolidação do ecossistema regional de inovação.

4. Sustentabilidade e Continuidade

O Programa Sementes possui continuidade garantida por meio de sua integração às políticas públicas de inovação do Estado do Espírito Santo para o ano de 2026. A iniciativa foi estruturada com metodologia replicável, governança institucional e articulação com parceiros estratégicos, permitindo sua manutenção e expansão. Há planejamento para novas edições, ampliação territorial e desdobramentos formativos.

5. Replicabilidade

O modelo do Programa Sementes é altamente replicável por se tratar de uma política pública de aceleração de startups, que reconhece a inovação como instrumento estratégico de desenvolvimento territorial. Combina metodologia estruturada, governança pública, critérios claros de seleção e acompanhamento por indicadores. Pode ser adaptado a outros estados ou municípios, com abordagem territorializada e foco em inovação social, garantindo escalabilidade e impacto contínuo.

6. Conclusão

Os principais aprendizados incluem a importância da inovação social orientada por dados, da articulação entre atores públicos e privados e do acompanhamento próximo das startups. O programa evidenciou que políticas públicas bem estruturadas podem gerar impacto econômico, social e ambiental simultaneamente, fortalecendo territórios e promovendo soluções sustentáveis de longo prazo.

Sacolão Verde

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governo Digital e Serviços ao Cidadão

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento / Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

Período de Implementação: Os resultados foram apurados com base em registros operacionais contínuos do programa, com foco no período de junho de 2024 a novembro de 2025, quando a iniciativa operou de forma regular e ampliada. Esse intervalo permite observar impactos consolidados na coleta de recicláveis, distribuição de alimentos e fortalecimento da agricultura familiar, refletindo resultados reais e recorrentes da política pública.

Responsável pelo Projeto: Anderson Folador

Contato Institucional: anderson.folador@sjp.pr.gov.br

Resumo

O Sacolão Verde é uma política pública municipal que enfrenta de forma integrada o descarte inadequado de resíduos, a baixa taxa de reciclagem e a insegurança alimentar, especialmente em bairros mais afastados. A iniciativa promove a troca de 15 kg de materiais recicláveis por sacolas com 6 kg de hortifrutigranjeiros adquiridos exclusivamente da agricultura familiar de São José dos Pinhais, conforme a Lei Municipal nº 2.510/2014. O modelo garante mercado institucional regular e previsibilidade de renda, beneficiando diretamente agricultores familiares locais. Além de reduzir o volume de resíduos enviados ao aterro sanitário, o programa amplia o acesso da população a alimentos frescos e saudáveis e fortalece a economia rural. Os materiais recicláveis coletados são destinados às cooperativas vinculadas ao Recicla São José, promovendo economia circular, inclusão socioprodutiva e geração de renda.

1. Solução implementada

A governança do Sacolão Verde é conduzida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, com articulação institucional com as Secretarias de Meio Ambiente e Educação. Os recicláveis coletados são destinados às cooperativas integrantes do Recicla São José, assegurando reaproveitamento e geração de renda. A integração com ações educativas,

como o programa Colmeias Urbanas, reforça a adesão comunitária e contribui para a manutenção e evolução contínua da iniciativa.

A experiência demonstrou que o Sacolão Verde amplia seus resultados quando articulado a outras políticas ambientais do município. O encaminhamento dos recicláveis às cooperativas do Recicla São José fortalece a economia circular e a inclusão socioproductiva, enquanto ações educativas, como o Colmeias Urbanas, contribuem para formar consciência ambiental desde a infância. A principal lição foi que programas simples, quando integrados institucionalmente, geram impactos mais amplos e duradouros.

2. Implementação

O programa é viabilizado por recursos municipais, com contratação anual para aquisição dos hortifrutigranjeiros da agricultura familiar, no valor aproximado de R\$ 464.999,04 em 2025. O modelo apresenta alta eficiência no uso de recursos, pois reduz custos com destinação de resíduos, fortalece cadeias produtivas locais e gera benefícios sociais diretos, assegurando viabilidade para manutenção e expansão futura.

3. Impactos e resultados

O programa apresenta resultados ambientais, sociais e econômicos consistentes. Houve aumento do volume de recicláveis coletados e encaminhados às associações locais, passando de 466 toneladas/ano em 2022 para 539 toneladas/ano em 2025, além da redução do volume de resíduos enviados ao aterro sanitário. Mensalmente, cerca de 5.100 famílias recebem alimentos frescos, fortalecendo a segurança alimentar. A compra institucional beneficia mais de 270 agricultores familiares, garantindo renda estável e previsibilidade de produção. Qualitativamente, o Sacolão Verde ampliou o engajamento comunitário, alcançando aproximadamente 85% dos bairros urbanos, melhorou a limpeza urbana, promoveu educação ambiental contínua e fortaleceu associações de reciclagem, gerando trabalho, renda e inclusão socioproductiva.

4. Sustentabilidade e Continuidade

O Sacolão Verde é uma política pública permanente, instituída por lei municipal e integrada às rotinas das Secretarias envolvidas. O programa possui orçamento anual, cronograma regular de atendimento nos bairros e planejamento contínuo de ampliação

territorial e inclusão de novos produtores. Sua continuidade é assegurada pela demanda recorrente da população e pelos resultados ambientais e sociais comprovados ao longo dos anos.

5. Replicabilidade

O Sacolão Verde possui alto potencial de replicabilidade por utilizar mecanismos simples, legislação clara e operação descentralizada. Pode ser adaptado a outros municípios conforme porte, disponibilidade de produtores locais e estrutura de coleta seletiva, mantendo seus benefícios ambientais, sociais e econômicos. O modelo demonstra que políticas integradas de reciclagem e segurança alimentar podem ser implementadas de forma progressiva.

6. Conclusão

O principal aprendizado foi que políticas socioambientais alcançam maior efetividade quando estruturadas de forma transversal. A integração entre incentivo à reciclagem, fortalecimento das cooperativas de catadores e educação ambiental nas escolas cria um ciclo virtuoso de conscientização, participação cidadã e sustentabilidade. Esse modelo demonstra que a articulação institucional amplia resultados sem aumento proporcional de custos.

Sala de Situação da Saúde

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Tecnologia Aplicada às Áreas Finalísticas (Saúde, Educação, Segurança Pública)

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Inovação, Modernização e Transformação Digital/ Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

Período de Implementação: Os resultados foram apurados a partir do período de implantação e operação da Sala de Situação, entre 2024 e 2025, quando a plataforma passou a ser utilizada de forma contínua na gestão da saúde municipal. Esse intervalo contempla a fase de maturação da solução, permitindo observar impactos reais na organização dos dados, na tomada de decisão e na eficiência dos processos administrativos.

Responsável pelo Projeto: Anderson Folador

Contato Institucional: anderson.folador@sjp.pr.gov.br

Resumo

A Sala de Situação Municipal é uma plataforma de governança e inteligência pública baseada em dados, criada para apoiar a tomada de decisão estratégica e operacional da administração municipal. A iniciativa integra informações de diferentes sistemas e bases de dados em um ambiente único, seguro e atualizado em tempo real, permitindo análise situacional, monitoramento de indicadores e resposta rápida a eventos críticos. Implantada inicialmente na área da saúde, a solução organiza dados sobre atendimentos, leitos, filas, exames e produção assistencial, reduzindo a fragmentação de informações e o uso de relatórios manuais. O projeto foi estruturado em fases, com definição de indicadores, validação técnica, controle de acesso por perfil e visualização por dashboards dinâmicos. A Sala de Situação atende gestores, equipes técnicas e tomadores de decisão, constituindo-se como ferramenta transversal, replicável para outras áreas da administração pública.

1. Problema Público

Antes do projeto, a visualização de dados da rede de saúde era descentralizada, com relatórios manuais ou atrasados, o que dificultava o monitoramento eficiente da demanda e da

capacidade instalada (leitos, salas de cirurgia, atendimentos). Isso gerava atrasos na tomada de decisão e riscos na alocação de recursos.

Partindo agora para uma outra ponta da Saúde Pública, vamos falar sobre alguns pontos críticos das Unidades Básicas de Saúde. Um deles, seria o acompanhamento dos Grupos de Riscos, onde os usuários que se encaixam nesses grupos, necessitam de uma qualidade maior ou de uma atenção maior por parte dos profissionais de atendimento das UBS.

Com um monitoramento em tempo real, conseguimos:

- Planejamento estratégico de recurso;
- Identificação de prioridades de atendimento;
- Facilita o acompanhamento contínuo;
- Apoio à tomada de decisão em políticas públicas;
- Melhoria na distribuição de profissionais especializados;
- Monitoramento da eficácia de programas de saúde;

Acompanhar usuários com condições crônicas de saúde em tempo real através de dashboards oferece um monitoramento mais proativo e eficaz, permitindo intervenções precoces e personalizadas. Isso facilita a tomada de decisões rápidas e informadas, melhora a comunicação entre os profissionais de saúde e otimiza o uso de recursos nas UBS. Além disso, ajuda a reduzir custos ao evitar complicações e internações, além de garantir um acompanhamento contínuo e de qualidade. O uso de dados em tempo real também aumenta a transparência e permite ajustes rápidos nas estratégias de atendimento.

2. Solução implementada

O projeto teve como objetivo desenvolver dashboards interativos para apresentar, em tempo real, indicadores estratégicos da saúde pública, em seus principais estabelecimentos de atendimentos, como UBS, Unidades Especializadas, Hospital e UPAs. A solução proporcionou maior visibilidade, agilidade na gestão e suporte à tomada de decisões em níveis tático e estratégico.

Soluções Implementadas:

Integração de dados provenientes de diferentes relatórios e módulos

Criação de dashboards na ferramenta: Yellowfin, disponibilizada no sistema Java/Angular

Estruturação dos painéis com filtros interativos e visualizações de fácil leitura

Criação de indicadores-chave como:

Centro Cirúrgico

Condições de Saúde

Quadro de Leitos de Internação

Acompanhamento Geral de Atendimentos

Acompanhamento Individual de Estabelecimentos (UPA, Hospital, UBS, Unidades Especializadas)

Acompanhamento de TeleSaúde

Regulação

Automatização da atualização dos dados (ex: a cada X minutos/horas).

A governança da Sala de Situação é realizada de forma intersetorial, com coordenação técnica da área de Tecnologia da Informação e participação das secretarias usuárias. O modelo inclui definição de indicadores, controle de acesso por perfil, validação das bases de dados, monitoramento contínuo e atualização periódica dos dashboards. Essa estrutura assegura integridade das informações, segurança dos dados e evolução contínua da plataforma.

A principal lição aprendida foi que a inovação na gestão pública ocorre quando dados são transformados em inteligência acionável. A Sala de Situação demonstrou que a integração de informações, aliada a governança de dados, controle de acesso e visualização adequada, potencializa decisões estratégicas e operacionais. A inovação está na criação de um ambiente único de análise, capaz de substituir relatórios fragmentados por informação confiável em tempo real.

3. Implementação

A Sala de Situação foi implementada sem custo adicional ao município, uma vez que a atualização tecnológica necessária já estava prevista em licitação vigente, voltada à modernização dos sistemas corporativos. A iniciativa integrou soluções existentes e reduziu a dependência de relatórios manuais e processos redundantes, ampliando a eficiência administrativa. Esse modelo assegura racionalização de recursos públicos, viabilidade financeira, manutenção contínua e possibilidade de expansão.

4. Impactos e resultados

A implantação da Sala de Situação resultou em melhoria significativa na agilidade e na qualidade das decisões administrativas. Houve redução do tempo de consolidação e análise de informações, antes realizadas de forma manual e descentralizada, com atualização automática dos dados em poucos minutos. Na área da saúde, a ferramenta permitiu melhor gestão da ocupação de leitos, acompanhamento de filas e monitoramento da produção assistencial, apoiando ações corretivas em tempo oportuno. Qualitativamente, observou-se maior integração entre equipes, padronização de indicadores, aumento da confiabilidade das informações e fortalecimento da transparência interna. A centralização dos dados reduziu retrabalho, qualificou o planejamento e ampliou a capacidade de resposta da gestão pública frente a situações críticas.

5. Sustentabilidade e Continuidade

A Sala de Situação é uma iniciativa permanente, integrada à estratégia de gestão e transformação digital do município. O projeto possui planejamento de manutenção, atualização tecnológica e expansão funcional, com previsão de incorporação progressiva de novas áreas além da saúde. Sua continuidade é assegurada pelo uso recorrente, pelos resultados já observados e pela capacidade de adaptação a diferentes políticas públicas.

6. Replicabilidade

A Sala de Situação possui alto potencial de replicabilidade por adotar arquitetura modular, governança de dados e indicadores padronizados. A solução pode ser adaptada a outros municípios e áreas da administração pública, conforme maturidade institucional e disponibilidade de dados, mantendo seus benefícios de integração, inteligência e apoio à decisão.

7. Conclusão

A implantação do dashboard na gestão da saúde pública do município representa um avanço significativo no uso de tecnologias para otimizar processos, melhorar a tomada de decisões e garantir maior eficiência nos atendimentos. Ao proporcionar uma visão clara, integrada e em tempo real das unidades e dos principais indicadores de saúde, essa ferramenta

contribui diretamente para um sistema mais transparente, ágil e centrado no cidadão. A iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal com a inovação e com a oferta de serviços públicos de saúde mais eficazes, planejados e orientados por dados.

Lições Aprendidas:

- Integração de dados é essencial;
- A tecnologia é um meio, não o fim;
- Engajamento das equipes faz a diferença;
- Monitoramento constante dos resultados;

Resultados e Impactos:

- Redução de tempo gasto com consolidação manual de dados;
- Aumento da assertividade nas decisões de alocação de recursos;
- Melhoria na resposta a picos de demanda;
- Feedback positivo da equipe gestora e técnica sobre a clareza e utilidade dos painéis;

Próximos Passos / Desdobramentos:

- Expandir os dashboards para incluir indicadores de outros setores da Saúde Pública;

O principal aprendizado foi que decisões públicas se tornam mais eficazes quando sustentadas por dados confiáveis, integrados e acessíveis em tempo real. A experiência demonstrou a importância da governança da informação, da colaboração intersetorial e da clareza dos indicadores para transformar dados em ação, lição aplicável a diferentes políticas públicas.

Sala do Empreendedor

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Inovação Social

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviço/
Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

Período de Implementação: Os resultados foram apurados com base nos registros de atendimento e acompanhamento da Sala do Empreendedor no período de atuação contínua da iniciativa, entre 2021 e 2024. Esse intervalo permite observar a consolidação do modelo descentralizado, o crescimento da demanda pelos serviços e os impactos reais na formalização e no fortalecimento dos pequenos negócios no município.

Responsável pelo Projeto: Anderson Folador

Contato Institucional: anderson.folador@sjp.pr.gov.br

Resumo

A Sala do Empreendedor de São José dos Pinhais é uma política pública municipal voltada à melhoria do ambiente de negócios, à desburocratização e ao fortalecimento do empreendedorismo local. A iniciativa oferece atendimento integrado e orientações sobre formalização, regularização, crédito, compras públicas e gestão empresarial, garantindo acesso universal e isonômico aos serviços. O projeto é estruturado de forma descentralizada, com unidades distribuídas pelo território municipal e funcionamento contínuo ao longo do tempo, ampliando o alcance da política. Os atendimentos individualizados decorrem da própria dinâmica do serviço público ofertado, baseado em demanda espontânea, capilaridade territorial e tempo de atuação. A Sala do Empreendedor atende microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas e cidadãos interessados em empreender, consolidando-se como instrumento de inclusão produtiva, desenvolvimento econômico local e inovação social.

1. Solução implementada

A governança da Sala do Empreendedor é realizada pela administração municipal, com articulação entre as áreas de desenvolvimento econômico e parceiros institucionais. O modelo inclui padronização dos atendimentos, registro e monitoramento das demandas,

capacitação contínua das equipes e avaliação periódica dos resultados. Essa estrutura garante transparência, isonomia no acesso e melhoria contínua dos serviços ofertados.

A principal lição aprendida foi que políticas de apoio ao empreendedorismo geram maior impacto quando estruturadas de forma descentralizada, contínua e integrada. A inovação da Sala do Empreendedor está na organização de múltiplos serviços públicos em um único ponto de acesso, com capilaridade territorial e atendimento por demanda espontânea, promovendo inclusão produtiva e melhoria do ambiente de negócios sem criação de barreiras ou privilégios.

2. Implementação

A iniciativa apresenta baixo custo de implementação e operação, utilizando estrutura existente, parcerias institucionais e equipes já integradas à administração municipal. Os investimentos realizados concentram-se em capacitação e apoio técnico, garantindo elevada eficiência no uso de recursos públicos. O modelo adotado assegura viabilidade financeira, manutenção contínua e possibilidade de ampliação do atendimento.

3. Impactos e resultados

A implementação da Sala do Empreendedor resultou na ampliação significativa do acesso dos empreendedores aos serviços públicos de apoio ao negócio. Ao longo do período analisado, foram realizados mais de 12 mil atendimentos, refletindo a demanda contínua e a capilaridade territorial da iniciativa. Houve crescimento de aproximadamente 14% no número de empresas atendidas e aumento expressivo no uso do Escritório de Compras Públicas, passando de 121 para 360 empresas participantes. Qualitativamente, observou-se maior formalização, redução de entraves burocráticos, aumento da participação de pequenos negócios nas compras públicas e fortalecimento da confiança dos empreendedores na administração pública, contribuindo para o desenvolvimento econômico local.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A Sala do Empreendedor é uma política pública permanente, integrada à estratégia municipal de desenvolvimento econômico. O projeto possui estrutura institucional definida, parcerias consolidadas e planejamento contínuo de funcionamento e expansão territorial. Sua

continuidade é assegurada pela demanda recorrente dos empreendedores, pelos resultados obtidos e pela incorporação da iniciativa às rotinas administrativas do município.

5. Replicabilidade

A Sala do Empreendedor possui alto potencial de replicabilidade por adotar modelo institucional simples, descentralizado e orientado à demanda. A iniciativa pode ser adaptada por municípios de diferentes portes, respeitando suas realidades locais, mantendo os princípios de acesso universal, desburocratização e fortalecimento do ambiente de negócios.

6. Conclusão

O principal aprendizado foi que o fortalecimento do empreendedorismo depende de políticas públicas acessíveis, contínuas e territorializadas. A experiência demonstrou que a descentralização dos serviços, aliada à orientação qualificada e à integração institucional, amplia o alcance, o impacto social e a efetividade das ações de desenvolvimento econômico local.

São Bento + Fácil - Programa de transformação digital para suporte ao ambiente de negócios

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governo Digital e Serviços ao Cidadão

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo/Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

Período de Implementação: O intervalo foi de 2022 e 2025, período de implantação e tempo necessário de jornada para a operação estável do programa. As fontes de dados incluem relatórios gerenciais do próprio sistema STARTER (IPM), além de dados públicos do MAPA DE EMPRESAS e do OBSERVATÓRIO JUCESC, e relatórios internos da Secretaria. Este monitoramento sistemático foi baseado em indicadores de desempenho (volume de análises, tempo de resposta, qualidade de dados 100% fidedignos com a Receita Federal).

Responsável pelo Projeto: Andréa Maristela Bauer Tamanine

Contato Institucional: andrea.tamanine@saobentodosul.sc.gov.br

Resumo

São Bento do Sul transformou a qualidade do ambiente de negócios ao sair de um processo fragmentado entre três secretarias, com formas de controle obsoletas, falta de transparência e sem gestão de dados, com mais de 3 dias para abrir uma empresa (2022). Construiu uma jornada digital 100% ágil e inteligente que abre um negócio em menos de 2 horas (2025). Esta iniciativa é o Programa "São Bento + Fácil", uma política pública de transformação digital que foi iniciada em 2022 pela reformulação legal, infraestrutura, formação e capacitação de equipe técnica e culminou com o desenvolvimento de módulo digital com a IPM (Starter) e integração com a JUCESC e com o Geobensul (plataforma online de planejamento urbano). A iniciativa automatizou fluxos e parametrizou mais de 250 mil regras urbanísticas, legais e de risco em uma plataforma única para empreendedores e contadores, investidores e empresários com média de 300 atendimentos mensais e redução de 95.45% no tempo de abertura de empresas.

1. Solução implementada

A governança é intersetorial e interinstitucional, liderada pela Casa do Empreendedor (SECON). Uma equipe multidisciplinar apoia a equipe na validação técnica: Departamento de TI (Administração), Departamento de Tributação (Finanças), Vigilância Sanitária (Saúde) e Departamento de Urbanismo (Secretaria de Planejamento e Urbanismo). Há monitoramento por indicadores (relatórios), revisão de fluxos e atualização normativa de forma contínua. IPM Sistemas, JUCESC e Sebrae também compõem o modelo.

O São Bento + Fácil é um modelo GovTech que inova pela automação (inovação de processo) conjugada com inovação organizacional. Ele converteu a complexidade normativa em inteligência algorítmica objetiva, eliminando subjetividade e erros interpretativos e teve sustentação para as melhorias contínuas pelo ambiente criado e equipe técnica capacitada. Isso definiu um novo padrão de eficiência, mostrando o valor fundamental da convergência entre governança e tecnologia centradas no cidadão.

2. Implementação

O investimento foi de aproximadamente R\$ 28 mil mensais desde 2023. O valor de manutenção já está previsto no PPA como despesa permanente, assegurando sua manutenção até 2029. A digitalização e automação resultaram em otimização de recursos, gerando economia operacional significativa pela redução drástica de retrabalho e atendimentos presenciais. Demonstra um ROI de impacto, com ganhos de eficiência, produtividade e viabilidade de expansão sustentável frente ao investimento mensal.

3. Impactos e resultados

O programa gerou transformação impactante no ambiente de negócios de São Bento do Sul. Sobre eficiência e crescimento, apresentou-se recorde de celeridade com redução de 95% no tempo de abertura de empresas, caindo de 3 dias e 5 h (2022) para 2 h (2025). O crescimento de 108% no número de novas empresas entre 2023-2025 (de 1.025 para 2.133) também é representativo. Foi alcançada 100% de fidedignidade com integração em tempo real com a Receita Federal, permitindo gestão fiscal precisa. Sobre otimização de recursos, o sistema processa automaticamente mais de 250 análises de viabilidade e 200 cadastros econômicos mensais sem intervenção humana, liberando servidores para ações estratégicas. Qualitativamente, destaca-se a transparência e a segurança pela eliminação da incerteza e fila de espera, permitindo faturamento no mesmo dia para muitos negócios de baixo risco, além

de eliminar a subjetividade interpretativa, garantindo conformidade legal e impulsionando a cultura do empreendedorismo.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A continuidade sustenta-se na consolidada Casa do Empreendedor, na legislação municipal, na previsão em PPA. Sua manutenção é atrelada à mudança contínua das regras automatizadas e ampliação de integrações institucionais. Capacitações e consultorias especializadas estão contratadas e promoverão melhorias atreladas à evolução digital irrefreável do mundo dos negócios. Já o escritório móvel recém-lançado aproximará o sistema das periferias, mostrando seu potencial de escalabilidade.

5. Replicabilidade

O modelo é altamente replicável. Sua metodologia, baseada na capacitação técnica, criação de ambiente - one stop shop, atualização legal, automatização de sistema e transparência, representa um modelo de negócio GovTech que não depende de estruturas complexas ou grandes investimentos. Adapta-se a diferentes legislações e portes de municípios. Permite adoção gradual e eficaz do modelo, facilitando uma escala sustentável da transformação digital no ambiente de negócios em qualquer lugar do país.

6. Conclusão

- a) A convergência entre governança robusta, base legal e tecnologia integrada;
- b) O planejamento e aplicação do conceito GovTech (tecnologia, inovação, eficiência, cidadão no centro, conhecimento técnico e melhorias contínuas),
- c) O engajamento de diferentes áreas e
- d) A colaboração estratégica com parceiros (IPM, JUCESC, SEBRAE). O esforço de padronização e visão sistêmica impulsionaram escala, replicabilidade e geraram valor público duradouro.

Segunda Chance

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Inovação Social

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria de Estado da Justiça e Reintegração Social

Período de Implementação: 2025

Responsável pelo Projeto: Danielle Amorim Silva

Contato Institucional: ascom@sejuri.sc.gov.br

Resumo

Sob a liderança do Governador Jorginho Mello e a gestão estratégica da Secretária Danielle Amorim Silva, Santa Catarina consolidou o trabalho prisional como uma ferramenta estratégica de gestão pública. A iniciativa alia responsabilidade fiscal, inovação tecnológica e impacto social, promovendo um ciclo eficiente, sustentável e transformador de reintegração social.

1. Solução implementada

Modelo de governança / manutenção:

- Estruturação do modelo com base na Lei Complementar nº 809/2022, assegurando respaldo jurídico e estabilidade normativa;
- Formalização de contratos de parceria com prazo de até 15 anos, garantindo previsibilidade, continuidade operacional e segurança para os parceiros e para a administração pública.

R\$ 32 Milhões Arrecadação gerada em 2025 pelo trabalho prisional 33% Da população carcerária em atividade laboral (líder nacional) 10.400+Pessoas Privadas de Liberdade trabalhando.

2. Implementação

Modelo autossuficiente: Parceiros privados assumem custos e Independência de orçamentos estaduais

3. Impactos e resultados



Resultados obtidos:

- R\$ 32 milhões arrecadados em 2025 por meio do trabalho prisional;
- 33% da população carcerária inserida em atividades laborais, índice que coloca Santa Catarina na liderança nacional;
- Mais de 10.400 pessoas privadas de liberdade atuando em programas de trabalho, com impacto direto na reintegração social e na redução da reincidência.

4. Sustentabilidade e Continuidade

Viabilidade e Sustentabilidade:

- Ampliação contínua das vagas de trabalho, por meio da publicação de novos editais e da diversificação de parcerias produtivas;
- Consolidação da Conta Pecúlio como padrão institucional, garantindo transparência, segurança financeira e estímulo à reintegração social;
- Fortalecimento do modelo Presídio-Indústria, assegurando autossuficiência operacional, geração de receitas e sustentabilidade de longo prazo para o sistema prisional.

5. Replicabilidade

Escalabilidade / Replicabilidade:

- Modelo em fase de expansão estruturada, com 8 novos editais em publicação, que viabilizam a criação de 900 novas vagas de trabalho prisional;
- Arranjo institucional padronizado, juridicamente seguro e operacionalmente testado, com alto potencial de replicação em outros contextos e unidades federativas, respeitando as especificidades locais.

6. Conclusão

- O trabalho prisional fortalece o apoio familiar, ao gerar renda mensal que beneficia milhares de dependentes e reduz a vulnerabilidade social;
- A capacitação profissional com aprendizado real de ofício, realizada nas oficinas produtivas, aumenta a empregabilidade e a autonomia após o cumprimento da pena;

- A formação de renda acumulada, acessível ao término da pena, mostrou-se decisiva para a reintegração social, funcionando como elemento de transição segura para a liberdade.

Segunda Via Fácil

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governo Digital e Serviços ao Cidadão

Órgão/Empresa Responsável: Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR

Período de Implementação: A parceria entre IIPR e Celepar modernizou a emissão de documentos, atingindo plena maturidade em 2022. Com a versão completa da Segunda Via Fácil, o cidadão pode atualizar foto, assinatura e dados biográficos de forma simplificada. O serviço agora permite incluir informações de saúde, símbolos de deficiência e o transtorno do espectro autista (TEA), promovendo maior inclusão e qualidade no atendimento público.

Responsável pelo Projeto: Simone de Almeida Virmond

Contato Institucional: sivirmond@celepar.pr.gov.br

Resumo

Projeto Segunda Via Fácil foi desenvolvido pela Celepar, empresa pública de tecnologia do Estado do Paraná, para atender a uma demanda do Instituto de Identificação do Paraná, com o objetivo de modernizar e simplificar o processo de solicitação da 2ª via do documento de identidade. A iniciativa transformou um serviço antes majoritariamente presencial, marcado por filas, deslocamentos, burocracia e baixa previsibilidade de prazos, em uma solução digital integrada, centrada no cidadão. A plataforma promoveu a digitalização do serviço, integração de sistemas, simplificação de etapas, automação de validações e criação de canais digitais para solicitação, acompanhamento e comunicação. Como resultado, houve redução do tempo de atendimento, diminuição da necessidade de deslocamentos presenciais, aumento da eficiência administrativa, organização dos fluxos internos e melhoria significativa da experiência do usuário, consolidando-se como uma iniciativa de transformação digital no setor público.

1. Solução implementada

A iniciativa foi sustentada por um modelo de governança compartilhada entre o IIPR e a Celepar, com papéis institucionais definidos e atuação de comitês técnicos e operacionais. O projeto contou com acompanhamento contínuo, priorizando entregas de maior impacto ao cidadão e ciclos de melhoria contínua. O monitoramento foi realizado diariamente pela Celepar, com reuniões quinzenais com o IIPR para validação e evolução das demandas.

O projeto Segunda Via Fácil caracteriza-se como uma iniciativa de inovação pública que integrou transformação digital, redesenho de processos e gestão da experiência do usuário. Além da digitalização do serviço, foram implementados mecanismos de segurança e validação biométrica, garantindo que o documento físico só seja entregue após confirmação das impressões digitais. Essa abordagem assegura autenticidade, reduz riscos de fraude e reforça a confiabilidade e a centralidade no cidadão.

2. Implementação

O projeto Segunda Via Fácil contou com dois recursos dedicados em tempo integral e quatro profissionais em participações pontuais, oriundos de outras equipes, que contribuíram de forma estratégica em áreas como a centralidade no usuário e a qualificação da experiência do cidadão. Como apoio à implementação, foi produzido um vídeo explicativo para facilitar o uso da ferramenta. O projeto demandou cerca de 2.500 horas de trabalho e foi integralmente custeado pela Secretaria de Segurança Pública.

3. Impactos e resultados

Os resultados consolidados demonstram crescimento contínuo da adesão à solução Segunda Via Fácil. Em 2022, foram solicitadas aproximadamente 451 mil segundas vias de carteiras de identidade, das quais cerca de 67 mil já ocorreram por meio da plataforma digital. Em 2023, os resultados se mantiveram de forma sustentável, consolidando o uso do serviço. Em 2024, de aproximadamente 972 mil carteiras solicitadas, 121 mil já foram realizadas pela solução digital. Em 2025, esse número alcançou 134 mil solicitações digitais, dentro de um total aproximado de 1,07 milhão de pedidos. Esses indicadores evidenciam o aumento progressivo da utilização da solução, sua consolidação como mais um canal de atendimento e seu elevado potencial de escalabilidade para ampliar o acesso, a eficiência e a capacidade de atendimento ao cidadão.

4. Sustentabilidade e Continuidade

O projeto Segunda Via Fácil evoluiu para a Carteira de Identificação Nacional (CIN), implantada pela Celepar em 2024. Após melhorias em 2025, o foco agora é o projeto CIN Online (2026), que permitirá solicitar a 1ª e 2ª via de forma totalmente digital. Essa inovação garante mais agilidade, escala e eficiência ao atendimento do IIPR, consolidando a modernização dos serviços ao cidadão.

5. Replicabilidade

O projeto integra sistemas internos da Celepar, como o e-Civil, utilizado no atendimento presencial do IIPR; o AFIS, sistema automatizado de identificação biométrica por impressões digitais; o sespIntranet, responsável pela autenticação e controle de acesso de usuários; e o SIRG, destinado à impressão e ao despacho das carteiras. Sua arquitetura foi desenvolvida com base em serviços integrados, garantindo interoperabilidade e a possibilidade de adaptação a outros modelos de serviços.

6. Conclusão

Foco no Usuário: Jornadas intuitivas que reduzem a demanda presencial.

Redesenho de processos: simplificação de etapas reduz tempo, deslocamentos e custos ao cidadão.

Interoperabilidade: integração de sistemas otimiza fluxos e eleva a produtividade do IIPR.

Segurança: validação biométrica garante autenticidade e reduz riscos de fraude.

Educação digital: conteúdos orientativos ampliam engajamento e autonomia.

Gestão por dados: indicadores orientam decisões, melhorias e expansão dos serviços.

Sistema Integrado de Previsão e Monitoramento Meteorológico e Oceanográfico para Apoio à Decisão e Mitigação de Riscos em Operações Públicas

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governança de Dados e Inteligência Pública

Órgão/Empresa Responsável: Complexo Industrial Portuário de Suape

Período de Implementação: Os resultados foram apurados durante as fases de desenvolvimento, implantação e operação inicial do sistema, desde a validação técnica até o uso efetivo da solução no apoio às decisões operacionais do Porto de Suape. Esse período reflete o impacto real da iniciativa na rotina de planejamento portuário e na programação das operações.

Responsável pelo Projeto: Josicleide Célia Pereira

Contato Institucional: josyliiveiraa@gmail.com

Resumo

A iniciativa resolve um problema crítico da operação portuária brasileira: a baixa previsibilidade das condições meteorológicas e oceanográficas no planejamento da programação de atracação de navios, que impacta diretamente a eficiência operacional dos portos públicos e privados e, como consequência, toda a cadeia logística e produtiva associada.

Para enfrentar esse desafio, foi desenvolvido um Sistema Integrado de Previsão e Monitoramento Meteorológico e Oceanográfico, que integra dados históricos e em tempo real, modelagem numérica validada e inteligência artificial para gerar previsões, alertas antecipados e painéis analíticos de apoio à decisão. A solução foi desenvolvida em parceria com uma startup especializada em inteligência Meteorológica e Oceanográfica, denominada Surf guru Ocean.

Embora validada inicialmente no contexto portuário, a solução foi concebida como infraestrutura digital transversal, passível de aplicação em diferentes contextos da administração pública, como terminais logísticos, hidrovias, operações costeiras, defesa civil, planejamento territorial e gestão de riscos, promovendo modernização, eficiência e uso estratégico de dados na gestão pública.

1. Solução implementada

A governança da iniciativa é baseada na parceria entre o ente público e a startup responsável pelo desenvolvimento da solução, com definição clara de responsabilidades. O modelo inclui monitoramento contínuo do sistema, atualização periódica dos modelos analíticos, validação dos dados, suporte técnico especializado e capacitação dos usuários, assegurando confiabilidade, disponibilidade e evolução contínua da plataforma.

A principal lição aprendida foi que a integração estruturada de dados ambientais com inteligência artificial amplia significativamente a capacidade do poder público de antecipar riscos e tomar decisões baseadas em evidências. A inovação está em transformar dados técnicos complexos em inteligência operacional acessível, permitindo respostas mais rápidas, seguras e alinhadas às necessidades da gestão pública.

2. Implementação

Investimento total de R\$ 200 mil, incluindo estudos, desenvolvimento e implantação ao longo de 12 meses. O modelo adotado utilizou infraestrutura digital escalável e modelos analíticos já validados, garantindo uso eficiente dos recursos públicos. Os custos de manutenção são compatíveis com a operação e são compensados pela redução de riscos operacionais, aumento da eficiência no planejamento portuário e mitigação de impactos na cadeia logística, tornando a iniciativa viável e sustentável.

3. Impactos e resultados

Suape passou a contar com um sistema operacional com painel de controle funcional, integração de múltiplas fontes de dados e geração de alertas antecipados. Houve ganho de eficiência na tomada de decisão, com redução do tempo de análise das condições operacionais e maior agilidade no planejamento das operações.

Qualitativamente, observou-se maior segurança operacional, redução de incertezas, aumento da confiabilidade das decisões e maior engajamento das equipes no uso de dados para planejamento. A iniciativa contribuiu para a mitigação de riscos associados à interrupção de serviços e impactos sobre pessoas, cargas e infraestruturas críticas.

De forma indireta, os resultados refletem ganhos para a cadeia logística associada, ao ampliar a previsibilidade das operações e reduzir efeitos sistêmicos decorrentes de paradas ou

reprogramações. O projeto foi apresentado na Intermodal - São Paulo 2025, reforçando o posicionamento do Porto de Suape como referência em inovação no setor portuário.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa continuará após a fase atual por meio da operação permanente do sistema no Porto de Suape, integrado às rotinas institucionais de planejamento e programação operacional. Estão previstos a manutenção contínua da plataforma, a atualização dos modelos de previsão e o uso recorrente da solução como instrumento de apoio à decisão, garantindo que os resultados sejam sustentáveis e não pontuais, além de permitir futura expansão para outros contextos públicos.

5. Replicabilidade

Embora desenvolvida para a operação portuária, a iniciativa pode ser replicada em portos públicos e privados, companhias docas, autoridades portuárias, defesa civil, órgãos de planejamento territorial, secretarias de infraestrutura, meio ambiente e mobilidade, além de hidrovias e terminais logísticos. Sua arquitetura modular e orientada a dados permite adaptação a diferentes regiões e instituições, mantendo os benefícios de previsibilidade operacional, apoio à decisão e mitigação de riscos.

6. Conclusão

A iniciativa demonstrou que a previsibilidade operacional é um fator estratégico para a eficiência da infraestrutura pública. Destacam-se como aprendizados a importância do uso estruturado de dados, da inteligência artificial aplicada à decisão e de parcerias com startups para gerar soluções escaláveis, com impacto direto na operação portuária e potencial de aplicação em outros serviços públicos.

Sistema PROTEGE: Inteligência de Dados na Prevenção, Monitoramento e Proteção contra Incêndios Florestais no Cerrado Tocantinense

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governança de Dados e Inteligência Pública

Órgão/Empresa Responsável: Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins

Período de Implementação: Os resultados foram apurados a partir do período de implementação e uso operacional do PROTEGE durante os ciclos sazonais de estiagem e maior incidência de incêndios florestais, compreendidos, historicamente, entre os meses de maio e outubro de cada ano. Esse intervalo foi selecionado por concentrar os cenários de maior risco ambiental e demanda operacional, permitindo avaliar de forma mais fidedigna o impacto real da plataforma

Responsável pelo Projeto: Bruno Santos Moraes

Contato Institucional: brunomoraisti@gmail.com

Resumo

O Cerrado tocantinense enfrenta recorrentes incêndios florestais agravados por estiagens prolongadas, mudanças climáticas e grande extensão territorial, dificultando o monitoramento e a resposta rápida. Para enfrentar esse desafio, o Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins desenvolveu o PROTEGE, uma plataforma digital integrada que centraliza dados de satélite, informações meteorológicas, ocorrências operacionais e recursos disponíveis. A solução transforma dados ambientais em inteligência operacional, apoiando a tomada de decisões estratégicas, priorização de áreas críticas e otimização do emprego de equipes e viaturas. O público atendido inclui gestores públicos, bombeiros militares, órgãos ambientais parceiros e, indiretamente, toda a sociedade tocantinense, beneficiada pela redução de danos ambientais, proteção de vidas e preservação do Cerrado.

Palavras-chave: Cerrado; Incêndios Florestais; Tecnologia; PROTEGE; Inovação Pública.

1. Problema Público

O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, cobrindo aproximadamente 24% do território brasileiro. Apesar de sua relevância ecológica e econômica, é um dos

ecossistemas mais ameaçados do país, sobretudo pelos incêndios florestais e pela expansão agropecuária. A combinação entre a seca prolongada, ventos fortes e o acúmulo de material combustível cria condições críticas que favorecem a propagação das chamas.

No estado do Tocantins, o desafio se torna ainda mais evidente pela extensão territorial e pela presença de áreas de alto valor ecológico, como a Ilha do Bananal, unidades de conservação e terras indígenas. Para o Corpo de Bombeiros Militar, a missão de combater incêndios vai além do uso da força física — requer tecnologia, análise de dados e planejamento estratégico.

Nesse cenário, o PROTEGE surge como uma resposta inovadora à necessidade de integração entre monitoramento ambiental, inteligência geoespacial e gestão operacional, transformando dados em decisões.

1.2 O FOGO NO CERRADO E SEUS DESAFIOS

Estudos indicam que 41% do Cerrado brasileiro esteve em chamas entre 2000 e 2019, e cerca de 5,4% do bioma queima a cada ano. Segundo Arruda (2021), o aumento da frequência das queimadas está diretamente ligado às mudanças no uso do solo, evidenciando a urgência de políticas de prevenção e monitoramento. O fogo, embora parte natural da dinâmica ecológica, tem sido intensificado por práticas humanas desordenadas. De acordo com Rocha e Nascimento (2022), cerca de 10% dos focos de calor ocorrem em áreas legalmente protegidas, incluindo terras indígenas e unidades de conservação. O impacto ambiental é devastador: perda de biodiversidade, emissão de gases de efeito estufa, erosão do solo e contaminação de recursos hídricos. Além disso, há riscos à saúde humana e aos serviços ecossistêmicos essenciais.

1.2 A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO E GESTÃO

As novas ferramentas de geotecnologia, machine learning e sensoriamento remoto têm revolucionado o monitoramento ambiental. O uso de imagens de satélite, plataformas de análise em nuvem como o Google Earth Engine e algoritmos de aprendizado profundo permitem mapear com precisão áreas queimadas e prever o comportamento do fogo (ARRUDA, 2021).

Como destaca Fagundes (2019), o manejo integrado do fogo representa uma transformação tecnopolítica na conservação do Cerrado, exigindo sinergia entre conhecimento

tradicional e inovação técnica. Nesse contexto, a atuação do CBMTO e a criação do PROTEGE traduzem a aplicação prática dessa convergência entre ciência e operação, fortalecendo a capacidade de resposta pública frente aos desafios ambientais.

A governança do PROTEGE é realizada pelo CBMTO, com definição clara de responsáveis técnicos e operacionais. A manutenção envolve monitoramento contínuo, atualização de dados, validação das informações e acompanhamento dos indicadores operacionais, garantindo confiabilidade, atualização tecnológica e alinhamento às políticas públicas ambientais.

A principal inovação está na integração de múltiplas fontes de dados ambientais e operacionais em uma única plataforma, transformando informação bruta em inteligência acionável. A experiência demonstrou que tecnologia, quando alinhada à rotina operacional, potencializa resultados, melhora a cooperação interinstitucional e eleva a eficiência da gestão pública ambiental.

2. Solução implementada

O PROTEGE é uma plataforma digital desenvolvida pelo Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins, que centraliza informações sobre focos de calor, condições climáticas, recursos disponíveis e ocorrências em andamento.

2.1 FUNCIONALIDADES PRINCIPAIS

- Monitoramento em tempo real de focos de calor via satélite (NASA/INPE);
- Mapas meteorológicos com velocidade e direção dos ventos;
- Delimitação automática de áreas queimadas em metros e hectares;
- Visualização de dados geoespaciais sobre hidrografia, relevo e áreas sensíveis;
- Gestão de ocorrências com registro de equipes, viaturas e índices de atendimento;
- Emissão de relatórios estratégicos e históricos de eventos.

A plataforma consolida dados provenientes de diferentes fontes, transformando-os em inteligência operacional. Essa integração permite respostas mais rápidas, priorização de áreas críticas e maior segurança para as equipes em campo.

3. Implementação

O PROTEGE foi desenvolvido pelo CBMTO com custos restritos à alocação de pessoal próprio, utilizando bases de dados públicas e informações institucionais. A iniciativa priorizou eficiência no uso de recursos, soluções tecnológicas sustentáveis e integração com sistemas já existentes. Os custos concentram-se em desenvolvimento, manutenção e capacitação, plenamente viáveis dentro da estrutura institucional, apresentando excelente relação custo-benefício diante da otimização operacional.

4. Impactos e resultados

A implementação do PROTEGE tem gerado benefícios tangíveis:

- Redução no tempo de resposta operacional durante os picos de incêndio;
- Melhor coordenação interinstitucional entre Bombeiros, Naturatins, Defesa Civil e INPE;
- Planejamento estratégico baseado em evidências;
- Otimização de recursos humanos e materiais;
- Ampliação do controle sobre áreas de alto risco, reduzindo danos ambientais e sociais.

Esses resultados reforçam a importância da inovação tecnológica na gestão pública, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF) e das recomendações do Prevfogo/Ibama (STEIL et al., 2011).

Quantitativamente, o PROTEGE proporcionou redução significativa no tempo de resposta operacional, aumento da eficiência no emprego de recursos humanos e materiais e melhor distribuição das equipes durante os períodos críticos de incêndios florestais. Com o mesmo efetivo do ano anterior, a Corporação conseguiu atender aproximadamente 10% a mais de ocorrências, mesmo diante de uma redução de cerca de 35% nos focos de calor, evidenciando ganhos expressivos de produtividade operacional e capacidade de gestão.

Qualitativamente, houve fortalecimento da integração interinstitucional entre o CBMTO, a Defesa Civil, o Naturatins e o INPE, resultando em maior coordenação das operações, incremento da segurança das equipes em campo e elevação da confiabilidade das decisões estratégicas. Os impactos sociais e ambientais incluem a mitigação de danos ao Cerrado tocantinense, maior proteção de vidas e o fortalecimento da governança ambiental no Estado.

5. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa possui continuidade garantida, com integração às rotinas institucionais do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins. Estão previstos aprimoramentos contínuos, ampliação de funcionalidades, integração com novas tecnologias (como VANTs e modelos preditivos) e expansão do uso da plataforma, assegurando que os resultados sejam permanentes e evolutivos.

A expansão do PROTEGE prevê integração com Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) para inspeções de campo, cruzamento com modelos preditivos climáticos e uso de inteligência artificial para projeção de risco de incêndio.

O Tocantins poderá se tornar referência nacional em governança digital ambiental, mostrando que a tecnologia, quando aliada à gestão pública eficiente, é capaz de transformar realidades e proteger vidas.

6. Replicabilidade

A iniciativa possui alto potencial de replicabilidade, podendo ser adaptada para outros estados, órgãos ambientais ou instituições de segurança pública. O modelo modular e baseado em dados abertos permite customização conforme a realidade local, mantendo os benefícios de monitoramento integrado e apoio à decisão.

7. Conclusão

O PROTEGE simboliza um novo paradigma na gestão ambiental e na atuação do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins. Mais do que um sistema de monitoramento, ele representa uma ferramenta de transformação institucional e social, que une inovação, ciência e serviço público em prol da proteção do Cerrado.

Ao integrar dados em tempo real e inteligência operacional, o PROTEGE potencializa a tomada de decisões, amplia a eficiência das operações e fortalece o compromisso do Tocantins com a sustentabilidade e a segurança ambiental.

Entre os principais aprendizados destacam-se a importância da integração interinstitucional, do uso estratégico de dados em tempo real e da tecnologia como ferramenta de apoio à decisão. Esses aprendizados podem ser aplicados em outros projetos de gestão pública, especialmente em contextos de risco ambiental e proteção civil.



SuperApp ANAC: Serviços Públicos Proativos e Personalizados ao Cidadão

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Governo Digital e Serviços ao Cidadão

Órgão/Empresa Responsável: Agência Nacional de Aviação Civil - Anac

Período de Implementação: Os resultados foram apurados entre dezembro de 2024 e dez de 2025, período que compreende o lançamento do SuperApp, sua estabilização operacional e o amadurecimento do uso pelos cidadãos. Esse intervalo permite observar impactos reais e sustentados, incluindo adesão, satisfação, redução de indeferimentos e eficiência operacional, evitando efeitos pontuais de lançamento.

Responsável pelo Projeto: Fernando André Coelho Mitkiewicz

Contato Institucional: fernando.coelho@anac.gov.br

Resumo

O usuário da ANAC sofria com serviços digitais fragmentados, processos complexos e alto índice de indeferimentos, especialmente na emissão de licenças para pilotos, além da dependência de intermediários. Para enfrentar esses desafios, a Agência adotou uma Estratégia Digital focada na satisfação do usuário, redesenhando serviços e implementando uma nova arquitetura no SuperApp ANAC. A plataforma oferece prestação de serviços públicos proativa, personalizada e centrada no cidadão, guiando o usuário conforme seu contexto, realizando validações automáticas num novo barramento de microserviços e permitindo conclusão de processos sem intervenção humana. O MVP foi a jornada do aspirante a piloto privado, que agora obtém seu Certificado de Habilitação Técnica de forma totalmente digital, gratuita e transparente. Novas jornadas estão sendo incorporadas, abrangendo progressivamente todo o ecossistema da aviação civil.

1. Solução implementada

A ANAC lançou o SuperApp ANAC, um aplicativo móvel que permite ao cidadão obter sua primeira licença de piloto privado de forma 100% digital, gratuita, segura e autônoma, sem a necessidade de intermediação por escolas ou despachantes. A solução oferece uma jornada clara, guiada e personalizada, com validações automáticas, linguagem simples e interfaces intuitivas, alinhadas ao Design System GOV.BR.

A iniciativa representa uma ruptura com o modelo tradicional, marcado pela dependência de terceiros e processos burocráticos, reposicionando a ANAC como protagonista digital no setor regulado, com foco em transparência, experiência do usuário e eficiência pública.

O SuperApp foi concebido com base nos princípios do modelo Citizen Experience, integrando três pilares fundamentais:

1. Design centrado no usuário, considerando expectativas, limitações e necessidades reais dos cidadãos;
2. Times multidisciplinares e ágeis (fusion teams), focados na entrega de valor de forma iterativa e colaborativa;
3. Nova arquitetura digital baseada em dados, que reconstrói a experiência de ponta a ponta de forma proativa, integrada e personalizada.

A solução também se apoia em uma inovação tecnológica central: um barramento de APIs que integra informações de sistemas legados da ANAC, permitindo ao aplicativo operar com dados dispersos em uma camada única, estável e reutilizável. Essa arquitetura garante escalabilidade, interoperabilidade e sustentabilidade tecnológica, servindo como base para futuras inovações digitais no órgão.

Ademais, o envolvimento do usuário estendeu-se até a fase final de entrega por meio da implantação, em julho de 2025, um programa de Beta Testers que objetivou coletar contribuições dos usuários sobre a primeira versão do aplicativo em produção, em busca de erros e aprimoramentos antes da disponibilização para o público em geral.

O SuperApp ANAC não apenas transforma o acesso ao CHT, mas inaugura um novo padrão de relacionamento entre o Estado e o cidadão no setor de aviação civil, promovendo autonomia, confiança e valor público.

A governança digital é conduzida pelo Comitê de Governança Digital e sustentada pelo Escritório de Projetos de Transformação Digital - EPTD da Superintendência de Tecnologia e Transformação Digital, no contexto da Estratégia Digital. O modelo utiliza design de serviços centrado no usuário, OKRs, ritos ágeis, monitoramento contínuo de indicadores de serviço e priorização baseada em valor público. A manutenção evolutiva é planejada de forma iterativa, com base em dados e feedback dos usuários.

A principal inovação foi a mudança do governo reativo para o governo proativo e personalizado usando metodologia Citizen Experience. O uso de microserviços e validações automáticas mostrou-se essencial para simplificação real. A escuta do usuário por meio de oficinas de design e prototipação, uso de MVPs e startups internas (fusion teams) reduziram riscos e aceleraram resultados. O SuperApp demonstrou que tecnologia só gera impacto quando combinada com estratégia, cultura e foco no cidadão.

2. Implementação

A iniciativa utilizou majoritariamente recursos internos, com investimentos focados em arquitetura digital, integração de sistemas, desenvolvimento ágil e design centrado no usuário. Houve reaproveitamento de bases de dados e infraestrutura existente, garantindo eficiência no uso de recursos públicos. O modelo é financeiramente viável e escalável, com custos marginais decrescentes à medida que novas jornadas são incorporadas.

3. Impactos e resultados

Lançado em dez/24, o SuperApp ANAC superou 25 mil downloads em um ano, destacando-se entre profissionais da aviação. A taxa de indeferimento para licenças de piloto privado caiu de 29% para quase zero, graças à automação e validação por microserviços. O app recebeu nota 5 na Google Play e 4,9 na App Store (em mais de 1600 avaliações - referência jan/26). Eliminou custos com intermediários, reduziu demandas na Ouvidoria e aumentou a eficiência operacional, permitindo que servidores focassem atividades estratégicas. O projeto fortaleceu a confiança do cidadão, ampliou a transparência regulatória e contribuiu para que em 2025 a Anac alcançasse o recorde de licenças emitidas na série histórica. Em setembro de 2025, a ANAC alcançou a liderança do ranking de qualidade de serviços do governo federal, conforme avaliação dos usuários, tendo o SuperApp contribuído significativamente para esse resultado.

4. Sustentabilidade e Continuidade

O SuperApp é iniciativa estruturante da Estratégia Digital ANAC 2024-2026 e continuará evoluindo. Novas jornadas já estão sendo incorporadas, ampliando o modelo proativo e personalizado para outros serviços da aviação civil. A solução está integrada ao planejamento institucional, garantindo continuidade, expansão e atualização permanente.

5. Replicabilidade

O modelo do SuperApp ANAC é altamente replicável, pois combina arquitetura modular, princípios de experiência do usuário e governança ágil. Pode ser adaptado por outros órgãos públicos que desejem migrar de serviços reativos para proativos, mantendo benefícios como redução de burocracia, personalização e maior eficiência.

6. Conclusão

Transformação digital de impacto exige visão estratégica, foco no problema do cidadão e coragem para romper modelos tradicionais. Proatividade, personalização e dados são a nova fronteira do governo digital. Startups internas, MVPs e escuta contínua permitem entregar valor rapidamente e com qualidade. O SuperApp mostrou que inovação pública pode ser simples, escalável e confiável.

Tarifa Subsocioal

Categoria: Iniciativas em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (Instituição - Setor Público)

Linha temática: Inovação Social

Órgão/Empresa Responsável: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE Caxias do Sul

Período de Implementação: Os dados de resultados encontram-se em fase de análise, considerando que a implementação ocorre de forma gradual, conforme a adesão e implantação da Tarifa Subsocioal em cada local.

Responsável pelo Projeto: João Jocemar Uez Pezzi

Contato Institucional: juez@samaecaxias.com.br

Resumo

O projeto instituiu a Tarifa Subsocioal como instrumento regulatório para reduzir o abastecimento irregular e o desperdício de água, garantindo o acesso ao serviço para famílias em situação de vulnerabilidade. Formalizado pela Resolução CSR nº 019/2023 da AGESAN, o projeto integra ações regulatórias, sociais e operacionais, envolvendo a regularização das áreas, cadastro dos beneficiários, orientação e fiscalização do uso consciente da água, adequação das instalações e monitoramento das perdas por meio da comparação entre volumes micromedidos e macromedidos. A iniciativa promove segurança jurídica, uso eficiente dos recursos hídricos e sustentabilidade do serviço público de abastecimento, com implantação gradual e acompanhamento contínuo dos resultados.

1. Problema Público

Situada na região nordeste do Rio Grande do Sul, com 463 501 habitantes (IBGE 2022) Caxias do Sul é uma cidade fundada por imigrantes italianos, seu crescimento foi impulsionado pela agricultura e infraestrutura. A industrialização atraiu muitos trabalhadores, resultando em expansão urbana desordenada e consequentemente com loteamentos irregulares. Isso gerou problemas sociais e desafios para o SAMAE, como abastecimento irregular e desperdício de água.

A Lei nº 11 445 2007 alterada pela Lei nº 14 026 2020 também conhecida como Novo Marco Legal do Saneamento Básico, estabelece a universalização do saneamento e prevê

subsídios para garantir esse direito às populações de baixa renda. Esses subsídios podem ser tarifários, integrados à estrutura tarifária, ou fiscais, oriundos de recursos orçamentários, conforme prevê art 31 II da Lei nº 11 445 de 2007 com a redação dada pela Lei nº 14 026 de 2020.

Diante desse cenário, o SAMAE, em parceria com a Agência Reguladora AGESAN RS, realizou o mapeamento dessas áreas e, por meio do processo administrativo n 2023013994 buscou a implementação de um subsídio tarifário para incentivar a adesão dos usuários, reduzir perdas e recuperar volumes não faturados.

A gestão ocorre de forma integrada entre a Prefeitura, responsável pela regularização das áreas, e os setores técnicos envolvidos. O processo inclui o cadastro das famílias beneficiárias, fiscalização e orientação sobre o uso consciente da água, alinhamento para instalação da caixa padrão, execução das muretas por empresa terceirizada e monitoramento contínuo por meio da análise do volume micromedido e acromedido, garantindo controle de perdas, acompanhamento e manutenção permanente do projeto.

É inovadora ao utilizar a Tarifa Subsocioal como instrumento regulatório não só de inclusão social, mas de combate ao abastecimento irregular e à redução do desperdício de água. Ao integrar regulação, ação social, fiscalização orientativa e monitoramento técnico de perdas, transforma um problema histórico em solução estruturante. É inspiradora por demonstrar que políticas tarifárias podem induzir comportamento responsável, ampliar o acesso ao serviço e fortalecer a sustentabilidade do saneamento.

2. Solução implementada

Em 28/12/2023, a AGESAN RS instituiu a Resolução CSR n 019/2023, estabelecendo critérios e procedimentos para o SAMAE ofertar a "Tarifa Subsocioal". O benefício é destinado a usuários com baixa capacidade de pagamento e que estejam enquadrados no REURB S, conforme a Lei Complementar n 657/2021 de Caxias do Sul RS

Na Tarifa Subsocioal, os custos de implantação do sistema de abastecimento e as ligações de água são custeados pelo SAMAE Os usuários pagam uma tarifa fixa de R 20 00 para consumo de até 20 m³ por mês, enquanto o consumo excedente é cobrado conforme a tarifa residencial vigente.

Principais lições aprendidas/Inovação aplicada:

3. Implementação

Os custos da iniciativa incluem a implantação de rede de abastecimento, com valor médio de R\$ 125,00 por m², variando conforme as condições de cada local, e o custo de ligação de água por unidade de R\$ 856,03. O projeto é financiado com recursos próprios da Autarquia, garantindo controle e eficiência no uso dos recursos. A redução de perdas e a regularização do serviço asseguram a viabilidade de manutenção e expansão futura.

4. Impactos e resultados

A implementação da Tarifa Subsocioal resultou no avanço da regularização do abastecimento de água em áreas anteriormente atendidas de forma irregular, ampliando o acesso ao serviço para famílias em situação de vulnerabilidade. A iniciativa contribuiu para a redução do desperdício de água, incentivo ao uso consciente e melhoria do controle de perdas, por meio do monitoramento entre volumes micromedidos e macromedidos. Também promoveu maior padronização dos procedimentos operacionais, fortalecimento da segurança jurídica e integração entre os entes envolvidos. Os dados de impacto seguem em análise, considerando a implantação gradual do projeto, iniciada em novembro de 2025, com expectativa de resultados estruturais e duradouros para a gestão do saneamento.

5. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa terá continuidade após a fase atual de implantação, com manutenção permanente no âmbito regulatório por meio da Resolução CSR nº 019/2023. Estão previstos o monitoramento contínuo dos resultados, a integração institucional com os prestadores de serviços e ajustes operacionais conforme necessário. A expansão ocorrerá de forma gradual, assegurando que os resultados sejam estruturais e duradouros, e não pontuais.

6. Replicabilidade

A iniciativa pode ser replicada por outros órgãos e regiões mediante a edição de normativos próprios, integração entre poder público e prestadores de serviços e adoção de critérios socioeconômicos para concessão do benefício. A padronização das etapas de cadastro, fiscalização, orientação aos usuários e monitoramento de perdas permite adaptação às realidades locais, mantendo os benefícios de regularização do abastecimento, redução do desperdício e uso consciente da água.

7. Conclusão

Após a conclusão das 153 ligações micromedidas no Recanto das Cascatas, os macromedidores registraram queda no consumo, indicando redução de desperdícios. O próximo passo será a transição definitiva para o novo sistema de abastecimento a partir de abril de 2025. A inclusão desses consumidores no REURB S é essencial para reduzir perdas comerciais e garantir a cobrança da água consumida.

Além disso, a Tarifa Subsocioal contribuiu para a universalização do saneamento básico, promovendo inclusão social e sustentabilidade no abastecimento.

A implementação da Tarifa Subsocioal evidenciou a importância da integração institucional, do planejamento regulatório e da atuação conjunta entre áreas técnicas, sociais e operacionais. Destacou-se a necessidade de comunicação clara com os usuários, fiscalização orientativa e monitoramento contínuo dos dados de consumo, permitindo ajustes ao longo da implantação e contribuindo para a regularização do abastecimento e redução do desperdício de água.

LIDERANÇA PÚBLICA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (PESSOA FÍSICA)



Aqui em Casa Tem Água

Categoria: Liderança Pública em Tecnologia e Inovação (Pessoa Física)

Linha temática: Liderança em Articulação Estratégica e Inovação Colaborativa

Órgão/Empresa Responsável: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae)

Caxias do Sul

Período de Implementação: O período de apuração abrange desde o início da implementação do projeto até o momento atual, durante o qual já foram distribuídas aproximadamente 800 caixas d'água, com a continuidade das entregas por meio de ações sociais. Esse intervalo foi definido por permitir a avaliação dos impactos iniciais da iniciativa, como adesão dos beneficiários, melhoria da segurança hídrica e reflexos positivos na operação do sistema, garantindo representatividade dos resultados apresentados.

Nome do Indicado: João Jocemar Uez Pezzi

Cargo do Indicado: Diretor-Presidente

Contato Institucional: juez@samaecaxias.com.br

1. Solução implementada

A atuação do gestor foi fundamental para a concepção, implementação e consolidação do projeto Aqui em Casa tem Água, coordenando de forma integrada as áreas técnica, administrativa e social. Entre as principais realizações destacam-se a estruturação do modelo de subsídio, a viabilização da aquisição em escala de caixas d'água e kits de instalação, bem como a articulação com ações sociais para garantir o alcance às comunidades mais vulneráveis.

O impacto gerado reflete-se na ampliação da segurança hídrica, na redução de demandas emergenciais e na melhoria da eficiência operacional do sistema de abastecimento. Como inovação, destaca-se a adoção de processos de gestão orientados por dados de atendimento e demanda, além do uso de canais institucionais de comunicação para divulgação das ações, fortalecendo o engajamento dos usuários e a transparência da iniciativa.

2. Implementação

A governança da iniciativa é conduzida pela autarquia municipal de saneamento, responsável pela aquisição dos reservatórios, planejamento das ações e articulação institucional. A execução ocorre por meio de ações sociais em comunidades e atendimento às

solicitações recebidas. O acompanhamento é realizado de forma contínua, com controle das entregas, registro dos beneficiários e avaliação periódica dos resultados, garantindo a manutenção e atualização do projeto.

A iniciativa é financiada com recursos próprios da autarquia, que subsidia aproximadamente 75% do custo do kit composto por caixa d'água e kit de instalação. Foram adquiridas 2.000 unidades, com investimento total de R\$ 1.363.280,00. O valor cobrado do usuário é de R\$ 170,41 por unidade, podendo ser pago à vista ou parcelado em até 60 vezes de R\$ 3,28, assegurando eficiência no uso dos recursos e viabilidade de manutenção e expansão do programa.

3. Impactos e resultados

O projeto alcançou resultados expressivos, com a distribuição de aproximadamente 800 caixas d'água, ampliando a segurança hídrica das famílias atendidas. Houve redução de demandas emergenciais e maior eficiência na operação do sistema de abastecimento. O subsídio aplicado gerou economia aos usuários e uso racional dos recursos públicos. Observou-se ainda aumento da satisfação dos beneficiários e melhoria na continuidade do serviço prestado.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa possui caráter contínuo e está integrada às ações permanentes da autarquia, com previsão de manutenção e ampliação conforme disponibilidade orçamentária e demandas sociais identificadas. O projeto seguirá articulado com políticas públicas de saneamento e ações sociais, assegurando a continuidade das distribuições e a consolidação dos resultados, evitando que os impactos obtidos sejam pontuais.

5. Replicabilidade

A iniciativa pode ser replicada por outros municípios ou prestadores de serviços de saneamento mediante adaptação à realidade local, utilizando subsídio parcial, aquisição em escala e integração com ações sociais. O modelo é flexível, de baixo custo operacional e facilmente incorporável às políticas públicas de saneamento, mantendo os benefícios de segurança hídrica, eficiência operacional e impacto social positivo.

6. Conclusão

A iniciativa evidenciou que soluções simples e preventivas geram alto impacto social e operacional. Destacam-se o subsídio direcionado, a compra em escala para redução de custos e a integração entre gestão técnica e ações sociais. A divulgação contínua das ações mostrou-se essencial para ampliar o alcance do programa, fortalecer o engajamento dos usuários e garantir a efetividade e sustentabilidade dos resultados.

BD Tech Hub

Categoria: Liderança Pública em Tecnologia e Inovação (Pessoa Física)

Linha temática: Liderança em Articulação Estratégica e Inovação Colaborativa

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Período de Implementação: Os resultados foram apurados continuamente entre 2022 e 2025, período que compreende a fase inicial de implantação, expansão e consolidação do programa de inovação da Secretaria Municipal de Administração, materializado no BD Tech Hub. Esse intervalo foi adotado como base de evidências para a renovação do programa por novo ciclo plurianual, assegurando que os dados refletem impactos reais na articulação intersetorial, na qualificação da gestão pública e na entrega de valor social à população.

Nome do Indicado: Wallace Campos Rodrigues

Cargo do Indicado: Secretário Municipal de Bom Despacho

Contato Institucional: wallace.campos@pmbd.mg.gov.br

1. Solução implementada

A trajetória do BD Tech Hub iniciou-se com um hackathon idealizado por Wallace Campos, que mobilizou jovens, servidores e empreendedores na criação de ideias inovadoras e soluções para o território. A experiência originou a visão de transformar uma ação pontual em uma política pública contínua, capaz de manter um ambiente permanente de inovação social no município. Como líder da iniciativa, Wallace articulou secretarias, setor produtivo e sistema educacional para estruturar uma rede colaborativa, com governança intersetorial e monitoramento por indicadores. Dessa condução surgiu a Jornada de Desenvolvimento do Cidadão Digital, que integra acesso a serviços públicos, formação em competências digitais e empreendedoras, ideação de soluções para desafios municipais e consolidação de projetos na gestão pública, gerando inclusão digital, estímulo ao empreendedorismo e fortalecimento do ecossistema territorial.

2. Implementação

A governança é conduzida pela Secretaria Municipal de Administração, com coordenação intersetorial e execução por empresa contratada via licitação. A liderança de Wallace Campos define diretrizes, prioriza o portfólio e articula secretarias, educação e setor produtivo em rede territorial. O monitoramento ocorre por base de dados institucional e

relatórios periódicos. Avança a implantação de comitê gestor multissetorial, fortalecendo a prestação de contas e a continuidade do modelo.

Os custos são financiados por investimento público municipal de R\$ 3.067.618,90 (2022-2025), direcionado à estruturação de uma plataforma de inovação social que integra capacitação, gestão do ambiente colaborativo e mobilização do ecossistema local. A liderança de Wallace Campos viabiliza a atração de parcerias e recursos complementares. A fase atual prioriza rede de mantenedores para sustentar a continuidade e a expansão com menor dependência do orçamento público.

3. Impactos e resultados

Entre 2022 e 2025, o programa de inovação da Secretaria Municipal de Administração, por meio do BD Tech Hub, registrou 6.890 participações, 586 conexões interinstitucionais e 128 ações integradas entre governo, educação e setor produtivo. O modelo converteu 107 ideias em 20 projetos ou negócios (18,9%), manteve NPS acima de 80 e teve 49% do público composto por jovens, reforçando o foco na formação de lideranças e na transformação social do território.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A liderança de Wallace Campos, em articulação com o Poder Executivo e demais secretarias, garante a continuidade da iniciativa ao consolidar o programa de inovação como eixo estratégico da Secretaria Municipal de Administração, com novo ciclo plurianual de cinco anos em planejamento. Sua condução orienta a implantação de governança ampliada, com comitê gestor multissetorial e apoiadores institucionais, assegurando expansão e sustentabilidade além do financiamento público.

5. Replicabilidade

A condução da Secretaria de Administração estruturou o BD Tech Hub com metodologia documentada e indicadores públicos, permitindo sua adoção por outras secretarias e municípios. O modelo opera por redes de cooperação e portfólio modular, assegurando expansão territorial com padronização, impacto social e eficiência administrativa, já replicado em Congonhas e Itabirito.

6. Conclusão

O principal aprendizado foi que a inovação pública começa pela construção de confiança. A atuação do secretário Wallace Campos como articulador abriu caminhos para aproximar escolas, áreas do governo e instituições locais, convertendo a resistência inicial em engajamento ativo. A partir dessa base, a entrega consistente de soluções com valor prático mostrou que legitimidade gera escala, permitindo que o modelo se sustente e seja adaptado a outros territórios.

Canedo Digital

Categoria: Liderança Pública em Tecnologia e Inovação (Pessoa Física)

Linha temática: Liderança em Tecnologia e Governo Digital

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de Senador Canedo

Período de Implementação: Os resultados foram apurados entre junho de 2023 e novembro de 2025, período que abrange a implementação inicial dos principais sistemas (como o de Bem-Estar Animal) e 12 meses completos de operação do Conecta Canedo (jun/2024- jun/2025). Esse intervalo garante a observação de impactos reais, sustentáveis e mensuráveis em eficiência, inclusão e economia.

Nome do Indicado: Fernando Pellozo

Cargo do Indicado: Prefeito

Contato Institucional: sitec@senadorcanedo.go.gov.br

1. Solução implementada

O Prefeito Fernando Pellozo liderou a transformação digital de Senador Canedo com visão estratégica e compromisso com a inovação inclusiva. Sob sua gestão, foi criada a Secretaria de Inovação Tecnológica (SITEC), que estruturou o ecossistema Canedo Digital — pioneiro em Goiás. Destacam-se realizações como o Conecta Canedo, plataforma com IA que unificou o atendimento de 575 setores via WhatsApp; o Sistema de Bem-Estar Animal, primeiro do Brasil em âmbito municipal; e o app Mulher + Segura, com botão do pânico integrado à Guarda Civil. Seu governo priorizou eficiência, transparência e acesso universal, gerando economia de R\$ 1 milhão, reduzindo 80% do tempo de tramitação de processos e impactando diretamente mais de 120 mil habitantes. A atuação de Pellozo demonstra que inovação pública é possível mesmo em municípios de médio porte, com soluções escaláveis, humanas e centradas no cidadão.

2. Implementação

A governança do Canedo Digital é centralizada na SITEC, com equipes técnicas internas, comitês setoriais e apoio da Escola de Governo. Indicadores são monitorados em tempo real por dashboards, com reavaliações mensais. A manutenção é assegurada por orçamento próprio, equipe de TI permanente e política de inovação institucionalizada.

A iniciativa foi implementada com baixo custo, usando recursos internos, software livre e infraestrutura existente, com financiamento exclusivamente municipal. Gerou economia de R\$ 1 milhão em um ano e tem manutenção viável graças à equipe permanente, governança centralizada e arquitetura modular que permite expansão econômica.

3. Impactos e resultados

Até dezembro de 2025, o município economizou R\$ 3,8 milhões, realocados em políticas sociais. A plataforma digital registrou 153.427 atendimentos via WhatsApp, Instagram e Facebook, ampliando acesso e inclusão. Mais de 121 mil cidadãos têm prontuário eletrônico, com acompanhamento de 90% da população cadastrada, fortalecendo a atenção primária e reduzindo retrabalho.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa tem continuidade assegurada. Está institucionalizada na estrutura permanente da SITEC, com orçamento dedicado, equipes técnicas internas e integração obrigatória em todos os novos projetos da Prefeitura. Os sistemas são atualizados continuamente e há planos de expansão para novos serviços digitais, como educação e meio ambiente, garantindo que os resultados sejam duradouros e escaláveis.

5. Replicabilidade

A iniciativa é altamente replicável por ser modular, de baixo custo e baseada em tecnologias acessíveis como WhatsApp e software livre. Seu modelo - com governança centralizada, desenvolvimento interno, capacitação e integração setorial - é adaptável a municípios de diferentes portes. Soluções como Conecta Canedo, sistema de bem-estar animal e app Mulher + Segura já contam com documentação técnica aberta, facilitando sua adoção por outros entes.

6. Conclusão

Aprendizados-chave: governança centralizada, uso de tecnologias familiares (como WhatsApp), desenvolvimento interno com software livre, capacitação contínua de servidores e integração de soluções em plataforma unificada são essenciais para transformação digital eficaz, inclusiva e sustentável.

Ecossistema das Defensorias Públicas

Categoria: Liderança Pública em Tecnologia e Inovação (Pessoa Física)

Linha temática: Liderança em Articulação Estratégica e Inovação Colaborativa

Órgão/Empresa Responsável: Defensoria Pública do Paraná

Período de Implementação: Janeiro de 2025 até janeiro de 2026. Em tal período, foram realizados o Primeiro Congresso Nacional de Tecnologia das Defensorias, lançada a Primeira Pesquisa Nacional de Tecnologia das Defensorias, concretizado o Ecossistema das Defensorias, apresentada a API da Consulta Nacional das Defensorias, o que tem permitido um crescimento isonômico e alavancado em soluções de tecnologia para a melhoria da jornada do cidadão hipossuficiente na busca do acesso à justiça.

Nome do Indicado: Matheus Cavalcanti Munhoz

Cargo do Indicado: Defensor Público-Geral do Estado

Contato Institucional: matheus.munhoz@defensoria.pr.def.br

1. Solução implementada

Como integrante do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais, aprovou a criação da Coordenadoria Nacional de Tecnologia das Defensorias. Eleito como primeiro Coordenador Nacional (2025-26), liderou a criação do "Ecossistema de Defensorias". Através de articulação estratégica, uniu as 27 Defensorias Estaduais e o DF em um Termo de Cooperação inédito, materializando o princípio constitucional da Unidade das Defensorias na Plataforma Digital (PDDP), implementando serviços e estruturas mínimas essenciais: Base de Dados de Atendimento, Pesquisa Nacional, Congresso Nacional, Práticas de Inovação entre outras. Essa infraestrutura viabilizou a "Consulta Nacional", que integra o histórico de atendimentos de todo o país. O projeto redefine a Justiça, convertendo ilhas autônomas em uma rede solidária onde a interoperabilidade garante agilidade e dignidade à população hipossuficiente, transformando a colaboração federativa em impacto social direto.

2. Implementação

O Ecossistema das Defensorias foi criado com instâncias de governança, como o seu Comitê Gestor, que garante representatividade dos ramos e unidades da Defensoria Pública, bem como de todas as regiões geográficas do país. Ademais, todo trabalho é supervisionado pela Coordenadoria Nacional de Tecnologia e também pelo Pleno do CONDEGE.

Todo o trabalho é feito com colaboração institucional entre todas as Defensorias envolvidas, garantindo um custo operacional baixo e diluído nos serviços já contratados por cada Defensoria, de modo que as Defensorias Públicas mais bem estruturadas garantem e sustentam para as Defensorias ainda em estruturação.

3. Impactos e resultados

O Ecossistema das Defensorias tem permitido a concretização da igualdade material entre as Defensorias, eis que instituições sem condições estruturais estão se beneficiando da colaboração institucional para garantir avanços significativos na área da tecnologia e inovação. Como impacto social, a consulta nacional tem contribuído para o avanço na agilidade e eficiência dos atendimentos, garantindo cadastramento automático e consulta prévia à jornada do cidadão na busca do acesso à justiça.

4. Sustentabilidade e Continuidade

Trata-se de iniciativa permanente, aprovada no Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais, que garantirá aprimoramento e investimento constante na busca de melhores práticas e soluções colaborativas em prol do cidadão hipossuficiente.

5. Replicabilidade

O Ecossistema apresenta um modelo de alta replicabilidade para o serviço público brasileiro ao solucionar o desafio histórico da fragmentação federativa. O projeto não impõe um sistema único monolítico, mas cria uma camada de interoperabilidade baseada em APIs e Catálogos de Serviços, permitindo que as instituições mantenham suas autonomias e sistemas legados enquanto operam integradas, eliminando, por exemplo, a burocracia ao dispensar novos convênios para o compartilhamento de soluções.

6. Conclusão

Temos como aprendizados-chave o princípio colaborativo entre instituições, a redução de custo, a equivalência de oportunidades, a gestão colaborativa, o desenvolvimento colaborativo e a efetivação da unidade institucional para toda e qualquer iniciativa pensada em prol do cidadão hipossuficiente que necessita do acesso à justiça.

Estratégia Digital da ANAC: Transformação Exponencial que levou à liderança em serviços digitais no Governo Federal

Categoria: Liderança Pública em Tecnologia e Inovação (Pessoa Física)

Linha temática: Liderança em Tecnologia e Governo Digital

Órgão/Empresa Responsável: Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)

Período de Implementação: Os resultados foram apurados entre dezembro de 2023 e 2025, período que abrange a definição da Visão Estratégica, a implementação das principais iniciativas da Estratégia Digital 2024-2026 e a consolidação dos impactos. O intervalo permite avaliar resultados estruturais, sustentáveis e reconhecidos por indicadores oficiais e avaliações externas.

Nome do Indicado: Fernando André Coelho Mitkiewicz

Cargo do Indicado: Superintendente de Tecnologia e Transformação Digital

Contato Institucional: fernando.coelho@anac.gov.br

1. Solução implementada

Fernando liderou a concepção e execução da Estratégia Digital 2024-2026 da Agência, ancorada num moonshot declarado publicamente em jan/24: transformar a Agência em líder em qualidade de serviços digitais, saindo da 65ª posição no Governo Federal, em dez/2023, para a liderança do ranking, alcançada em set/25.

A estratégia combinou pensamento exponencial, foco no cidadão e governança, com a implantação de startups internas, design de serviços centrados no cidadão e o lançamento do SuperApp, referência em plataforma digital de governo proativo, sucesso de público (nota 4,9 nas lojas) e crítica (multipremiado).

A transformação foi conduzida com forte atenção à cibersegurança, elevando o iSeg do PPSI de 0,56 para 0,7, e com a formulação da Estratégia de Inteligência Artificial da ANAC, pioneira no Governo Federal, assegurando uso responsável, governado e orientado a resultados. A atuação do gestor foi decisiva para alinhar visão estratégica, execução consistente e impacto sustentável.

2. Implementação

A governança da Estratégia Digital é conduzida pelo Comitê de Governança Digital e sustentada pelo Escritório de Projetos de Transformação Digital - EPTD da Superintendência

de Tecnologia e Transformação Digital. O modelo inclui definição clara de prioridades estratégicas expressas em OKRs, ritos periódicos de monitoramento e autonomia responsável dos times. A evolução é planejada de forma iterativa, com base em dados e feedback dos usuários.

A Estratégia Digital priorizou eficiência no uso de recursos públicos, com fortalecimento de capacidades internas, uso racional de contratos existentes e soluções escaláveis. A adoção de startups internas e plataformas digitais reduziu dependências externas, aumentou produtividade e assegura viabilidade financeira para manutenção e expansão das iniciativas. A parceria com o SERPRO garantiu qualidade e solidez técnica.

3. Impactos e resultados

A ANAC saiu da 65ª posição (dez/23) para a liderança em qualidade de serviços digitais no Governo Federal, conforme ranking oficial. O SuperApp consolidou-se como referência em governo proativo, com alto índice de avaliação nas lojas (nota 5 na Google e 4,9 na App Store) e reconhecimento por especialistas (3 prêmios). Outras plataformas foram lançadas, como o Anac Pay e o Voe 135 (certificação com assistência de IA). O iSeg-PPSI evoluiu de 0,56 para 0,7, fortalecendo a segurança cibernética.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A Estratégia Digital da ANAC foi concebida como política institucional até 2026, com mecanismos permanentes de governança, revisão e priorização. As práticas implantadas - startups internas, gestão por produtos digitais, design centrado no usuário e estratégia de IA - estão integradas à operação da Agência, garantindo continuidade e evolução dos resultados.

5. Replicabilidade

A iniciativa é replicável em outros órgãos por basear-se em princípios universais: visão estratégica clara, foco no cidadão, governança digital, uso responsável de IA, segurança da informação e valorização de equipes internas. O modelo pode ser adaptado a diferentes contextos regulatórios mantendo seus benefícios.

6. Conclusão



Os principais aprendizados incluem: liderança clara desde a visão estratégica acelera resultados; rankings e indicadores orientam foco e priorização; inovação e governança são complementares; segurança deve evoluir junto com a digitalização; e IA precisa ser tratada como estratégia institucional. Transformação sustentável exige pessoas, foco no usuário, método e execução.

Estruturação da Agenda de Inovação e Transformação Digital do Porto de Suape por meio de Articulação Estratégica, Inovação Aberta e Governança Institucional

Categoria: Liderança Pública em Tecnologia e Inovação (Pessoa Física)

Linha temática: Liderança em Articulação Estratégica e Inovação Colaborativa

Órgão/Empresa Responsável: Porto de Suape (PE)

Período de Implementação: Os resultados foram apurados ao longo do período de 2024 a 2025, contemplando desde a criação da governança de inovação até a implementação e operação das iniciativas estruturantes lideradas. Esse intervalo permite evidenciar impactos reais e sustentáveis, como a institucionalização de políticas, a execução de contratos inovadores e a consolidação de parcerias estratégicas no setor portuário.

Nome do Indicado: Josicleide Célia Pereira

Cargo do Indicado: Coordenadora de Inovação

Contato Institucional: josicleide.pereira@suape.pe.gov.br

1. Solução implementada

Há 2 anos estou responsável por estruturar e consolidar a agenda de inovação do Porto de Suape, alinhada aos objetivos estratégicos da instituição de fomento à inovação e à transformação digital. Conduzi a criação da governança de inovação, com políticas institucionais de inovação e propriedade intelectual, a gestão do Comitê de Inovação e a estruturação de programas de engajamento e capacitação de servidores.

Liderei a implementação do Hub Suape de Inovação, articulando projetos voltados ao setor portuário, industrial, à administração pública e à sociedade. Estruturei e coordenei a primeira contratação pública de solução inovadora (CPSI) do setor portuário brasileiro, iniciativa pioneira com propostas de todas as regiões do país, conectando Suape ao ecossistema nacional de inovação.

Minha atuação incluiu ainda a articulação com outros portos, ICTs e startups, promovendo inovação em rede, cooperação interinstitucional e geração de impacto estrutural com foco em legado institucional.

2. Implementação

Governança das iniciativas está ancorada em políticas institucionais atualizadas, no Comitê de Inovação e em processos claros de acompanhamento e decisão. Gestão envolve

articulação entre áreas internas, parceiros externos, ICTs e startups, com monitoramento contínuo dos projetos e avaliação de resultados. Atualmente, a instituição encontra-se em processo de preparação para auditoria da ISO de Gestão da Inovação, reforçando a maturidade, padronização e sustentabilidade das práticas implementadas.

No início da atuação, não havia recursos definidos para inovação, o que exigiu uma estratégia de captação de recursos externos para viabilizar soluções inovadoras, demonstrar resultados e reduzir a percepção de risco associada ao investimento em inovação. Ao longo do tempo, as iniciativas passaram a ser viabilizadas por meio da combinação de recursos institucionais, parcerias e captação externa. A atuação resultou na captação de mais de R\$ 2 milhões, garantindo expansão das ações.

3. Impactos e resultados

Destacam-se a implantação de uma governança institucional de inovação, a mobilização de 43 colaboradores no desenvolvimento de soluções para suas áreas, a condução do CPSI de Suape, atualmente concorrendo a prêmio nacional de inovação, e a articulação de projeto em rede que integra setor público, privado e academia. A atuação resultou ainda na captação de mais de R\$ 2 milhões para inovação na gestão pública e no fortalecimento do posicionamento do Porto de Suape no ecossistema nacional de inovação.

4. Sustentabilidade e Continuidade

Garanti a continuidade das iniciativas ao integrá-las ao Plano de Negócios da empresa, à Estratégia de Longo Prazo 2024-2030 e ao Plano Diretor de Suape, que reconhecem a inovação como pilar do futuro institucional. Estão em curso a expansão do Hub Suape de Inovação, o lançamento do Suape Living Labs e a manutenção das ações de inovação aberta e articulação em rede, assegurando resultados estruturantes e permanentes.

5. Replicabilidade

A atuação de liderança e o modelo implementado podem ser replicados em outros portos, autarquias, empresas públicas e órgãos governamentais que desejem estruturar agendas de inovação. Os elementos centrais de governança, inovação aberta, articulação de ecossistema, compras públicas de inovação e programas de engajamento interno são

adaptáveis a diferentes contextos institucionais e regionais, mantendo seus benefícios e resultados.

6. Conclusão

Entre os principais aprendizados destacam-se a importância de engajar servidores desde o início dos processos de inovação, utilizar linguagem simples para desmistificar o tema e identificar pontos focais nas áreas técnicas. A experiência mostrou que envolver servidores efetivos garante continuidade das iniciativas e que políticas de inovação claras e atualizadas são fundamentais para dar segurança jurídica e institucional à aprovação e sustentação de projetos inovadores.

Gestão Integrada e Inteligente dos Processos e Projetos ao Planejamento Estratégico

Categoria: Liderança Pública em Tecnologia e Inovação (Pessoa Física)

Linha temática: Liderança em Transformação Setorial

Órgão/Empresa Responsável: Instituto Federal Fluminense

Período de Implementação: O intervalo de tempo durante o qual os resultados foram medidos foi o ano de 2023, pois uma versão do método foi utilizada em pesquisas de meus alunos (mestrado e doutorado) e os dados coletados da área específica de compras de uma organização pública foram utilizados como case na dissertação de uma aluna que se formou no final de 2023.

Os dados apresentados refletem o impacto real da iniciativa, pois foram utilizados documentos e bases reais da organização e atuais no período das medições.

Nome do Indicado: Simone Vasconcelos Silva

Cargo do Indicado: Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Extensão /
Pesquisadora e Docente

Contato Institucional: simone.v@gsuite.iff.edu.br

1. Solução implementada

Desenvolvimento de um método inovador que integra Gestão de Processos e Projetos ao Planejamento Estratégico, utilizando tecnologias para geração de indicadores estratégicos que impulsionam o monitoramento e o alcance das metas organizacionais.

Metodologia Inovadora

Tendências e Tecnologias Emergentes

Oportunidades de Parcerias

Casos de Sucesso e Boas Práticas

Indicadores e Métricas

Desenvolvimento de soluções, processos ou produtos

Descrição sucinta do que foi implementado

2. Implementação

Poucas abordagens apresentadas na literatura consideraram a relação direta entre o planejamento estratégico e o gerenciamento de processos de negócios, de forma integrada.

Nenhuma abordagem da literatura ou do mercado apresentou, até o momento de finalização

do trabalho, uma proposta semelhante, contribuindo com o aspecto inovador do método proposto.

Recursos Humanos:

- Gestora do Projeto;
- Profissional responsável pelos processos e projetos;
- Equipe de processos e projetos;
- Equipe de desenvolvimento das soluções tecnológicas.

Método de acompanhamento, monitoramento e atualização: Metodologia Ágil SCRUM, com reuniões semanais e entregas/validações quinzenais.

Custos da iniciativa:

- Responsável pelos processos e dados para o case;
- Equipe do projeto de desenvolvimento das soluções tecnológicas;
- Gestora do projeto.

Fontes de financiamento: IFFluminense, CNPq, CAPES, Faperj e UENF.

3. Impactos e resultados

- Impacto real dos processos no planejamento estratégico: o quanto os processos contribuem para o alcance de metas organizacionais;
- Complexidade e conformidade dos processos;
- Uso de Tecnologias (Ontologia, Ciência de Dados e IA);
- Redução de recurso e aumento da eficiência: resultado do indicador de impacto acima;
- Melhoria de serviços: o case de validação do método foi aplicado em apenas uma área de uma organização pública (compras) e a gestão decidiu adotar e ampliar para as demais áreas.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa continuou e encontra-se em expansão atualmente. No que diz respeito ao método, o mesmo está em expansão, principalmente no que diz respeito a inserção dos projetos, além dos processos. E também em relação as tecnologias utilizadas, pois houve uma redução no uso de ontologias e uma maior inserção dos recursos de IA.

Em relação ao case de Compras Públicas, foi criado um projeto na organização para expandir o case para outras áreas, e o projeto encontra-se atualmente em andamento.

5. Replicabilidade

A iniciativa é facilmente replicada ou adaptada em qualquer tipo de cenário. Os fatores que permitem a escalabilidade/replicabilidade são: cultura organizacional adequada; Planejamento Estratégico bem definido; disponibilidade de recursos humanos; capacitação dos envolvidos; acesso aos recursos tecnológicos; documentos e base de dados atualizados e disponíveis; processos definidos, padronizados e modelados; processos replicáveis e escaláveis; e automatização onde possível.

6. Conclusão

- Uso de Tecnologias Emergentes;
- Casos de Sucesso e Boas Práticas;
- Classificação dos Processos a partir dos Indicadores no Tripé: Complexidade, Conformidade e Impacto;
- Parcerias estratégicas;
- Importância dos dados e documentos.

IA salvando vidas no SUS: análise de captação de doadores de sangue

Categoria: Liderança Pública em Tecnologia e Inovação (Pessoa Física)

Linha temática: Liderança em Articulação Estratégica e Inovação Colaborativa

Período de Implementação: O período de avaliação se deu em que o criador do robô ainda permanecia à frente do projeto, o período do MVP em ambiente de produção. Os resultados foram apurados entre janeiro e abril de 2025. Esse intervalo foi selecionado por marcar a transição do Produto Minimamente Viável (MVP) para a escala operacional plena (Fase 3). O período permitiu mensurar o impacto real da inteligência artificial no monitoramento de estoques e no funil de conversão (contatos, agendamentos e comparecimentos).

Nome do Indicado: Andre Luiz Pereira

Cargo do Indicado: Professor

Contato Institucional: andre.logistica@uol.com.br

1. Solução implementada

Trata-se do projeto da Robô Cocaptadora, solução pioneira que utiliza IA Generativa (Google Gemini) para automatizar a busca ativa de doadores no SUS. O gestor coordenou o projeto desde a concepção científica até o refinamento operacional pleno. A inovação reside no uso de arquitetura aberta Kubeflow e inteligência que calcula metas conforme estoques em tempo real, integrando WhatsApp, voz e e-mail em uma jornada omnichannel. O impacto é comprovado pela economia de milhares de horas de trabalho e pelo alcance de 205.355 doadores captador, gerando 4.677 comparecimentos efetivosm entre janeiro e abril de 2025. Com potencial para salvar 500 mil vidas anualmente, o projeto foi reconhecido pelo Relatório de Impacto Econômico do Google no Brasil. A solução é altamente replicável para a hemorrede nacional e internacional, promovendo a ciência aberta e a portabilidade tecnológica no sistema público de saúde.

2. Implementação

A gestão é liderada pela Hemominas (GTC), com fiscalização e gestão contratual dedicadas. A empresa contratada designa um Tutor Pleno sênior para sustentar e evoluir o robô. A governança baseia-se em dashboards de desempenho, auditoria e transparência algorítmica, que são monitorados e analisados pelo setor de captação da instituição. A

manutenção é contínua (60 meses) com suporte 24/7, monitorado pelo Indicador de Atendimento de Chamados (IAC).

O robô teve um custo de construção, integração e desenvolvimento de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), parcela única. Para sustentação, licenças, suporte e custeio de mensagens de whatsapp e serviços de voz, o custo mensal estimado foi em R\$ 38.934,38 (trinta e oito mil, novecentos e trinta e quatro reais, trinta e oito centavos). Todo o recurso proveio da fundação de hemoterapia do SUS de Minas Gerais.

3. Impactos e resultados

O sucesso do projeto é evidenciado por sua escala monumental: em apenas quatro meses, o esforço de captação atingiu 242.918 contatos realizados, demonstrando uma capacidade de processamento impossível de ser alcançada por métodos puramente manuais. A eficácia da ferramenta manifesta-se de forma crescente ao longo do período analisado. Após uma fase inicial de MVP, a operação acumulou até abril 242.918 captações. Esse crescimento exponencial reflete a robustez da arquitetura em nuvem e a precisão da IA, que monitora os níveis de estoque em tempo real para calcular metas de captação por grupo sanguíneo, priorizando tipos críticos como O- e O+.

O canal WhatsApp consolidou-se como o motor de conversão mais bem-sucedido da jornada. Dos 120.626 indivíduos contatados via chat, foram gerados 10.305 agendamentos (ativos e receptivos). Um dado extremamente positivo é a taxa de fidelidade: 62% dos doadores que agendaram via robô compareceram efetivamente às unidades de coleta, resultando numa expectativa de 4.376 bolsas de sangue para a rede. Além dos resultados operacionais, o projeto obteve prestígio global ao ser reconhecido no Relatório de Impacto Econômico do Google no Brasil 2024. Essa validação internacional reforça o potencial da solução em salvar até 500 mil vidas anualmente, tanto direta quanto indiretamente. A escolha da arquitetura Kubeflow reforça o compromisso com a ciência aberta e a portabilidade tecnológica, garantindo que esta inovação mineira seja replicável para toda a hemorrede nacional e internacional.

Em suma, a Robô Cocaptadora não é apenas um avanço tecnológico, mas uma ferramenta de gestão humanizada que otimiza recursos públicos e fortalece o compromisso do SUS com a vida. Com um público diversificado - onde doadores de 45 anos apresentam o maior pico de engajamento e a participação feminina atinge 42,3% - o projeto prova ser

inclusivo e eficaz para renovar a base de doadores e garantir a segurança transfusional da população.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa foi estruturada com tecnologias escaláveis em nuvem e código aberto. O modelo permite manutenção contínua, evolução dos algoritmos e replicação em outras unidades do SUS. Espera-se que com a visibilidade do BrasilGov Summit, a iniciativa possa ser federalizada pelo ministério da saúde, tornando-se uma política de captação online de doadores de sangue.

5. Replicabilidade

A iniciativa é altamente replicável por utilizar a arquitetura aberta Kubeflow, que garante portabilidade para toda a hemorrede nacional e internacional. Sua estrutura omnichannel permite adicionar novos canais e escalar o volume de contatos sem perda de desempenho. O modelo pode ser adaptado para outros contextos do SUS, como campanhas de vacinação e vigilância epidemiológica, funcionando como uma educadora sanitária automatizada e eficiente.

6. Conclusão

A divulgação em massa é vital para gerar confiança e afastar o medo de golpes. A arquitetura aberta (Kubeflow) garante portabilidade e escala no SUS. A integração com estoques em tempo real permite priorizar tipos críticos (O-), otimizando a captação. Humanizar a IA com avatares e nomes eleva o engajamento. A automação de tarefas repetitivas libera servidores para atividades de maior valor agregado e motivacional.

Inovação Pública Integrada: Ciência, Tecnologia e Educação Profissional

Categoria: Liderança Pública em Tecnologia e Inovação (Pessoa Física)

Linha temática: Liderança em Articulação Estratégica e Inovação Colaborativa

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação

Profissional do Estado do Espírito Santo

Período de Implementação: Os resultados foram medidos no período de 2023 a 2024, intervalo que corresponde à execução e consolidação das principais iniciativas estratégicas da SECTI. A escolha desse período se justifica por contemplar ciclos completos de planejamento, implementação e monitoramento dos programas, permitindo avaliar com consistência os impactos reais na eficiência da gestão, no alcance territorial e na qualidade dos serviços prestados.

Nome do Indicado: Bruno Lamas Silva

Cargo do Indicado: Secretário

Contato Institucional: gabinete@secti.es.gov.br

1. Solução implementada

Atua de forma estratégica no fortalecimento do ecossistema capixaba de inovação e na consolidação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento científico, tecnológico e à formação profissional. Entre as principais realizações destacam-se a ampliação e integração de programas estruturantes como o SEEDES, o InovaPop e a Mobilização Capixaba pela Inovação, promovendo apoio a startups, popularização da ciência e estímulo ao empreendedorismo inovador em todo o território estadual. Sua gestão tem gerado impacto relevante na geração de oportunidades, na interiorização da inovação e no alinhamento das ações da SECTI ao Planejamento Estratégico ES 2030 e ao PPA 2024-2027. Como exemplos de inovação tecnológica, destacam-se o incentivo a ambientes de inovação, o uso de instrumentos digitais para monitoramento de políticas públicas e a adoção de modelos colaborativos entre governo, academia, setor produtivo e sociedade civil, fortalecendo a governança e a eficiência das ações públicas.

2. Implementação

A iniciativa adota modelo de governança estruturado, sob coordenação da SECTI, com responsabilidades definidas entre secretarias, subsecretarias e unidades gestoras dos

programas. O acompanhamento ocorre por meio de planejamento anual, indicadores de desempenho, monitoramento contínuo e avaliações periódicas. Os processos de atualização e manutenção são integrados à gestão institucional, assegurando continuidade, transparência e aprimoramento permanente das ações.

A iniciativa é financiada por recursos do orçamento estadual, fundos de ciência e tecnologia e parcerias institucionais, com alocação planejada e monitorada conforme o PPA. Os custos são compatíveis com a capacidade orçamentária da SECTI, priorizando eficiência e otimização de recursos públicos. A estrutura adotada garante viabilidade de manutenção e possibilidade de expansão gradual, sem comprometer o equilíbrio fiscal.

3. Impactos e resultados

A gestão obteve resultados mensuráveis, com ampliação do número de startups apoiadas, expansão das ações de inovação para o interior do Estado e maior eficiência na execução de programas estratégicos. Houve fortalecimento da integração entre governo, academia e setor produtivo, otimização do uso de recursos públicos e aprimoramento da governança, refletidos no aumento da participação em programas da SECTI e na melhoria da entrega de serviços de inovação e educação profissional.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa possui continuidade assegurada, com integração às políticas permanentes da SECTI e alinhamento ao PPA 2024-2027 e ao Planejamento Estratégico ES 2030. Estão previstos mecanismos de manutenção institucional, monitoramento contínuo e aprimoramento dos programas, bem como a possibilidade de expansão territorial e temática, garantindo que os resultados alcançados sejam estruturais, sustentáveis e não pontuais.

5. Replicabilidade

A iniciativa apresenta alto potencial de replicação, por adotar modelo baseado em diretrizes claras, governança estruturada e instrumentos padronizados de gestão e monitoramento. Sua implementação pode ser adaptada a outros órgãos, estados ou regiões, respeitando especificidades locais, mantendo os benefícios relacionados à eficiência administrativa, integração institucional e promoção da inovação como política pública estruturante.

6. Conclusão

Entre os principais aprendizados destacam-se a importância do planejamento estratégico integrado, do uso de indicadores para tomada de decisão e da articulação entre governo, academia e setor produtivo. Evidenciou-se que modelos colaborativos, governança clara e monitoramento contínuo aumentam a eficiência, a sustentabilidade das iniciativas e a capacidade de gerar impactos duradouros em políticas públicas de inovação.

Korean Valley

Categoria: Liderança Pública em Tecnologia e Inovação (Pessoa Física)

Linha temática: Liderança em Articulação Estratégica e Inovação Colaborativa

Órgão/Empresa Responsável: Allk

Período de Implementação: Os resultados foram observados ao longo de três anos, período em que o projeto foi articulado, estruturado e validado junto a parceiros nacionais e internacionais. Esse intervalo permite medir impactos reais e sustentáveis, culminando com a implantação efetiva do primeiro polo Korean Valley, inaugurado em 27 de novembro, consolidando a atração de empresas e a transferência de tecnologia.

Nome do Indicado: Aleksandro Montanha

Cargo do Indicado: CEO

Contato Institucional: aleksmontanha@gmail.com

1. Solução implementada

Korean Valley é uma iniciativa Brasil-Coreia que promove a tropicalização e a transferência de tecnologia. Conecta governos, universidades e empresas para atrair investimentos, formar talentos e impulsionar o desenvolvimento regional.

Atuo como gestor e articulador de ecossistemas de inovação, liderando iniciativas de cooperação entre Brasil e Coreia do Sul com foco em tropicalização e transferência de tecnologia. À frente do Korean Valley, coordeno a integração entre governos, universidades, startups e empresas para viabilizar projetos em IA, smart cities, govtech, agro e indústria 4.0. Entre as principais realizações estão a atração de tecnologias internacionais, estruturação de ambientes de inovação regionais, apoio a políticas públicas e formação de talentos locais. O impacto gerado inclui fortalecimento da economia regional, geração de empregos qualificados, modernização da gestão pública e aumento da competitividade tecnológica. Como exemplos de inovação, destacam-se soluções de inteligência artificial aplicada à mobilidade urbana, monitoramento inteligente, centros de dados regionais e iniciativas voltadas à sustentabilidade e à gestão baseada em dados, sempre adaptadas à realidade brasileira.

2. Implementação

O projeto adota um modelo de incubadora, administrado pela Prefeitura Municipal, com apoio de um conselho consultivo formado por profissionais experientes dos setores público, privado e acadêmico. A governança inclui processos de acompanhamento contínuo, monitoramento de resultados, avaliação periódica das soluções incubadas e atualização estratégica, garantindo manutenção, transparência e sustentabilidade da iniciativa.

A iniciativa contou com investimentos públicos direcionados à implantação da incubadora, com uso eficiente dos recursos ao priorizar soluções tecnológicas já validadas internacionalmente. A viabilidade econômica é garantida pela capacidade do ambiente de inovação em gerar negócios em curto prazo, atrair empresas e investimentos privados, permitindo manutenção contínua e expansão sustentável do modelo.

3. Impactos e resultados

A implantação do polo de tropicalização em Ivaiporã (PR), município de cerca de 30 mil habitantes no interior do Paraná, resultou na atração de 10 empresas sul-coreanas e na transferência de tecnologia avançada. O projeto ampliou investimentos, gerou empregos qualificados, fortaleceu a inovação local e posicionou uma cidade de pequeno porte no cenário internacional de tecnologia.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa possui alta viabilidade e continuidade, pois é baseada na tropicalização de soluções consolidadas da Coreia do Sul em parceria com empresas e instituições brasileiras. Esse modelo reduz riscos, encurta ciclos de desenvolvimento e acelera a adoção tecnológica. O Korean Valley está estruturado para expansão contínua, atração recorrente de empresas e consolidação de resultados duradouros, não pontuais.

5. Replicabilidade

A iniciativa é altamente escalável e replicável, pois segue modelos de internacionalização e inovação já validados pela GDIN, fundação sul-coreana especializada na expansão global de tecnologias. O formato permite adaptação a diferentes municípios e regiões, mantendo governança, transferência de tecnologia e geração rápida de negócios, inclusive em cidades de pequeno e médio porte.

6. Conclusão

A iniciativa mostrou que a experiência internacional é decisiva para reduzir riscos e acelerar resultados, ao permitir a tropicalização de tecnologias já consolidadas. A articulação entre parceiros estrangeiros e locais, aliada a governança clara e foco em negócios, gera impacto mesmo em cidades de pequeno porte, tornando o modelo replicável e eficiente em diferentes contextos.



Liderança na Transformação Digital como Política Pública Municipal

Categoria: Liderança Pública em Tecnologia e Inovação (Pessoa Física)

Linha temática: Liderança em Tecnologia e Governo Digital

Órgão/Empresa Responsável: Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

Período de Implementação: Os resultados foram apurados no período de janeiro a dezembro de 2025, ano em que se consolidaram os principais avanços da Secretaria de Inovação. Esse intervalo reflete a maturação das iniciativas de transformação digital, incluindo marcos normativos, modernização de plataformas, uso de inteligência artificial e fortalecimento da governança tecnológica, permitindo avaliar impactos reais, estruturantes e não pontuais na administração pública.

Nome do Indicado: Rafael Rueda Muhlmann

Cargo do Indicado: Secretário Municipal de Inovação, Modernização e Transformação Digital de São José dos Pinhais

Contato Institucional: rafael.muhlmann@sjp.pr.gov.br

1. Solução implementada

Atuou na transformação digital com o fortalecimento da tecnologia como estratégia do serviço público. Antes mesmo da existência de uma secretaria específica, liderou a estruturação da área de TI, criando base sólida de infraestrutura, suporte e gestão do datacenter municipal, que viabilizou a sustentação e a evolução dos sistemas digitais da Prefeitura. Em 2025, à frente da Secretaria de Inovação, consolidou avanços estruturantes, com destaque para a aprovação da Lei de Inovação nº 4.715 - reconhecida nacionalmente pelo Sebrae por seu caráter moderno, incluindo uso de IA, sandbox regulatório, fundo e conselho de inovação -, a sanção da Lei do Papel Zero, a modernização da gestão da Saúde com dashboards em tempo real, a implementação da primeira cabine de atendimento médico com IA do Brasil, o fortalecimento do App 156 após a Lei nº 4.716, ampliação da Muralha Digital nas escolas e meio ambiente e a articulação com o ecossistema de inovação local, em parceria com o Hangar SJP e Sebrae.

2. Implementação

O modelo de governança combina coordenação central da tecnologia com atuação intersetorial. A Secretaria de Inovação define diretrizes, padrões e prioridades, enquanto as

equipes técnicas operam por gestão de serviços, com helpdesk, escalonamento especializado e monitoramento por indicadores. A governança é reforçada por instrumentos legais, planejamento tecnológico, controle de acesso, segurança da informação e atualização contínua das plataformas e estrutura que sustenta os sistemas digitais.

Os custos são planejados e seguem o orçamento municipal, integrando o PPA, a LDO e a LOA, o que assegura previsibilidade, legalidade e sustentabilidade financeira. A Secretaria de Inovação atua de forma transversal, provendo infraestrutura, sistemas e suporte tecnológico a todas as secretarias. O uso de datacenter próprio, a padronização de aquisições e o planejamento centralizado evitam sobreposição de gastos, reduzem compras fragmentadas e permitem a manutenção e expansão gradual dos serviços.

3. Impactos e resultados

A equipe de TI está com taxa de resolução superior a 99% dos 16838 chamados. A aprovação e vigência das Leis nº 4.715, 4.750 e 4.716 em menos de seis meses, treinamento de servidores antes de vigorar o Papel Zero, com 95% a mais de uso de sistemas, maior adesão no App 156 com 56.758 solicitações, cabine de atendimento com IA 600% mais rápida em casos simples e Datacenter 55% mais rápido. Além da participação ativa do Depto. de Inovação no ecossistema de inovação de SJP e região metropolitana.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A continuidade das iniciativas está assegurada por marcos legais e institucionais aprovados em 2025. A Lei de Inovação nº 4.715 estabelece bases permanentes para uso de tecnologia, inteligência artificial, sandbox regulatório, fomento e governança da inovação. A Lei do Papel Zero (4.750) consolida a digitalização de processos administrativos, e a Lei 4.716 fortalece os serviços digitais ao cidadão. Esse arcabouço legal garante manutenção, evolução e expansão contínua da transformação digital.

5. Replicabilidade

A replicabilidade se baseia em liderança técnica e institucional, que integra conhecimento tecnológico, gestão pública e formação de equipes. O gestor estruturou processos e métodos que independem de soluções proprietárias ou decisões personalistas, permitindo que outros órgãos adotem abordagem semelhante ao organizar sua governança de

TI, gestão de serviços, planejamento de aquisições, formar times, transferir conhecimento e institucionalizar a transformação digital como política permanente.

6. Conclusão

A transformação digital sustentável exige liderança institucional, base operacional sólida e integração com o planejamento público. Estruturar suporte, infraestrutura e gestão de serviços cria confiabilidade para inovar. A padronização de aquisições reduz riscos e dependências, enquanto indicadores simples orientam priorização e melhoria contínua. Quando tecnologia, processos e pessoas são tratados de forma integrada, a inovação passa a gerar resultados para a administração e para o cidadão.

Mapeamento Logístico e Custos: Plataforma LOGISBR como Estratégia de Modernização Governamental

Categoria: Liderança Pública em Tecnologia e Inovação (Pessoa Física)

Linha temática: Liderança em Tecnologia e Governo Digital

Órgão/Empresa Responsável: Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso

Período de Implementação: Entre 2024 e agosto de 2025, a Plataforma LOGISBR permitiu comparar inventários completos, evidenciando o impacto da modernização logística. Em 2024 os processos eram manuais, enquanto em 2025 o uso do leitor de código de barras trouxe maior precisão e agilidade. A análise comprovou economia de recursos, aumento de eficiência e melhoria na qualidade dos serviços, demonstrando evolução concreta da gestão pública.

Nome do Indicado: Davi Rosenberg Zachariadhes da Cruz

Cargo do Indicado: Residente Técnico

Contato Institucional: davicruz@secel.mt.gov.br

1. Solução implementada

O gestor da Plataforma LOGISBR atua como articulador estratégico na modernização da logística pública, liderando o mapeamento de custos e processos para aumentar eficiência e transparência. Entre suas principais realizações estão a criação de um sistema integrado de gestão logística, a padronização de indicadores de desempenho e a redução de desperdícios operacionais. O impacto gerado inclui maior controle orçamentário, agilidade na tomada de decisão e fortalecimento da governança, com benefícios diretos para a sociedade. Como exemplos de inovação tecnológica, destacam-se o uso de dashboards interativos para monitoramento em tempo real, algoritmos de otimização de rotas e a integração de dados em nuvem, permitindo análises preditivas e sustentáveis.

2. Implementação

A iniciativa possui gestão estruturada pela Secel-MT, com um comitê responsável pela coordenação estratégica e equipes técnicas dedicadas à operação da plataforma. Os processos incluem acompanhamento periódico de indicadores, monitoramento em tempo real via dashboards e atualização contínua do sistema. Essa governança clara assegura manutenção constante, integração institucional e sustentabilidade dos resultados.

A iniciativa teve custos concentrados em tecnologia e capacitação, financiados por recursos orçamentários da Secel-MT e parcerias institucionais. O uso eficiente de leitores de código de barras e sistemas digitais reduziu desperdícios e otimizou processos, garantindo retorno rápido do investimento. A viabilidade de manutenção e expansão futura é assegurada pela integração em nuvem e pelo baixo custo operacional contínuo.

3. Impactos e resultados

A implantação da Plataforma LOGISBR trouxe resultados expressivos para a gestão logística pública. Houve uma redução significativa de custos operacionais, com economia estimada em cerca de 20% graças ao mapeamento detalhado de rotas e à otimização de cargas. A eficiência aumentou de forma consistente: processos antes realizados manualmente passaram a ser digitais, reduzindo em aproximadamente 30% o tempo médio de execução das atividades. A satisfação dos usuários internos também cresceu, com mais de 80% dos servidores avaliando positivamente a clareza e agilidade no acesso às informações. Nos serviços prestados à população, como a distribuição de materiais culturais e esportivos, os atrasos diminuíram em 40%, garantindo maior previsibilidade e qualidade. Além disso, os dashboards interativos e a integração de dados em nuvem fortaleceram a transparência e a governança, permitindo decisões baseadas em evidências e ampliando o controle social sobre os gastos públicos.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa continuará após a fase atual, com planos de manutenção periódica do sistema, integração com outros órgãos estaduais e federais e expansão para novas áreas da logística pública. Estão previstas atualizações tecnológicas e capacitação contínua de servidores, garantindo que os resultados obtidos não sejam pontuais, mas sustentáveis e replicáveis em diferentes contextos institucionais.

5. Replicabilidade

A iniciativa pode ser replicada em outros órgãos e regiões por meio da adoção da mesma estrutura tecnológica, com leitores de código de barras e integração em nuvem, adaptando indicadores às necessidades locais. O modelo é flexível e permite padronização de

processos, garantindo eficiência, transparência e sustentabilidade. Sua expansão é viável pela simplicidade operacional e pelo baixo custo de manutenção.

6. Conclusão

Os principais aprendizados da iniciativa incluem a importância do uso de tecnologia simples e acessível, como leitores de código de barras, para aumentar eficiência; a necessidade de padronizar processos e indicadores para garantir comparabilidade; e o valor da integração em nuvem para transparência e governança. Esses elementos podem ser aplicados em outros projetos, assegurando economia de recursos, agilidade e resultados sustentáveis.

Parque Tecnológico São Caetano

Categoria: Liderança Pública em Tecnologia e Inovação (Pessoa Física)

Linha temática: Liderança em Tecnologia e Governo Digital

Órgão/Empresa Responsável: Parque Tecnológico São Caetano

Período de Implementação: O ano de 2025 representa o período de consolidação e maturação das principais políticas públicas de tecnologia e inovação implementadas pelo Parque Tecnológico São Caetano. Nesse período, os programas estruturados alcançaram plena execução, com resultados mensuráveis, ampliação do impacto no ecossistema de inovação.

Nome do Indicado: Alan de Camargo

Cargo do Indicado: Subsecretário Municipal de Tecnologia e Inovação

Contato Institucional: alan.camargo@saocaetanodosul.sp.gov.br

1. Solução implementada

Atuo na liderança de políticas públicas de tecnologia e inovação com foco em impacto econômico e modernização institucional. Criei o Programa Municipal de Aceleração de Startups, que impactou mais de 50 startups por meio de parcerias com universidades, grandes empresas, aceleradoras e investidores. Implantei programas de Inovação Aberta em parceria com a General Motors, aproximando startups, setor público e grandes corporações. Reorganizei a Lei Municipal de Inovação, instituindo o Sandbox Regulatório e criando a Lei Municipal de Fomento às Startups, com incentivos baseados no ISS. Também promovi a cultura de inovação por meio de Maratonas de Programação, InovaTalks, Innovation Week e outras ações de engajamento do ecossistema local.

2. Implementação

O modelo de governança é baseado na articulação entre poder público, universidades, setor produtivo e ecossistema de inovação. A coordenação estratégica é exercida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação, responsável pelo planejamento, metas e avaliação de resultados. A execução ocorre de forma colaborativa, com o Parque Tecnológico como núcleo operacional, assegurando transparência, segurança jurídica e foco em impacto.

A iniciativa foi viabilizada com otimização de recursos públicos e uso da infraestrutura existente, especialmente do Parque Tecnológico. Os custos concentraram-se em

capacitação, eventos, mentorias e gestão dos programas, sendo parte relevante executada por meio de parcerias com universidades, empresas e aceleradoras, reduzindo o impacto orçamentário. A viabilidade financeira é assegurada pela integração às políticas permanentes do município e pelo marco legal atualizado.

3. Impactos e resultados

As iniciativas implementadas impactaram diretamente mais de 50 startups aceleradas, dentre um conjunto de early stage lançamos 8 novas startups para o mercado, além rodadas de investimentos. O programas de inovação aberta com a GM resultou em proposta comercial, além de outras inúmeras ações de conexões que resultaram em novas empresas e escala de negócios. Foram mais de 1000 empreendedores que passaram pelo Parque Tecnológico entre mentorias e eventos para compartilhamento de conteúdos.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa foi estruturada com base em governança institucional, arcabouço legal próprio e parcerias estratégicas, garantindo sua continuidade após a fase inicial de implementação.

A sustentabilidade é assegurada por modelos colaborativos com universidades, empresas, aceleradoras e investidores. O projeto prevê a ampliação do número de startups atendidas, novos ciclos de aceleração, expansão das parcerias com grandes empresas e replicação do modelo para outras áreas da administração pública.

5. Replicabilidade

A iniciativa pode ser replicada em outros municípios por adotar modelo modular, baseado em marco legal, governança colaborativa e uso de infraestrutura existente. Programas de aceleração, inovação aberta e Sandbox Regulatório podem ser adaptados à realidade local, conforme porte do município e maturidade do ecossistema, utilizando parcerias com universidades, empresas e startups, sem necessidade de elevados investimentos iniciais.

6. Conclusão

O principal aprendizado do projeto foi compreender que o Parque Tecnológico deve ser gerido como uma startup pública, em constante validação de seu modelo, diretrizes e

entregas. A inovação exige adaptação contínua, escuta ativa do ecossistema e capacidade de ajuste rápido. Políticas eficazes não são estáticas: precisam evoluir conforme as demandas do mercado, da tecnologia e da sociedade.

Tarifa Subsocal

Categoria: Liderança Pública em Tecnologia e Inovação (Pessoa Física)

Linha temática: Liderança em Articulação Estratégica e Inovação Colaborativa

Órgão/Empresa Responsável: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae)

Caxias do Sul

Período de Implementação: Os dados de resultados encontram-se em fase de análise, considerando que a implementação ocorre de forma gradual, conforme a adesão e implantação da Tarifa Subsocal em cada local.

Nome do Indicado: João Jocemar Uez Pezzi

Cargo do Indicado: Diretor-Presidente

Contato Institucional: juez@samaecaxias.com.br

1. Solução implementada

O gestor atuou de forma estratégica na concepção e implementação da Tarifa Subsocal, instituída pela Resolução CSR nº 019/2023 da AGESAN, como instrumento para reduzir o abastecimento irregular e o desperdício de água. Foi responsável pela coordenação dos estudos técnicos e regulatórios, articulação entre áreas técnicas e jurídicas e condução do processo normativo, garantindo viabilidade operacional, segurança jurídica e foco na regularização do serviço e no uso consciente da água.

2. Implementação

A gestão ocorre de forma integrada entre a Prefeitura, responsável pela regularização das áreas, e os setores técnicos envolvidos. O processo inclui o cadastro das famílias beneficiárias, fiscalização e orientação sobre o uso consciente da água, alinhamento para instalação da caixa padrão, execução das muretas por empresa terceirizada e monitoramento contínuo por meio da análise do volume micromedido e macromedido, garantindo controle de perdas, acompanhamento e manutenção permanente do projeto.

Os custos da iniciativa incluem a implantação de rede de abastecimento, com valor médio de R\$ 125,00 por m², variando conforme as condições de cada local, e o custo de ligação de água por unidade de R\$ 856,03. O projeto é financiado com recursos próprios da autarquia, garantindo controle e eficiência no uso dos recursos. A redução de perdas e a regularização do serviço asseguram a viabilidade de manutenção e expansão futura.

3. Impactos e resultados

A implementação da Tarifa Subsocioal contribuiu para a regularização de ligações irregulares, redução do desperdício de água e incentivo ao uso consciente do recurso. A medida ampliou o acesso ao serviço para famílias em situação de vulnerabilidade, aumentou a segurança jurídica e a padronização dos procedimentos regulatórios, além de apoiar a sustentabilidade operacional dos serviços de abastecimento.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa terá continuidade após a fase atual de implantação, com manutenção permanente no âmbito regulatório por meio da Resolução CSR nº 019/2023. Estão previstos o monitoramento contínuo dos resultados, a integração institucional com os prestadores de serviços e ajustes operacionais conforme necessário. A expansão ocorrerá de forma gradual, assegurando que os resultados sejam estruturais e duradouros, e não pontuais.

5. Replicabilidade

A iniciativa pode ser replicada por outros órgãos e regiões mediante a edição de normativos próprios, integração entre poder público e prestadores de serviços e adoção de critérios socioeconômicos para concessão do benefício. A padronização das etapas de cadastro, fiscalização, orientação aos usuários e monitoramento de perdas permite adaptação às realidades locais, mantendo os benefícios de regularização do abastecimento, redução do desperdício e uso consciente da água.

6. Conclusão

A implementação da Tarifa Subsocioal evidenciou a importância da integração institucional, do planejamento regulatório e da atuação conjunta entre áreas técnicas, sociais e operacionais. Destacou-se a necessidade de comunicação clara com os usuários, fiscalização orientativa e monitoramento contínuo dos dados de consumo, permitindo ajustes ao longo da implantação e contribuindo para a regularização do abastecimento e redução do desperdício de água.









SOLUÇÕES B2G E MERCADO (PESSOA JURÍDICA - SETOR PRIVADO)



APDigital - Plataforma Integrada de Serviços Digitais

Categoria: Soluções B2G & Mercado (Pessoa Jurídica - Setor Privado)

Linha temática: Solução B2G de Alto Impacto

Órgão/Empresa Responsável: MSB TECNOLOGIA LTDA

Período de Implementação: Os resultados foram apurados de 09/2025 a 02/2026, abrangendo desde a implantação (jan-mar/2025) até a operação plena (a partir de 09/25). Este período contempla o ciclo completo: configuração de infraestrutura, migração de dados do portal anterior, lançamento em produção e estabilização, garantindo que os dados refletem o impacto real da iniciativa após atingir maturidade operacional.

Responsável pelo Projeto: Frederico de Souza Amaro Junior

Contato Institucional: amaro@msbtec.com.br

Resumo

O AP Digital é uma plataforma integrada de serviços digitais desenvolvida para o Governo do Estado do Amapá, gerenciada pelo PRODAP. Antes da sua implantação, os cidadãos amapaenses enfrentavam fragmentação no acesso aos serviços públicos estaduais, com múltiplos portais dispersos, falta de padronização e ausência de um canal único digital. A solução centralizou 645 serviços de 81 órgãos estaduais em um único ambiente digital intuitivo, com funcionalidades de agendamento (303 serviços agendáveis), solicitações online, registro de ocorrências e ouvidoria. A plataforma integrou autenticação via Gov.br, garantindo segurança e identidade digital unificada. Com 186.179 cidadãos cadastrados, o portal transformou a relação entre Estado e cidadão, eliminando deslocamentos desnecessários e reduzindo burocracias.

7. Solução implementada

O AP Digital se diferencia por ser uma plataforma modular que unifica serviços de 81 órgãos em um único portal com autenticação Gov.br integrada. Combina agendamento online, solicitações digitais, acompanhamento em tempo real e painel de indicadores público com total transparência. Sua arquitetura permite adição contínua de novos órgãos e serviços, sendo replicável para outros estados da federação, além de contar com integração omnichannel para melhorar a experiência do cidadão.

A governança é exercida pelo PRODAP em parceria com a MSB Tecnologia, com equipe dedicada: Gerente de Projeto, Analista de Projeto e Analista de Sucesso do Cliente. Pontos de controle quinzenais monitoram novos serviços e reuniões semanais acompanham integrações. O painel de indicadores público (apdigital.portal.ap.gov.br/indicadores) permite monitoramento contínuo de desempenho e satisfação.

8. Implementação

O projeto utiliza infraestrutura existente do PRODAP (servidores, banco Oracle, DNS), otimizando recursos públicos. O modelo de contratação B2G com a MSB Tecnologia cobre desenvolvimento, implantação e suporte continuado. A migração aproveitou bases de dados existentes, evitando custos adicionais. A arquitetura modular permite expansão incremental sem investimentos proporcionais.

9. Impactos e resultados

QUANTITATIVOS

81 órgãos integrados na plataforma; 645 serviços catalogados, dos quais 43 totalmente digitais e 303 agendáveis online; 186.179 cidadãos cadastrados; 508 solicitações realizadas com 262 concluídas (51,6% de taxa de conclusão); 993 páginas de serviços visualizadas; serviço mais acessado: DETRAN/RENACH com 4.688 acessos. SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Avaliação geral da plataforma: 81% positiva; Consumo dos serviços: 84% Ótimo + 6% Bom = 90% de satisfação; Atendimento: 74,7% Ótimo + 14,1% Bom = 88,8% de satisfação; Feedback de informação nas páginas: 77% positivo.

QUALITATIVOS

Redução drástica de deslocamentos presenciais; centralização e padronização do acesso a serviços públicos; integração com Gov.br para autenticação segura e unificada; maior transparência através do painel público de indicadores.

10. Sustentabilidade e Continuidade

A plataforma está integrada institucionalmente ao PRODAP como ferramenta oficial de serviços digitais do Governo do Amapá. O plano pós-implantação prevê ações contínuas: levantamento permanente de novos serviços, mapeamento de secretarias para integração,

treinamento de equipes de atendimento e visitas presenciais a órgãos. A expansão é permanente, com pontos de controle quinzenais e acompanhamento semanal.

11. Replicabilidade

A plataforma foi projetada com arquitetura modular e parametrizável, permitindo replicação em outros estados e municípios. A integração nativa com Gov.br facilita adoção em qualquer ente federativo. O modelo de catalogação de serviços por órgão é universal, e a estrutura de agendamento e solicitações pode ser configurada para diferentes contextos regionais e institucionais.

12. Conclusão

Aprendizados-chave:

- A migração gradual (DEV > HOMOLOG > PROD) com validações em cada etapa é essencial para minimizar riscos em plataformas governamentais críticas;
- O engajamento presencial com secretarias e equipes de atendimento acelera a adoção;

Indicadores públicos de desempenho geram transparência e permitem melhoria contínua orientada por dados;

- A integração com Gov.br simplifica o acesso do cidadão e deve ser priorizada desde o início;
- A tecnologia Omnichannel amplifica a experiência do cidadão.

GesConselhos - Gestor de Conselhos

Categoria: Soluções B2G & Mercado (Pessoa Jurídica - Setor Privado)

Linha temática: Solução B2G de Alto Impacto

Órgão/Empresa Responsável: DESENVOLVE - TECNOLOGIA, CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO LTDA

Período de Implementação: Os resultados foram apurados entre dezembro de 2022 e dezembro de 2025. Este intervalo contempla a implantação, estabilização e uso pleno em Içara-SC, além da expansão regional via CISAMURC. A escolha desse período permite comprovar a estabilidade da plataforma em diferentes escalas e a perenidade dos dados, demonstrando que a transparência ativa tornou-se uma política institucional consolidada e não um ato isolado de gestão.

Responsável pelo Projeto: Celso Vedana

Contato Institucional: apoio@plataformapam.com.br

Resumo

O GesConselhos resolve a precariedade e a falta de transparência na gestão dos conselhos municipais, que historicamente operam com processos manuais, atas físicas e perda de memória institucional. Antes da solução, o cumprimento de exigências legais (como Novo FUNDEB e da LAI) era dificultado pela descentralização de dados. A plataforma digitaliza e padroniza a governança, permitindo o controle, gestão e a publicação automática de portais de transparência. Em Içara/SC, a solução integrou conselhos de Educação, FUNDEB e Alimentação Escolar, garantindo a publicação de 100% dos dados e arquivos disponibilizados pela gestão municipal. O Consórcio CISAMURC, reconheceu o potencial de impacto do GesConselhos para profissionalizar a gestão dos conselhos e fortalecer o controle social no SUS. Assim, a solução assegura a legalidade dos atos administrativos e fortalece a participação cidadã através de uma interface auditável e intuitiva.)

Palavras-chave: 3 a 5 termos.

1. Solução implementada

O GesConselhos é a única solução focada exclusivamente no fluxo de trabalho dos conselhos, gerando portais de transparência ativa automaticamente. Diferencia-se pela arquitetura modular, bem como pelo modelo de escalabilidade regional validado via

consórcios, como no caso do CISAMURC. Possui Certificação ABES, o que garante conformidade com padrões de segurança, e metodologia própria de sistematização de arquivos que assegura a soberania de dados do ente público.

A governança é estruturada pela equipe técnica da DESENVOLVE, responsável por suporte, atualizações de segurança e backup em nuvem. O modelo inclui capacitações periódicas (presenciais e online), garantindo que a rotatividade de conselheiros não prejudique a continuidade dos registros. Processos formais de validação de dados e conformidade com a Lei 14.133/2021 asseguram a integridade das informações e a transparência total dos atos administrativos.

2. Implementação

A solução apresenta alto ROI social com baixo custo de entrada. Substitui processos manuais onerosos por gestão digital integrada, economizando tempo de servidores e recursos materiais. O modelo de contratação via consórcios torna a solução acessível a municípios de qualquer porte, garantindo viabilidade financeira, sustentabilidade tecnológica e conformidade jurídica imediata para a administração.

3. Impactos e resultados

A implantação gerou resultados mensuráveis e segurança jurídica. Quantitativamente, em Içara-SC, o sistema gerencia 111 conselheiros e registrou 58 reuniões plenárias documentadas (conforme relatório 2025-2026), com uma biblioteca digital de 94 arquivos públicos. A automação eliminou o extravio de documentos e reduziu drasticamente o tempo de secretaria executiva. Qualitativamente, a solução garantiu a conformidade com as exigências do FNDE para o repasse de recursos, evitando sanções ao município. A criação de portais de transparência específicos (ex: cme.icara.gesconselho.com.br) elevou a confiança da sociedade civil. O histórico de mandatos preservado impede a perda de memória administrativa, permitindo que novos conselheiros acessem decisões passadas instantaneamente. O resultado é uma governança participativa profissionalizada e imune a falhas humanas.

4. Sustentabilidade e Continuidade



A iniciativa é permanente e já integra a rotina administrativa dos usuários. A tecnologia SaaS (Software as a Service) garante manutenção simplificada e evolução constante sem custos de infraestrutura para o cliente. A viabilidade é reforçada pela obrigatoriedade legal de transparência nos conselhos, tornando a ferramenta indispensável para evitar apontamentos de órgãos de controle e garantir a continuidade das políticas públicas e repasses federais.

5. Replicabilidade

O GesConselhos é altamente replicável, com arquitetura preparada para atender desde pequenos municípios até grandes consórcios interfederativos. Sua estrutura modular permite rápida parametrização conforme legislações locais. A validação em diferentes contextos (saúde, educação, gestão institucional) prova que a metodologia pode ser adotada em qualquer região do país, mantendo os benefícios de controle social e organização sem necessidade de customizações complexas.

6. Conclusão

Os principais aprendizados foram: a transparência pública só é efetiva quando automatizada; a organização documental é o pilar da segurança jurídica para repasses de verbas federais; e a capacitação contínua é vital para a soberania dos dados. A experiência demonstrou que ferramentas especializadas transformam conselhos consultivos em órgãos de fiscalização técnica operantes, profissionalizando a relação entre governo e sociedade civil.

GovOne - Plataforma Integrada de Serviços Digitais

Categoria: Soluções B2G & Mercado (Pessoa Jurídica - Setor Privado)

Linha temática: Solução B2G de Alto Impacto

Órgão/Empresa Responsável: EQUANIMUS TECNOLOGIA LTDA

Período de Implementação: Os resultados apresentados referem-se ao período de 2023 ao final de 2025, correspondente à fase de implantação, consolidação e operação assistida da plataforma Salvador Digital. Esse intervalo foi escolhido por refletir o uso real da solução pelos cidadãos e pela administração pública, permitindo observar impactos consistentes na oferta de serviços, no atendimento e na gestão, evitando análises baseadas apenas em dados iniciais ou pontuais.

Responsável pelo Projeto: Gabriel da Silva Martins

Contato Institucional: gabriel@govone.digital

Resumo

A Prefeitura de Salvador implantou a plataforma GovOne como base de sua estratégia de governo digital, com o objetivo de centralizar serviços públicos, ampliar o acesso do cidadão, reduzir burocracias e melhorar a experiência no relacionamento com o poder público. Antes da iniciativa, os serviços estavam distribuídos em múltiplos canais e sistemas, dificultando o acesso e a gestão integrada. Com a GovOne, foi implantando o portal Salvador Digital, reunindo serviços digitais, agendamentos, atendimento online, solicitações digitais, ouvidoria e e-SIC em um único ambiente. A solução permitiu digitalizar processos, padronizar fluxos e oferecer acompanhamento transparente das demandas. Gerou a redução de atendimentos presenciais desnecessários, maior previsibilidade na gestão e melhoria na percepção do cidadão sobre os serviços públicos, com impacto direto em 41 órgãos do Município, com mais de 1.8 milhões de cidadãos conectados, e mais de 2.4 milhões de atendimentos realizados.

1. Solução implementada

A solução se destaca por oferecer uma plataforma integrada de governo digital, que unifica serviços, atendimento, digitalização de serviços e gestão em um único ecossistema. Seu diferencial está na centralidade no cidadão, na conformidade legal nativa e na capacidade de adaptação a diferentes contextos institucionais. A GovOne é escalável, modular e orientada por dados, permitindo evolução contínua sem ruptura dos serviços existentes.



A governança da iniciativa é realizada de forma conjunta entre a Prefeitura de Salvador e a equipe responsável pela plataforma GovOne, com definição clara de papéis, responsabilidades e processos. O modelo inclui acompanhamento contínuo da operação, monitoramento de indicadores, gestão de conteúdos e serviços, além de ciclos periódicos de atualização e melhoria. Esse arranjo garante estabilidade, evolução controlada e alinhamento às prioridades institucionais.

2. Implementação

Os custos envolvem a implantação, capacitação e sustentação da plataforma. A centralização dos serviços digitais proporcionou ganhos de eficiência no uso de recursos públicos, reduzindo retrabalho, atendimentos presenciais e custos operacionais. A solução apresenta viabilidade técnica e financeira para manutenção e expansão, com aproveitamento da infraestrutura existente e evolução incremental conforme a necessidade do município.

3. Impactos e resultados

A implantação da plataforma GovOne em Salvador gerou resultados expressivos, tanto quantitativos quanto qualitativos. Entre os resultados mensuráveis, destacam-se:

Quantidade de cidadãos cadastrados ou ativos, superando 1.8 milhões;

Quantidade de serviços digitais disponibilizados, totalizando 680 serviços;

Volume de solicitações, agendamentos ou atendimentos realizados, que juntos totalizam mais de 2.4 milhões de atendimentos;

Do ponto de vista qualitativo, a iniciativa promoveu melhoria significativa na experiência do cidadão, com maior clareza sobre serviços, prazos e etapas, além de mais transparência no acompanhamento das demandas. Para a gestão pública, houve ganho de eficiência operacional, melhor controle da operação e maior capacidade de monitoramento e tomada de decisão baseada em dados. A satisfação dos usuários foi evidenciada com a classificação 4.96, de 222.892 avaliações realizadas até o final de 2025.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa possui caráter contínuo e estruturante, integrando-se à estratégia institucional de transformação digital da Prefeitura de Salvador. A plataforma segue em operação ativa, com planos de evolução funcional, ampliação do catálogo de serviços digitais

e incorporação de novas capacidades. A GovOne foi concebida para crescimento progressivo, garantindo que os resultados obtidos não sejam pontuais, mas sustentáveis ao longo do tempo, apoiando o projeto Salvador Digital continuamente.

5. Replicabilidade

A iniciativa possui alto potencial de replicação em outros municípios e órgãos públicos, uma vez que a GovOne é uma plataforma modular, configurável e aderente às legislações nacionais de governo digital. O modelo adotado em Salvador pode ser adaptado a diferentes realidades institucionais, mantendo os benefícios de centralização, eficiência, transparência e melhoria da experiência do cidadão.

6. Conclusão

Entre os principais aprendizados destacam-se: a importância da centralização dos serviços em um único canal digital; o foco na experiência do cidadão como diretriz de projeto; desmaterialização e digitalização de serviços; e o uso de dados para orientar decisões e melhorias contínuas. Esses aprendizados são replicáveis em outros contextos e fundamentais para o sucesso de iniciativas de governo digital.

Entre 2023 e hoje, a Salvador Digital se consolidou como um ativo estratégico da Prefeitura de Salvador. Os números comprovam impacto real: milhões de atendimentos realizados, mais de um milhão de cidadãos cadastrados e centenas de serviços integrados em um único ambiente digital. Na prática, isso significou menos filas, menos deslocamentos, mais rapidez no acesso a direitos e maior transparência na relação entre cidadão e governo.

Em síntese, a Salvador Digital deixou de ser apenas um canal tecnológico e passou a atuar como infraestrutura essencial de governo digital, com resultados mensuráveis, reconhecimento público e potencial contínuo de evolução para uma gestão municipal mais moderna, eficiente e centrada no cidadão.

InfoPolis e GesPlanos: O Ciclo de Políticas Públicas

Categoria: Soluções B2G & Mercado (Pessoa Jurídica - Setor Privado)

Linha temática: Solução B2G de Alto Impacto

Órgão/Empresa Responsável: DESENVOLVE - TECNOLOGIA, CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO LTDA

Período de Implementação: Os resultados referem-se ao período de 12/2022 a 01/2026, abrangendo a implantação, estabilização e uso contínuo pela gestão educacional de Içara/SC. Esse recorte permite avaliar impactos reais após a adoção plena, considerando ciclos completos de gestão e execução orçamentária. A continuidade da utilização ao longo dos anos comprova que o InfoPolis e o GesPlanos geraram ganhos efetivos e consolidados no desempenho institucional e na recuperação de receitas.

Responsável pelo Projeto: Anderson Tissiani Vedana

Contato Institucional: vedana.adv@gmail.com

Resumo

A solução integrada InfoPolis e GesPlanos resolve a desconexão entre o diagnóstico de problemas e o planejamento estratégico na gestão pública. Antes, dados estavam dispersos e planos setoriais eram documentos estáticos. O conjunto das ferramentas atende integralmente ao Ciclo de Políticas Públicas: o InfoPolis realiza o diagnóstico municipal via dashboards com indicadores oficiais e análises gráficas, enquanto o GesPlanos gerencia a execução e avaliação de metas estabelecidas em instrumentos como o PPA e Planos Setoriais. Essa integração permite que o gestor identifique problemas com base em evidências (InfoPolis) e monitore a efetividade das ações propostas para resolvê-los (GesPlanos), transformando o planejamento burocrático em uma ferramenta viva de gestão por resultados e transparência ativa.

1. Solução implementada

O diferencial é a integração nativa entre diagnóstico e planejamento, cobrindo todo o Ciclo de Políticas Públicas. A solução é modular, interoperável e carrega dados reais dos 5.569 municípios. Diferencia-se pela metodologia 5W2H e geração automática de painéis via bases oficiais. Possui arquitetura escalável, baixo custo e Certificação ABES, atestando qualidade, segurança tecnológica e viabilizando a contratação por inexigibilidade de licitação.

A governança é estruturada em três eixos: (1) Administração/Marketing (gestão e divulgação); (2) Políticas Públicas (produção de indicadores e análises de cenários); e (3) Tecnologia (desenvolvimento, manutenção e suporte técnico). Existem processos formais de planejamento e monitoramento supervisionados por um comitê gestor. Esse modelo assegura a evolução contínua das ferramentas, mantendo-as alinhadas às estratégias institucionais e às exigências legais.

2. Implementação

A solução apresenta alto ROI social com baixo custo de entrada. Substitui processos manuais onerosos por gestão digital integrada, economizando tempo dos servidores e recursos materiais. O modelo de negócio é baseado em escala, permitindo a contratação tanto individual quanto via consórcios ou associações de municípios. Isso torna a tecnologia acessível a prefeituras de qualquer porte, garantindo viabilidade financeira e sustentabilidade tecnológica imediata.

3. Impactos e resultados

A utilização conjunta das ferramentas gerou resultados expressivos. Quantitativamente, o InfoPolis reduziu o tempo de consolidação de dados através da atualização automática de mais de 1.800 indicadores, eliminando retrabalhos. O GesPlanos, ao analisar as metas do Plano Municipal de Educação de Içara/SC em 2023, cruzou dados e identificou que 698 alunos de tempo integral não estavam contabilizados no Censo Escolar por falhas no sistema de matrículas. A correção imediata resultou na recuperação de recursos financeiros do FUNDEB. Qualitativamente, a solução elevou a eficiência operacional e ampliou a transparência ativa com portal público de monitoramento de metas. O fortalecimento do planejamento e da prestação de contas resultou em serviços públicos mais ágeis, assertivos e financeiramente sustentáveis, alinhados às reais demandas populacionais detectadas pelo diagnóstico.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa possui caráter permanente e já está incorporada às rotinas institucionais. Há planejamento para ampliação com novos módulos em desenvolvimento, inclusão de novas bases de dados e expansão para outras áreas da administração. A solução foi concebida com

tecnologia sustentável e de fácil manutenção, garantindo continuidade operacional e evolução constante no uso estratégico dos dados como política pública duradoura e auditável.

5. Replicabilidade

Os painéis de indicadores dos 5.569 municípios já estão disponíveis no InfoPolis para uso imediato. Como o modelo federativo exige planos de políticas públicas de todas as cidades, a demanda é nacional. A metodologia do GesPlanos agiliza o cadastro de diretrizes, metas e indicadores, integrando-se nativamente à base do InfoPolis. Isso facilita o processo de implantação e garante a padronização do planejamento público em qualquer região do país.

6. Conclusão

A implantação evidenciou que a tecnologia deve vir acompanhada de consultoria em planejamento estratégico, pois exige uma mudança cultural: sair da gestão intuitiva para um modelo baseado em evidências. Outro aprendizado crucial é a necessidade de institucionalização das ferramentas via normativas internas, mitigando riscos de descontinuidade em trocas de governo e garantindo que o diagnóstico e o planejamento permaneçam como ativos do Estado, não de governos passageiros.

Innovc Edtech

Categoria: Soluções B2G & Mercado (Pessoa Jurídica - Setor Privado)

Linha temática: Solução B2G de Alto Impacto

Órgão/Empresa Responsável: INNOVC APOIO A EDUCAÇÃO LTDA

Período de Implementação: Os resultados vêm sendo colhidos a cada 3 meses, diante de avanços da Petrobras no tema de Compras Públicas de Inovação.

Responsável pelo Projeto: Matheus Alencar da Costa

Contato Institucional: matheuscosta@innovc.com.br

Resumo

Como a maior empresa do Brasil passou a investir bilhões de reais em Compras Públicas de Inovação, se tornando a maior da América Latina e Caribe. Qual era o desafio? Em 2022, a Petrobras buscou a expertise da Innovc para capacitar pouco mais de 150 Profissionais em Compras Públicas de Inovação e Encomendas Tecnológicas. O objetivo era torná-los aptos a atuar de forma autônoma no tema, fortalecendo e internalizando essa competência dentro da organização. Como a Innovc ajudou a Petrobras? Capacitamos mais de 150 pesquisadores e gestores em cinco jornadas ao longo de 1 ano.

1. Solução implementada

Conteúdo de alto nível, desenvolvido junto aos maiores especialistas do país em inovação pública, em uma entrega híbrida de capacitação presencial e online, baseada em método PBL para resolução de desafios reais pela educação.

A innovc foi estruturada para servir projetos educacionais de capacitação de servidores e gestores públicos do país, em larga escala. Atualmente, temos um NPS de 92 em nossas turmas, visto tamanha governança e busca contínua por qualidade na entrega e impacto.

2. Implementação

O preço final pro cliente varia de acordo com o tamanho da turma. Em 2025, nosso ticket médio foi de cerca de 240 mil reais.

3. Impactos e resultados



Qual foi o resultado final? Atualmente, a Petrobras é a empresa pública que mais contrata inovação na América Latina e Caribe, tendo cerca de 21 Encomendas Tecnológicas (ETECs) contratadas com investimento de mais de 1,5 bilhão de reais, e 87 CPSIs contratadas que somam investimentos de mais de 90 milhões de reais (números atualizados em outubro de 2025).

4. Sustentabilidade e Continuidade

Sim. O resultado vem crescendo, e, atualmente, seguimos formando novos colaboradores do CENPES em temáticas correlatadas.

5. Replicabilidade

Nosso modelo é escalável, pois além dos cursos EAD, temos um marketplace de profissionais que apoiam as entregas e conseguimos expandir a entrega nacionalmente.

6. Conclusão

Como o Sebrae Nacional se preparou para atender municípios de todo o Brasil com mais de 400 novos consultores e um crescimento de 780% de novos certificados? Atualmente, o Sebrae Nacional atua em diversos novos municípios, e leva o conhecimento obtido nas certificações da Innove para todo o país, ajudando gestores públicos a ampliarem sua agenda de inovação municipal e realizarem contratações inovadoras.

Planejar Instrumentos da Rede de Cidades Inteligentes da RIDE-DF

Categoria: Soluções B2G & Mercado (Pessoa Jurídica - Setor Privado)

Linha temática: Solução B2G de Alto Impacto

Órgão/Empresa Responsável: Marciele Berger Bernardes,/ Cidades+

Período de Implementação: Os resultados foram apurados entre novembro de 2023 e maio de 2024, envolvendo a coleta de dados primários e secundários, aplicação do modelo de maturidade, visitas técnicas e consolidação dos diagnósticos de 12 municípios. No período, os relatórios técnicos foram encaminhados aos gestores que firmaram termo de parceria, garantindo legitimidade, aderência institucional e consistência metodológica às entregas da iniciativa.

Responsável pelo Projeto: Marciele Berger Bernardes

Contato Institucional: marcieleberger@gmail.com

Resumo

O projeto enfrentou a falta de diagnóstico estruturado sobre o nível de maturidade dos municípios do entorno do Distrito Federal na adoção do conceito de cidades inteligentes sustentáveis, lacuna que compromete o planejamento estratégico e a eficiência dos investimentos públicos. A solução foi a aplicação do Modelo de Maturidade de Cidades Inteligentes Sustentáveis Brasileiras (MMCISB), metodologia alinhada a referenciais internacionais e adaptada ao contexto nacional, avaliando dimensões como economia, meio ambiente, sociocultural e capacidades institucionais. Foram analisados 12 municípios, com visitas técnicas, entrevistas e uso de bases oficiais. Como resultados mensuráveis, o projeto promoveu a adesão e o engajamento dos municípios ao modelo, identificou níveis de maturidade, mapeou fragilidades e potencialidades e gerou recomendações estratégicas para orientar investimentos, acelerar a transformação digital e qualificar a prestação de serviços públicos à população.

1. Solução implementada

A solução destaca-se pela estruturação de uma ferramenta de diagnóstico que hospeda o Modelo de Maturidade de Cidades Inteligentes Sustentáveis Brasileiras (MMCISB), alinhado a referenciais internacionais e adaptado às realidades municipais. Ao integrar dados primários e secundários, permite diagnósticos padronizados e customizados, sendo escalável,

replicável e orientada ao apoio de políticas públicas baseadas em evidências e geração de valor público.

2. Implementação

A governança da iniciativa é estruturada por coordenações gerais e científicas responsáveis pelas ações do projeto, com apoio de consultores e representante institucional junto às prefeituras. O acompanhamento ocorre por meio de termos de adesão e cooperação, reuniões de planejamento, registros de atividades e relatórios técnicos. O monitoramento inclui documentos de avaliação, controle de presença, ambiente online de comunicação e entregáveis formais, assegurando gestão contínua e organizada.

A iniciativa foi viabilizada por recursos previstos na chamada pública, com aplicação direcionada a atividades técnicas, como desenvolvimento metodológico, coleta e análise de dados, visitas técnicas e elaboração de relatórios. O uso de instrumentos padronizados e ferramenta estruturada de diagnóstico ampliou a eficiência dos recursos. A manutenção e expansão são viáveis mediante novos aportes financeiros e parcerias institucionais, potencializando a replicação do modelo em outros municípios.

3. Impactos e resultados

A iniciativa avaliou 12 municípios do entorno do Distrito Federal, com a mensuração de 1.236 indicadores (média de 103 por cidade), gerando diagnóstico abrangente sobre o nível de maturidade em cidades inteligentes sustentáveis. Como principal resultado, foram entregues relatórios técnicos estruturados para subsidiar gestores no planejamento e no manejo de políticas públicas baseadas em evidências. O projeto identificou que 6 municípios já se encontravam nos níveis de Adesão e Engajamento, permitindo direcionar estratégias de avanço. Entre os ganhos qualitativos, destaca-se o potencial de fortalecimento da governança, com informações qualificadas para tomada de decisão, priorização de investimentos e apoio à transformação digital. Embora ainda em fase de apropriação, a iniciativa estabeleceu bases técnicas para elevar a eficiência administrativa e qualificar progressivamente os serviços à população.

4. Sustentabilidade e Continuidade



O MMCISB prevê sete níveis de maturidade e, após a avaliação nas etapas de Adesão e Engajamento, os municípios estão aptos a avançar para a elaboração do Plano Estratégico de Cidades Inteligentes Sustentáveis (PECIS). A continuidade do projeto requer apoio técnico especializado e aportes financeiros, garantindo que os diagnósticos se convertam em ações concretas, com integração institucional, priorização de investimentos e políticas públicas baseadas em evidências.

5. Replicabilidade

A iniciativa apresenta alto potencial de replicação por se basear em uma ferramenta estruturada que hospeda o modelo de maturidade e utiliza indicadores padronizados, permitindo diagnósticos comparáveis e adaptáveis a diferentes realidades. A metodologia pode ser aplicada em outros municípios, regiões ou consórcios públicos, apoiando o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas baseadas em evidências, com flexibilidade e consistência analítica.

6. Conclusão

Os principais aprendizados indicam que a formalização por termo de parceria é fundamental para assegurar o compromisso institucional e a execução das atividades. O apoio da alta gestão é decisivo para ampliar o engajamento organizacional. Além disso, a participação ativa de secretários, gestores e servidores, com agenda disponível e atuação como multiplicadores, é essencial para fortalecer a cultura de gestão orientada por indicadores e dados.

Portsync

Categoria: Soluções B2G & Mercado (Pessoa Jurídica - Setor Privado)

Linha temática: Startup TechGov de Impacto

Órgão/Empresa Responsável: Eraldo M G Filho LTDA

Período de Implementação: Os resultados foram apurados ao longo do período de implementação e uso contínuo da PortSync, considerando os primeiros meses de operação efetiva da solução após sua adoção. Esse intervalo foi escolhido por permitir a observação de impactos reais na rotina operacional e administrativa, incluindo adaptação dos usuários, estabilização dos processos e consolidação dos indicadores, garantindo que os dados reflitam efeitos concretos e sustentáveis da iniciativa.

Responsável pelo Projeto: Sotero Rocha de Sousa Junior

Contato Institucional: sotero@topideias.com.br

Resumo

A PortSync é uma plataforma tecnológica voltada à modernização da gestão portuária pública, atuando na integração, organização e inteligência dos dados operacionais, regulatórios e logísticos dos portos. O problema central enfrentado pelo setor público portuário é a fragmentação de informações, processos manuais, baixa interoperabilidade entre sistemas e dificuldade na geração de indicadores confiáveis para tomada de decisão. A solução aplica tecnologia de integração de dados, automação de processos e painéis analíticos em tempo real, conectando diferentes agentes do ecossistema portuário (autoridades portuárias, operadores, órgãos reguladores e parceiros institucionais). A PortSync permite maior transparência, rastreabilidade das operações, redução de retrabalho e aumento da eficiência operacional e administrativa.

1. Solução implementada

A PortSync se diferencia por oferecer uma plataforma modular e integrada, desenhada especificamente para a realidade da gestão portuária pública. Sua arquitetura permite rápida adaptação a diferentes portos, integração com sistemas legados e evolução contínua sem dependência de soluções proprietárias fechadas. A combinação de automação, integração de dados e inteligência analítica garante escalabilidade, replicabilidade nacional e rápida adoção no contexto B2G.

A governança da PortSync é estruturada com definição clara de papéis entre a equipe técnica responsável pela plataforma e os gestores institucionais do órgão parceiro. O modelo inclui rotinas de acompanhamento, monitoramento de indicadores, gestão de demandas e atualização contínua da solução. A manutenção é realizada de forma preventiva e evolutiva, garantindo estabilidade, segurança, aderência regulatória e alinhamento permanente às necessidades da gestão pública.

2. Implementação

A PortSync adota um modelo de custos eficiente e compatível com a realidade do setor público, baseado em contratação modular e escalável, conforme o porte e as necessidades de cada autoridade portuária. Os custos envolvem implantação, suporte e evolução da plataforma, com foco na otimização do uso de recursos públicos. O modelo garante viabilidade financeira, previsibilidade orçamentária e facilidade de manutenção e expansão futura.

3. Impactos e resultados

A implementação da PortSync gerou resultados relevantes na eficiência da gestão portuária pública. Do ponto de vista quantitativo, observou-se redução significativa no tempo de consolidação e análise de informações operacionais, antes dispersas em diferentes sistemas e controles manuais, além da diminuição de retrabalho administrativo e inconsistências de dados. A centralização das informações permitiu maior agilidade na geração de relatórios gerenciais e regulatórios, apoiando decisões mais rápidas e assertivas.

Sob a ótica qualitativa, a solução promoveu melhoria na transparência das operações, maior confiabilidade das informações e fortalecimento da governança dos processos portuários. Gestores passaram a ter visão integrada das operações, facilitando o acompanhamento de indicadores estratégicos e o planejamento operacional. Houve também melhora na comunicação entre áreas internas e atores externos, reduzindo conflitos de informação e aumentando a previsibilidade das operações.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A PortSync foi concebida como uma solução permanente de apoio à gestão portuária, com continuidade garantida por modelo de manutenção evolutiva, suporte técnico e

atualização contínua da plataforma. A iniciativa prevê integração institucional progressiva, ampliação de módulos conforme as necessidades dos portos e expansão para novas autoridades portuárias, assegurando que os resultados obtidos sejam sustentáveis, escaláveis e não pontuais.

5. Replicabilidade

A PortSync possui arquitetura modular e flexível, permitindo sua rápida adaptação a diferentes portos públicos, órgãos e contextos regionais. A solução integra-se a sistemas existentes, respeita normativos do setor público e pode ser configurada conforme maturidade institucional de cada ente. Essa característica possibilita replicação em escala nacional, mantendo os benefícios de eficiência, governança e qualidade da informação.

6. Conclusão

A iniciativa evidenciou a importância da integração de dados como base para decisões públicas mais eficientes, da adaptação da tecnologia à realidade institucional e da participação ativa dos usuários no processo de implantação. Outro aprendizado relevante foi a necessidade de soluções flexíveis e escaláveis no contexto B2G, capazes de evoluir continuamente e gerar impacto sustentável, podendo ser replicadas em outros projetos públicos.

Selo Amapá - Plataforma Digital de Certificação de Origem

Categoria: Soluções B2G & Mercado (Pessoa Jurídica - Setor Privado)

Linha temática: Solução B2G de Alto Impacto

Órgão/Empresa Responsável: MSB TECNOLOGIA LTDA

Período de Implementação: O desenvolvimento do Selo Amapá foi realizado pela MSB Tecnologia em parceria com a AGEAP e o PRODAP. O lançamento oficial ocorreu em 03 de julho de 2025, durante as celebrações dos 10 anos da Agência Amapá, com a presença do governador Clecio Luís. A plataforma está em operação contínua desde então, com evoluções constantes e suporte técnico permanente pela equipe de desenvolvimento.

Responsável pelo Projeto: Matheus Duarte Ferreira

Contato Institucional: matheus.duarte@msbtec.com.br

Resumo

O Selo Amapá é uma plataforma digital de certificação de origem que valoriza e identifica produtos fabricados, beneficiados ou produzidos no estado do Amapá. Desenvolvida pela MSB Tecnologia para a Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá (AGEAP) e gerenciada em parceria com o PRODAP, a plataforma digitaliza integralmente o processo de certificação, desde o cadastro de empresas e produtos até a emissão e recertificação do selo. O sistema abrange sete categorias: agropecuária, agroindústria, extrativismo, artesanato, gastronomia, cosméticos e da biodiversidade. A solução se insere no contexto da Zona Franca Verde do Amapá, promovendo a identidade local e fortalecendo cadeias produtivas regionais. A plataforma oferece painel de controle com indicadores em tempo real, gestão de documentos e rastreabilidade completa dos processos de certificação, em conformidade com a LGPD e o Decreto Estadual 3830/2020.

1. Solução implementada

O Selo Amapá é a primeira plataforma estadual totalmente digital de certificação de origem integrada ao governo digital do Amapá (portal.ap.gov.br). Possui fluxo completo online, do cadastro à emissão do selo, com rastreabilidade e gestão documental. Oferece painel com indicadores em tempo real, integração com a Zona Franca Verde, manual de identidade visual e parcerias com SEBRAE, SENAI e Fecomércio AP. É compatível com LGPD e o Decreto 3830/2020.

2. Implementação

A governança do Selo Amapá é conduzida pela AGEAP em parceria com o PRODAP, responsável pela infraestrutura tecnológica. A operação é realizada por equipe multidisciplinar em núcleos especializados: NUAGRO (Aldair Sá), DICINS (Eduardo Távora), CEDEC (Elen Pinheiro) e NUPRI (Neucilene Serrão), cada um responsável pela análise e certificação em sua área. A MSB Tecnologia atua no suporte e evolução da plataforma, com apoio de parcerias como SEBRAE, SENAI e Fecomércio AP.

O Selo Amapá é financiado com recursos estaduais através da AGEAP e do PRODAP, com desenvolvimento pela MSB Tecnologia via contrato de prestação de serviços. A plataforma é gratuita para os produtores e empresas, fomentando a adesão. A sustentabilidade financeira é garantida pelo impacto econômico gerado: com 212 empresas certificadas e faturamento médio de R\$ 301.250,00, o programa movimenta a economia local e justifica o investimento público.

3. Impactos e resultados

Desde o lançamento em julho de 2025, o Selo Amapá alcançou resultados expressivos: 1.417 produtos cadastrados na plataforma, dos quais 989 foram certificados e 6 recertificados, demonstrando a adesão contínua dos produtores. São 212 empresas cadastradas e 144 solicitações de certificação processadas, com 146 processos concluídos e 25 em andamento. A plataforma registrou 96.377 acessos nos últimos 30 dias, evidenciando alto engajamento. O faturamento médio anual das empresas certificadas é de R\$ 301.250,00, indicando o perfil de micro e pequenas empresas atendidas. A solução eliminou o processo manual e burocrático anterior, reduzindo significativamente o tempo de análise e emissão de certificados. A equipe multidisciplinar da AGEAP (NUAGRO, DICINS, CEDEC, NUPRI) opera de forma integrada através da plataforma.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A plataforma Selo Amapá possui arquitetura web moderna e integração ao portal.ap.gov.br, acessível via navegador e compatível com qualquer dispositivo. Hospedada e gerenciada pelo PRODAP, garante segurança, disponibilidade e escalabilidade. Inclui controle de acesso por perfis (AGEAP, analistas e empresas), gestão documental digital e painel de

indicadores em tempo real. Atende à LGPD e está alinhada ao Decreto 3830/2020, suportando 96.377 acessos mensais com estabilidade comprovada.

5. Replicabilidade

A arquitetura é escalável e replicável para outros estados e programas de certificação de origem. Pode ser adaptada para qualquer unidade federativa, mantendo cadastro, análise, certificação e monitoramento. As sete categorias são personalizáveis conforme a vocação regional. A integração ao portal.ap.gov.br comprova interoperabilidade com ecossistemas de governo digital. Os 96.377 acessos mensais e 1.417 produtos cadastrados em menos de um ano validam sua escalabilidade.

6. Conclusão

A implementação do Selo Amapá trouxe aprendizados importantes: a digitalização exige mapeamento detalhado dos fluxos e participação ativa dos analistas desde os requisitos. A integração com o portal de governo digital fortalece adoção e credibilidade. O manual de identidade visual garante padronização. Parcerias com SEBRAE e SENAI ampliam alcance. Indicadores em tempo real apoiam decisões. A gratuidade é crucial para adesão. Recomenda-se capacitar produtores e ampliar categorias conforme demanda.

Social MedIA Gov

Categoria: Soluções B2G & Mercado (Pessoa Jurídica - Setor Privado)

Linha temática: Solução B2G de Alto Impacto

Órgão/Empresa Responsável: R2OH DIGITAL

Período de Implementação: Os resultados vêm desde o início da operação da plataforma, entre 2022 e 2025, período que permite acompanhar a evolução contínua da comunicação institucional. Nesse intervalo, entidades usuárias registraram crescimentos superiores a 300% em engajamento, especialmente quando analisadas nos rankings anuais de desempenho, que evidenciam a mudança de padrão comunicacional após o uso da plataforma. O período garante que os dados reflitam impacto real, e associado à adoção da Social MedIA Gov.

Responsável pelo Projeto: Rafael Vilabruna

Contato Institucional: contato@socialmediagov.com.br

Resumo

A Social MedIA Gov é uma startup GovTech de impacto, com modelo B2G, criada para resolver a falta de dados confiáveis e comparáveis na avaliação da comunicação pública digital. Historicamente, órgãos públicos tomavam decisões sem métricas consolidadas sobre engajamento, reputação e eficiência do uso de recursos. A solução utiliza inteligência artificial para analisar, de forma contínua, a comunicação institucional em redes sociais, imprensa e atuação de agentes públicos. Os dados são transformados em indicadores claros, rankings e insights estratégicos, permitindo benchmarking entre instituições e acompanhamento ao longo do tempo. Na prática, a plataforma é aplicada por equipes de comunicação e gestores públicos para planejar ações com base em evidências, otimizar recursos e melhorar resultados. Como efeito, mais de 100 instituições públicas passaram a elevar seu desempenho digital, com ganhos expressivos de engajamento, eficiência e qualidade da comunicação institucional.

1. Solução implementada

A Social MedIA Gov é a única plataforma no mundo com foco exclusivo na comunicação pública, analisando de forma integrada redes sociais, imprensa e agentes públicos. Utiliza IA para gerar indicadores, rankings e insights comparáveis. A solução já é comprovadamente escalável, em operação nacional com mais de 100 instituições, modelo

SaaS B2G, rápida implementação e capacidade de ser replicada em qualquer órgão, independentemente de porte ou esfera, gerando eficiência e economia de recursos.

2. Implementação

A SMG é gerida por uma estrutura dedicada de governança, com equipe responsável pela gestão da plataforma, desenvolvimento tecnológico, suporte e acompanhamento dos resultados. Os processos incluem monitoramento contínuo dos dados, atualizações periódicas, validação de indicadores e suporte às instituições usuárias. A manutenção é permanente, com ciclos planejados de evolução funcional, garantindo confiabilidade, transparência, estabilidade operacional e alinhamento contínuo às demandas do setor.

A iniciativa opera em modelo SaaS B2G, com custos previsíveis e altamente eficientes. O desenvolvimento e a operação da plataforma são 100% financiados com recursos próprios dos sócios, garantindo autonomia, independência e sustentabilidade desde o início. O uso intensivo de tecnologia e inteligência artificial permite manutenção contínua, atualizações periódicas e expansão da solução sem aumento proporcional de custos, assegurando viabilidade econômica e crescimento sustentável no longo prazo.

3. Impactos e resultados

A adoção da Social Media Gov gerou resultados consistentes na comunicação pública. Atualmente, a plataforma é utilizada por mais de 100 instituições públicas, em diferentes esferas e regiões, consolidando-se como referência nacional em inteligência aplicada à comunicação institucional.

No aspecto quantitativo, entidades usuárias registraram crescimentos superiores a 300% em engajamento, além de maior eficiência no planejamento de conteúdos e redução da dependência de mídia paga, gerando economia de recursos públicos por meio do engajamento orgânico. A análise contínua permite identificar conteúdos de maior impacto, ajustar estratégias e otimizar a alocação de esforços das equipes.

Qualitativamente, observou-se avanço na qualidade da comunicação institucional, aumento da transparência, fortalecimento da reputação e maior satisfação das equipes de comunicação, que passaram a atuar com indicadores claros, comparáveis e orientados a resultados, promovendo decisões baseadas em evidências.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa possui viabilidade e continuidade garantidas, com operação permanente em modelo SaaS B2G. Desde o início, a plataforma recebe melhorias e novas funções de forma semestral, assegurando evolução contínua. A Social MedIA Gov mantém planos estruturados de expansão e atualização tecnológica, com novas funcionalidades previstas para abril deste ano, reforçando a integração institucional, a escalabilidade da solução e a sustentabilidade dos resultados ao longo do tempo.

5. Replicabilidade

A Social MedIA Gov é uma solução nativamente escalável e replicável, estruturada em modelo SaaS B2G. Pode ser implementada em qualquer órgão público, esfera ou região, com rápida ativação e adaptação ao contexto institucional. Atualmente em operação nacional com mais de 100 instituições, a iniciativa possui meta de alcançar 1.000 clientes no Brasil até o final do ano, consolidando escala, padronização e impacto contínuo, além de preparar a expansão do modelo para outros países.

6. Conclusão

A iniciativa demonstrou que dados e inteligência artificial são fundamentais para qualificar a comunicação pública. Um aprendizado central foi que benchmarking contínuo e comparável acelera a melhoria de desempenho institucional. Também ficou claro que soluções simples, orientadas a evidências e integradas à rotina das equipes, geram maior adesão e impacto. Por fim, a experiência mostrou que inovação sustentável no setor público depende de escala, clareza de indicadores e governança contínua.

Soluções Integradas para a saúde

Categoria: Soluções B2G & Mercado (Pessoa Jurídica - Setor Privado)

Linha temática: Solução B2G de Alto Impacto

Órgão/Empresa Responsável: INSTITUTO DE TECNOLOGIA REVIVA

Período de Implementação: Período de apuração: Primeiro quadrimestre de 2022 ao primeiro quadrimestre de 2023. Com as ferramentas de apoio e em parceria com a gestão de saúde, foi possível alcançar um aumento nos indicadores de saúde no programa então denominado Previne Brasil que no Q1.2022 era ISF 6.75 e chegando a ISF 9.28 no Q1.2023.

Responsável pelo Projeto: Daniel da Silva Monteiro

Contato Institucional: tecnologia@institutotecnologiareviva.com.br

Resumo

A iniciativa implementa um ecossistema digital para gestão pública, resolvendo a fragmentação de dados, o retrabalho e a baixa visibilidade sobre atendimento, cadastros e indicadores. Criamos módulos integrados ao ESUS-PEC que adicionam alertas, correção automática de cadastros e apoio à regulação/central de marcação, atendimento ambulatorial e painel de chamadas (voz e texto). O BI consolida dados em tempo real para decisões, e o APP do cidadão amplia acesso e transparência do cidadão. A solução é hospedada em nuvem com alta disponibilidade e suporte multicanal, com treinamentos e suporte técnico.

1. Solução implementada

Ecossistema modular e 100% web, com atualização e monitoramento em tempo real. Integra-se ao ESUS-PEC e a diversos outros sistemas de saúde que agregam alertas, autopreenchimento e correção automática de cadastros, além de regulação, atendimento ambulatorial e painel de chamadas. Telas de monitoramento orientam decisões com indicadores chave, e o APP do cidadão amplia transparência e permitem a interação do cidadão com a gestão pública.

2. Implementação

Governança compartilhada: área finalística define regras, prioridades e indicadores; TI acompanha integrações, acessos e segurança; executa sustentação, correções e evolução. O acompanhamento ocorre por SLA e portal de atendimento (telefone/chat), com reuniões

periódicas e uso de BI para monitorar filas, cadastros e produção. Treinamentos e auditorias regulares reforçam qualidade e confiabilidade dos dados.

Custos típicos: implantação/configuração, licenciamento dos módulos, hospedagem em nuvem, suporte técnico e treinamento e, quando necessário, locação de equipamentos (computadores/servidores/impressoras). A locação reduz investimento inicial e simplifica manutenção/substituição. A viabilidade é reforçada pela escalabilidade da nuvem e pela automação de fluxos e relatórios, reduzindo horas operacionais e retrabalho. Financiamento: orçamento do órgão/secretarias.

3. Impactos e resultados

Resultados observados/esperados incluem: maior confiabilidade cadastral com correção automática e alertas; redução de retrabalho e de tempo gasto na geração de fichas e relatórios; melhoria do fluxo assistencial com organização de filas e chamadas automáticas; melhor planejamento e priorização de ações com BI e monitoramentos em tempo real (atenção primária e secundária); maior disponibilidade do serviço com hospedagem em nuvem 24/7; aumento da transparência e do acesso do cidadão a serviços (ouvidoria, saúde e mensagens). Auditorias e treinamentos presencial/remoto e suporte sustentam a aderência e a satisfação dos usuários das soluções.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa é sustentável porque combina hospedagem em nuvem com alta disponibilidade e escalabilidade sob demanda, garantindo continuidade do serviço. O plano de manutenção inclui suporte técnico multicanal, atualizações evolutivas e capacitação contínua. A modularidade permite expansão gradual (novos módulos e unidades) sem recomençar o projeto, mantendo resultados permanentes e ampliando o alcance ao cidadão.

5. Replicabilidade

A solução é replicável por ser web, modular e baseada em nuvem: pode ser implantada por etapas (gestão, atenção primária, secundária) e configurada conforme regras locais. A integração com rotinas existentes (ex.: ESUS-PEC) e o suporte/treinamento aceleram a adoção em novas unidades. Com escalabilidade sob demanda, o mesmo modelo

atende desde um município pequeno até redes maiores, mantendo padronização, indicadores e transparência.

6. Conclusão

Aprendizados-chave: Unificar dados e processos reduz retrabalho e melhora a gestão; Qualidade cadastral é determinante: alertas, correções e auditorias aumentam confiabilidade; BI em tempo real acelera decisões e ações preventivas; Os resultados dependem de capacitação contínua e suporte acessível; Modularidade e nuvem permitem crescer sem interromper o serviço; Canais digitais (APP) fortalecem transparência e relacionamento com o cidadão.

Zing CPSI - Plataforma GovTech para Operacionalização Completa do CPSI em Órgãos Públicos

Categoria: Soluções B2G & Mercado (Pessoa Jurídica - Setor Privado)

Linha temática: Solução B2G de Alto Impacto

Órgão/Empresa Responsável: IEBT Innovation

Período de Implementação: Os resultados apresentados foram observados entre 2024 e 2026, período em que a Zing CPSI foi aplicada em processos reais de CPSI com instituições como Caixa, Cemig, Suape e Porto do Itaquí. O intervalo contempla contratos em execução e programas já estruturados, refletindo impactos concretos nas etapas atualmente atendidas pela plataforma, especialmente seleção e avaliação de propostas.

Responsável pelo Projeto: Jéssica Gomes de Oliveira

Contato Institucional: jessica.gomes@iebtinnovation.com

Resumo

A Zing CPSI é uma plataforma digital GovTech especializada no apoio à implementação e gestão completa do Contrato Público de Solução Inovadora (CPSI), conforme o Marco Legal das Startups. Sua principal função é garantir a transparência, eficiência e justiça durante todas as etapas do processo de avaliação das propostas, oferecendo uma solução robusta para órgãos públicos. Por meio da Zing, o processo de gestão do edital é totalmente digitalizado e estruturado, permitindo que as propostas das startups sejam recebidas de forma ágil e organizada. A plataforma oferece funcionalidades para: **Recebimento de Propostas:** As startups podem submeter suas propostas diretamente na plataforma, com o acompanhamento em tempo real do status de suas submissões. **Convite e Gestão da Banca Avaliadora:** A Zing permite o convite digital para a formação de bancas avaliadoras, facilitando a coordenação dos avaliadores, o controle de suas decisões e garantindo que todas as etapas de análise sejam seguidas conforme o previsto no CPSI. **Avaliação Justa e Transparente:** A plataforma estrutura todo o processo de avaliação, assegurando que todos os critérios sejam analisados de forma justa, transparente e dentro das exigências legais do CPSI. Além disso, permite um acompanhamento completo das propostas, desde a sua submissão até a avaliação final. **Acompanhamento Contratual:** Após a aprovação das propostas, a Zing segue com o acompanhamento do contrato, garantindo que as etapas do projeto sejam cumpridas conforme o acordado. Já aplicada com sucesso em instituições de grande porte, como Caixa Econômica

Federal, Cemig, Suape e Porto do Itaqui, a Zing está expandindo sua atuação para prefeituras brasileiras, oferecendo uma solução digital e eficiente para a gestão do CPSI. Atualmente, são mais de 54 contratos em execução e 8 programas estruturados de CPSI, totalizando aproximadamente 54 iniciativas apoiadas diretamente pelo IEBT com uso da plataforma.

1. Solução implementada

A Zing CPSI é uma das primeiras plataformas do Brasil desenvolvida especificamente para apoiar etapas críticas do CPSI, com foco atual em hunting de startups, seleção e avaliação estruturada de propostas recebidas. Seu diferencial está na metodologia validada em contratos reais, na padronização do processo e na aderência ao contexto B2G. A plataforma encontra-se em expansão para, em breve, apoiar prefeituras em toda a jornada do CPSI, em parceria com a Caixa/Hub Teia.

2. Implementação

A governança da Zing CPSI é conduzida pelo IEBT, responsável pela manutenção tecnológica e acompanhamento metodológico junto aos órgãos públicos. A equipe reúne profissionais qualificados (Product Owners, Product Managers, Scrum Master, UX/UI designers e desenvolvedores) e consultores especializados que atuam diretamente na execução dos CPSIs com os clientes.

3. Impactos e resultados

A Zing CPSI foi desenvolvida inicialmente com apoio de investimento público via edital Compete Minas, garantindo sua construção e validação. Sua disponibilização aos órgãos parceiros ocorre associada à prestação de serviços de consultoria em inovação do IEBT, que acompanha a implementação com metodologia personalizada para cada instituição. O modelo combina tecnologia + suporte especializado, garantindo viabilidade financeira, eficiência operacional e expansão sustentável para municípios.

A iniciativa já apoiou diretamente cerca de 54 contratos CPSI em execução e 8 programas estruturados, envolvendo grandes instituições públicas e estatais. O IEBT participou de pelo menos 47 contratos formais, com margem adicional em projetos com Cemig e Caixa. Os principais ganhos observados incluem: maior eficiência na condução das etapas do CPSI, padronização documental, redução de riscos jurídicos e aceleração do

processo de contratação de startups. A plataforma também fortalece o ecossistema govtech ao ampliar o acesso de startups às demandas reais do setor público. A experiência acumulada permite agora escalar o modelo para centenas de municípios.

4. Sustentabilidade e Continuidade

A iniciativa continuará em expansão. A Zing CPSI já é utilizada em programas em execução e integra a estratégia nacional do Hub Teia da Caixa, com meta de apoiar centenas de municípios na implementação do CPSI. Como evolução contínua, a plataforma incorporará recursos de automação e inteligência artificial para otimizar etapas operacionais, reduzir burocracia e apoiar gestores públicos na condução mais ágil e eficiente dos processos.

5. Replicabilidade

A Zing CPSI foi concebida para ser replicável em diferentes realidades do setor público, pois estrutura etapas essenciais do CPSI com base em requisitos legais nacionais e metodologia já validada em contratos reais. O modelo pode ser adaptado a órgãos federais, estaduais, portos e, especialmente, prefeituras com baixa maturidade em inovação.

6. Conclusão

A experiência demonstrou que o sucesso do CPSI depende de padronização jurídica, clareza metodológica e suporte operacional aos gestores. Também evidenciou que tecnologia sozinha não basta: é necessário combinar plataforma digital com consultoria especializada para reduzir burocracia, acelerar processos e garantir segurança institucional. Trata-se de uma oportunidade concreta de transformar o cenário e permitir que mais de 5.000 prefeituras resolvam desafios públicos por meio da inovação.